

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**O PROJETO TERRITORIAL EM SÃO JOÃO DA ALIANÇA E A
REPRODUÇÃO SOCIAL DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO SANTA
MARIA.**

Luiz Fernando de Mattos Pimenta

Orientadora: Claudia Andreoli Galvão

Dissertação de Mestrado

Brasília /DF: dezembro/2006

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**O PROJETO TERRITORIAL EM SÃO JOÃO DA ALIANÇA E A
REPRODUÇÃO SOCIAL DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO SANTA
MARIA.**

Luiz Fernando de Mattos Pimenta

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovada por:

**Cláudia Andreoli Galvão, Dra. (Universidade de Brasília)
(Orientadora)**

**Marília Peluso, Dra. (Universidade de Brasília)
(Examinadora Interna)**

**Flávio Borges Botelho Filho, Dr. (Universidade de Brasília)
(Examinador Externo)**

Brasília/DF, 20 de dezembro de 2006.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

PIMENTA, L.F.M.

O Projeto Territorial em São João da Aliança e a Reprodução Social dos Jovens do Assentamento Santa Maria. Brasília: Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília/ Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, 2006.

- | | |
|-------------------------------------|-------------------|
| 1. Desenvolvimento Rural | 2. Campesinato |
| 3. Desenvolvimento Territorial | 4. Redes de Poder |
| 5. Sucessão na Agricultura Familiar | |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reversa outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização pro escrito do autor.

Luiz Fernando de Mattos Pimenta

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos jovens do Projeto de Assentamento “Santa Maria” da região do Vão do Paranã no Município de São João da Aliança, Nordeste Goiano que se dispuseram a conversar comigo sobre seu futuro e a discutir seus projetos de vida e profissionais: Aline, Danila, Eidiene, Eliana, Elza, Fernanda, Franciane, Francisco de Assis, Gilmar, Jorge Augusto, José Francisco, Marineide, Nilvan, Raimundo, Risolena, Silvana, Sulamita e Wiliams.

Dedico este trabalho a minha filhota Ana Paula que me inspira pensar sobre o futuro que nós estamos construindo para as gerações futuras.

A minha mulher Salete, pela paciência de suportar, com razoável dose de paciência, aceitou dividir com esta intrusa personagem feminina: ‘A Dissertação’. Sem cerimônia, esta dama passageira, que a tantos consome, ocupou o mesmo teto, se intrometeu nas conversas do almoço, impediu-nos às vezes de ir ao cinema e, ainda insatisfeita, chegou a invadir meus pensamentos e o sono nas horas mais inconvenientes e inesperadas...

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Flávio Borges Botelho Filho pela oportunidade de desenvolver minhas atividades acadêmicas por meio do Núcleo de Estudos Agrários do Ceam/UnB durante o período em que foi Coordenador do Núcleo.

A Dra. Cláudia Andreoli Galvão, a Professora Violeta de Faria Pereira e a Geógrafa Mariângela Duarte, pela convivência e pelo debate em nosso Grupo de Pesquisa de Capital Social, Economia Solidária e Desenvolvimento Rural) do NEAGRI/Ceam/UnB.

A Coordenadora do Mestrado de Geografia, Professora Dra. Marília Peluso pelo estímulo durante todo o curso.

A eficiente e sempre alegre Lílían Silva Rodrigues, nossa secretária do NEAGRI, sempre muito 'prestimosa' no apoio ao trabalho dos que passam pelo nosso Núcleo.

Aos professores e funcionários da Escola do PA "Santa Maria" que sempre me receberam de braços abertos e reconheceram a importância do trabalho.

Ao Presidente da Associação do PA "Santa Maria", Sr. Amadeus e seus diretores que sempre estiveram disponíveis para dar informações e opiniões.

Ao Prefeito Mário e ao Secretário da Agricultura, Ervínio, pelo apoio logístico e de informações necessárias ao trabalho, mostrando-se sempre disponíveis a me atender com boa vontade.

O PROJETO TERRITORIAL EM SÃO JOÃO DA ALIANÇA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar, sob a ótica das teorias da Divisão Territorial do Trabalho e das Redes de Poder, de David Harvey (2005), Milton Santos e M.L. Silveira (2001) e Luiz Fernando Paulillo (2000), as relações entre as decisões profissionais dos jovens do Assentamento “Santa Maria” e o desenvolvimento territorial no Município de São João da Aliança, no Nordeste Goiano. A sucessão nas famílias dos pequenos agricultores é um tema estudado mundialmente, pois a maioria dos resultados encontrados mostram que a maioria dos jovens não continuam as atividades dos pais, abandonado o campo e a vida rural. As conseqüências são propriedades vazias, famílias idosas sem presença de filhos e a masculinização do campo, pois as mulheres deixam as propriedades em maior grau. No Brasil os estudos realizados mostraram resultados semelhantes. Não encontramos pesquisas no país que estudaram os problemas da sucessão em assentamentos do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal. Neste estudo buscou-se analisar os projetos profissionais de 18 jovens, 11 moças e 7 rapazes, que estão cursando o segundo e terceiro ano do nível médio na escola do Assentamento “Santa Maria”. A maioria dos jovens (62%), 6 rapazes e 6 moças pretendem desenvolver atividades agrícolas e/ou não-agrícolas, permanecendo no assentamento. A pesquisa foi realizada através de questionários e entrevistas, além de entrevistas com quase metade dos pais destes jovens. Também foram entrevistados diferentes atores do Município. As elevadas taxas de permanência no campo entretanto precisam ser vistos com reservas, porque as respostas mostram que as decisões reais dependerão muito mais das oportunidades reais de trabalho e renda. Os jovens não se interessam em viver no campo nas condições dos pais: praticando uma agricultura de subsistência que não gera renda. Na pesquisa os jovens mostraram-se cépticos com relação a virem desenvolver atividades com renda em São João da Aliança. Mostraram desconhecer as novas atividades que estão sendo organizadas por outros atores no Município e de novas oportunidades. O estudo finalmente mostrou que este isolamento se deve em grande parte ao ambiente “fechado” das relações sociais no território.

Palavras chaves: Desenvolvimento Rural, Campesinato, Desenvolvimento Territorial, Redes de Poder, Sucessão na Agricultura Familiar

A TERRITORIAL PROJECT IN SÃO JOÃO DA ALIANÇA AND THE SOCIAL REPRODUCTION OF YOUNG PEOPLE IN THE SETTLEMENT OF SANTA MARIA

Abstract

This Master Degree Essay has the objective of studying the relation of the work decision of the young people of the Settlement of “Santa Maria” and the territorial development of the Municipality of São João da Aliança, in the Northeast of Goiás, Brazil. This analysis has taken as a basic theoretical framework the Territorial Division of Work and the Networks of Power of David Harvey (2005), Milton Santos and M.L. Silveira (2001), and Luiz Fernando Paulillo (2000). The succession in the families of small farmers is an issue well studied worldwide and what these studies show is that the young people do not follow the profession of their parents, abandoning the settlements and the rural life. The consequences are: empty properties, aged families without sons and daughters, and the masculinization of the rural population as many women leave the rural activities and migrate for urban areas. In Brazil similar results have been found in many studies. Nevertheless, no study was found dealing with the problems of succession in the settlements of Agrarian Reform of the Federal Government. So, the present Master Degree Essay studied the professional intentions of 18 young people, 11 young women and 7 young men, who are in the second and third level of the secondary school in the Settlement of “Santa Maria”. The majority of the young people (62%), 6 young men and 6 young women have the intention of following agricultural occupation and/or non agricultural occupation, remaining in the settlement. The field work was performed by the use of questionnaires and interviews, and with interviews with the parents of the young people. Interviews were, also, performed with different social actors of the municipality. The high rates of permanence of young people in the rural areas found in the answers to their intentions about their future, must be understood with care, as the actual decision will depend mainly on the opportunities of work and income. For sure, young people are not interested in living in rural areas in similar conditions to their parents, which is an agriculture of subsistence with a very low level of income. The results of the field work about young people showed that they are skeptical of working in São João da Aliança. The results of the field work indicated that young people are not aware of the new occupations and opportunities available in the municipality that are developed by different social actors. As a final indication from the field work, it is clear that the isolation of young people is due to the closeness of social relations in the studied area.

Key words: Rural Development, Rural Settlement, Nets of Power, Territorial Division of Labor, Familiar Succession.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	
LISTA DE QUADRO.....	
LISTA DE TABELAS.....	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	
1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	16
2 OBJETIVO.....	21
3 HIPÓTESES.....	22
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
4.1 Desigualdade territorial: um produto da lógica da acumulação capitalista.....	24
4.1.1. Crescimento e crise.....	24
4.1.2- A geografia histórica do capitalismo.....	25
4.1.3- A produção da organização espacial.....	26
4.1.4- Alianças regionais e os ajustes espaciais.....	29
4.2 Geografia do Poder: redes e território.....	30
4.2.1- Espaço e território.....	30
4.2.2- Sistemas territoriais.....	31
4.2.3- Territorialidade.....	33
4.2.4- Limites e fronteiras.....	34
4.2.5- Centralidade e marginalidade: lugares de poder.....	34
4.2.6- As capitais nacionais e o poder.....	35
4.2.7- A produção das <i>core</i> áreas.....	36
4.2.8- O poder da função circulação-comunicação.....	37
4.2.9- Os atores e a comunicação.....	39
4.3 Redes de Poder e Economias Locais.....	39
4.4 O Brasil: Divisão Territorial do Trabalho, sistemas técnicos e territórios.....	43
4.4.1- Os territórios na divisão territorial do trabalho da globalização.....	43
4.4.2- A periodização do desenvolvimento territorial do Brasil.....	45
4.4.3- A globalização e a reorganização do território.....	46
4.4.4- As lógicas das centralidades.....	47
4.4.5- A regionalização do país.....	48
4.4.6- Variáveis da diferenciação territorial.....	50
4.4.7- A rede urbana.....	52
4.4.7.1 As cidades regionais: cidades médias ou cidades do campo..	52
4.4.7.2 As grandes cidades.....	53
4.4.8- A ordem espacial: a economia política do território.....	54
4.5 Desenvolvimento Rural.....	57
4.5.1 Globalização versus localização.....	58
4.5.2 As interpretações sobre localidade.....	59
4.5.3 Abordagens exógenas e endógenas de desenvolvimento rural.....	60
4.5.4 As integrações da agricultura.....	61
4.5.4.1 Cadeia Produtiva.....	61
4.5.4.2 Cluster e distritos industriais.....	62
4.5.4.3 As redes de desenvolvimento rural.....	64
4.6 Debate brasileiro sobre desenvolvimento rural.....	66
4.6.1 Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento territorial.....	67
4.6.2 Multifuncionalidade e pluriatividade.....	69

4.6.3 A agricultura familiar e as agroindústrias.....	70
4.6.4 Diferenças das abordagens de desenvolvimento rural	70
4.7 A crise da agricultura e a reprodução da produção camponesa.....	71
4.7.1 As mudanças nas tradições camponesas	71
4.7.2 A reprodução da produção camponesa no Brasil.....	75
4.8 A crise da agricultura e sucessão familiar	78
4.8.1 O alargamento do espaço rural	81
4.8.2 A masculinização do campo	83
4.8.3 Algumas pesquisas empíricas sobre sucessão familiar e os projetos dos jovens rurais.....	88
4.8.3.1 Ricardo Abramoway	91
4.8.3.2 Flávio Sacco dos Anjos	93
4.8.3.3 Maria José Carneiro	96
4.9 Reforma Agrária um projeto de reterritorialização da produção camponesa?	98
4.9.1 Os agentes do Estado e os movimentos sociais	99
4.9.2 Os diferentes projetos dos jovens assentados	103
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	105
5.1 Periodização histórico-geográfica e padrões de Divisão Territorial do trabalho	105
5.1.1 Centro Oeste (Goiás)	105
5.1.2 Vão do Paranã	111
5.1.3 A história do “Projeto de Assentamento Santa Maria”	112
5.2 Pesquisa com os Jovens	116
5.2.1 Amostra	116
5.2.2 Perfil das famílias	116
5.2.3 Escolarização dos jovens	120
5.2.3.1 Jovens residentes no PA.....	122
5.2.3.2 Saída dos jovens rurais do PA	123
5.2.3.3 Não vieram ao PA	124
5.2.4 Atividades econômicas dos filhos	124
5.2.4.1 Os filhos que estão no PA.....	124
5.2.4.2 Os filhos que saíram do assentamento.....	125
5.2.4.3 Os filhos que não vieram ao assentamento.....	126
5.2.5 O Projeto dos Jovens	127
5.2.6 A importância da Educação e da Informação.....	131
5.2.7 A vida no assentamento	146
5.2.8 Participação nas decisões da propriedade e geração de renda.....	150
5.3 Entrevistas com os Pais	154
5.4 Depoimentos com atores do Município e Região.....	162
5.4.1 Empresário de São João da Aliança.....	162
5.4.2 Dono de uma pequena oficina mecânica	163
5.4.3 Prefeito de São João da Aliança, Sr. Mário	164
5.4.4 Sr. Eurípedes, técnico do CONDRADEF (Assistência Técnica aos Assentamentos do MST)	165
5.4.5 Dois jovens do PA “Mingau”, funcionários do STR de São João.....	166
5.4.6 Um diretor do STR de Flores de Goiás, um assentado do município e um técnico agrícola (jovens rurais)	167
5.4.7 Técnicos da Agência Rural que dão assistência ao PA “Santa Maria” .	169
5.4.8 Secretário Municipal da Agricultura de SJA.....	170
5.4.9 Produtor de Soja.....	172

5.4.10	Secretária Municipal da Educação	174
5.4.11	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Aliança e técnico formado em Unai	175
5.4.12	Produtor de Arroz	177
5.4.13	Engenheiro da Empreiteira.....	179
5.4.14	Ex-Presidente da Câmara dos Vereadores	180
5.4.15	Pequenos episódios pré-eleitorais.....	180
5.4.16	Especulando parcerias empresariais: movelaria.....	181
5.4.17	O Arranjo produtivo local de Leite em São Luis.....	182
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196
8	ANEXOS.....	200
	Anexo A – Localização do Assentamento “Santa Maria”	201
	Anexo B - Questionário dos jovens do “PA Santa Maria” que cursam o nível médio na escola do assentamento.....	204
	Anexo C - Tabulação das atividades e rendas dos filhos (14 anos ou mais) das 14 famílias da amostra.....	214
	Anexo D - Tabulação do Projeto Vida (futuro) dos Jovens pesquisados	216
	Anexo E - Roteiro das Entrevistas com os Pais.....	226
	Anexo F - Roteiro para entrevistas com lideranças e atores ligados ao desenvolvimento dos Municípios de São João da Aliança, Flores de Goiás, Formosa e Nordeste Goiano.....	243

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Produtores de leite 01.....	183
FIGURA 2	Produtores de leite 02.....	183

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1	Censo agropecuário municipal realizado em 1999 pela Epagri/Icepa em 20 municípios do Oeste de Santa Catarina (apud Mello, p.11) com população solteira até 40 anos.....	85
----------	---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Idade dos pais.....	117
TABELA 2	Número de membros por família.....	117
TABELA 3	Idade dos filhos (1)	118
TABELA 4	Escolaridade dos pais.....	120
TABELA 5	Distribuição e escolarização dos 66 filhos com 14 anos ou mais, residentes ou não no assentamento, solteiros e casados, das 14 famílias pesquisadas.....	121
TABELA 6	Projeto dos Jovens.....	128
TABELA 7	Motivação para o estudo.....	131
TABELA 8	Local de oportunidades considerando o grau de instrução (nível médio).....	132
TABELA 9:	Oportunidades no assentamento.....	133
TABELA 10:	Oportunidades profissionais/capacitação em São João da Aliança e municípios vizinhos.	136
TABELA 11:	Fontes mais importantes para a escolha profissional.....	137
TABELA 12:	Local de férias.	140
TABELA 13:	Necessidade de profissionalização para ser agricultor familiar.....	142
TABELA 14:	Motivos para saída dos irmãos do assentamento.....	143
TABELA 15:	Interesse por curso profissionalizante.....	144
TABELA 16:	Curso agrotécnico	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
APL - Arranjo Produtivo Local
AS - Assentado
BA - Bahia
CE - Ceará
CEASA – Centrais de Abastecimentos S/A
CO – Centro-Oeste
CONTRADEF – Cooperativa dos Trabalhadores do Distrito Federal e Entorno
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DF – Distrito Federal
DFE – Distrito Federal e Entorno
DR – Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
FA – firmemente agricultor
FC – firmemente cidade
FC – ensino fundamental completo
FETRADEF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito Federal e Entorno
FI – ensino fundamental incompleto
FR – firmemente rural
FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GO - Goiás
GT – Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária/Decanato de Extensão/Universidade de Brasília
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA- Instituto de Pesquisas de Economia do Ministério do Planejamento
Jovens rurais T – jovens rurais que cursaram o curso Agrotécnico de Unai
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG – Minas Gerais
MST – Movimento Sem Terra
NA – não aplicável
NM – nível médio
NS – não sabe
ONG – organização não governamental
PA – Projeto de Assentamento
PA - Pará
PC – provável cidade
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDR – Plano de Recuperação do Assentamento
PR – provável rural
Projeto de Irrigação – Projeto de Irrigação de Flores do Goiás
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
RA – Reforma Agrária
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC – Serviço Social de Apoio ao Comércio
SJA – São João da Aliança
SM – salário mínimo

TV – televisão

UEG – Universidade Estadual de Goiás

1 - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A fragilidade da reprodução da agricultura familiar por meio da sucessão familiar tem sido tema de estudo e preocupação de estudiosos e gestores públicos de todo mundo. Nos países desenvolvidos, principalmente na Europa, o envelhecimento dos agricultores familiares foi observado em diferentes pesquisas. Abramoway et al. (2001) constataram o mesmo no sul do país.

As ameaças apontadas decorrem de diferentes motivos, geralmente associados entre si: a falta de possibilidades de acesso a terra para os jovens; a indefinição e demora na sucessão familiar na condução da propriedade; a perda relativa do valor da cultura camponesa baseada na vida familiar e comunitária para os mais jovens; a falta de oportunidades que territórios pouco dinâmicos oferecem para desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda na pequena propriedade; as facilidades de busca de novas oportunidades profissionais – desde que atendidas às exigências de instrução necessárias – por meio da migração para regiões mais dinâmicas.

No Brasil rural, que correspondeu aos primeiros quatro séculos e meio – do descobrimento até a década de 50 do século passado – a pequena propriedade familiar se desenvolveu de forma subalterna ao latifúndio, oferecendo alimentos aos seus trabalhadores (ou escravos durante o Império), abastecendo a população urbana com os excedentes da subsistência, e permanecendo como exército de reserva de mão-de-obra disponível para os períodos de crise do latifúndio exportador. A colonização com pequenos agricultores europeus no sul do país é uma exceção a este processo generalizado ocorrido no país.

Durante este longo período de nossa história, a reprodução da agricultura familiar se deu naturalmente dentro da lógica do desenvolvimento territorial e econômico: os filhos e os novos agricultores familiares se deslocavam para as fronteiras desenvolvendo posses, principalmente em áreas públicas ou devolutas, ou se reproduziam dentro dos latifúndios como parceiros, meeiros, moradores etc. Parte destes agricultores, como os colonos europeus do café chegaram a adquirir propriedades “baratas” nas regiões de fronteira do interior de São Paulo e Paraná.

A mudança do padrão de desenvolvimento capitalista entre as décadas de 50 e 70, do século passado, resultou na expansão das empresas multinacionais para os países periféricos em atividades comerciais, industriais e em investimentos nas infra-estruturas destes países; implementa a industrialização e urbanização do Brasil; atrai enormes contingentes da

população rural (êxodo rural) para as cidades. A modernização da agricultura - a chamada industrialização da agricultura - aumenta radicalmente a produtividade do trabalho, dispensando mão-de-obra e rebaixando os preços reais dos alimentos pagos aos agricultores, diminuindo a renda da agricultura familiar.

A modernização da agricultura, aliada aos processos especulativos em ativos, eleva a renda da terra e seu preço se torna impeditivo para a reprodução da agricultura familiar, diferentemente do que ocorrera no Brasil Colonial, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

O novo padrão de acumulação capitalista ameaça a agricultura familiar “esvaziando” em grande parte sua expressão histórica e geográfica, embora longe de condená-la à morte. Dos 4,8 milhões de propriedades cerca de 4,2 milhões ainda são de agricultores familiares que ocupam cerca de 30% das áreas rurais (para espanto de economistas neoclássicos que não percebem a lógica de reprodução diferente destes atores, que não seguem a racionalidade das funções do tipo de custo-oportunidade) conforme estudo de Guanzirolli et al. (2000).

A Comunidade Européia tem desenvolvido políticas de fortalecimento territorial das regiões do interior, baseadas na valorização da paisagem camponesa, na preservação cultural e ambiental, oferecendo subsídios para os agricultores que adotam ações neste sentido. Para tentar evitar o envelhecimento da agricultura familiar estabeleceu também políticas agrárias específicas: o direito privilegiado de compra de terras por parte dos agricultores familiares e financiamento fundiário de longo prazo com juros diferenciados.

No Brasil, a partir do processo de democratização, principalmente após a Constituição Federal de 1988, vêm sendo incrementadas ações agrárias (insuficientes para se falar em política agrária), como assentamentos rurais por desapropriação ou compras de fazendas produtivas, além de programas de financiamento de terras.

Atualmente temos no país mais cerca de 720 mil famílias assentadas, que somam aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, que vivem nas parcelas destinadas pela reforma agrária (RA) e crédito fundiário, conforme dados do SIPRA, Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária (dados do final de 2006).

Apesar dos avanços nas possibilidades de acesso a terra para os novos agricultores, incorporando muitos filhos de agricultores familiares na produção rural, a reprodução familiar da agricultura familiar não está garantida. Estudos em outros países e no oeste catarinense mostram que um dos problemas está na própria sucessão familiar dos pequenos agricultores que ocorre de forma tardia (idade avançada dos pais) desestimulando a permanência dos filhos, ou pelo menos de um sucessor. No oeste catarinense grande parte dos jovens mostrou interesse em continuar na agricultura, mas em condições diferentes dos seus pais: com mais

terra e de melhor qualidade, com mais renda, trabalhos menos penosos, possibilidades de mais educação (principalmente profissional) e trabalhos do tipo “tempo parcial”, na cidade próxima ou região (trabalhos não-agrícolas). Isso ocorre porque os jovens agricultores têm novas necessidades, despertadas pelo maior acesso à educação e a informação em geral, levando-os a sonhar com a ascensão social.

As possibilidades oferecidas pelos territórios onde há assentamentos são muito variáveis. Frequentemente os assentamentos ocorrem em regiões e municípios onde há crises de trabalho e emprego, e/ou mantêm atividades ligadas às lógicas de desenvolvimento do passado. De modo geral estes municípios apresentam baixo dinamismo, pouca verticalização da produção e pouca diversificação, não resultando em novas oportunidades agrícolas e não agrícolas aos jovens rurais. Geralmente os assentados não têm acesso a maioria dos recursos disponíveis no local e na região – recursos de poder como capital social, humano, informação, articulação política – agravadas pela inexistência ou baixa integração social dos assentados com os proprietários destes recursos.

O dilema aparente dos jovens é ficar na propriedade trabalhando para a família, em condições penosas e sem dinheiro próprio ou migrar para a cidade em busca de um emprego, que mesmo mal remunerado resultará em dinheiro para sua subsistência. Outra possibilidade seria tentar desenvolver um negócio rural, agrícola ou não agrícola, na propriedade do pai, ou de em um novo projeto de assentamento da RA ou do crédito fundiário. As possibilidades oferecidas pelo território – em suas diferentes escalas - compõe o contexto dessas alternativas. Contudo, nem sempre elas serão percebidas, ou então exigirão comportamentos e atitudes ligados à inovação e ao empreendedorismo social, alternativas que os jovens não tomaram conhecimento nem pela experiência familiar, nem pelo aprendizado escolar, nem pelas relações sociais desenvolvidas no próprio município.

Para atingir os objetivos propostos em nosso estudo adotamos como metodologia:

(1) identificar, mesmo que de forma exploratória, através de dados secundários e entrevistas, as características histórico-geográficas da Divisão territorial do trabalho na Região Centro-Oeste (destaque para Goiás), da Mesorregião do Nordeste Goiano e do Município de São João da Aliança, com destaque da sua área encontrada no do Vão do Paranã.

(2) pesquisar o projeto profissional dos jovens que estão concluindo o nível médio no Projeto de Assentamento “Santa Maria”, relacionando-os às possibilidades territoriais ‘oferecidas’

(percebidas pelos atores) nas escalas do Município de São da Aliança, de sua sub-região do Vão do Paranã, do próprio PA e da Região de Brasília e Entorno.

(3) identificar a inserção do Município de São João da Aliança, principalmente sua sub-região do Vão do Paranã e do próprio PA “Santa Maria” na Divisão territorial do trabalho, a partir de entrevistas abertas com diferentes atores da região, da identificação dos fluxos de mercadorias, de informação, de movimentação de pessoas, de relações sociais que configuram as formações das redes dos diferentes atores.

(4) identificar as diferentes relações entre Divisão territorial do trabalho, infra-estruturas existentes e sistemas técnicos utilizados na caracterização territorial. Observar as diferentes articulações dos territórios com os sistemas técnicos-científicos-informacionais vigentes em escalas territoriais mais amplas.

(5) identificar as diferentes manifestações subjetivas de identidade territorial, expressas pelo ‘vivido’ entre os membros de uma sociedade ou comunidade, principalmente a partir das relações de poder construídas nas relações existenciais e produtivas.

(6) analisar o PA “Santa Maria” como uma nodosidade no Município e na sub-região do Vão do Paranã, procurando identificar as relações de conflito e cooperação dos assentados com aquelas escalas territoriais.

As informações utilizadas por este estudo originaram-se de dados primários e secundários, sendo que os dados de campo foram levantados nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006 pelo pesquisador. Foram entrevistados assentados e atores ligados ao desenvolvimento dos Municípios de São João da Aliança e Flores de Goiás, bem como organizações públicas e privadas.

As informações de caráter mais geral sobre o desenvolvimento do município, da região e do PA “Santa Maria” foram obtidas através de entrevistas em aberto com diferentes atores, seguindo um roteiro básico, adaptado ao perfil do entrevistado, conforme anexo E.

A pesquisa junto aos assentados procurou saber: quais os projetos profissionais (idealizados e considerados mais prováveis) pelos pais e jovens; condições necessárias (recursos) para sua realização; importância da educação; aspirações econômicas e sociais; relações de trabalho almejadas; estilo de vida; participação atual do jovem na divisão de

trabalho familiar. Foi feito um corte de gênero para diferenciar os projetos das moças dos projetos dos rapazes. Também se procurou conhecer os motivos que levaram à saída de jovens do assentamento.

A pesquisa sobre os projetos profissionais dos jovens (filhos e parentes dos beneficiários que receberam lote no PA “Santa Maria”) foi realizada no dia 30 de agosto com 18 alunos do 2º e 3º ano do nível médio da escola do PA, na ocasião do levantamento. Os alunos proprietários de parcelas e os que não pertencem às famílias assentadas foram excluídos. Duas semanas antes, foi feita uma reunião com 8 alunos para adequar o questionário à realidade dos jovens assentados.

O questionário da pesquisa com os jovens constou de 37 perguntas, 33 fechadas e 4 abertas, conforme anexo A. Os 18 jovens que responderam o questionário, 11 moças e 7 rapazes, pertencem a 14 famílias. Nestes questionários também foram obtidas informações sobre outros 21 jovens que residem no PA e 21 que não residem, todos, filhos das mesmas 14 famílias pesquisadas. A distribuição destes dados são apresentados no anexo B.

As respostas foram avaliadas posteriormente quanto as suas consistências, sendo então elaborado um roteiro para entrevistas individuais, onde foram adicionadas mais algumas questões complementares. O pesquisador realizou essas entrevistas pessoais com 16 dos 18 jovens anteriormente pesquisados (dois estavam presentes no período). O caráter destas entrevistas foi derrimir dúvidas, confirmar respostas, e complementar algumas informações que se mostraram necessárias, tendo sempre um caráter mais qualitativo.

O questionário e as entrevistas aos jovens permitiram classificar o projeto profissional deles em 6 grupos: firmemente agrícola; firmemente rural; firmemente urbano; provável agrícola, provável rural e provável urbano, cuja tabulação encontra-se no anexo C.

Finalmente foram escolhidas 4 famílias representativas entre as 14 que tiveram filhos entrevistados, onde o pesquisador entrevistou os pais sobre o projeto deles para os filhos, a participação da família nas decisões da propriedade, estratégias de renda familiar e divisão do trabalho, sistemas técnicos de produção. O roteiro destes questionários encontra-se no anexo D.

2 - OBJETIVO

O objetivo principal do trabalho é identificar as perspectivas de permanência, ou não, dos jovens assentados (jovens rurais) que estão concluindo o nível médio (filhos e parentes dos responsáveis pelas parcelas do assentamento) no Projeto de Assentamento “Santa Maria”, localizado no Município de São João da Aliança, Goiás.

Como objetivos secundários pretendemos:

1. identificar as possibilidades socioeconômicas do assentamento e do Município de SJA de se inserirem na dinâmica da divisão territorial de trabalho da região do Distrito Federal e Entorno.
2. periodizar as formações sócioespaciais - histórico-geográficas – do Vão do Paranã e SJA.
3. identificar o papel do assentamento na divisão territorial do trabalho no Vão do Paranã e no Município de São João da Aliança, e do Município de SJA na região de Brasília e Entorno.
4. diferenciar os projetos territoriais dos jovens do PA “Santa Maria” a partir da diferenciação de gênero e de geração.
5. identificar fluxos das articulações políticas entre os diferentes atores sociais do Município de São João da Aliança e região.
6. identificar fluxos das articulações políticas dos assentados do PA “Santa Maria” e das suas organizações de representação.

3 - HIPÓTESE

(1) Grande parte dos jovens quer permanecer no campo, desde que tenha oportunidades de renda e qualidade de vida.

(2) Os jovens assentados do PA “Santa Maria” têm um projeto profissional e de vida diferente dos seus pais: eles querem ascender socialmente e participar da sociedade de consumo, valor fortemente presente na sociedade globalizada.

(3) As moças do PA “Santa Maria” diferem dos rapazes em seu projeto profissional e de vida: têm projetos mais definidos; preparam-se mais para sua vida profissional; seus projetos estão mais voltados para as oportunidades da vida urbana.

(4) O sistema técnico da produção de subsistência, predominante no PA “Santa Maria”, limita as relações sociais e interações dos assentados com os diferentes atores do território, reduzindo as oportunidades de se inserirem nos projetos de desenvolvimento existentes ou em gestação em SJA e região.

(5) São João da Aliança está deixando de ser apenas uma fronteira agrícola da produção de commodities, integrando-se a Divisão territorial do trabalho oferecendo produtos e serviços demandados pela região metropolitana de Brasília e Entorno, gerando novas oportunidades de ocupação e renda para a população do Município.

(6) A análise histórico-geográfica de São João da Aliança permite identificar os diferentes comportamentos e infra-estruturas resistentes (rugosidades) às mudanças do desenvolvimento territorial.

(7) Os assentados com seus sistemas técnicos de subsistência geralmente apresentam impactos reduzidos no desenvolvimento local.

(8) Os territórios sempre possuem atores com recursos de poder – legais, econômicos, de informação e conhecimento, políticos, de legitimidade e reputação – capazes de inovar e

desenvolver o território. Estes recursos podem ficar restritos a estes atores, ou podem servir para que haja uma sinergia entre os atores da comunidade voltados ao desenvolvimento do território (comunidades políticas territoriais).

(9) Os fluxos de articulações políticas e sociais das redes de poder dos assentados são fracos, tanto entre si, como tem poucas conexões com as redes mais dinâmicas do desenvolvimento do território.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 – Desigualdade territorial: um produto da lógica da acumulação capitalista

4.1.1 - Crescimento e crise

Harvey (2005) propõe uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, tendo por objeto da teorização, a geografia histórica do capitalismo, e como método, o materialismo histórico-geográfico.

A teoria é necessária para analisar, por exemplo: a evolução das funções do Estado; do desenvolvimento geográfico desigual; das desigualdades inter-regionais; das formas de urbanização; de como as configurações territoriais se desenvolvem; de como as alianças de classe são formadas e reformadas.

A teoria de Marx sobre o crescimento do capitalismo coloca a acumulação como o motor do modo de produção capitalista. A acumulação não como resultado de um comportamento moral individual de cobiça, mas do meio social que faz com que “a missão histórica da burguesia” seja expressa na “acumulação pela acumulação, produção pela produção” como aponta Marx

O capitalista é respeitável apenas enquanto capital personificado. Como tal, ele partilha com o avarento a paixão pela riqueza enquanto riqueza. No entanto, aquilo que, no avarento é mera idiosincrasia, é, no capitalista, consequência do mecanismo social, do qual ele é apenas uma das forças propulsoras. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva (MARX, 1967 apud HARVEY, 2005, p. 44).

A circulação do capital – aquisição de trabalho e meios de produção; produção; venda no mercado; realização de lucro, e recomeço do processo, ampliado por novos investimentos são a seqüência da acumulação – para ser um processo constante e estável precisaria contar simultaneamente: com permanentes excedentes de mão-de-obra; ofertas permanentes dos meios de produção nas quantidades necessárias; mercado consumidor capaz de absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas observa Harvey (2005). Para Marx “No

capitalismo, o crescimento harmonioso ou equilibrado é inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo”, aponta Marx (1967 apud HARVEY 2005, p.44).

As crises ocorrem geralmente porque os excedentes de capital e de trabalho não podem ser absorvidos, fenômeno chamado por Harvey (2005) de superacumulação. Os excedentes precisam ser desvalorizados (ou até destruídos fisicamente): por inflação; por liquidações de estoque; pela subutilização da capacidade produtiva; pelo rebaixamento dos salários e desemprego etc. As crises perduram até as possibilidades de retomada das condições de acumulação e do crescimento; seus estragos sociais, políticos, econômicos e materiais devem variar conforme sua profundidade.

4.1.2 - A geografia histórica do capitalismo

A geografia histórica do capitalismo deve ser analisada em função da necessidade da produção, mobilização e absorção do excedente da capital e da força de trabalho, na proporção e no tempo adequados ao processo de circulação do capital.

[...] a produção ininterrupta de excedentes de capital sob a forma de lucros, junto com as revoluções tecnológicas que desempregam as pessoas, estabelecem continuamente o problema de como absorver tais excedentes sem desvalorização (HARVEY, 2005, p.134).

Haveria meios de absorver os excedentes de modo produtivo por meio da abertura de novos canais e caminhos para a circulação do capital? As possibilidades - deslocamentos temporais e espaciais dos excedentes - podem adiar e mudar as formas das crises na opinião de Harvey (2005).

A circulação de capital deve ser completada dentro de um determinado tempo, o “tempo de rotação socialmente necessário” denominado por Harvey (2005, p.136), que corresponde ao tempo médio necessário para obter a taxa média de lucro sob condições normais. Ocorre que existem atividades em que o capital circula de forma mais lenta: bens de capitais, moradias, produção de ciência e tecnologia, infra-estruturas sociais de educação, saúde, administração pública, etc que são projetos de retorno demorado.

A solução para as situações anteriores é a transferência dos excedentes de capital (e mão-de-obra) para estas atividades. Os excedentes de capital são transformados em “capital fictício”: debêntures, hipotecas, ações, dívida pública etc que servirão para financiar aquelas

atividades. A solução, porém tem seus limites: o crescimento no volume das dívidas terá que ser saldado dentro da capacidade de pagamento dos credores, dependente do tempo de rotação de seu capital. Mesmo assim, as crises podem ser adiadas por anos, embora a superacumulação prolongada possa aumentar o potencial da crise futura.

A possibilidade de deslocamentos espaciais dos excedentes de força de trabalho e capital, um ajuste espacial da superacumulação, também constitui alternativa para protelar as crises dos excedentes de capital e trabalho. Essa solução transforma as crises em problemas globais, desenvolvendo os conflitos geopolíticos de antagonismos: Norte – Sul; Centro – Periferia; Primeiro – Terceiro Mundos; Países Imperialistas - Países Dependentes, etc.

As próprias empresas multinacionais ao deslocarem capital e tecnologia em busca de vantagens nos mercados de trabalho, consumo e oportunidade de lucro, praticam suas próprias divisões de trabalho através das suas capacidades de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos a seu favor, observa Harvey (2005).

4.1.3 - A produção da organização espacial

O capitalismo procura superar as barreiras espaciais ou, dito de outra maneira, buscar a “anulação do espaço pelo tempo” expressão usada por Marx (1973 apud HARVEY, 2005, p.145).

A teoria da organização espacial parte das relações entre as possibilidades de transporte e comunicação e as decisões locais dos capitalistas, como necessidade de organização do espaço, que contraditoriamente cria estruturas para anular as limitações do próprio espaço, estabelecendo as dinâmicas das transformações histórico-geográficas aponta Harvey (2005). A revolução dos meios de transporte e da comunicação, marca do capitalismo, provoca “reduções dramáticas no custo ou tempo do movimento, além de melhorias na continuidade do fluxo” diz Harvey (2005). Essas transformações passam a permitir novas substituições no processo produtivo, sem as limitações geográficas específicas (fontes de mão-de-obra, matérias-primas, produtos intermediários, fontes de energia etc).

Mas haverá sempre limites espaciais definidos tecnologicamente; o resultado deverá ser sempre o encontro entre o capital e o trabalho para a produção. A forma industrial de urbanização foi uma solução capitalista à redução dos custos da movimentação pela aproximação dos fatores produtivos e pela divisão do trabalho permitida pela aglomeração. “Os capitalistas individuais, em virtude de suas decisões locais específicas, moldam a geografia da produção em configurações espaciais distintas” observa Harvey (2005, p.146).

Harvey (2005) chama de **coerência estruturada** (grifo do autor) ao resultado relativo à produção e consumo em um determinado lugar. Segundo Aydalot (1976 apud HARVEY, 2005) essa coerência envolve as formas e tecnologias da produção; as qualidades e quantidades do consumo; os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra; as infra-estruturas físicas e sociais. A coerência estruturada permite que no território se realize o lucro dentro do tempo de rotação socialmente necessário, e que neste espaço haja também relativa coerência do mercado de trabalho (possibilidade de substituição da mão-de-obra dentro do limite diário de trabalho).

A coerência estruturada fica muito mais explícita com as regulações trabalhistas, da organização do trabalho, das remunerações do trabalho e do capital aplicadas pelo Estado. A coerência também é fortalecida informalmente pelas práticas sociais cotidianas que criam culturas e consciências nacional, regional e local (inclusive as de luta de classes) que desenvolvem um sentimento psíquico de identidade territorial, opina Harvey (2005).

Assim as dinâmicas do processo definem espaços regionais: a produção e o consumo, oferta e procura, a luta de classes, a acumulação, a cultura e o estilo de vida se repetem num tipo de coerência estruturada resultante das forças produtivas e das relações sociais. Também ocorrem dinâmicas de desestruturação da coerência de uma região: acumulação e expansão que podem levar, por exemplo, a exportações de capital e imigração de trabalho; inovações tecnológicas que podem levar a produção e o consumo para fora dos limites da região, criando novas especializações e divisões de trabalho e mudando as relações inter-regionais. O acirramento da luta de classes pode também produzir migrações de capital e trabalho; a influência do capital financeiro ou a implantação de empresas transnacionais pode, através de suas regulações, desorganizar as coerências da região.

Estes vetores de desestruturação da coerência estruturada podem provocar novas **divisões territoriais do trabalho** (grifo nosso) valorizando novas relações inter-regionais no lugar das locais; podem pressionar mudanças nos limites do Estado; podem criar crises fiscais e forçar que o Estado refaça seus compromissos com os capitalistas e trabalhadores locais em função de interesses de outras facções de capitalistas (geralmente externos); a consciência e a cultura regional poderão ser solapadas. Mas então o que poderia justificar a persistência da coerência estruturada?

O capital necessita de infra-estruturas espaciais fixas, estruturas sociais adequadas, regulações que garantam segurança à sua mobilidade e circulação. As necessidades de serviços físicos e sociais também exigem investimentos permanentes, bancados principalmente pelo Estado, este cúmplice cada vez mais importante para a acumulação. Para

as empresas a transferência de capital implicará também na desvalorização de imobilizado em suas infra-estruturas fixas, maiores quanto maior for o tempo de maturação dos seus investimentos. Todos estes motivos são pesados nas alternativas de mobilidade geográfica do capital.

A mobilidade geográfica do trabalho também sofre efeitos de alguns vetores. Os capitalistas individuais preferem uma força de trabalho estável e confiável, acompanhada de uma oferta cativa que garanta seu controle na demanda por trabalho e nos níveis salariais. Nestas condições os capitalistas até poderão apoiar a reprodução social dos trabalhadores visando quantidade e qualidade desejável. Do mesmo modo poderão apoiar ação de Estado na restrição livre da mão-de-obra.

Os trabalhadores lutarão por melhores salários, condições de trabalho, desenvolvendo organizações coletivas e instituições próprias, e tentando influenciar no aparato estatal. Em muitos casos podem apoiar as mesmas medidas dos capitalistas, garantindo seus empregos e qualidade de vida. Há, portanto uma tensão tanto do capital quanto do trabalho no que se refere à mobilidade geográfica.

Podemos agora expor uma conclusão fundamental. A capacidade tanto do capital como da força de trabalho se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço. No entanto, as infra-estruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção e manutenção (HARVEY, 2005, p.149).

A coerência regional estruturada estará sempre ameaçada pela superacumulação, mudança tecnológica e luta de classes. A mobilidade geográfica do capital e do trabalho dependerá da capacidade das infra-estruturas fixas e imobilizadas existentes garantir a circulação do capital no tempo de rotação socialmente necessário. O resultado é uma instabilidade crônica das configurações regionais e espaciais.

Continuamente, portanto o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem [...] em um instante específico do tempo, apenas para [...] destruir essa paisagem num instante posterior do tempo (HARVEY, 2005, p.150).

4.1.4 - Alianças regionais e os ajustes espaciais

Alianças regionais de classes são estabelecidas para defender a coerência estrutural – seus valores e estrutura - na maior parte das vezes orquestradas pelo Estado. Elas tendem, entretanto a serem instáveis e insuficientes para fazer frente às crises, que acirram as divisões de classe, e explicitam os diferentes interesses das facções dentro de uma mesma classe social.

Numa situação em que a acumulação e os padrões de vida da mão-de-obra são favoráveis a maioria dos atores, é provável uma aliança regional de classes; uma economia bem estruturada pode até desenvolver solidariedades regionais ou nacionais. Pode resultar em ideologias que desenvolvem cultura e tradições locais, denominadas por vários autores de capital social: relações sociais de confiança e reciprocidades destas comunidades; regulações internalizadas nas práticas sociais do cotidiano.

O próprio Estado nacional pode ser visto como um articulador de alianças regionais e interesses de facções das diferentes classes sociais. Ele é um ator diferenciado porque possui instrumentos de política fiscal e monetária; realiza os investimentos nas infra-estruturas regionais, estabelecendo certa arbitragem entre os interesses regionais; pode promover a coesão através de ideologias nacionalistas.

Todas as possibilidades de alianças regionais são abaladas pela superacumulação, a luta de classes e as mudanças tecnológicas, que provocam rupturas e mudam as configurações espaciais. Nos momentos de crise a competição estimula os agentes econômicos a obter vantagens com a mudança geográfica; os antagonismos de classe aparecem na disputa pela apropriação da mais-valia; regiões concorrentes procuram oferecer vantagens. A dinâmica do capitalismo em busca da acumulação crescente cria um ambiente para a desunião.

Diante desta “dialética interna” a aliança regional poderia adiar a superacumulação e a desvalorização através da expansão e reestruturação externa? indaga Harvey (2005). Para ele a possibilidade de aplicar excedentes de capital e trabalho para o desenvolvimento de capacidades produtivas em novas regiões, pode adiar as crises da superacumulação por longos períodos. Até o momento em que estas novas economias apresentem seus problemas de superacumulação e desvalorização, e necessitem criar suas próprias estratégias de expansão. Harvey (2005) exemplifica as relações coloniais entre Inglaterra e Estados Unidos como esgotamento desta natureza.

O processo de acumulação continuada do capitalismo traz junto a si a crise; o ajuste espacial tem sido um dos principais instrumentos para sua protelação, em prazos extremamente longos.

A teoria da superacumulação e da desvalorização revela o intenso poder destrutivo existente sob a fachada do capitalismo relativa ao progresso tecnológico e à racionalidade do mercado. No decurso da crise, grandes quantidades de capital são desvalorizadas e destruídas, os trabalhadores e sua força de trabalho sofrem um destino semelhante, e os capitalistas canibalizam uns aos outros, na “guerra de todos contra todos [...]” (HARVEY, 2005, p.150).

4.2 - Geografia do Poder: redes e território

4.2.1 - Espaço e território

Espaço e território não se equivalem: espaço é uma noção, enquanto território é um conceito (permite maior precisão formal e quantificação). O espaço é anterior ao território, que se forma a partir dele, pela apropriação feita através do projeto e das ações dos atores sintagmáticos (aqueles que executam um projeto). Essa ação de apropriação – concreta ou abstrata (como a representação) - feita pelo ator sintagmático, consome energia e informação, se caracteriza por relações de poder. O espaço é uma noção abstrata, ele não é identificável; o território é concreto, podendo ser identificado e diferenciado de outros territórios.

O espaço é preexistente a ação social que o transforma, e que dele se apropria. Na produção-apropriação do território são estabelecidas relações sociais de poder; as representações em um território são comunicadas através de imagens dele como local de relações, afirma Raffestin (1993).

O projeto é sustentado por ações e/ou comportamentos por meio de sistemas sêmicos (códigos e sinais) que permitem que as representações se transformem em objetivações pelos processos sociais.

Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN,1993, p.147).

Cada ator pode ser representado por um ponto que se relaciona com outros pontos de seu interesse, formando, pontos e retas, que delimitam sua tessitura ou malha, através das

redes que estabeleceu. O conjunto de atores - suas redes, nódulos e tessituras - estabelecerão relações de poder entre si. Evidentemente sempre haverá diferenças entre a imagem territorial projetada e o território real porque haverá sempre muitos atores atuando sobre o espaço. As tessituras resultantes serão resultado das interações de poder entre esses atores. “O poder constrói malhas (divisão territorial) nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios [...] [observações] [...] idênticas poderiam ser feitas para os nós e redes” (RAFFESTIN, 1993, p.149).

4.2.2 - Sistemas territoriais

Os elementos dos sistemas territoriais – tessitura, superfície ou malhas, nós e rede – nem sempre visíveis (como as decisões e informações) poderão ser identificados por atos observáveis num território concreto, pois toda prática espacial será induzida por um sistema de ações ou comportamentos que levarão à produção de um território.

Indivíduos ou grupos se distribuem no espaço conforme modelos (aleatórios, regulares ou concentrados) conforme as distâncias (geográficas, físicas, temporais, políticas, psicológicas e culturais) e acessibilidades entre os diferentes locais.

Os diferentes sistemas de malhas, nós e redes apresentam não só diferenciações funcionais, como diferenciações de comando hierárquico, que ordenam o território a partir da importância das ações dos atores. Esses sistemas intencionais asseguram o controle (da distribuição, alocação e posse); impõe e mantém a ordem; garantem a integração e a coesão dos territórios. A configuração destes sistemas condiciona as relações de poder.

Esses sistemas (compostos pelos três subsistemas de elementos) podem ser diferentes, mas estão sempre presentes: são universais, podem ser considerados como as categorias do território. A prática espacial é interiorizada por estruturas compostas por seus três elementos anteriores, que são exteriorizados através de imagens manifestadas por um grupo. “A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações” diz Raffestin (1993, p.152).

As imagens territoriais revelam as relações de produção e, conseqüentemente, as relações de poder segundo Raffestin (1993), portanto, através da análise dessas relações de poder é que se podem decifrar os elementos da estrutura do espaço. Todos os atores sintagmáticos dos Estados, organizações, ou até indivíduos produzem território nas diversas escalas, pois todos, em determinados momentos e situações, somos atores sintagmáticos. Todos atores têm estratégias de produção que se conflitam com as estratégias dos outros

gerando diversas relações de poder que transformam o espaço num campo do poder que caracteriza nossa problemática relacional.

Analisar um sistema territorial é identificar uma produção já elaborada (embora em permanente movimento) onde se estabelece uma organização dos três elementos: malhas, nós e redes, mas como fazer a leitura deles?

As malhas ou tessituras supõem uma noção de limite, componente de toda prática espacial.

A ação de um grupo gera delimitação; os objetivos da ação são outras formas de delimitação. Delimitar é estabelecer um poder em uma área definida. As malhas territoriais podem ter diferentes níveis conforme as suas funções, para delimitá-las devem-se considerar seus objetivos: o do funcionamento operacional para a população ou o de controle da população.

Delimitar áreas de poder nos leva a considerar os limites não apenas como retas, mas como zonas, já que a soberania não é fixada de forma rígida, pois as ações econômicas ou culturais se esgotam de forma progressiva, e há constantes superposições e cortes entre as tessituras. Os próprios atores sintagmáticos atuam em diversas malhas, mesmo que ele não se perceba disso.

As tessituras de origem política (territórios nacionais, estaduais, municipais etc) são mais estáveis e duradouras, pois são ratificados pela sociedade, enquanto os de motivação econômica dependem das situações e conjunturas, sendo expressões de um poder de fato. A dimensão de uma tessitura nunca é aleatória, pois reflete um conjunto de fatores: físicos e humanos (econômicos, políticos, sociais e culturais).

As malhas não são homogêneas nem uniformes, pois a organização territorial é feita também por pontos ou nodosidades territoriais que estabelecem localidades com existência própria, lugares, aglomerações e centros próprios de poder, cuja imagem pode afetar as malhas.

Os pontos expressam a posição dos atores. A ação dos atores cria relações - onde procuram influenciar, assegurar funções, se distanciar ou se afastar - criando redes entre eles. Redes são linhas que formam tramas; podem ser concretas ou abstratas, visíveis ou invisíveis. As redes têm um papel de comunicação, como também de disjunção (visando a exclusão). Elas podem ter papéis ambivalentes em escalas diferentes: redes rodoviárias, ferroviárias, de navegação, ligam freqüentemente seus pontos extremos, sem servir a pontos intermediários, excluídos na hierarquia dos pontos. As redes são imagens do poder ou dos poderes dos atores

dominantes. Elas revelam, como as tessituras e os pontos, um certo domínio do espaço, um domínio espaço-temporal.

As redes de comunicação influenciam as organizações, mudanças nelas podem modificar a estruturação social do grupo. O sistema territorial como meio, expressa o território; como fim, a ideologia da organização. É ao mesmo tempo, meio e fim das estratégias do projeto dos atores.

4.2.3 - Territorialidade

Como se expressaria a territorialidade? A territorialidade se manifesta pelo “vivido” pelos membros de uma sociedade; os homens vivem simultaneamente o processo territorial e o produto territorial, vivência realizada através de suas relações existenciais e produtivista. São relações de poder dadas por atores que procuram modificar tanto a natureza como as relações sociais. A territorialidade é definida como:

Um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que o definem (SOJA 1971 apud RAFESTIN 1993, p.158)

A territorialidade deve ser vista como uma problemática relacional, onde a relação de alteridade pode incluir ou excluir o outro. O território faria a mediação entre um ator 1 com o ator 2, podendo ser representado como o vértice dessa relação.

A territorialidade poderia ser então expressa pela somatória das relações dos atores de um lugar. Assim a territorialidade seria o conjunto das relações originada num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. A territorialidade expressaria a maneira que uma sociedade satisfaz, num determinado momento e num lugar, dada uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos, suas necessidades de energia e informação. Essas relações podem ser simétricas ou assimétricas levando a territorialidades estáveis ou instáveis.

A territorialidade não é uma simples ligação entre homens com o espaço, pois se dá num quadro de produção e consumo, numa relação entre atores. Para Soja (1971 apud RAFFESTIN, 1993) a territorialidade seria composta pelo **senso de identidade espacial**, **senso de exclusividade**, **senso de divisão da interação** humana no espaço (grifo nosso). O inconveniente desse método é que mistura o subjetivo (concepção “imaginária” de identidade e exclusividade) com o objetivo, e desconsidera as relações de classe das interações. “A

análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico-temporal” (RAFESTIN, 1993, p.162).

4.2.4 - Limites e fronteiras

Toda relação social é marcada por limites, até onde se pode ir, relações de poder. As noções de limite e fronteira sempre existiram na humanidade embora seus significados vivem se modificando. O limite é dado por um sistema de sinais (sêmico) para comunicar a existência de um território.

A propriedade é sinalizada por cercas ou por uma planta topográfica. A função também estabelece limites, geralmente mais frouxos; as manchas dos canaviais avisam que são plantações da usina da região. Os limites da propriedade e da funcionalidade não precisam coincidir; exemplo anterior dos canaviais é um destes casos. Os limites expressam os modos de produção e relações de produção, e seu significado é ideológico, informando as relações de poder e organização do território. Produzir estas informações consome energia do modo de produção, que a produz também para sua ação de controle no território. Os sistemas sêmicos correspondem aos modos de produção; alteração neles provoca mudanças nestes sinais, pois eles têm intencionalidade na sua comunicação, no seu objetivo de ‘naturalizá-las’ como instrumentos de dominação. “Não, os limites não são inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários [...] Eles fazem parte do [...] jogo da reprodução social: produção, troca, consumo” afirma Raffestin (1993, p.170). O Estado Moderno se caracteriza pela delimitação de seus poderes – função legal, de controle e fiscal – por meio da linearização precisa da fronteira (que era zonal na Idade Média).

A região, um espaço subnacional, é a tradicional expressão da territorialidade vivida nos países. Entretanto há uma contradição entre ela que vive a singularidade de sua identidade, e o Estado que procura a uniformidade. Para não confrontar a territorialidade o Estado tem uma atuação de dois modos: um discurso regional e uma prática a-regional.

4.2.5 - Centralidade e marginalidade: lugares de poder

As nodosidades são pontos de agregação: altas densidades de população e coletividades ‘criadoras de relações’, que potencializam centralidades, isto é, criação de relações funcionais com outros lugares a partir de objetivos predeterminados, criando um campo de forças centrífugas e centrípetas, estabelecendo relações de poder e hierarquia,

dividindo o espaço em zonas centrais e marginais. Nas primeiras estão os atores paradigmáticos, nas últimas os sintagmáticos.

As centralidades contemporâneas são fundadas nas relações econômicas da grande indústria advinda da revolução industrial. As divisões dos atores refletem a divisão da sociedade em classes sociais: os capitalistas, que exploram a mais-valia de um lado, e os trabalhadores, que despossuídos dos meios de produção, vendem o trabalho. Essas relações sociais de trabalho se reproduzem de forma geral, por relações sociais, econômicas e políticas assimétricas. No espaço os capitalistas - atores paradigmáticos – determinam as ordens emitidas das regiões centrais; o proletariado se distribui pelas margens e periferias, nas regiões marginais.

O fenômeno nodosidade-centralidade-marginalidade se aplica as diferentes escalas: a cidade em grande escala; às core áreas (regiões-chave, áreas luminosas e de destaque), em média escala; aos continentes e mundo em pequena escala, sempre analisados pela característica relacional, determinada pela relação funcional da divisão do trabalho, de “comando-e-mando”, que é, portanto, uma relação de poder.

A centralidade pode ser geográfica (posição do lugar) e/ou funcional (posição na produção): a centralidade estrita (total) ocorre quando as duas coincidem; a centralidade (parcial) por sua natureza exclusivamente funcional. Da mesma forma, pode-se falar em marginalidade estrita (geográfica e funcional) e marginalidade (funcional).

4.2.6 - As capitais nacionais e o poder

As capitais são fatos sociopolíticos, não exclusivamente institucionais, porque são a expressão da centralidade no sistema centralidade-marginalidade de um Estado. As capitais podem mudar de significação com uma crise e mudança nas relações de poder, passando a valorizar novas centralidades, no mesmo lugar ou não. A capital é a expressão da representação política, estabelecendo um conjunto de sistemas sêmicos que mediatizam as relações de poder afirma Raffestin (1993).

As capitais expressam enquanto centralidade as grandes tendências estratégicas nacionais. A centralidade pode ser total ou parcial, esta última podendo ser de natureza política, econômica e cultural. As centralidades e a marginalidade podem ser expressas por uma ou mais cidades; centralidades dependentes de uma grande cidade geralmente provocam grandes desigualdades e disparidades regionais em um país.

As capitais geralmente correspondem a grandes populações e criam mais-valia sobre as outras cidades e regiões. Geralmente impõe ao resto do país o espaço e o tempo político, pois nelas são definidas as grandes questões desta natureza. Já na área das centralidades econômicas elas podem estar em outras cidades ou até mesmo em cidades de outros países. No campo cultural são as capitais que emitem os sinais sêmicos para os outros lugares.

As capitais estão permanentemente renovando a mais-valia espacial por meio de suas decisões e normalizações, restringindo o campo das intenções e ações dos outros lugares. Os modelos e tempos sociais emitidos pelas capitais também são copiados pelos outros lugares, pelos atores sintagmáticos que impõe os códigos enviados por elas.

4.2.7 - A produção das *core* áreas

As *core* áreas ou regiões-chave são as nodosidades estruturantes, porque aliam recursos e atores, em formações políticas detentoras de poder. Elas nascem da disponibilidade de recursos naturais (terras agrícolas, minérios etc) que favorecem as concentrações humanas dando início à formação de nodosidades. A centralidade aparece quando atores sintagmáticos estabelecem uma estratégia de controle a partir de um ponto de fixação e irradiação, e desenvolvem sistemas de comunicação para circulação e trocas. Pelo poder que exercitam, inventam o território (e assim se transformam em atores paradigmáticos).

Os territórios devem ser analisados pelos seus sistemas de tessitura, nodosidade-centralidade e redes, e pela relevância dos seus elementos – superfícies, pontos e linhas – na informação. No período das economias agrícolas as superfícies foram relevantes dadas à exploração em territórios contínuos e relativamente isolados; no período industrial, pontos e linhas respondem pela organização do território.

As *core* áreas são zonas multidimensionais onde houve possibilidades de adensamento de poder, gerando centralidades e marginalidades, em função das relações funcionais estabelecidas pelos lugares. A permanência ou não destas centralidades dependerá da capacidade de exercer o poder, essencialmente determinado pela densidade demográfica e das relações sociais e, pela existência da circulação que permita a movimentação das trocas e informações.

As nações que se fortalecem com suas *core* áreas reproduzem o modelo já em escalas de países, continentes e mundo.

4.2.8 - O poder da função circulação-comunicação

Os atores usam como estratégia de dominação territorial, a comunicação e a circulação, formas de mobilidades que garantem a gestão e o controle das distâncias. Circulação entendida como transferência de pessoas e bens, e comunicação como transferência de informações. Essa distinção deve ser relativizada, pois os bens transmitem informações, e a informação comunicada também é um “bem que circula”. A circulação refere-se ao significante e a comunicação ao significado; mas todo bem traz um significado, como todo significado é materializável de alguma forma. Circulação e comunicação estão interligadas, mas são distintas.

A tecnologia moderna dissociou a circulação da comunicação. Até o século XIX os bens e pessoas e as informações praticamente andavam juntas, dados os meios existentes de comunicação; hoje a comunicação é quase instantânea, para ela as distâncias foram praticamente abolidas. A circulação foi acelerada, mas nada comparável a comunicação. As duas redes – circulação e comunicação – se especializaram na atualidade.

Toda estratégia de poder estabelece a mobilidade por uma função circulação-comunicação. A circulação é visível pelos seus fluxos materiais, impedindo que o poder possa deixar de ser controlado, mesmo que em algumas situações ele procure fazer isto. O poder é mais eficaz na medida em que pode ver sem ser visto. Por este motivo é que a comunicação assumiu um papel tão importante: pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto. Daí a comunicação ser mais expressiva e significativa para entender a origem do poder. O poder libera a circulação, enquanto esconde a informação; vulgariza a rede de circulação e privatiza a rede de comunicação, facilitadas pelas técnicas atuais da informática. Hoje é muito mais útil possuir tecnologia que bens materiais.

A informação, política, econômica e social, ocupa o centro abstrato no espaço do poder, enquanto a circulação sua periferia, porque a informação comanda a movimentação das pessoas e coisas.

Os fluxos de circulação e comunicação se dão através das redes: através da representação dos seus desenhos, como uma numerosa possibilidade de caminhos, flexíveis e adaptáveis às diferentes variações do tempo e do espaço, e, por isto, transformadas em instrumentos essenciais do poder. Eles procedem das estratégias de dominação territorial.

As redes de circulação não são os resultados entre todas as possibilidades de ligação entre os pontos existentes (essa seria a rede máxima): a rede de circulação será o resultado das coações técnicas e econômicas, como também, políticas e sociais. Através das redes de

circulação é possível conceber a natureza da rede geográfica conformada a partir da disposição dos territórios e das distâncias.

As redes por definição são móveis no quadro espaço-temporal. Elas dependem dos atores que controlam os pontos da rede, e da posição relativa que ocupam na rede, pela importância dos fluxos de circulação de que participam. Um sistema de circulação é um instrumento criado e produzido por atores e é reproduzido de forma variável, conforme a evolução dos projetos políticos e econômicos de seus atores afirma Raffestin (1993).

As redes de comunicação através da informação compõem o outro elemento indispensável para o controle e gestão do território. O meio de comunicação, sua parte material, sua natureza e uso expressam a concepção do quadro espaço-temporal. Ao longo da história eles foram constituídos por elementos mais ou menos resistentes: pedra, pergaminho etc. A tendência é que o alcance temporal e o alcance espacial são inversamente proporcionais. Mc Luhan (1977 apud RAFFESTIN, 1993) afirma que quando a mudança de tecnologia implica numa maior valorização de um dos sentidos humanos, ela acarreta uma mudança em todos os sentidos e transforma o homem. Assim um novo meio pode levar a uma nova civilização, ou como destaca Raffestin (1993, p.211) “um novo meio é portador de uma possível reestruturação do poder”.

A informática associada a telemática passou a permitir o controle e gerenciamento da comunicação em escala planetária. O espaço é totalmente controlado, mas a duração, o tempo da mensagem é frágil, podendo ser interrompido até pela falta de energia elétrica. Há a tentação de supervisionar toda a população, tudo ver e acompanhar as pessoas pelos diferentes territórios, pelas possibilidades da informática. O controle total do território é necessário para mobilizar homens e recursos e manter o domínio do espaço na maior intensidade possível. A estratégia é espacial, horizontal, ao invés da vertical (temporal) já que não se consegue dominar o tempo.

As sociedades de forte domínio territorial se caracterizam por grandes fluxos de informação que consomem grande quantidade de energia para mantê-los. A informação precisa se renovar permanentemente para manter a coerência do sistema. As sociedades com fraco domínio territorial mantêm uma comunicação por meios tradicionais de baixa renovação e maior duração. As redes de circulação e comunicação criam interfaces e interação, dando ao poder uma trama específica. A disputa por estas tramas e redes é que caracteriza a disputa pelo poder. “Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga” (RAFFESTIN, 1993).

4.2.9 - Os atores e a comunicação

Como os atores se comportam em relação às redes de informação? Informação é poder, mas de que forma isto se opera?

Todos os indivíduos, grupos e sociedades estão presos a uma rede de comunicação, tanto por meios de comunicação de massa ou interpessoal, que funcionam com estruturas formais ou informais. Todas as redes de comunicação formais (de massa e interpessoais) são instrumentos de poder e, geralmente controlados, pois permitem através de sua trama informacional que induz a ação, a organização e, o comportamento da população. As redes formais de massa são ativas porque difundem informações, enquanto as formais interpessoais são passivas por servirem para informações que se difundem de forma controlada.

Os controladores dos meios de comunicação de massa através das informações emitidas podem criar comportamentos e reflexos condicionados tendenciosos por estarem voltados aos interesses dos atores hegemônicos. As redes de rádio e televisão são exemplos do potencial destes meios que se difundem por todo espaço do planeta. A imprensa por seu caráter material e exigência sociocultural tem um impacto mais limitado. As redes informais fazem um contraponto, pois dificilmente podem ser controladas; seu alcance, entretanto tende a ser menor que os meios de massa formais.

4.3 – Redes de Poder e Economias Locais

A globalização trouxe algumas conseqüências – descentralização e fragmentação do Estado, dificultando os limites entre o público e o privado; transnacionalização das políticas públicas; complexidade da sociedade civil e sua representação; relevância maior da informação, dada a interdependência dos assuntos políticos e sociais – recolocando as questões do corporativismo e do pluralismo. Assim estaríamos num pluralismo reformado, com institucionalização das relações entre governo e grupos de pressão, mas que leva à permanente exclusão já que a agenda política não está sempre aberta, assinala Romano (1999 apud PAULILLO 2005, p. 8)

Para Hooloingaworth, Schmitter e Streeck (1994 apud PAULILLO, 2005), o capitalismo estaria sendo reorganizado por setores, localidades e comunidades com arranjos institucionais a nível mesos – aqueles caracterizados por relações socialmente construídas e pela concertação estratégica – onde o significado das políticas públicas se amplia para as dimensões de caráter econômico, social e cultural.

O processo produtivo não se limitaria à organização de cadeias produtivas com os encadeamentos econômicos e tecnológicos dos atores e segmentos, como também pelas externalidades provocadas pelas relações políticas neste processo: disputa pelo poder, representação dos interesses, inclusão ou exclusão diante das políticas públicas, mudanças no padrão de regulação etc. Os atores fazem trocas de recursos de poder - constitucionais, jurídicos, organizacionais, financeiros, políticos ou de informação - e promovem articulação de interesses que podem levar ao processo de interação estratégica (coalizão política).

A dominação nas cadeias - controle da coordenação e da cooperação/competição – pelos atores, se dá pela acumulação dos recursos de poder. O objetivo dos atores seria obter melhores resultados e maior independência dos outros atores. Todos os atores econômicos participam de redes de poder, podendo variar as estruturas de governança: mais fechada, integrada e institucionalizada ou mais aberta, menos integrada e pouco institucionalizada, difusa.

As redes de poder se aplicam como um modelo teórico de porte médio aplicável para descrever e analisar as variações das governanças nas sociedades, setores econômicos, instituições e organizações. Neste enfoque, o próprio mercado deveria ser visto como relações de poder e conjunto de regras jurídicas estabelecidas.

As redes de poder obrigam a desagregar a análise política, porque as relações entre grupos de pressão e agências de governo variam de um domínio a outro (RHODES & MARSH apud PAULILLO, 2005) “A rede de poder é um elemento descritivo e analítico ...capta a dinâmica das configurações de força e oportunidades de regulação...[ajuda compreender]...o modo de intermediação dos interesses e dos recursos de poder, a conformação do monopólio da representação...e a montagem...[das]...políticas públicas...” (PAULILLO, 2005, p.15). Aplica-se para análise de arranjos institucionais e das mesopolíticas. Os mecanismos de coordenação e seus modos de governança podem variar ou se misturarem nos arranjos institucionais: Estado, mercado, hierarquia, redes ou associações.

Para Kenis & Schneider (1989 apud PAULILLO, 2005) as características de uma rede de poder estão no envolvimento estrutural dos atores (coletivos e individuais) e no caráter funcional das conexões. Para Dowdlin (1995 apud PAULILLO, 2005) as características de uma rede se vêem pelas características dos seus membros, tais como conhecimento/informação; legitimidade; habilidades para mudanças; reputação e das características das conexões, tais como centralidade das operações; densidade institucional; regras da interação; grau de envolvimento e capacidade de inserção.

As redes de poder podem ser do tipo comunidade política e difusa, conforme Marsh & Rhodes (1992 apud PAULILLO, 2005). Os tipos variam pelas características dos seus membros (número de participantes e tipo de interesses); pelas características de integração (frequência; continuidade e consenso); pelas características dos recursos (distribuição de recursos; distribuição interna de poder). As redes de poder têm a interação estratégica (ou coalizão) entre atores assimétricos, porque os recursos de poder são distribuídos desigualmente, fato freqüente em sociedades desiguais como a brasileira. As redes difusas apresentam relações instáveis, normas não formalizadas, que mudam conforme a ocasião; regras e convenções não consolidadas; decisões de caráter reativo. As comunidades políticas seriam o inverso.

As redes de poder têm nos atores - com seus interesses diferenciados, incluindo o dos agentes governamentais - relações de competição e cooperação baseadas na ação coletiva, na representação de interesses e busca de recursos de poder. A importância de organizações localizadas é o primeiro indicativo de que o território é um elemento estrutural relevante, caracterizando arranjos institucionais localizados. Surgem geralmente de um processo de intermediação localizada e que depois se articula para estabelecer conexões com as agências governamentais. Este tipo de rede é classificado por Rhodes & Marsh (1992 apud PAULILLO, 2005) como comunidade política ou comunidade territorial ou comunidade política territorial. A comunidade política territorial apresenta como características: estabilidade, elevada integração dos atores e segmentos, interdependência vertical e alta restrição de membros participantes.

A identificação do espaço uno, da globalização, e dos espaços das localidades, cada vez mais singulares e específicos, é que levam a compreensão das redes de poder localizadas, ou as comunidades políticas territoriais. Santos (1996) argumenta que o espaço é constituído por fixos e fluxos determinados pelas atividades produtivas e econômicas. Os fixos são variáveis políticas e sociais localizadas como as organizações interprofissionais, relações de poder, instituição política com suas regras e valores, processo de trabalho, interações tecnológicas etc: são as localidades. Os fluxos são as circulações de caráter global dados pela nova divisão internacional do trabalho.

Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais lugares se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. () se para a compreensão de uma fração qualquer do Planeta, a totalidade do processo que a molda há de estar presente, assim também, para a compreensão da realidade global, é indispensável o entendimento do que é a vida nas diferentes regiões; de seus funcionamentos específicos, de suas espacializações, de suas relações, enfim, de seu arranjo em particular, sempre em movimento. () Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste (SANTOS apud PAULILLO, 2005, p.25).

As localidades reagem à globalização ‘adequando-a’ aos seus interesses e lógicas. Os fixos são os circuitos regionais de produção renovados, pois não se pode mais falar em circuitos exclusivamente regionais de produção. O mundo está organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global.

A questão do território trata, portanto, da organização do poder político e social localizado, criando cooperação e competição entre os atores produtivos, e estabelecendo relações institucionais, trocas de recursos de poder e articulação de interesses. Isto leva os modos de governança específicos: padrões institucionais e modos de regulação próprios, dependentes das variáveis políticas e sociais, levando à construção local.

O território pode apresentar um capital cultural e social específico, determinado pelo conhecimento e pela capacidade dos atores locais, com internalização das regulações institucionais no território. Nele se estabelece uma governança de comunidade política estimulada por oportunidades estratégicas, trocas de recursos de poder, articulações de interesse e ações coletivas e individuais, isto é, por redes e relações de poder, resultando em desenvolvimento endógeno, segundo Ostrom (1995 apud PAULILLO, 2005). Os territórios pelas suas características de governança poderiam apresentar vantagens competitivas pela redução dos custos de transação entre seus participantes, segundo Van Wardeen (1992 apud PAULILLO, 2005), o que pode inseri-lo vantajosamente como subespaço na economia global.

Os modelos de referência de territorialização seriam o desenvolvimento endógeno da Terceira Itália e o da regulação local francesa (e das metrópoles americanas). O primeiro a partir dos Distritos Industriais Italianos, baseados em laços não econômicos na comunidade local a partir de tradições e enraizamentos culturais e institucionais que permitiram o desenvolvimento de um sistema de cooperação entre pequenas e médias empresas com uma

especialização flexível, e forte dinamismo tecnológico e de inovação, segundo Paulillo (2005).

No caso francês “o desenvolvimento decorre de um modelo de regulação vertical entre grupos empresariais envolvidos e o governo central, onde as redes institucionais e governança local, cooperam por decisões políticas articuladas com as agências governamentais”, opina Paulillo (2005, p.37).

A combinação entre localidades e globalidade não teriam contradição, pois resultaria em integração diferenciada, não anulando o local, que se renova pelo surgimento de fixos, como parte da dinâmica dos fluxos espaciais, apontado por Santos e Silveira (2001). Serão as variáveis econômicas, políticas e culturais que determinam a vantagem competitiva dos lugares, que pela combinação daqueles fatores cria as economias locais, como território de construção social e política.

4.4 - O Brasil: Divisão territorial do trabalho, sistemas técnicos e territórios.

4.4.1 - Os territórios na Divisão territorial do trabalho da Globalização

Espaço e território não são sinônimos: para muitos autores, aos quais nos filiamos, território, espaço geográfico ou território utilizado é o espaço produzido pelo homem ao apropriá-lo para seu uso. O espaço é uma noção abstrata, não identificável, enquanto o território é um produto concreto, histórico e geográfico, pois existe num lugar, a partir de um processo de ação humana durante o tempo. Assim, o território procede do espaço.

A territorialidade, o sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence”, definindo limites, é manifestação comum aos animais em geral. A territorialidade humana se diferenciaria pelas suas associação com a noção temporal: passado, presente e desejo futuro.

De forma mais restrita, o território pode ser um ‘nome político’ , um Estado, um espaço territorial com uma ou mais nações, opinam Santos e Silveira (2001).

A análise do território deve adotar como metodologia sua periodização histórico-geográfica; procura-se identificar as variações do contexto: formas de uso; história particular e geral; comportamento do Estado; características regionais. A cada período, devidamente datado, procura-se entender “o peso diverso da novidade e das heranças” dizem Santos e Silveira (2001, p. 20).

“O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo das suas diversas etapas e do momento atual” dizem Santos e Silveira (2001, p. 20).

A periodização deve tomar como base os sistemas técnicos: sua materialidade ou infra-estruturas materiais e sociais existentes (fixos); seus modos de organização e regulação da circulação (fluxos). Os sistemas técnicos dão as possibilidades da divisão de trabalho do período atual. A **divisão territorial do trabalho** (grifo nosso) dependerá, portanto, do trabalho morto incorporado nas materialidades herdadas e dos recursos naturais (e suas antropizações), que juntas constituem as configurações territoriais; e do trabalho vivo, ação humana presente nos lugares. A divisão territorial do trabalho terá como resultado diferentes formações sócioespaciais, uma categoria do território segundo Santos (1977 apud SANTOS e SILVEIRA, 2001). “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” dizem Santos e Silveira (2001, p. 21).

No período atual o conjunto das técnicas (como produto da associação de técnica, ciência e informação) é hegemônico e, determina as possibilidades do território e da sociedade na racionalidade da competitividade, com todos seus significados ideológicos emitidos pela globalização. Daí a denominação de período técnico-científico-informacional ao período atual. Participam ainda no dinamismo da economia da sociedade, como elementos dos sistemas técnicos, o arcabouço normativo (legislação civil, fiscal e financeira) e o “alcance e extensão da cidadania” dizem Santos e Silveira (2001, p. 21). No período técnico-científico-informacional “todos os lugares participam, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica mundial” (ELIAS, 2003, p.36). A autora defende ainda que “...as técnicas representam um bom caminho para a explicação do espaço...uma direção epistemológica para a geografia...” (ELIAS, 2003, p.39).

No período atual a cidade passa a ser preponderante na divisão territorial do trabalho pela sua densidade de circulação (de homens, objetos e informação) e seu aumento da fluidez (velocidade nos seus sistemas de circulação). As ordens cada vez mais partem dos lugares centrais, muitas vezes em outros países, exigindo que as formações sócioespaciais estejam adequadas à competitividade. Daí as regiões “do mandar e do fazer” afirmam Santos e Silveira (2001, p. 22). As formações sócioespaciais, pelas suas características, determinarão a maior ou menor atratividade de atores para uma região.

Um exemplo dessas relações hierarquizadas é apontada por Bauman (1999) em uma declaração do então presidente do banco central alemão, Hans Tietmeyer, em 1996:

O que está em jogo hoje...[disse]...é criar condições favoráveis aos investidores...[para ele seria controle estrito dos gastos públicos, redução de impostos, reforma do sistema de proteção social e, principalmente o]...desmantelamento das normas rígidas do mercado de trabalho” (BAUMAN, 1999, P.112).

4.4.2 - A periodização do desenvolvimento territorial do Brasil

O Brasil apresenta dimensões continentais e variados sistemas naturais resultando em um mosaico de formações socioterritoriais, resultado das suas rugosidades e heranças diferenciadas.

Nos primeiros três séculos seu desenvolvimento territorial foi determinado pelos seus recursos naturais – madeira, mineração, agricultura – sendo seus sistemas técnicos dependentes do “corpo humano, com seus prolongamentos”. Esse período é interrompido, principalmente no Nordeste, pela mecanização da cultura canavieira no século XVIII, pelas primeiras estradas de ferro, pela navegação a vapor e pela mecanização dos portos em meados do século XIX. O território só estaria praticamente apropriado – com suas terras tornado propriedades particulares - em meados do século XX, com exceção de áreas da Amazônia, segundo Santos e Silveira (2001).

O século XX é o da industrialização que se inicia pelas regiões de concentração populacional: Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As regiões onde não havia graves restrições de concentração de terra e, portanto, possuíam mercado consumidor mais expressivo, apresentaram maior desenvolvimento. Desenvolve-se assim o eixo Rio - São Paulo, com reflexos nos estados da Região Sul, que juntos formaram a Região Concentrada como chamaram Santos e Silveira (2001). Nesta região são concentrados os investimentos em estradas de ferro, rodovias, indústrias de consumo.

São Paulo se destaca como centro dinâmico pela riqueza das regiões do seu entorno, apresentando o maior processo de acumulação industrial. Lá também ocorre o desenvolvimento de uma rede de indústrias articuladas entre si e com os setores comerciais e de serviços que apoiam seu dinamismo. As atividades econômicas ficam restritas à Região Concentrada por falta de comunicação e normas alfandegárias, sem integração do país como um todo.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial o Estado Brasileiro assume um Projeto Nacional e passa a desenvolver infra-estruturas de integração de todo território: rodovias, ferrovias e telégrafo. São implementados os Planos de Metas e a capital é transferida para Brasília; ao mesmo tempo se mudavam as legislações necessárias para permitir o comércio interestadual. Passam a ter escala nacional: a mídia, a propaganda comercial e política

também auxiliando na integração. As heranças da Região Concentrada, principalmente suas infra-estruturas serão fatores de aprofundamento das desigualdades regionais.

4.4.3 - A globalização e a reorganização do território

A divisão territorial do trabalho dos países durante os séculos XVIII e XIX partia da centralidade dos países europeus que determinavam as funções que cabiam às suas colônias, que após suas independências, mantiveram-se como países dependentes comercialmente. As relações se davam por laços políticos e regulamentações determinadas pelos estados centrais.

Na globalização surge um novo ator: as empresas transnacionais. Elas influirão tanto nas políticas dos seus países como nas regulações internacionais. Elas exigirão dos países interessados em recebê-las cumprimento de certas prescrições: normas e vantagens que favoreçam sua competitividade, tributações vantajosas, flexibilidade de remessas de lucro, leis trabalhistas maleáveis etc.

O discurso do mercado global e do consumo acessível a toda população mundial, reflete na prática, ao conjunto dos objetivos e interesses individuais das empresas de atuação global. O fundamento da globalização está na sua representação ideológica de modernidade e crescimento, embora acompanhada de resultados práticos afirmam Santos e Silveira (2001). As empresas são suficientemente fortes para induzir a adequação de políticas e investimento dos Estados para garantir a rentabilidade dos seus negócios. Esta é a lógica da localização delas, que desenham o mapa da divisão territorial do trabalho. Elas criam insegurança, dada sua volatilidade: “[...] tais firmas não hesitam em trocar de sítio quando aquele em que se encontram deixa de oferecer vantagens para o exercício de sua própria competitividade” esclarecem Santos e Silveira (2001, p.256).

Essa nova funcionalidade atribuída a países emergentes ou em desenvolvimento é responsável pela criação de “espaços nacionais da economia internacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.256), ou espaços “desterritorializados ou espaços econômicos abertos” assinala Chossudovsky (1997 apud SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.256). Trata-se de um espaço internacionalizado, mas ainda regulado pelo Estado, daí a denominação dada por Santos e Silveira (2001).

A intensidade de presença das empresas transnacionais nos países irá variar do grau de maturidade econômica e do grau de inserção do país na divisão territorial do trabalho, apontam Santos e Silveira (2001). Nem todo espaço nacional é globalizado; mas todos os lugares direta ou indiretamente são influenciados. As empresas sujeitam a ordem local à sua

ordem, criando desordem nos lugares pela fragmentação, incoerência e anarquia para os atores afastados do processo. Seu papel nas exportações e, portanto, na sustentação dos Estados aumenta ainda mais seu poder hegemônico sobre os países emergentes e em desenvolvimento.

4.4.4 - As lógicas das centralidades

No primeiro período, que vai até a 2ª. Guerra Mundial, não há nem território e mercados unificados. O Brasil é um país policêntrico, um arquipélago de regiões que tinham seus interiores comandados pelas cidades litorâneas, e estas, com suas ligações de dependência com as cidades centrais da Europa. Toda a circulação se dava neste sentido oeste-leste, não havendo praticamente intercomunicações regionais por terra.

Na segunda metade do século XIX inicia-se a implantação de ferrovias, principalmente na região Sudeste que criará uma malha embrionária articulada entre as cidades e o interior, dando início a uma divisão territorial do trabalho, “[...] sementes não apenas de uma disparidade regional, mas também de seu aprofundamento” afirmam Santos e Silveira (2001).

Neste primeiro período se desenvolve embora de maneira incipiente, principalmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, a infra-estrutura e as indústrias com investimento público e privado. No início o Rio de Janeiro torna-se o principal pólo industrial, sendo posteriormente suplantado por São Paulo.

O segundo período, depois da 2ª. Guerra até o final da década de 70 se caracteriza pela integração nacional do território e pelo desenvolvimento industrial. É acelerada a implantação de rodovias e ferrovias que passam a ligar regiões antes desconectadas. O crescimento industrial passa a ser mais vigoroso, principalmente em São Paulo, que passa a integrar mercados e regiões numa ideologia nacionalista de desenvolvimento.

A implantação de Brasília transfere aos poucos o poder político para lá criando o novo pólo das centralidades e regulações: o político, em Brasília, no lugar do Rio de Janeiro, e o econômico, em São Paulo. Esta polarização cria conflitos entre Brasília e Rio de Janeiro e colaboração entre Brasília e São Paulo.

O terceiro período é o da globalização que caracteriza o momento atual em que vivemos. Ele é marcado pelo novo “fator motor”, a informação; pelo destaque dos serviços terciários, quaternários e quinquenários na vida econômica; pelo papel do Estado Federal à

integração internacional, movimento centrifugador (diferentemente do período anterior que era de unificador e de movimento centrípeto) apontam Santos e Silveira (2001).

São Paulo se mantém na posição hierárquica como pólo da informação, e Brasília fortalece sua polaridade política, mas agora com menos poder, menos centralidade, pois os centros hegemônicos estão no exterior, reduzindo o poder dos centros nacionais que ficam limitados a uma “regulação delegada”, desreguladora (da lógica do local) e geradora de conflitos:

[...] uma regulação cujas “ordens” se situam fora de sua competência territorial e deixam pequena margem para a escolha de caminhos susceptíveis de atribuir, de dentro, um destino ao próprio território nacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001 p. 268).

4.4.5 - A regionalização do país

A nova análise territorial se dá “pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e nas heranças do passado” conforme Santos e Silveira (2001, p.268), isto é, pelos seus sistemas técnicos. As regiões apresentam suas rugosidades, resistências às mudanças em função das heranças passadas presentes nos objetos técnicos, na sua organização, e nas relações criadas por elas.

Santos e Silveira (2001) propõem quatro regiões: A Região Concentrada, composta pelos estados da região sudeste e sul; o Brasil do Nordeste; o Centro-Oeste; e a Amazônia.

A Região Concentrada herda um território mecanizado, denso sistema de relações, padrão de consumo de empresas e famílias elevado, intensidade comercial e grau de urbanização importante. Essa região está mais preparada para se adaptar aos novos fatores da globalização, e se torna, o centro dos serviços terciários, quaternários e quinquenários: finanças, assistência técnica, informação, mídia, marketing e publicidade, consultorias especializadas. São Paulo adequa-se as novas exigências e mantém-se como pólo hierárquico no comando do país. Há uma desconcentração metropolitana e reaglomerações em outros pontos da região, inclusive com a desconcentração industrial.

O Sul é o maior beneficiário da nova localização industrial. No interior de São Paulo se desenvolvem aglomerações da cana e da laranja; nos estados sulinos regiões se especializam nas cadeias da soja, trigo, milho, aves e suínos, fumo, vinho e arroz. O setor de insumos e serviços se desenvolve junto a estas regiões. Desenvolvem-se as produtividades agrícolas e industriais nestas cadeias, reduzindo a necessidade de expansão de áreas cultivadas. Aumentam as infra-estruturas de apoio (fixos) e de circulação: silos,

agroindústrias, estradas, ferrovias, cooperativas, redes de energia, telefonia, fibra ótica, modernização dos portos. Há um enorme investimento em mecanização, agora associada aos comandos inteligentes e da automação e recursos da informática. Na produção agrícola são cada vez mais importantes as tecnologias ligadas à biotecnologia, genética, informática, devidamente acompanhadas de novas regulações de direitos industriais e intelectuais (patentes de sementes, permissão de uso de variedades transgênicas), e das prescrições de segurança alimentar (impedimento de rações com proteínas animais em carnes para exportação, tratamentos térmicos para controle de larvas e ovos de moscas das frutas, áreas livres de febre aftosa, gripe aviária etc) exigidos pelas economias centrais.

Na região se desenvolve uma clara divisão territorial do trabalho em função das “vocações técnicas e normativas das regiões” assinalam Santos e Silveira (2001). A necessidade de integração entre as regiões e suas diferentes atividades fez com que se desenvolvesse na Região Concentrada uma densa rede de abastecimento atacadista, varejista, de transportes, de provedores de internet etc.

A Região Centro-Oeste, seus estados acrescidos de Tocantins e Rondônia, é uma ocupação periférica recente, portanto um meio quase natural, na maior parte da sua extensão; um meio “pré-técnico”, de baixas densidades de relações, heranças de modos de produção pouco expressivas, sem rugosidades importantes para implementação dos paradigmas da globalização, o meio técnico-científico-informacional.

O desenvolvimento tecnológico de manejo dos solos de cerrado, associados às topografias planas em grande parte do território transformou o Centro-Oeste na fronteira agrícola e da agroindústria mais significativa no país. Apoiados nas grandes e médias propriedades e nos investimentos públicos - crédito de investimento e infra-estrutura - rapidamente se desenvolveu um grande número de agricultores modernizados, muitos deles migrantes das regiões sul e sudeste que vieram em busca de terras baratas nas décadas de 70, e se integraram ao circuito internacional das *commodities*, comandadas pelas firmas globais com seus representantes localizados na Região Concentrada.

No processo se instalam numerosas agroindústrias que também se originam do Sul e do Sudeste (frigoríficos, usinas de açúcar e álcool, indústrias de esmagamento de soja e óleos de outros grãos, fábricas de alimentos etc). A região atravessa período de intensa urbanização com cidades médias operando os processos produtivos das cadeias alimentares, sendo a região com o segundo maior grau de urbanização do país: cerca de 85% de sua população vive nas cidades.

O Nordeste é área de povoação antiga, de mecanização pontual e pouco densa, baixa circulação de pessoas, produtos, informações, ordens e dinheiro, têm como passado uma economia baseada na grande propriedade da terra e de domínio político tradicional dos “senhores da terra”. A rede de cidades é importante, resultado de economias locais isoladas, mas a taxa de urbanização da região é pouco expressiva.

Assim a região é de modo geral pouco atraente à acumulação estimulada pela globalização, a não ser em bolsões específicos, como o pólo de fruticultura tropical em Petrolina - Juazeiro e outras regiões de irrigação; o pólo de flores tropicais do Ceará; o camarão no Ceará e Rio Grande do Norte etc.

A Amazônia é a última fronteira do país. Muito vasta e sem praticamente processos de mecanização, seu desenvolvimento se faz em torno de pontos que possuem infra-estrutura, fazendas modernas, indústrias de mineração, siderurgia e algumas capitais. Manaus se consolida como pólo industrial a partir de uma regulação específica, a Zona Franca, que a insere na divisão territorial do trabalho da Região Concentrada. Ao lado destas manchas convive uma rarefação de população com atividades pouco mecanizadas, quase naturais, voltadas à subsistência e ao extrativismo.

4.4.6 - Variáveis da diferenciação territorial

As desigualdades territoriais se acirram com a globalização causada por um conjunto maior de variáveis morfológicas que refletem as novas exigências da acumulação do capital, como: zonas de densidade e rarefação; fluidez e viscosidade; espaços de rapidez e lentidão; espaços luminosos e opacos; espaços que mandam e aqueles que obedecem; estabelecem novas lógicas, do tipo centro-periferia dizem Santos e Silveira (2001). Essas variáveis isoladamente não conseguem expressar a realidade do lugar, é preciso entender o dinamismo dos lugares pelo movimento mais geral.

A densidade (oposta à rarefação) demonstra a concentração, a carga de determinado elemento. Ela deve ser analisada no tempo: no seu passado, na atualidade e nas possibilidades do futuro, porque elas refletem o processo de participação do lugar no todo territorial. Pode-se escolher as variáveis adequadas ao tipo de análise: densidade demográfica, densidade de recursos naturais, densidade de circulação (objetos, pessoas, informações, dinheiro etc), densidade de ações, densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicacionais etc. Elas mostram as disponibilidades: de infra-estruturas; de informações; de leis, normas e regras; de interação coletiva.

A fluidez de um território (oposta à sua viscosidade) é medida pela sua capacidade de circulação: de pessoas, objetos, informação, ordens etc. Elas dependem dos sistemas de engenharia existentes: estradas (e sua qualidade), torres de transmissão, redes de fibra ótica etc. Essas condições são consideradas necessárias para a atratividade dos investimentos empresariais.

Em países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, é predominante o papel do Estado nestes investimentos. A dimensão territorial faz com que sejam escolhidos (e de forma não igualitária) os lugares que receberão estas infra-estruturas: serão aqueles que possuem maior atratividade para a acumulação do capital e da geração de exportações. A prioridade da fluidez - suas densidades viárias e infoviárias - não será comandada pelas concentrações da população, necessidades sociais, mas pelos nexos econômicos com os atores hegemônicos, geralmente internacionais.

Pode existir fluidez virtual ou efetiva. A fluidez virtual é dada pelas possibilidades que a infra-estrutura de um lugar permite; a fluidez efetiva é dada pela circulação que realmente acontece pelas práticas existentes no lugar. É possível um lugar “denso quanto às vias, mas não fluido” afirmam Santos e Silveira (2001, p.262).

Os espaços podem apresentar rapidez ou lentidão: 1- pela disponibilidade material de suas vias e infovias, bem como pela efetividade de seu acesso e uso (custos, informação etc); 2-pela intensidade das atividades econômicas e/ou socioculturais ou em locais de passagem, que proliferam relações e trocas de toda natureza; 3- pelo papel do lugar na divisão territorial do trabalho ou pela variedade dos consumos do lugar; 4- pelo papel como espaços de mandar ou de fazer.

Os espaços das centralidades precisam dar ordens e fazer circular informações e objetos; neles também existe naturalmente a Divisão territorial do trabalho. Daí resulta necessariamente em espaços de fluidez e rapidez, para que cumpram seu papel de regulador dos sistemas técnicos dos outros lugares; essas regulações é que permitem entender as diferenças nas variáveis dos lugares.

São chamados de espaços luminosos (opostos aos opacos) àqueles que apresentam “densidades técnicas, informacionais, ficando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e informação” afirmam Santos e Silveira (2001, p.264). Eles têm mais condições de estabelecerem ações regulares e a obedecer às lógicas de interesses das empresas maiores conforme Santos e Silveira (2001, p.262). Mas seguir aquelas lógicas pode significar ingovernabilidades e instabilidades, já que elas permanentemente buscam vantagens

e na maior parte das vezes tem suas sedes estabelecidas em lugares distantes, inclusive no exterior.

Na divisão territorial do trabalho há uma definição dos espaços pelo exercício, ou não, de funções de direção: “espaços que mandam e espaços que obedecem” dizem Santos e Silveira (2001). O poder desta regulação é das empresas e do poder público dotados de força; mas a condição necessária para esta divisão territorial do trabalho é o desenvolvimento dos sistemas de engenharia (fixos) e dos sistemas normativos e de ações (fluxos).

4.4.7 - A rede urbana

4.4.7.1 - As cidades regionais: cidades médias ou cidades do campo

O fenômeno do êxodo rural é acompanhado atualmente pelo êxodo urbano: as novas lógicas territoriais fazem crescer as aglomerações urbanas aponta Lamparelli (1990 apud SANTOS e SILVEIRA, 2001). Isso se torna possível porque os novos meios de circulação, informação e transporte, e as técnicas de produção permitem vencer as distâncias em menor tempo. Ademais a diversificação e intensificação do consumo - famílias, empresas e agricultura – passam a exigir mais produtos e serviços especializados que a pequena cidade não consegue atender; pelas mesmas facilidades de transporte boa parte da população que trabalha no campo, de diaristas a proprietários, também mora na cidade.

As cidades médias são os pontos de interseção das redes urbanas que fazem a mediação entre o global (relações verticais) e o local (relações horizontais). Seu papel é atender os consumos locais (principalmente os agrícolas), além de estabelecer as relações com os outros lugares da rede urbana. A sua integração ou resistência em participar dos sistemas das cidades que operam na lógica da globalização, poderá incluí-las ou afastá-las, dos processos de acumulação mais dinâmicos.

O papel das cidades médias é assistir os produtores da região adequando-os aos processos de modernização agrícola; elas são produtoras e/ou repassadoras dos sistemas técnicos demandados pela nova ordem econômica, sendo provedora de bens e serviços técnicos e científicos. Trata-se, pois de estar preparada para ser uma fonte atualizada de informações. Assim as cidades do campo se especializam para atender as demandas imediatas exigidas pela produção da agricultura e da região: “[...] necessidades da produção, da circulação, do intercâmbio, das informações dos agentes” afirmam Santos e Silveira (2001, p.282).

O tamanho das cidades médias dependerá das demandas da região e da divisão territorial do trabalho. Elas têm em comum um papel de subordinação, dados pelos mercados distantes e invisíveis, e de todas as racionalidades externas ao seu cotidiano: políticas monetárias, taxas cambiais, bolsas externas de commodities etc. As cidades médias comandam os aspectos técnicos do sistema de produção local, deixando os políticos para o comando das metrópoles.

[...] a cidade regional, relé político subordinado, é também um espelho de contradições entre as preocupações ligadas à produção propriamente dita (seu lado técnico) e as ligadas à realização (seu lado político) (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.283).

As atividades específicas dos atores na divisão do trabalho, seus diferentes interesses e visões geram um conjunto contraditório de idéias e visões de mundo, do país e do lugar, elaboradas na colaboração e no conflito, apontam Santos e Silveira (2001). As idéias políticas produzidas também são contraditórias, pois misturam interesses corporativos, privatistas e coletivos apreciados no cotidiano local, derivadas do próprio processo de produção direta. A participação política das cidades médias é incompleta e despercebida pelas suas populações. A mídia local acaba sendo a porta voz das reivindicações da região, principalmente dos interesses corporativos hegemônicos, porque a prática política, distante das discussões de cidadania, impõe processos paternalistas, eleitoreiros e autoritários, assimilados de forma acrítica pela população.

4.4.7.2 - As grandes cidades

As pequenas e médias cidades têm como característica os trabalhos sazonais determinados pela influência da variação das condições naturais, principalmente o clima nas regiões agrícolas.

Já as grandes cidades têm por objetivo atender os consumos diversificados e especializados principalmente ligados aos setores da informação, além de serem pontos de distribuição de bens (logística) e local de mão-de-obra especializada dos setores quaternários da economia.

Para atender estas exigências parte do seu espaço é ocupado com todas infra-estruturas necessárias àquelas exigências; o resto da cidade possui infra-estruturas mais simples, em graus variados, já que elas exigem investimentos elevados. Os sistemas de engenharia terão

sua sofisticação determinada pelos papéis determinados às diferentes partes da cidade; diferentes tipologias da infra-estrutura para as diferentes funções.

As grandes cidades também atraem os circuitos inferiores da economia, afirma Santos e Silveira (2001) – serviços temporários ou de baixa qualificação formal – que pela demanda continuada, são capazes de atrair os pobres das diferentes regiões do país, provocando movimentos permanentes de migração e, elevando as taxas de urbanização representadas pelas grandes aglomerações.

A tendência à metropolização apresenta dois movimentos contraditórios: o da modernização, reconstruindo permanentemente o território para adequá-lo às necessidades dos circuitos e demandas da globalização; e o das populações empobrecidas, migrantes ou não, que sobrevivem dos piores trabalhos existentes e são atendidos pelas estruturas e serviços mais precários da cidade.

4.4.8 - A ordem espacial: a economia política do território

“Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. É preciso entender sua realidade [...]” dizem Santos e Silveira (2001).

A divisão territorial do trabalho, isto é, as diferentes atuações dos atores na implementação dos sistemas técnicos, da produção ao consumo, se superpõem: cada empresa faz a sua divisão territorial do trabalho; as escalas locais, regionais, nacionais e globais produzem suas divisões territoriais do trabalho; os circuitos inferiores da economia, geralmente em escalas intra-urbanas, também desenvolvem suas Divisões Territoriais de trabalho. Assim pode-se dizer que as divisões territoriais do trabalho são superpostas ou que apresentam diferentes topologias. Na totalidade da divisão territorial do trabalho há movimentos de cooperação e competição já que está em jogo a disputa do território. Como se dão as regulações territoriais e por quem?

A fluidez do território atrai empresas e, a instalação das empresas, impulsiona novos investimentos nos sistemas de engenharia com novo aumento de fluidez. As empresas se instalam na forma de redes de empresas colaboradoras com topologias de “geometria variável” que se apropriam de extensões do território com características particulares, afirmam Santos e Silveira (2001). Os sistemas de engenharia (os fixos) demandados pelas empresas são providos pelos recursos públicos; daí se falar em privatização do território ou território corporativo. Isso ocorre tanto em regiões como nas cidades.

As atividades desenvolvidas pelas empresas podem ser fortemente ligadas com o lugar – dependentes da sociedade, dos recursos materiais, dos aspectos sociopolíticos – estabelecendo, nestes casos, relações mais horizontais. O comando, entretanto fica por conta da direção da empresa de maior poder. No caso das empresas globalizadas tanto as lógicas das relações como o comando é externo ao lugar, criando-se relações verticalizadas. Nestes casos pode-se utilizar, de forma metafórica, a idéia de uma “exportação de território” segundo Santos e Silveira (2001). Nas atividades agrícolas esta situação é muito comum cabendo às empresas: definir sementes, processos, mercados, créditos, contratos de produção e integração vertical.

As empresas se organizam no território através dos seus pontos de interesse. Se a empresa é uma transnacional esses pontos seguem a lógica global, do mercado global, já que os mercados internos de países em desenvolvimento geralmente são residuais. A presença dessas empresas globais afetam os lugares: seu mercado de trabalho, seu consumo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, além das pressões por demandas aos poderes públicos dos três níveis, sob ameaça de migração por maiores vantagens.

As empresas mais fortes se localizam nos pontos mais favoráveis, geralmente mais providos de recursos em geral, mais luminosos; as outras empresas apropriam locais menos significativos, estabelecendo-se assim uma ocupação hierárquica. Mas as vantagens comparativas são disputadas permanentemente, alterando posições entre os lugares e as empresas, atraindo mais investimentos públicos e privados na disputa. Os resultados são valorizações e desvalorizações de partes territoriais como resultados da competitividade global.

A noção de espaço corporativo deriva de tal mecanismo, que inclui uma utilização privilegiada dos bens públicos e uma utilização hierárquica dos bens privados [...] Quando as corporações encorajam [...] a construção de sistemas de engenharia de que necessitam, e quando os governos decidem realizar tais obras, o processo de produção do espaço corporativo se fortalece (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.295)

A existência das empresas globais impõe normas internas no seu funcionamento e provoca normalizações no seu entorno, pelos excessos da implementação da padronização mundial, provocando conflitos nas relações entre o macro e o micro. A lógica da competitividade torna as empresas transnacionais ávidas da mais-valia que os lugares podem oferecer; daí sua agressividade em suas demandas por políticas e ações voltadas aos seus interesses.

A chamada guerra dos lugares é decorrente das disputas que os lugares – municípios, unidades da federação e países - travam para receber investimentos e instalações das empresas transnacionais. Os agentes públicos disputam vantagens e benefícios fiscais para aumentar suas atratividades por investimento; as empresas na verdade procuram tirar proveito dos lugares mais produtivos que possam lhes garantir maiores lucros, freqüentemente condicionando suas ações a investimentos do poder público (no presente e no futuro).

As empresas mais poderosas tendem a se localizar nos lugares mais rentáveis; estes lugares também variam conforme as atividades e produtos das empresas. As condições de infra-estrutura, recursos humanos, níveis de fiscalização, organização sindical, podem atrair ou repelir em determinado momento. Os humores destas disputas permanentes podem variar ainda com as mudanças conjunturais no ambiente empresarial mundial afetando comportamentos e substituindo as lógicas dos interesses destas empresas. Há, portanto, um cenário de incertezas onde o território receptor é sempre candidato a “marido traído”.

A perseguição onipresente por atividades de exportação, como se só produzissem resultados positivos para o desenvolvimento, marginaliza as populações, principalmente as mais pobres na medida em que as produções das empresas globais não são acessíveis ou do interesse delas; a divisão territorial do trabalho pode beneficiar apenas o consumidor externo ou global, e não necessariamente o do território onde funcionam as empresas globais.

A instabilidade do território é resultado da turbulência do mercado mundial. Seus efeitos se refletem em toda a rede das empresas envolvidas no processo (não só as transnacionais) criando permanente desordem seja pelas mudanças exigidas para a manutenção e funcionamento delas, seja por novas ordens emitidas pelos pontos de comando mudando lógicas e comportamentos. Como as redes envolvem inúmeros pontos do território estes ficam sujeitos às crises recorrentes do ambiente empresarial competitivo.

Algumas regiões acabam por atrair atenção e investimentos de determinadas atividades específicas criando grandes aglomerações especializadas que aumentam a produtividade geral das empresas. No seu entorno se desenvolvem serviços especializados demandados pela atividade, bem como infra-estruturas particulares. Estas atividades desenvolvem padrões de emprego e renda, formas sistêmicas de capacitação, ritmos de trabalho etc apresentando grande coerência territorial (consistência sistêmica entre fixos e fluxos); porém essa coerência é subordinada, não atendendo um projeto territorial de sua população, e fica ainda sujeita à volatilidade das empresas globais, e aos riscos da desvalorização e sucateamento dos seus sistemas (específicos) de engenharia.

O mundo globalizado baseado nos pressupostos neoliberais da competitividade e da regulação de mercado vivem sob os movimentos de aglomeração e dispersão, concentração e rarefação. Em cada momento dependendo das condições técnicas e políticas, existirão regiões que sofrerão as forças centrípetas que provocam adensamentos e aglomerações; a situação inversa será a dispersão provocada por forças centrífugas rumo a outros territórios.

Atualmente há tendências da dispersão da produção pelos diferentes lugares do mundo e concentração do poder, seja pelas fusões e concentração de empresas cada vez com maiores escalas; seja pela concentração do poder em países ou organizações mundiais com grande poder normativo, dominadas pelos países hegemônicos.

Os países emergentes ou em desenvolvimento, como o Brasil, receptores das empresas transnacionais têm seus governos envolvidos nas lógicas e racionalidades neoliberais: perseguem a atração dos investimentos das empresas mundiais em busca das exportações e de integração subordinada a seus interesses. O projeto nacional – de desenvolvimento mais equitativo e de cidadania à sua população – cede lugar aos interesses corporativos, transformando o território em espaço corporativo, regido pela lógica de seus interesses, ao invés do espaço da “solidariedade orgânica...[que]...resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar” apontam Santos e Silveira (2001, p.306).

4.5 - Desenvolvimento Rural

A crise da agricultura – expulsão dos agricultores familiares, migração dos jovens, desocupação e baixas rendas na agricultura de commodities, esvaziamento demográfico de municípios e regiões, desigualdades regionais – provocadas pela globalização e industrialização do campo nestas últimas três décadas tem provocado revisões e reflexões sobre as novas dinâmicas do desenvolvimento rural.

Mior (2005) destaca quatro posições ou abordagens: a) o sistema alimentar global como coordenador da agricultura b) a manutenção das especificidades da agricultura e do desenvolvimento rural, associadas ou não, as territorialidades; c) as abordagens de desenvolvimento exógeno versus endógeno; e) as integrações da agricultura nas noções de cadeia produtiva, distrito industrial ou cluster.

4.5.1 - Globalização versus localização

Para Buttel (1994 apud MIOR 2005) há duas grandes abordagens para os dilemas da globalização: a primeira que coloca a agricultura sob comando das grandes cadeias produtivas sob coordenação das dinâmicas das grandes empresas transnacionais que exercem a regulação e a coordenação da agricultura, já que seus atores principais – as agroindústrias e grandes redes de varejo – possuem o poder econômico, ideológico e político de dominação.

A segunda corrente, tem questionado o poder de homogeneização da globalização destacado pela abordagem da economia política, e faz análise da mudança rural a partir dos atores sociais analisa Ploeg (1990, 1992 apud MIOR, 2005). A diversidade das empresas agrícolas relacionadas às características da sociedade rural e da agricultura fazem com que os fenômenos da globalização se dêem de forma fragmentada, mediados pelos atores locais. Para este autor a padronização da globalização desconsidera a agricultura, como prática social, associada à natureza e ecologia, a organização social do trabalho, do tempo e do espaço, da produção de qualidades específicas, sendo a estrutura da família o princípio da organização social que dá sentido às vidas destes atores. A própria natureza localizada da agricultura exigirá sempre conhecimentos locais e específicos, argumenta o autor.

Para Ploeg (1990, 1992 apud MIOR, 2005) haveria espaços para diferentes estilos de agricultura: a agricultura moderna dos processos globalizados, e a agricultura econômica baseada no agricultor e suas redes de cooperação locais, com atividades diversificadas.

As críticas à primeira visão é o determinismo; à segunda, posição, é “exagerar a diversidade e resistência das empresas agrícolas familiares...[podendo]...tornarem-se utópica” afirma Mior (2005, p.30). Para Buttel (1994 apud MIOR 2005) a agricultura baseada nos petroquímicos está sendo pressionada pelos consumidores por razões de saúde e ambientais, o que forçará o aparecimento de uma agricultura que utilize processos alternativos de produção, o que levará a ressurgimento das técnicas locais.

A questão ambiental também fortalece o papel do local. A partir da Eco 92, é implementada a noção de desenvolvimento sustentável. O adjetivo sustentável porém tem sido utilizado de forma absoluta. Pretty (1995 apud MIOR 2005) chama atenção que para essa noção tenha efeito é preciso esclarecer “o que vai ser sustentado, em que tempo, a que custo, para benefício de quem” comenta Mior (2005, p.32). Deve-se portanto considerar a definição de sustentabilidade específica para o tempo e o local, não se tratando de modelo absoluto a ser seguido. As práticas sustentáveis serão aquelas que forem consideradas ambientalmente, socialmente e economicamente mais vantajosas - em determinado lugar e tempo - quando

confrontadas a outras práticas, que passarão então a ser classificadas como insustentáveis. O desenvolvimento local e/ou endógeno passaria a ser visto como associado ao desenvolvimento sustentável, ao contrário do desenvolvimento global.

4.5.2 - As interpretações sobre a Localidade

As discussões de localidade são discutidas a partir da década de 70 para explicar as diferenças da industrialização nos diferentes espaços. Massey (1979 apud MIOR 2005) chama atenção para a divisão espacial do trabalho. Milton Santos e Silveira(2001) também destacam a divisão territorial do trabalho, e a mediação que o território faz na adaptação da globalização em cada lugar, a partir da sua trajetória histórico-geográfica que resulta nas suas infra-estruturas e estabelece seus fluxos materiais e de informação, numa combinação própria da associação particular entre o território e sua sociedade.

Para Cooke (1989 apud MIOR 2005) a localidade se diferencia pelo papel pró-ativo das comunidades, uma energia social resultante de indivíduos, grupos e interesses sociais no espaço. Cox e Mair (1989 apud Mior 2005) tratam das localidades como produto de estruturas sociais específicas, considerando-as como agentes já que expressam identidades e interesses que servem de base para a ação.

Marsden et al. (1993 apud MIOR 2005) critica o local como um agente: seus atores são diversos e seus interesses variam; os territórios têm limites variados conforme os critérios de classificação; os atores atuam em diferentes escalas, os grupos sociais dispõem de recursos diferentes, tendendo os mais dotados a serem hegemônicos. Para o autor a dicotomia local – global é falsa porque a própria localidade também se subdivide em divisões espaciais e de escala de trabalho, que faz com que todo ator esteja ligado, direta ou indiretamente, através de redes com atores externos. Assim os atores atuam em distâncias locais e não-locais, esclarece Mior (2005).

Marsden e Murdoch (1995 apud MIOR 2005) discordam da noção de localidade como determinante estrutural. Eles reconhecem as relações sociais como formuladora de interesses, mas isso não é necessariamente determinante da ação social. A análise das relações de poder entre as redes deve considerar suas inter-relações com o conhecimento (capacidade discursiva de formular interesses), a ação social (possibilidades políticas) e os recursos econômicos disponíveis para realizar a ação.

Para eles as localidades seriam constituídas por inúmeras redes operando em diferentes escalas espaciais que, com seus recursos políticos, econômicos e culturais, fazem

com que o local seja construído e representado diferentemente nestas redes. Os alcances externos destas redes variam em função das posições sociais de seus atores.

4.5.3 - Abordagens exógenas e endógenas do desenvolvimento rural

Segundo Lowe (1995 apud MIOR, 2005) o modelo de desenvolvimento exógeno baseia-se no papel das cidades e das indústrias em coordenar as cadeias produtivas. A agricultura se reduziria às funções de provedora de matérias primas e de setor comandado das cadeias. Assim se justifica a dicotomia criada no período industrial entre o urbano e o rural, com o papel hierárquico sob domínio das cidades, com as respectivas representações ideológicas de espaços do progresso e do atraso.

A visão endógena procura fazer uma análise não setorial, onde atores se relacionam a partir dos seus arranjos territoriais. A Organização para a Cooperação Econômica (OECD) preocupada em diminuir as desigualdades regionais se vale da visão territorial para implementar suas políticas de desenvolvimento. Esta concepção pressupõe que todas atividades, setores e atores se relacionam dentro de um território.

A OCDE para definir os limites dos territórios rurais definiu que locais onde mais de 50% vivem em localidades de baixa densidade demográfica (menos de 150 habitantes por Km quadrado) seriam essencialmente rurais. Foram definidos também territórios intermediários e territórios urbanos conforme aumentava a densidade demográfica.

A partir deste mapeamento do espaço foi observado que muitos territórios rurais criavam mais empregos do que os urbanos, e que, territórios intermediários eram os que mais empregavam. Foi constatado ainda que os territórios rurais apresentavam arranjos de trabalho agrícola e não-agrícola, deixando o espaço rural de ser exclusivamente agrícola.

Veiga (2005) constatou o fato anterior a partir de levantamentos de localização de micro e pequenas empresas formais no Brasil (Mepp), identificou 1066 municípios com alta densidade de Mepp(40 ou menos empresa por habitante) entre os 4500 municípios rurais. O autor chama a atenção que o desenvolvimento dos municípios rurais se dão pela presença de empresas dos três setores, e não só de empresas rurais.

Para Saraceno (1994 apud MIOR 1995), uma estudiosa de desenvolvimento rural, não é possível estudar o rural isoladamente, sem suas relações e integrações com todo o território, até porque as tendências recentes têm mostrado maior integração do espaço rural com o restante do território. Para ela o desenvolvimento rural pode seguir duas abordagens: o da especialização com o território voltado à integração externa através das cadeias globais; as

áreas diversificadas que privilegiam a identidade territorial, cooperação intersetorial, apresentando várias formas de relações externas, trabalhando com mercados segmentados ou nichos, a chamada economia de escopo.

Lowe et al. (1998 apud MIOR 2005) aponta os riscos do exagero das potencialidades do desenvolvimento endógeno, que podem ser apropriados por atores locais hegemônicos ou podem se caracterizar pela apatia dos diferentes atores locais, principalmente quando estas políticas se restringem à construção de capacidades locais. Para eles o desenvolvimento endógeno precisa ser acompanhado pelo controle do processo de desenvolvimento, o que tem a concordância de Mior (2005) que considera que o importante é saber como os circuitos locais de produção/consumo se articulam com os circuitos extra-locais.

Whatmore oferece crítica semelhante:

As tipologias...[falando em empresas agrícolas]...devem ajudar a identificar as conexões vitais e reflexivas entre o local e o global...de modo...[que]...as políticas de desenvolvimento endógeno não se restrinja a uma série de arenas geográficas não relacionadas e fechadas (WHATMORE 1994 apud MIOR, 2005, p.44).

4.5.4 - As integrações da agricultura

4.5.4.1 - Cadeia Produtiva

A especialização da agricultura no período industrial é resultado da divisão do trabalho setorial: agricultura, indústria e distribuição/comércio. O conjunto das atividades desde a produção agrícola ao seu processamento e distribuição até o consumidor passou a ser chamado de Complexo Agroindustrial conforme Kageyama et al (1987 apud MIOR 2005).

Na opinião de Mior (2005, p.45) o termo agronegócio “...abrange desde uma visão ampla, que dá conta de tudo o que diz respeito à agricultura e suas relações a montante e a jusante, até um sentido mais restrito, como o de cadeia produtiva”, onde estas relações se restringem a um produto específico. Essa noção de cadeia produtiva teve diferentes usos, no Brasil, aponta Mior (2005). A pesquisa e extensão rural nela procuravam gargalos tecnológicos e organizacionais. Na sociologia as análises procuravam destacar a perda de autonomia da agricultura diante dos setores fora dela, baseados nas relações de integração verticais e assimétricas.

O foco da análise das cadeias produtivas nas relações verticais da integração desconsiderou tanto as relações horizontais entre os agentes de um mesmo setor da cadeia

(agricultura, indústria, distribuição), como as relações horizontais entre os agentes dentro determinado território. O pressuposto é que haveria uma orquestração entre os atores em busca da competitividade da cadeia como um todo.

Esse viés de utilização da noção de cadeia produtiva no Brasil pode ser explicado pelo interesse das agroindústrias que dele se apropriaram para desenvolverem redes longas, de exportação, onde avaliavam que o papel territorial (da produção e processamento pelo menos) seria pouco relevante, pois se trabalhava com um modelo exógeno de desenvolvimento, sugere Mior (1995).

Segundo Mior (2005) conforme as cadeias produtivas se adensam, aumenta a especialização que provoca externalidades como o surgimento de novos agentes voltados ao apoio das atividades técnico-produtivas, que tornam as relações entre os atores mais complexas, podendo levar à constituição do que se chamou de cluster e distritos industriais.

4.5.4.2 - Cluster e distritos industriais

Ramos define cluster como

...uma concentração setorial ou geográfica de empresas nas mesmas atividades ou em atividades diretamente relacionadas, com importantes e cumulativas economias externas, de aglomeração e especialização...com possibilidades de ação conjunta na busca de eficiência coletiva (RAMOS 1998 apud MIOR, p.50).

O essencial dos clusters seria a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de uma região promovendo seu desenvolvimento. Ramos (1998 apud MIOR) considera que os clusters podem variar de incipientes a maduros conforme envolva mais ou menos processos de agregação de valor; sua noção de cluster é mais técnico-produtiva refletida numa análise descritiva dos seus elementos.

Amorim (1998 apud MIOR 2005) trata cluster e distrito industrial como sinônimos. A autora enfatiza o caráter de cooperação entre os agentes econômicos, valorizando as relações sociais e econômicas entre eles, supondo um ambiente de relações horizontais.

Veiga (2005) trata clusters e Arranjos Produtivos Locais (APL) como sinônimos. Ele defende que o APL tem na confiança sua característica principal, e que ela pode ser construída "...desde que não se confunda o papel do governo com o papel dos atores locais" (VEIGA, 2005, p.82). o autor destaca que para haver APL é necessária uma densidade mínima de Mepp para que seja possível existir as interações e articulações entre elas.

A flexibilização do conceito de distritos industriais tem levado a aplicação do conceito desde regiões urbanas especializadas a regiões rurais diversificadas, como poderia ser aplicado até às relações interempresariais onde existem grandes empresas, comenta Mior (2005).

Para muitos autores os distritos industriais têm sido tratados como redes de pequenas e médias empresas com relações horizontais e simétricas, influenciados pelos estudos dos distritos industriais italianos. Ocorre porém que as redes também podem ser verticalizadas e assimétricas quando existirem grandes empresas, que trabalhem com a subcontratação.

Helsing (1990 apud MIOR 2005) discorda que a existência de redes verticalizadas signifique impossibilidade de pequenas empresas manterem autonomia e tirarem vantagens de externalidades econômicas geradoras de oportunidades, a partir de aglomerações industriais onde existam grandes empresas.

Lowe et al. (1995 apud MIOR 2005) consideram que há dois tipos de formas econômicas organizadas em redes e que impactam diferentemente o desenvolvimento regional: as redes em que as empresas têm por motivação os custos e preços competitivos, e que distribuem suas tarefas pelas regiões menos qualificadas e periféricas; e empresas que buscam sua performance na qualidade dos produtos, procurando regiões onde há mão-de-obra adequada para isto. O primeiro tipo trabalha com relações predominantemente verticalizadas e de poder assimétrico, enquanto o segundo grupo valoriza as relações horizontais e simétricas baseadas na cooperação.

Fanfani (1994 apud MIOR 2005) estudou os distritos industriais que desenvolviam na Itália o queijo Parmigiano – Reggiano; o processamento de carne suína e o processamento de carne de frango. Esse autor observou que nos distritos do frango embora houvesse vários relacionamentos entre médias e pequenas empresas, havia uma tendência de predomínio das grandes firmas, diferentemente das do queijo. No distrito de suínos as relações entre produtores e indústrias eram mais verticalizadas que nas do queijo.

Fanfani concluiu que as diferenças do desenvolvimento territorial estavam na origem rural que caracterizava as habilidades artesanais dos trabalhadores e empresários, além da presença de instituições de capacitação e pesquisa geradoras da qualificação do capital humano. Para ele os distritos agroindustriais se diferenciariam por sua especialização ou presença de atividades artesanais voltadas às demandas regionais.

4.5.4.3 - As redes de desenvolvimento rural

Marsden, Lowe e Whatmore (1990 apud MIOR) propõem que a mudança rural deve considerar tanto as redes do sistema alimentar globalizado – verticais e setoriais - como as redes que reestruturam o mundo rural a partir das dinâmicas sociais e econômicas territoriais que misturam dinâmicas agrícolas e não-agrícolas, o espaço rural e o espaço urbano.

Segundo Mior (2005) Lowe, Murdoch e Ward propõem que a análise considere as dimensões espaciais e sociais na avaliação das relações de poder. Para eles as relações entre os agentes locais entre si, e entre estes e os não-locais, é até mais importante que pertencer ou não, a um território: “... o sucesso implica em assegurar que essas ligações sejam construídas em termos que permitam que os atores locais exerçam controle e mantenham proporção razoável do valor adicionado” (LOWE, MURDOCH e WARD 1995 apud MIOR, 2005, p.56).

Para estes autores a investigação deve focar-se no conhecimento sobre como se gera valor nas cadeias de produção e consumo; quem e como o controle nas cadeias é exercido. Eles propõem que a análise se desenvolva a partir do “enraizamento local das redes nas regiões, suas relações com o exterior e as condições que permitem...[o sucesso]...do controle e do valor econômico pelos atores locais” (LOWE, MURDOCH e WARD 1995 apud MIOR, 2005, p.56). Essa abordagem implica em pesquisar as inter-relações locais e externas simultaneamente, fugindo da armadilha das reduções do desenvolvimento exógeno versus endógeno.

Marsden (1999 apud MIOR 2005) também questiona a posição da hegemonia da economia política da internacionalização do sistema alimentar no processo de globalização, ao constatar que os territórios rurais não estão se homogeneizando conforme previa esta corrente analítica.

Murdoch (2000 apud MIOR 2005) se interessa por analisar não as redes globais, mas as de nível intermediário. Para ele, é neste nível que atores locais e não-locais se articulam nos territórios rurais implementando o desenvolvimento rural. Nos territórios, continua o autor, existiriam dois conjuntos de redes: as redes verticais onde a agricultura se integra as produções especializadas e setoriais comandadas pelas grandes empresas setoriais, e as horizontais, onde a agricultura se articula através do território em atividades locais e regionais, inclusive urbanas.

Callon (1991 apud MIOR 2005, p.59) utiliza a teoria do ator-rede (TAR) afirmando que “os atores definem uns aos outros na interação e através dos intermediários que eles colocam em circulação”. As redes técnico-econômicas consideradas seriam híbridos de

pessoas e intermediários materiais, como textos, objetos técnicos, as capacidades humanas e o dinheiro. Uma das principais propriedades destas redes é a capacidade de ação à distância, muito utilizada pelas grandes agroindústrias na “padronização técnico-produtiva na esfera agrícola” fala Mior (2005, p.59). Essa possibilidade é também observada por Milton Santos (2001) que afirma que o sistema técnico-científico-informacional é que permite o comando das atividades econômicas a partir dos centros hegemônicos mundiais. Latour (1987 apud MIOR 2005, p.60) retrata o mesmo fenômeno de outra forma: “agir a distância é controlar pessoas, eventos e lugares, trazendo para casa esses lugares, pessoas e eventos”.

Enquanto as redes verticais são analisadas pelas abordagens das cadeias de commodities e pela teoria do ator-rede, as redes horizontais têm sido abordadas pelo recorte territorial com foco nas redes sociais de inovação e aprendizagem. O pressuposto é que “as regiões ...de sucesso são as que conseguem incorporar de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico” considera Murdoch (2000 apud MIOR 2005, p.61), para quem as estratégias de desenvolvimento rural devem combinar o fortalecimento de atividades agrícolas e não-agrícolas. Geralmente a inovação necessária para o desenvolvimento não é resultado de arranjos institucionais “preexistentes mas, sim, [aqueles] que habilitam novas formas de orquestrar o desenvolvimento econômico” (MIOR, 1995, p.61).

Diferentes formas de desenvolvimento poderão surgir nos territórios rurais, mas sempre estarão associados à existência de redes interativas flexíveis e relações baseadas na confiança e reciprocidade – capital social – capazes de desenvolver ambientes de inovação e aprendizagem. Territórios que têm na agricultura familiar sua base social e econômica, pelas suas ligações de origem e redes de relações sociais cooperativas, são potencialmente preparadas para aproveitar das oportunidades de desenvolvimento incorporadas pelo território.

Murdoch chama atenção sobre a vantagem que a abordagem de redes tem por permitir integrar “as questões do desenvolvimento, internas às áreas rurais, com problemas e oportunidades, que são externas...[permitindo] ainda manter o interno e o externo juntos numa mesma referência” (MURDOCH 2000 apud MIOR 2005, P.63).

Murdoch (2000 apud MIOR 2005) identifica a existência de três tipos de territórios conforme suas redes:

1. Territórios com predomínio das cadeias especializadas de *commodities* padronizados, tendo por estratégias competitivas as economias de escala, desenvolvidas pelas grandes empresas vinculadas aos mercados globais. Seu desafio é acompanhar as inovações tecnológicas geradas fora da região.
2. Territórios que têm por estratégia competitiva a produção diversificada a partir de redes de pequenas e médias empresas do setor agrícola e não-agrícola. Sua questão chave é a continuidade da inovação a partir da capacidade de aprendizagem regional.
3. Territórios marginais que nem desenvolvem as redes da produção especializada e verticalizadas, nem o desenvolvimento territorial a partir das redes horizontais

Murdoch conclui que o “paradigma de rede não deveria ser usado para sugerir apenas um modelo de desenvolvimento rural” (2000 apud MIOR 2005, p.64).

Para concluir Lowe et al. chama atenção para que não se trate das redes como concepção normativa: em primeiro porque ela não é a única definidora da ordem organizacional; nem as redes são novas, nem o mercado e as relações hierárquicas estão desaparecendo. Outra sugestão do autor é “...não fazer suposições a priori sobre a natureza das relações em rede” (LOWE et al.1995 apud MIOR 2005, p.64) deixando, como sugere Murdoch (2000 apud MIOR 2005) que o desenvolvimento rural seja avaliado nos seus contextos políticos e econômicos específicos.

4.6 - O debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural

Para Navarro (2002 apud MIOR 2005) a década de 90 reacendeu a discussão do desenvolvimento rural pela segunda vez no Brasil. A primeira, para o autor, teria ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, no seio das discussões desenvolvimentistas no país.

Na década de 90 desenvolve-se um ambiente de debates e revisões das políticas públicas provocado pelo processo de democratização do país: avanços ao direito à cidadania materializados na Constituição de 1988 e o crescimento da representação popular na luta pela terra através dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST; a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores, CUT, a participação da Comissão Pastoral da Terra, CPT da Igreja Católica,

dos partidos de esquerda e sociais democratas em geral, são alguns elementos e atores fundamentais desse processo.

Wilkinson (2000 apud MIOR 2005) aponta três enfoques acadêmicos de desenvolvimento rural ligados à agricultura familiar. O primeiro é o da inserção da agricultura familiar no mundo agrícola, apoiada na Reforma Agrária e políticas de apoio aos agricultores familiares, voltadas a estes atores para que possam desempenhar seu papel de indutores do desenvolvimento nos territórios rurais.

O segundo destaca o papel das atividades não-agrícolas para a agricultura familiar, já que o desenvolvimento moderno da agricultura através da verticalização comandadas pelas agroindústrias estaria limitando seus integrados à agricultura empresarial e de escala.

O terceiro propõe o enfoque agroindustrial para reinserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas fordistas e, nas novas cadeias emergentes de consumo, associadas aos produtos locais, artesanais e orgânicos/agroecológicos.

Veiga (2001) chama atenção para a falsa avaliação sobre o ‘tamanho rural’ do Brasil. Partindo de dados de densidade demográfica e população dos municípios, o pesquisador, analisando o comportamento destas variáveis conclui ser razoável considerar os municípios com menos de 100 mil habitantes rurais e ao mesmo tempo com densidades demográficas inferiores a 80 habitantes por quilômetro quadrado, como municípios rurais. Por este critério o país teria 4485 municípios rurais, com 51,6 milhões de pessoas (Censo de 2000), representando 30,4% dos brasileiros. Veiga (2001) ainda utilizou as taxas demográficas para classificar o dinamismo dos municípios, e encontrou: 25% de municípios atraentes (taxas de crescimento demográfico superior a média nacional); 30% de municípios letárgicos (taxas positivas mas inferiores a média nacional) e, 45% esvaentes (taxas negativas de crescimento populacional).

4.6.1 - Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento territorial

Em meados da década de 90 o Governo Brasileiro implanta os Programas de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF, e intensifica o Programa Nacional de Reforma Agrária - INCRA, dando maior visibilidade à agricultura familiar. Em pesquisa encomendada pelo INCRA e realizada por Guanziroli et al. (2001) a partir do Censo Agropecuário de 1995/96, é mostrada a partir daquele Censo, a importância social e econômica da agricultura familiar. A pesquisa mostrou que 85% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares, que

ocupam 30% da área agricultável e respondem por 38% da produção agropecuária, ocupando 77% de toda a mão-de-obra rural.

Neste trabalho os autores procuram mostrar a superioridade técnica-econômica da agricultura familiar através de indicadores de produtividade agrícola e renda por unidade de área quando comparadas à agricultura patronal, justificando a aposta na inserção agrícola da agricultura familiar. Por outro lado, reconhece que 2,7 milhões de suas propriedades, cerca de 60% das propriedades familiares, não gera renda suficiente para a subsistência das famílias agricultoras. A principal explicação para o fato estaria na concentração fundiária brasileira, que resulta num enorme contingente de minifúndios.

Veiga (2001) critica o modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura patronal, e o viés urbano das políticas públicas de desenvolvimento do país. Reclassificando os municípios em rurais, urbanos e rurbanos a partir de critérios de densidade populacional e tamanhos de cidades (semelhantemente ao que foi proposto pela OCDE), Veiga concluiu que 4485 municípios brasileiros são rurais, abrigando 30,4% da população do país, com população relativamente estabilizada, diferentemente da imagem fortemente urbana interpretada pela taxa de urbanização de 81,2% obtida pelos critérios de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Abramoway (1999 apud MIOR 2005) tem proposto pensar o desenvolvimento rural a partir das noções de capital social e de território. A noção de “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAN 1996 apud MIOR 2005, p.70). Putnan (1996 apud MIOR 2005) exemplifica como produtos de capital social as ações coletivas como fundos rotativos de crédito, cooperativismo e associativismo de pequenos agricultores familiares.

Abramoway também se utiliza da noção de território que para ele “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOWAY 1999 apud MIOR 2005, p.71), mas que certamente contribuem para os processos endógenos do desenvolvimento como o dos distritos industriais. O autor destaca a tendência da descentralização na implementação das políticas através de conselhos municipais de desenvolvimento como instrumentos de fortalecimento dos territórios.

Ao discutir o desenvolvimento rural sob a perspectiva territorial, Abramovay (1999 apud Mior 2005) destaca que uma característica sempre presente nos locais mais dinâmicos, sob o ponto de vista econômico e social, é a capacidade de promover iniciativas inovadoras

que, por sua vez, dependem das formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir, isto é, trabalhar seu capital social como um recurso.

Por isso, o autor afirma que não se trata apenas de melhorar a escola rural, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural.

4.6 2 - Multifuncionalidade e pluriatividade

Para Graziano (1997 apud MIOR 2005) o novo rural se caracteriza por ser um continuum do urbano, onde as novas funções rurais deixam de ser exclusivamente agrícolas incorporando dimensões de lazer, turismo, serviços e outras atividades não agrícolas. Analisando dados da Pesquisa Nacional de Domicílios, PNAD/IBGE constata que a partir dos anos 80 o crescimento da ocupação rural deveu-se às atividades não-agrícolas, enquanto que nas atividades agrícolas o nível de ocupação havia caído. Em 1990 cerca de 40% da população rural do Sudeste estaria ocupada em atividades não-agrícolas.

Graziano (1997 apud MIOR 2005) considera que as necessidades de urbanização do campo tirando sua população do isolamento é que poderiam contribuir essencialmente para o desenvolvimento rural, já que a agricultura de escala empresarial é que responde pela economia agrícola.

A multifuncionalidade do campo nos tempos pós-modernos atribuiria a ele novos papéis, como as amenidades, a conservação ambiental, exigindo políticas de zoneamento econômico para viabilizar estas atividades não-agrícolas, com as agrícolas, industriais etc.

Cientistas sociais como Wanderley (1997 apud MIOR 2005) e Carneiro (1997 apud MIOR 2005) discordam da idéia do continuum urbano, argumentando que a população rural tem características específicas: suas relações com a natureza e as relações sociais são diferentes.

Para Graziano (1997 apud MIOR 2005) as políticas de desenvolvimento rural deveriam valorizar a pluriatividade da população rural através do incremento de atividades não-agrícolas aliadas ao acesso de políticas públicas de educação, saúde, comunicação etc.

4.6.3 - Agricultura familiar e as agroindústrias

Para Wilkinson (1996, 1997 apud MIOR 2005) a integração da agricultura familiar às agroindústrias tem permitido a inserção socioeconômica destes atores e, por conseqüência, o desenvolvimento rural. Para o autor é a estrutura social da agricultura familiar que permite essa articulação e, não a superioridade técnica-econômica, que justifica o sucesso desta integração.

Estudos de Wilkinson (1996, 1997 apud MIOR 2005) mostraram que onde existe a integradora agroindustrial de frangos, como Santa Catarina, é onde há a reprodução da agricultura familiar. Locais onde ela inexistente, como Minas Gerais, são os produtores patronais os criadores de frango.

As mudanças dos padrões de integração agroindustrial exigindo escalas e especialização, provocam uma acentuada exclusão de agricultores familiares. A partir daí Wilkinson (1996, 1997 apud MIOR 2005) defende processos autônomos de agroindustrialização pela agricultura familiar, voltada aos nichos, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada.

4.6 4 - Diferenças das abordagens de desenvolvimento rural

A primeira diferença das abordagens está nas bases estratégicas para as políticas de desenvolvimento rural: para Graziano (1997 apud MIOR 2005) políticas de estímulo às atividades não-agrícolas; para Veiga (2001) e Abramoway (1999 apud MIOR 2005) fortalecimento da agricultura e reforma agrária e integração do desenvolvimento rural e urbano dos territórios; para Wilkinson (1996, 1997 apud MIOR 2005) a atuação da agricultura familiar deve-se voltar as novas demandas específicas dos consumidores, voltando-se a produtos como os orgânicos e artesanais.

Os dois primeiros enfoques trabalham com políticas públicas de baixo para cima que devem ser apropriadas territorialmente pelos agricultores familiares, numa visão que valoriza o desenvolvimento endógeno.

No terceiro enfoque a integração dos agricultores familiares às atividades agroindustriais supõe a necessidade de ações em diferentes escalas espaciais. Elas devem prever desde inserções em redes verticalizadas de commodities através de formas associativas de pequenos agricultores, até criação de redes de produtos diferenciados anteriormente relatados, combinação que deve variar conforme as diferentes realidades territoriais.

4.7 - A crise da agricultura e a reprodução da produção camponesa

4.7.1 - As mudanças nas tradições camponesas

Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) denomina de ‘microcosmo fechado’: ao espaço rural fechado do mundo camponês das décadas passadas, onde há pouca interferência dos valores urbanos, seja pela distância geográfica, econômica ou cultural.

O isolamento geográfico, reforçado pela falta dos meios de comunicação de longo alcance e, pela precariedade dos meios de transportes, tendia a reduzir a área de deslocamentos e a favorecer o fechamento num mundo social de base local.

Na sociedade camponesa a família desempenhava um papel fundamental, nos valores internos do grupo e da comunidade, por intermédio da socialização para o trabalho. Pelo lado da comunidade a identificação começa a se dar quando a criança se relaciona com seus pares nos espaços de lazer, como jogos e festas, nas celebrações religiosas, bem como no convívio corriqueiro com a vizinhança, destaca Mello (2006).

Bourdieu destaca que a família

tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência da acumulação do capital, sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações (1996 apud MELLO 2006, p.131).

Bourdieu (1962 apud MELLO 1999) destaca o papel da família e sua lógica está em se reproduzir como patrimônio, cuja base está alicerçada sobre o princípio do *habitus*, enquanto um conjunto de disposições internalizadas e naturalizadas que sustenta as práticas da reprodução social, englobadas nessa lógica e nesse espaço social.

Nessa perspectiva, em geral cabia aos rapazes reproduzir o papel de agricultor, representado na figura do pai, e às moças o papel de mãe e esposa de agricultor. Assim, a identidade social familiar, com seus valores simbólicos: como a visão do mundo, a concepção do trabalho, sua moral que, de certa forma, representam o interesse do grupo familiar, é transmitida aos filhos e configura o *habitus* camponês.

Como destaca Renk (2000 apud MELLO 2006), nessa época a excelência da condição camponesa era inquestionável, naturalizada, similar ao destino. Havia um ‘olhar de piedade’, pela sujeição que representava o trabalho assalariado, ‘ir ao mando dos outros’. Portanto, ‘ficar, continuar, suceder’ eram os valores dominantes do grupo. Assim, todos os esforços do

grupo familiar se voltavam para a elaboração de estratégias que permitissem a formação de novos agricultores e que garantissem a reprodução social das unidades produtivas e dos valores fundamentais do grupo.

Referindo-se ao campesinato da França dos anos 1960, num contexto de enclave agrícola e ocupacional, Champagne (1987 apud MELLO 2006) esclarece que nesse universo social, isolado das influências externas, bastava deixar agir a lógica da família para que, de maneira quase automática, surgissem um ou vários filhos desejando continuar a atividade paterna.

A pesquisa de Renk (2000 apud MELLO 2006), constatou que a alta taxa de hereditariedade ocupacional fazia com que, ciclicamente em cada grupo familiar se repetisse o processo. Para a autora a condição de colono-proprietário era autoconsiderada como portadora de virtudes étnicas e enaltecida a liberdade decorrente da condição de colono, em oposição aos demais ofícios, principalmente ao assalariamento. Ou seja, no passado a identidade de colono na região, como destaca Renk (2000 apud MELLO 2006), se associava a um complexo de superioridade com relação às outras camadas sociais. Estaria próxima a categoria sociodocência empregada por Bourdieu (2000 apud Mello 2006), para explicar o sentimento dos que se julgam socialmente superiores: “...É isto que faz com que os dominantes se sintam justificados a existir como dominantes; que eles se sintam como possuindo uma essência superior” (Bourdieu 1983 apud MELLO 2006, p.205).

Para as condições francesas, segundo Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) o alargamento do espaço rural se deu principalmente no campo escolar, econômico e matrimonial e permitiu que se modificasse a maneira como as relações camponesas eram conduzidas no seu espaço social mais fechado, fragilizando o que o autor chama de habitus, e que Mello define como

um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, adquiridos ao longo do tempo e que nos permite agir e evoluir com naturalidade num universo social dado e, por ser fruto de um sistema histórico de relações sociais, transcende o indivíduo (MELLO 2006, p.3)

Esse alargamento do espaço rural francês a partir do final da década de 60 é intensificado por um fator estrutural que Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) denomina de ‘unificação do mercado de bens simbólicos’, que faz parte de um conjunto de processos econômicos e, sobretudo, simbólico no interior do espaço social de convivência dos agricultores. Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) explica que essa unificação tem como

efeito primeiro fazer desaparecerem as condições de existência dos valores camponeses capazes de se colocar ante os valores dominantes, como antagonistas.

Neste sentido, Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) chega a afirmar que a crescente subordinação da economia camponesa à lógica do mercado não teria bastado, por si só, para determinar as profundas transformações do mundo rural se não estivesse ligado, a uma mudança nos valores tradicionais camponeses, provocada pela unificação do mercado de bens simbólicos (valores, tradições, instituições, regulações), ocorrida no meio rural a partir de meados dos anos 1970, capaz de determinar o declínio da autonomia ética dos camponeses e, com isso, o enfraquecimento de sua capacidade de resistência.

Como fatores dessas transformações podem-se citar: a subordinação crescente ao mercado de produtos agrícolas, sobretudo à indústria alimentar; a escola e seu sistema de ensino, como instrumento principal de dominação simbólica do mundo da cidade; a mudança da visão do camponês sobre o mundo real decorrente da diluição das fronteiras rural-urbano, com destaque do papel da comunicação, em especial a televisão.

Essa unificação tem como primeiro efeito fazer desaparecerem as condições de existência de valores camponeses, seus modos de se comportar. Nesse processo, a contrastação da cultura urbana em relação à camponesa, toma esta como 'atrasada', operando uma dominação simbólica que se constitui em 'estigmas negativos' que muitos jovens buscam se livrar, lançando mão da estratégia da migração.

No caso dos jovens, sobretudo as moças, constata-se uma certa negação da profissão de agricultor e é neste sentido que Champagne (1986 apud MELLO 2006) considera que o alargamento do espaço social transformou profundamente a percepção que a família rural tinha de si mesma.

Neste caso, a crise de reprodução da agricultura familiar pode ser o próprio reflexo de uma crise de identidade, isto é, da negação da condição de colono. Champagne (1986 apud MELLO 2006) coloca em relevo que para que um agricultor possa reproduzir-se como tal é necessário que ele julgue que sua vida de agricultor ainda mereça ser vivida e, que seus filhos acreditem nisso. Como analisaremos mais adiante, parece que é exatamente o estilo de vida (colono) dos pais que tende a ser rejeita pelos filhos/filhas.

Esta situação pode ter levado ao que Bourdieu (2000 apud Mello 2006) chama de 'conversão coletiva'. Trata-se de um processo que inicia com a progressiva queda das barreiras entre os mundos rural e urbano, permitindo uma comparação entre eles, tornando percebidas e apreciadas as vantagens associadas à existência urbana. A conversão coletiva, por conseguinte, representa a atração do modo de vida urbana exercida sobre as mentes

convertidas às suas seduções, conferindo ao campo social um poder simbólico fundado no reconhecimento concedido de forma unânime aos valores dominantes.

Para Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) os agentes menos apegados a terra e à casa são os que oferecem a menor resistência às forças de atração externas e que percebem antes do que os outros as vantagens da migração aponta Mello (2006).

Como salienta Champagne (1987 apud MELLO 2006), a crise de reprodução do campesinato está sim relacionada com fatores econômicos, porém, isso ocorre de uma maneira indireta. O fundamental é que a recusa dos filhos (as) de serem os sucessores do estabelecimento parece que se deve muito mais a negação do estilo de vida de seus pais.

Não estamos querendo minimizar a importância do fator econômico, mas apenas afirmar que em muitos casos ele pode não ser o mais importante e, nem mesmo, o fator definidor. Isto pode ser constatado em muitas unidades familiares em que o potencial sucessor deixa a propriedade em troca do trabalho assalariado cuja remuneração é menor a que ele obteria trabalhando no próprio estabelecimento familiar.

Certamente, outras razões, que não de ordem econômica, também levam os jovens a migrar. Os inúmeros depoimentos que tratam da perda de auto-estima entre os agricultores ou o descontentamento das mulheres apontam outras perspectivas. Apenas para citar alguns exemplos: a resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos (WOORTMANN, 1988 apud MELLO 2006); dependência do ‘pai-patrão’, serviço de ‘escravo’ e posição de subalternidade do colono (RENK & CABRAL 2000 apud MELLO, 2006).

A escola também apresenta papel fundamental na mudança dos hábitos dos agricultores familiares. O exercício da profissão de agricultor no passado não estava associado à necessidade de estudar. A regra constatada em vários estudos da América Latina (DURSTON, 1996 apud MELLO, 2005) é que fica no campo o filho que menos estudou.

O que pretendemos discutir, ainda que de maneira exploratória, é a influência da escola na formação da identidade do agricultor ou na desconstrução dessa identidade. Nossa hipótese é que a escolarização abala o quase monopólio das famílias rurais sobre a socialização de seus filhos e que o sistema de ensino e todo o ambiente em torno da escola estigmatiza negativamente o meio rural, a agricultura e o ofício de agricultor, opina Mello (2006).

Para Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) o sistema de ensino se constitui no principal instrumento de dominação do mundo da cidade. O fato pode ser avaliado pela noção de ‘violência simbólica’ utilizada por Bourdieu (1970 apud MELLO 2006). Para o autor, é pelo controle do capital simbólico que os dominantes impõem aos dominados seu arbítrio cultural,

as hierarquias, as relações de dominação, fazendo-os percebê-las como legítimas. Essa capacidade de imposição consentida de um arbítrio cultural aos dominados é que Bourdieu (1970 apud MELLO 2006) denomina de violência simbólica comenta Mello (2006).

Cabe também à escola, cujos juízos e sanções podem confirmar os da família, mas também contrariá-los e, se opor a eles, contribuindo de maneira totalmente decisiva para a construção da identidade, afirma Bourdieu (1997 apud MELLO 2006). Na realidade, a escola e todo o ambiente em torno dela (a forma de vestir, de se expressar, de se portar) impõe e faz-se reconhecer como detentora de uma identidade social legítima, ganhando espaço na transmissão de valores, em larga medida, estranho aos que são necessários para a construção social do agricultor .

Para Bourdieu (1970 apud MELLO 2006). Este é um mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como ‘natural’ as representações ou as idéias sociais dominantes. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apoia o exercício da autoridade. Bourdieu considera que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de ensino e de avaliação, relações pedagógicas, práticas lingüísticas), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares, como é o caso dos adolescentes e jovens filhos de agricultores.

4.7.2 - A reprodução da produção camponesa no Brasil

A história da produção camponesa no Brasil se dá, como regra, como coadjuvante da grande produção: na maior parte das vezes, simultaneamente como produtora de excedentes de alimentos e de mão-de-obra para o latifúndio e os povoados próximos. Os camponeses estão presentes em todo o mundo rural do país que ocupou os primeiros quatro séculos e meio de nossa história, até que a industrialização, associada à urbanização, começasse a mudar a cara da economia e do espaço brasileiro.

Este contingente social que era composto pelos pobres do campo se reproduzia através da agricultura de subsistência, com excedentes vendidos aos mercados próximos, sendo responsável durante todo este período pelo sistema de abastecimento alimentar dos brasileiros, já que o latifúndio geralmente se dedicava aos produtos de exportação. Estes agricultores familiares eram compostos de índios, negros, europeus, e seus descendentes mestiços, que trabalharam na grande propriedade exportadora, que em conjunturas de crise, liberavam esta mão-de-obra e/ou mudavam suas relações de trabalho aponta Martins (2003).

A colonização sulina dos séculos XIX e XX de camponeses europeus é a exceção deste processo de simbiose entre a grande propriedade e a agricultura familiar. A colonização a partir de migrantes-proprietários concentrados numa mesma região, ocupando áreas que não tinham sido ainda desbravadas, pode ser considerado como o único processo de ocupação e produção territorial brasileiro que nasceu baseado nas relações sociais de produção da agricultura familiar.

No Nordeste a cana-de-açúcar voltada para a agricultura de exportação utiliza a escravidão indígena até o século XVIII quando esta escravidão passa a ser substituída pelos negros africanos. Os índios “liberados” vieram a se constituir nos agregados e moradores das propriedades rurais nordestinas, onde pagavam a renda da terra com dias de trabalho fala Martins (2003). Mantiveram assim uma espécie de exército de reserva de mão-de-obra, que seria importante na crise canavieira do final do século XVIII e início do XIX, quando substituiu a escravidão negra atraída pelas dinâmicas regiões de mineração, e depois o café, no sudeste brasileiro.

A indústria extrativa da Amazônia (borracha e castanha) dos séculos XIX e início do XX também recorreu aos índios e aos migrantes do semi-árido nordestino numa relação que Martins (2003) chamou de ‘cativeiro da escravidão por dívida’ que os mantinha eternos devedores das ‘compras’ dos armazéns de propriedade dos próprios empresários agroextrativistas. Com a crise internacional da borracha, e com apropriação dos castanhais pelos pecuaristas do Centro Sul, estes trabalhadores se transformam nos posseiros das terras públicas (ou eventualmente privadas) da Amazônia.

No Sudeste é a cafeicultura de exportação que se desenvolve no século XIX a partir da escravidão negra e depois, com a abolição, com o ‘sistema de colonato’ com base na imigração europeia e parte dos antigos escravos e mestiços, e com os parceiros. As duas formas de trabalho disponibilizavam terra para os trabalhadores desenvolverem pequenas lavouras de subsistência. Parte desta população posteriormente se transformou em assalariados rurais, parte migrou para as indústrias das cidades. Outros que conseguiram pequenas economias compraram terras nas regiões de fronteira ou se estabeleceram como posseiros, vindo a se constituir na base dos agricultores familiares desta região.

A agricultura camponesa nasce e se reproduz na esteira das relações de trabalho com o latifúndio exportador, e principalmente, se multiplica nas situações de falta de trabalho resultantes das crises do latifúndio alerta Martins (2003). Sua reprodução se garantiu por muito tempo, enquanto haviam ‘fronteiras abertas’ (disponíveis) e não apropriadas ainda pelas explorações do capital produtivo ou especulativo.

Foi o processo de industrialização das décadas de 50 a 70 que provocou as migrações de agricultores como mão-de-obra para as indústrias das cidades e que modificou as condições de reprodução da agricultura camponesa. As necessidades de acumulação de capital, da manutenção dos custos de reprodução da população urbana crescente, da necessidade de estabilização da oferta de alimentos, introduziram a modernização da agricultura, também chamada de industrialização da agricultura.

No Sul e Sudeste a mecanização expulsou o trabalhador das propriedades para as periferias das cidades transformando-o em trabalhador diarista, com períodos sazonais de trabalho e precarização das condições de vida. Por outro lado a terra se transforma em mercadoria (produtiva e especulativa), aumentando a renda da terra e, portanto seus preços, impedindo a reprodução da agricultura familiar para as novas gerações e provocando acentuado processo de minifundização.

No Norte e Centro-Oeste os incentivos fiscais privilegiam as grandes propriedades de pecuária e grãos expulsando, principalmente na Amazônia, os pequenos posseiros.

No Nordeste o sistema de produção extensiva da cana-de-açúcar entra em decadência expulsando moradores dos engenhos e criando desemprego nas usinas.

Serão estas populações em processo de marginalização ou já marginalizadas, dependendo da época e do lugar, que vão constituir nos atores e públicos que reivindicam a reforma agrária a partir da década de 50.

[...] os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem uma massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas [...] uma história social de desagregação da pequena comunidade rural, agrícola, pela inviabilização da agricultura familiar espontânea [...] histórias de pessoas que haviam sofrido os efeitos do desenraizamento decorrente das formas tradicionais de ajustamento do trabalho agrícola à grande lavoura, de um lado, e à pequena agricultura dela subsidiária, de outro. (Martins, 2003, p.17).

Pela distância temporal e geográfica dos beneficiários da RA da vida camponesa – já que contam com passagens urbanas, mais ou menos longas - preferimos chamá-las de “quase-camponeses” por expressar melhor a realidade dessas populações na maioria das regiões brasileiras, onde os valores e representações são mistos do imaginário da vida camponesa e da experiência recente da vida como pobres das periferias urbanas. Ao mesmo tempo, as condições da agricultura camponesa subalterna ao latifúndio desapareceram.

4.8 - A crise da agricultura e a sucessão familiar

A literatura internacional tem apontado a migração dos jovens rurais como um dos principais fatores do enfraquecimento da reprodução social da agricultura familiar, processo também observado no Brasil, comenta Abramoway (2001). A agricultura tem por tradição, diferentemente de outros setores, se reproduzir por meio da sucessão familiar, e ter, no trabalho e gestão da propriedade, a atuação predominante da família.

Nos Estados Unidos e no Canadá é cinco vezes mais provável que um negócio agrícola passe de uma geração a outra do que um negócio não agrícola (Taylor et alii 1998). Na França, em 1953, originavam-se no meio rural 85% dos agricultores; em 1985, este ainda era o caso de 90%. Na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores em tempo integral prosseguem na atividade de seus ancestrais (GASSON & ERRINGTON 1993 apud ABRAMOWAY et al. 2001, p. 23).

As ameaças à reprodução dos pequenos agricultores – por falta de sucessores e/ou de meios de acesso a terra – significam perdas de capital humano (jovens com experiência em gestão e trabalho da propriedade familiar) e de capital social, já que são destruídas comunidades rurais com intensas relações de proximidade construídas no tempo e no território, fundamentais para o desenvolvimento local, como aponta Abramoway et al. (2001).

No passado os filhos de agricultores apresentavam forte desejo em permanecer na agricultura e a família elaborava estratégias para que isto se concretizasse; hoje os jovens com menos de 20 anos e, sobretudo as moças, rejeitam fortemente essa idéia, comenta Mello (2006) Os resultados da migração rural foram o empobrecimento, despovoamento, envelhecimento da população, propriedades sem sucessores e, como consequência geral, dificuldades na reprodução social e econômica da agricultura familiar. A forte migração dos jovens, principalmente das moças, resulta no celibato masculino do campo, um impedimento para a multiplicação das famílias rurais.

A partir da década de oitenta o declínio dos preços reais da agricultura atinge a maioria dos produtos, tal como apontam alguns estudos afirma Sacco dos Anjos (2003). Esse quadro se inicia como resultado da modernização agrícola representado pela revolução verde, que tem na especialização das atividades, no uso intensivo de petroquímicos e nas escalas de produção, seu novo modelo agrário. Na década de 90, a abertura comercial, a internacionalização dos mercados e o aumento da concorrência externa acirram ainda mais o modelo produtivista. Os incrementos sucessivos de produtividade resultam do esforço de

adequação aos imperativos do mercado e a de um cenário cada vez mais competitivo na agricultura, que exclui grande contingente de agricultores familiares.

Estudos desenvolvidos no Oeste Catarinense mostram como as mudanças provocadas pela modernização e a globalização afetaram a sucessão familiar na região, processo que parece se repetir de forma semelhante nas regiões onde as formações sociais baseadas na agricultura familiar são mais antigas.

Até o final dos anos 1960 os agricultores do Oeste de Santa Catarina produziam para eles algo tão importante quanto à produção de alimentos e matérias primas: novas unidades familiares, ali mesmo onde viviam - através da repartição de suas terras – ou pela aquisição de novas glebas de terra, na permanente tentativa de ‘colocar os filhos’. Havia, portanto, como observou Abramovay et al. (1998), uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros, que desde a mais tenra idade eram socializados para o trabalho e o modo de vida camponês

Pode-se dizer que a identidade social, os costumes e valores camponeses associados a forte pressão moral da família e da comunidade, eram elementos que contribuíam para a naturalização da continuidade da profissão de agricultor (até mesmo porque os horizontes profissionais alternativos eram escassos e pouco acessíveis), o que Bordieu chamou de ‘habitus do camponês’.

O distanciamento geográfico, econômico e cultural da região constituía uma dinâmica social muito específica que configurava um ‘mundo a parte’. Sob esses condicionantes havia, por um lado, uma base objetiva que fazia da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. Por outro, a ligação ao mundo comunitário e a incorporação dos valores próprios à continuidade da profissão paterna estavam também na raiz dessa fusão entre os objetivos do grupo familiar e as aspirações de seus membros.

Para que a reprodução da agricultura familiar ocorresse eram necessárias duas condições: evitar o parcelamento da propriedade familiar, que levaria ao minifúndio inviável economicamente para a agricultura e, garantir a instalação de outros membros da família em novas terras na fronteira agrícola. Esta expansão partiu das serras gaúchas e outras regiões do sul que receberam os imigrantes europeus, se estendeu ao Alto Uruguai Gaúcho até o Oeste de Santa Catarina, passando pelo Sudoeste do Paraná e depois atingindo o Centro-Oeste ou o Norte do País.

Esse duplo objetivo – não subdividir a propriedade e ocupar novas áreas de fronteira- é assegurado até o final dos anos 1960, basicamente de três maneiras segundo Mello et al. (2003): a) pela instituição do minorato (ou último da genitura); b) pelo esforço permanente

em dotar os filhos mais velhos dos meios que permitissem a reprodução de suas condições de agricultores e pela valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta; e c) por um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores familiares. Portanto, nessa época, a profissão de agricultor era fortemente valorizada na formação dos filhos. Abramovay *et al.* (1998) constataram que nesse período, em mais da metade dos casos investigados, os pais estimulavam todos os filhos a serem agricultores.

O processo sucessório centrado no minorato se esgota no final da década de 1960. A partir deste período, segundo Abramovay *et al.* (2001) a agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina expõe-se a uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas. Por outro, a idéia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinam-se a reproduzir os papéis de seus pais perde espaço no interior das próprias famílias.

Acredita-se que a instituição da aposentaria rural, que permitiu aos agricultores a obtenção de uma renda vitalícia (mesmo que baixa) através da aposentadoria, de certa forma, contribuiu para reduzir a pressão moral que fazia com que pelo menos um filho ou filha permanecesse com os pais durante a velhice. Talvez esse fato explique em parte, a mudança comportamental que levou muitas unidades familiares atuais já não contarem com mais nenhum filho morando junto com os pais.

O atual processo sucessório mostra que acabou a fusão anterior entre o destino da unidade produtiva e o da própria família. Os autores sugerem que houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais, sem que estes fossem substituídos por outras formas alternativas.

Acredita-se que a transformação do padrão sucessório se deve, em parte, ao fechamento da fronteira agrícola e ao relativo encarecimento das terras, que impossibilitava sua aquisição para instalação dos filhos mais velhos. Por outro lado, estes filhos que foram socializados para serem agricultores, estudaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental o que não permite vislumbrar um futuro promissor fora da agricultura. Mais recentemente, a universalização do ensino fundamental e o maior acesso ao ensino médio têm permitido que os filhos dos agricultores familiares estudem e, se preparem possivelmente para deixar o meio rural.

4.8.1 - O alargamento do espaço rural

As transformações rurais, no contexto da modernização e globalização, resultam na diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Os espaços rurais são cada vez mais heterogêneos, diversificados e não-agrícolas, a partir de um rural multifuncional.

Por outro lado, o recurso à pluriatividade reveste-se de importância no sentido de identificar algumas das formas através das quais as explorações familiares resistem à sua própria desaparecimento, particularmente aquelas que conhecem limites à obtenção de ganhos com a escala e a eficiência e profissionalização impostas pelo mercado competitivo.

Num mundo culturalmente globalizado (DURSTON 1994 apud Carneiro 1999), com forte influência da mídia, alguns segmentos de jovens deixam a tradicional invisibilidade dessa geração, desenvolvendo práticas simbólicas de identificação (ganges, galeras, torcidas organizadas, grafiteiros etc). Diferentemente desses jovens urbanos das regiões metropolitanas, os jovens rurais continuam invisíveis, inclusive para a maioria das pesquisas acadêmicas, afirma Carneiro (1999). Essa invisibilidade só não é a da agricultura familiar como um todo, pela grande presença na mídia dos movimentos sociais pela reforma agrária, principalmente pelo Movimento Sem Terra, MST. O não (re)conhecimento da juventude rural não significa que no seio desse segmento etário e social não estejam ocorrendo enormes mudanças. Afinal, como vimos há pouco, o próprio espaço rural está se transformando. Como estas mudanças afetariam diferentemente os projetos profissionais e de vida dos jovens rurais, e quais as conseqüências para a agricultura familiar ?

Os projetos dos jovens rurais levam em conta suas imagens rurais e urbanas, que dão sentido a seus projetos. Estudos empíricos de Carneiro (1999), nas regiões serranas de Caxias do Sul, RS, e de Nova Friburgo, RJ, mostraram que apesar da forte presença de trabalhos não-agrícolas de natureza urbana (empregos e turismo) no espaço rural, esse fato não teve efeitos na percepção dos jovens rurais sobre seus projetos e sobre as novas relações urbano-rurais, mostrando uma desintonia entre a realidade e sua representação. Cabe aqui destacar as especificidades das duas regiões estudadas, que permitem um grau excepcionalmente elevado de integração entre o rural e o urbano, inexistentes na mesma proporção, na maioria das regiões rurais do Brasil.

Os jovens mantêm uma ambigüidade entre seus projetos de vida de caráter coletivista - familiar-comunitário - baseados na sua cultura originada na sociedade tradicional e, o valor individualista de ascensão social da 'cultura urbana - moderna', que idealizam como sua auto-imagem na opinião de Carneiro (1999).

A convivência dos jovens rurais com os valores urbanos ressalta as contradições de sua cultura tradicional e familiar-comunitária, com os valores da cidade. O conflito dos sistemas simbólicos particulares dos dois universos culturais distintos, e dos interesses familiares e projetos individuais, faz com que haja permanente negociação entre o jovem e sua família, em busca de preservação da convivência familiar.

No universo da agricultura familiar as relações contraídas em seu âmbito interno e externo têm por referência, como alude Wanderley (1999 apud CARNEIRO, 1999), o ‘horizonte das gerações’: a família estabelece estratégias que visam não apenas a sobrevivência imediata (no curto prazo), mas a garantia da reprodução das gerações subseqüentes.

Ocorre que os projetos individuais precisam se realizar dentro do campo das possibilidades, destaca Carneiro (1999); nas situações limite os interesses familiares mantêm a ordem e tomam para si a decisão. O campo das possibilidades de realização dos projetos individuais dependerá (entre outros fatores) da composição familiar, do capital material e cultural disponível em cada situação familiar, afirma a autora.

A ‘tradição’, nos termos de Guidens seria “reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes” Guidens (1991 apud CARNEIRO 1999, p.44). Para Carneiro

Esse jovem, que se distingue dos da geração anterior pelo grau de escolaridade e pelos projetos individuais, assume o patrimônio familiar sob novos paradigmas: a formação profissional e a especialização técnica que se somam ao capital cultural e material herdados dos antepassados na trajetória de construção de uma nova ‘tradição’, seja como agricultor “moderno”, como pequeno empresário...[de atividades não agrícolas] (CARNEIRO, 1999,p.8).

A mudança das perspectivas dos projetos dos jovens rurais de hoje é produto das mudanças que vem ocorrendo com a modernização – a cerca de quatro décadas - que levaram os pais (os sucessores da geração passada) destes jovens a não seguirem os padrões de reprodução social da cultura camponesa que mantinha a identidade entre família e exploração agrícola, analisa Carneiro (1999).

Por sua vez, o universo cultural dos jovens rurais é diferente dos de seus pais, resultando em novos projetos profissionais e de vida. No novo contexto social a liberdade de escolha e a opção individual de projeto é o novo valor, apoiado inclusive pelos pais, dentro de certos limites.

A intensificação de comunicação entre a cidade e o campo, as dificuldades de vida na grande metrópole: desemprego, violência, custos urbanos de moradia e alimentação, aliados a idealização da vida rural pelos urbanos, tem feito os jovens rurais reverem seus projetos profissionais e de vida, fazendo com que parte significativa deles, pense num novo projeto de vida rural.

Aparece para estes jovens a necessidade de criação de novas atividades econômicas que mantenham tanto as representações da cidade como do campo, denominadas de trabalhos não-agrícolas por Graziano (1997 apud MIOR, 2005). Surge a idealização de um projeto urbano que é entretanto muito ambíguo, dada as diversidades dos universos culturais – tanto urbano como rural. O certo é que há um antagonismo entre os dois universos culturais, que levam a uma ruptura parcial, pelo projeto dos jovens, em busca de uma síntese que será urbana, opina Carneiro (1999).

Na ruptura das significações estão a importância da terra como meio de produção, a agricultura como única atividade agrícola, a perda do valor associado à relação estruturante propriedade-família. A nova identidade rural não será mais unicamente agrícola fala Carneiro (1999).

Um risco de análise simplificadora é imaginar o processo como uma tendência universal de urbanização unilateral. Como aponta Giddens “nas sociedades pós-tradicionais... não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir” Giddens (1997 apud Carneiro 1999, p.10), o que faz com que as possibilidades de escolha sejam a regra da multiplicidade de opções da vida cotidiana.

O resultado da alteridade da reafirmação dos valores locais com os urbanos deverá resultar em diferentes combinações e sínteses de novos padrões culturais distintos, a que identificamos como urbanos, conclui Carneiro.

4.8.2 - A masculinização do campo

Que razões fizeram com que, em um espaço tão curto de tempo, a condição de colono valorizada com orgulho pelos próprios agricultores passe a ser estigmatizada negativamente a ponto dos jovens, de uma forma geral, negarem sua própria identidade e, de certa maneira, até transformarem o habitus camponês? A baixa remuneração da agricultura é apontada por Ferrari et al. (2004 apud MELLO 2006) como uma força de expulsão e fator de esvaziamento do meio rural.

Mas não só fatores econômicos estariam nas explicações para a migração em massa dos jovens. Os jovens, especialmente as moças, passaram crescentemente a negar sua identidade de colono a ponto de transformar o próprio habitus camponês. Poderia o habitus dos jovens rurais e, particularmente das moças rurais, se transformarem? Sim, respondem Loyola e Abramoway (s.d. e 1992 apud MELLO,2006) as mudanças ocorridas na economia exigiriam ‘adaptações’ dos jovens rurais às novas realidades.

O papel das moças no processo sucessório, na divisão de trabalho na família, na gestão da propriedade, no casamento e no processo sucessório, ainda é subalterno e hierarquicamente inferior comenta Mello (2006). Para Paullilo (2003 apud MELLO 2006) as jovens se tornam agricultoras por casamento. Geralmente não participam da herança e seu trabalho é reconhecido apenas como uma ‘ajuda’.

Nas pesquisas realizadas na agricultura familiar do oeste catarinense a escolha do sucessor recaiu sempre nos rapazes, apontam Abramovay et al. (1998 apud MELLO 2006); Silvestro et al., (2001 apud MELLO 2006); Mello et al., (2003 apud MELLO 2006). Tavares dos Santos (1978 apud MELLO 2006) e Renk (2000 apud MELLO 2006), constataram que em geral as filhas não herdam a terra; em troca recebem apoio para estudar e, dote quando casam.

As pesquisas mostraram que o papel das moças no interior da família rural e na propriedade rural não é muito diferente daquele vivido pelas gerações anteriores. Suas funções continuam a ser a de esposa e mãe, defasadas totalmente das aspirações da mulher na sociedade atual, estando muito aquém da aspiração de vida das moças rurais atuais que são muito mais bem informadas que suas mães e avós.

Esse tratamento dado à mulher rural permanece nas sociedades tradicionais em geral. Só que anteriormente – nos moldes que dominaram a reprodução da agricultura familiar até o final da década de 1960 – os códigos éticos e morais (WOORTMAN, 1994 apud MELLO 2006) estimulavam a mulher a permanecer como um elo fundamental da cadeia reprodutiva, aponta Mello, que conclui

Talvez sejam estes...[a exclusão na sucessão, a não participação no processo produtivo e a manutenção do papel histórico de mãe e mulher da casa, na reprodução familiar]...alguns dos motivos que causam o desinteresse das moças pela unidade produtiva e que as pressionam à construção do seu futuro profissional com os olhos voltados para o espaço urbano (MELLO, 2006, p.10).

Silvestro et al. (2001 apud MELLO 2006) identificaram uma não-participação das moças nas discussões sobre o futuro da propriedade levando ao seu desinteresse pela agropecuária, que

também são somadas pelas características da penosidade do trabalho agrícola. Arnalte afirma que “está havendo um distanciamento por parte das mulheres do setor agrícola e isso parece estar mais acentuado nas mais jovens e com um maior nível de formação” (ARNALTE 1997 apud MELLO 2006, p.11). Se no passado o trabalho pesado na agricultura era visto no Ethos camponês como uma virtude ética, atualmente esta percepção deixa de existir, principalmente por parte das moças.

Abramovay et al. (1998 apud MELLO, 2006), concluíram que a existência de relações sociais desiguais e excludentes na família, impondo as moças rurais um papel de coadjuvante e secundário com relação aos homens, pode ser considerada como um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo. Sua saída para a cidade estaria vinculada ao desejo de obtenção de autonomia através de independência financeira. É claro que também não pode ser desconsiderada a maior falta de oportunidades de emprego e renda que geralmente o rural oferece, quando comparados às cidades, principalmente as médias e grandes.

Numa pesquisa de Silvestro et al. constatou-se que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes” (SILVESTRO et al. 2001 apud MELLO 2006, p.11). Numa amostra com 116 famílias, os autores identificaram que dentre os 176 jovens que deixaram a propriedade paterna, 103 eram moças e 73 rapazes.

Num censo agropecuário municipal realizado em 1999 pela Epagri/Icepa em 20 municípios do Oeste de Santa Catarina (EPAGRI/ICEPA 1999 apud MELLO, p.11) com população solteira até 40 anos, observou-se o seguinte quadro:

Idade (anos)	Homens (%)	Mulheres (%)	Superioridade no Número homens/mulheres (%)	Número de pessoas	Número de pessoas por faixa etária (%)
Menos de 10	50,7	49,3	2,70	11.724	33
10 a 14	51,7	48,3	6,89	7.835	22
15 a 19	55,4	44,6	24,24	6.530	18
20 a 24	60,9	39,1	55,69	3.705	11
25 a 29	64,8	35,2	84,10	2.662	8
30 a 34	63,6	36,4	74,96	1.856	5
35 a 40	59,7	40,3	48,02	1.188	3
Total geral (%)	54,9	45,1	21,6	35.500	100

O quadro mostra que

- Há queda acentuadamente crescente na proporção das mulheres até a faixa de 30 anos; após essa faixa etária a proporção de mulheres aumenta um pouco, mas a diferença com relação ao número de homens continua muito elevada.
- Poderíamos traçar uma curva de distribuição normal entre as faixas de 20 e 40 anos, onde as proporções dos homens estariam entre 48 e 56% nas faixas das extremidades etárias, e nos picos estariam entre 75 e 84% , compreendendo idades entre 25 e 34 anos, período de maior vigor para o trabalho. Isso mostra que a saída das moças coincide fortemente com a idade mais intensa de sua entrada no mercado de trabalho.
- Há uma migração acentuada dos jovens em geral, principalmente a partir dos 20 anos. A faixa entre 20 e 40 anos compreendendo homens e mulheres que ficaram no campo, embora correspondessem à metade da faixa etária identificada no estudo, representaram apenas 27% da população total analisada!

A partir destes dados Mello (2006) aponta que o fenômeno do celibato masculino tende a crescer no futuro a partir das tendências mais recentes da migração dos jovens rurais.

Bourdieu explica a tendência mundial da migração feminina

...por estarem menos presas pelas preocupações com o patrimônio a 'manter', mais dispostas em relação à educação e às promessas de mobilidade social que ela contém, elas importam para o coração do mundo camponês o olhar citadino, que desvaloriza e desqualifica as qualidades camponesas... (Bourdieu 2000 apud Mello 2006,p.105)

O forte êxodo feminino, identificado no oeste catarinense por Silvestro et al. (2001 apud MELLO 2006), estaria ligado ao fato das mulheres estarem mais bem preparadas que anteriormente para enfrentar a vida urbana, passando a questionar o que é visto como servidão da vida camponesa.

Os autores sugerem que talvez esta seja uma das razões que explique a preferência, manifestada por parte de algumas moças entrevistadas, em casar com rapazes de fora do meio rural. Constatação semelhante também foi feita na pesquisa de Stropasolas, para quem “as moças ‘estudadas’ ou que se orientam para tal finalidade, começam a desenhar um conceito restritivo [em relação ao namoro e ao casamento] aos quadros masculinos que integram a agricultura familiar” (Stropasolas 2002 apud Mello 2006,p.12)

Na realidade, Silvestro et al. (2001 apud MELLO 2006) observou nas conversas informais com os pais que, de forma velada, eles incentivam a partida de suas filhas em direção a cidade e acalentam o desejo de que elas se casem com alguém da cidade. Neste sentido, Bourdieu (2000 apud MELLO 2006) explica que os filhos de camponeses casam com filhas de

camponesas ao passo que as filhas muitas vezes unem-se a não-camponeses. Essa estratégia, segundo o autor, manifesta o antagonismo de que o grupo não quer para suas moças o que quer para seus rapazes.

A explicação dessa lógica estaria no reconhecimento implícito, pelos pais, de que as moças têm maiores condições de ascensão social no meio urbano, e dessa forma contribuir para o aumento da renda familiar pela ajuda à família que ficou no campo. Quanto a justificativa da permanência dos rapazes no campo, ou parte deles, ela estaria na própria reprodução da agricultura e/ou patrimônio familiar. Tudo se passa como se o grupo conspirasse contra si mesmo, ajudando a instaurar as condições do celibato dos herdeiros e do êxodo rural, comenta Silvestro et al. (2001 apud Mello 2006), pensando nos impactos de médio e longo prazo na reprodução da agricultura familiar.

Uma migração juvenil fortemente feminina, como a constatada no oeste catarinense, resulta na ‘masculinização’ do espaço rural, como foi constatada no trabalho de Camarano e Abramovay (1998 apud Mello 2006). Com isso, os rapazes que permanecem no campo provavelmente terão dificuldades para constituir família, sendo candidatos potenciais ao celibato, caracterizando-se assim numa séria ameaça na reprodução da agricultura familiar.

Analisando o celibato entre os camponeses franceses, Bourdieu (1962 apud MELLO 2006) toma o fenômeno como um sintoma da crise do campesinato e considera como um caso de ‘reprodução interdita’. O autor avalia que a unificação do mercado de bens simbólicos, no qual a expansão do mercado matrimonial é um dos aspectos, e que incluía o circuito urbano, ocasionava alta taxa de celibatários destinados à continuidade das propriedades rurais. Neste caso, os herdeiros condenados ao celibato são as vítimas da concorrência que passou a dominar o mercado matrimonial, até então protegido pelos vínculos e pelos controles da tradição.

O caráter seletivo dos processos migratórios recentes no oeste catarinense tem levado gradualmente ao predomínio masculino entre os jovens rurais e pode ser considerado como a expressão máxima da crise de identidade e das transformações do *habitus* camponês cujos resultados emergem no aparecimento do fenômeno do celibato masculino.

Na realidade, se considerarmos que a reprodução biológica da família agrícola é um componente fundamental na sua condição de funcionamento então, como ressalta Bourdieu (2000 apud MELLO 2006), a crise que ataca a instituição matrimonial ameaça a própria existência da unidade da ‘casa camponesa’, unidade indissociável de um patrimônio.

4.8.3 - Algumas pesquisas sobre a sucessão e projetos dos jovens rurais

A forte migração da população rural, sobretudo dos jovens rurais, com destaque para as moças, compromete a reprodução da agricultura familiar representando um claro sinal de crise econômica e social, diz Sacco dos Anjos (2006).

Nos Estados onde existem no meio rural importantes formações sociais de agricultores familiares as mudanças dos padrões sucessórios na agricultura familiar - a partir da modernização da agricultura desencadeada a partir da segunda metade dos anos 1960, somadas às conseqüências da globalização a partir da década de 80 – ao que tudo indica, parecem ser semelhantes.

Até meados dos anos oitenta uma parte significativa dos agricultores familiares se integram aos mercados, participando ativamente na oferta de alimentos e matérias-primas ao país, e nas suas exportações. Na região Sul os colonos se articularam através dos contratos de integração vertical, ampliando a base produtiva nacional, principalmente nas cadeias da suinocultura, fumiocultura e avicultura utilizadoras de padrões tecnológicos bastante intensivos e fortemente competitivos no plano internacional, comenta Sacco dos Anjos (2006).

A integração ao mercado é acompanhada por novas relações sociais com o urbano, que aliadas às informações pelos novos meios de comunicação e ao acesso generalizado às escolas pelos jovens rurais, reduzem significativamente o “Ethos do camponês” enquanto quadro referencial das estratégias familiares e dos projetos de vida futuros, assinala Sacco dos Anjos que assim afirma:

A experiência internacional descreve a mercantilização dos espaços rurais como dinâmica que se impõe como resultado da busca incessante por converter em mercadorias todos os valores de uso... que repercute no modo como as famílias atualmente concebem o ofício de agricultor, o valor material e simbólico que atribuem ao patrimônio familiar, ao espaço em que residem, bem como às relações que contraem com outros atores e instituições e as próprias aspirações de seus membros (Sacco dos Anjos, 2006, p.18).

As conseqüências destas transformações são o surgimento do problema sucessório nas propriedades, praticamente inexistente até duas décadas atrás; a perda da identidade dos jovens rurais com o ofício de agricultor como a escolha “natural” para realizar seus projetos de vida; o estigma negativo (social, econômico e cultural) do meio rural e da profissão de agricultor; o empobrecimento da população rural; o despovoamento de muitas localidades do interior.

De acordo com Mello (2006) diversos autores como Testa et al. (1996), Renk (2000) Silvestro et al. (2001), Mior (2005) avaliam que o oeste catarinense sofreu forte crise

socioeconômica. Pelos cálculos de Mello et al. (2005 apud MELLO 2006) entre 1991 e 2001 a evolução da população rural da região foi negativa (-2,49% a.a.), apresentando uma diminuição de 102 mil pessoas. Ferrari (2003 apud MELLO 2006), estimou que mais de 75 mil do total da diminuição da população anteriormente apontada, eram jovens e, dentre estes, a maioria eram moças. Numa amostra de 116 famílias da região Silvestro et al. (2001) também constataram a migração de 176 jovens dos quais 60% eram moças.

Silvestro et al. (2001 apud MELLO 2006), constataram que em mais de 12% das unidades familiares (em torno de 10 mil) do Oeste de Santa Catarina, cujos pais já ultrapassaram a idade de 40 anos, não há a presença de filhos (as), o que significa que são estabelecimentos que apresentam fortes ameaças de não terem sucessores. Em outras 17% das unidades familiares da região há apenas um filho ou uma filha morando com os pais, e cuja idade é superior a 40 anos, o que poderá culminar na ausência de sucessores. Isso significa que 29% das famílias estudadas correm o risco de não terem sucessores ou sucessoras!

A intensa migração feminina juvenil provoca um desequilíbrio de gênero na população rural, principalmente na faixa etária compreendida entre os 20 e 30 anos, fazendo surgir o fenômeno do celibato masculino e comprometendo a reprodução da agricultura familiar futura. Grande parte do desinteresse das moças pela agricultura parece relacionar-se com o papel subalterno que historicamente foi reservado às mulheres no interior da agricultura familiar como apontam Sacco dos Anjos et al. (2006) e Abramoway et al. (2001).

Os rapazes que estão na idade entre os 20 e 30 anos e que possuem baixo nível escolar não conseguem se inserir no mercado de trabalho urbano. Eles “não tiveram escolha” senão permanecer na agricultura configurando o que Sen (2000 apud ABRAMOWAY 2001) chama de privação de limitação às possibilidades de escolha, muito comuns aos jovens rurais. Seus irmãos mais moços continuaram estudando e se preparando para deixar o meio rural, assim como as moças na atual faixa etária ente 20 e 30 anos, cujo padrão de estudo é superior aos dos homens, levando-as a se inserir profissionalmente no mercado urbano de trabalho.

O ‘abandono’ do campo é facilitado pelo descompromisso moral que existia antigamente de cuidar da propriedade familiar e dos pais na velhice, fala Sacco dos Anjos et al. (2006), tornado possível no caso do Brasil, pela previdência rural, que garante a sobrevivência dos agricultores aposentados.

Pelas pesquisas de Sacco dos Anjos et al. (2006) em quatro regiões do Rio Grande do Sul tudo indica que o processo sucessório na agricultura familiar é bastante mais afetado pelo grau de dinamismo das atividades econômicas na região em que esta se encontra inserida e

pelo tamanho do negócio familiar, do que em virtude do perfil exclusivamente agrícola ou pluriativo da propriedade.

Com relação ao papel da escola ela não significou apenas informação geral sobre o mundo. Ela praticou a violência simbólica (Bourdieu 2000 apud MELLO 2006) sobre os estudantes de origem rural - especialmente após a instituição da 'nucleação do ensino' que levou os jovens rurais às escolas da cidade – uma das prováveis causas para a perda da identidade camponesa, apontam Sacco dos Anjos et al. (2006).

Mello (2006) exemplifica manifestações de dois pais: “a professora ensina aos jovens que eles não precisam trabalhar antes dos 14 anos...” [e outra] “... se meu filho não aprender a ser agricultor até os 14 anos, depois ele não aprende mais”, justificou um outro agricultor. Todos os agricultores sabem que o aprendizado de seu ofício se dá pela lenta transmissão familiar dos saberes, desde a mais tenra idade dos filhos. Essa oposição de entendimentos na verdade reflete a visão urbana dominante- inclusive o conflito entre os órgãos de defesa da criança & do adolescente e as representações dos agricultores - que considera que o trabalho das crianças na agricultura familiar é um trabalho infantil, como qualquer outro.

Assim, a escola ao desvalorizar os valores e saberes familiares e o espaço rural, associando-os ao 'atraso', contrapõe-se ao habitus camponês e influencia a negação – por parte dos jovens – da valorização da identidade de agricultor, comenta Mello (2006). É preciso, entretanto relativizar essa ponderação: atualmente os jovens rurais atualmente estão muito mais informados sobre o mundo não agrícola e rural, tomando atitudes racionais e buscando oportunidades que lhes dêem maiores retornos.

Sacco dos Anjos et al. (2006) concordam com o quadro descrito anteriormente. Ainda hoje se acha que o agricultor não precisa mais do que a 4ª série; daí o ditado de que fica no campo o que “*la cabeza no le dá para más*” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1997 apud SACCO DOS ANJOS et alii 2006, p.10). Mas o autor destaca uma situação diferente naqueles ramos em que houve um processo de profissionalização bastante intenso, como no caso da suinocultura, avicultura ou outro tipo de exploração regida pelo sistema de integração vertical. Nestas situações as atividades são “regidas por uma dinâmica ditada pelas imposições do mercado ou pelas rigorosas normas da empresa ...[que acaba exigindo]... cada vez mais da capacidade de adequação do produtor ao novo modo de produzir...”.(SACCO DOS ANJOS et al. 2006, p.13).

A seguir nos reportamos há alguns trabalhos realizados sobre a sucessão na agricultura familiar.

4.8.3.1 - Ricardo Abramoway

Em pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina (composta de 95 municípios, com cerca de 75 mil propriedades familiares), Abramoway et al. (2001) constataram que 68% dos rapazes (entre 13 e 29 anos) e 32% das moças tinham intenção em permanecer na atividade agrícola familiar. O estudo observa que a intenção de manter-se na atividade depende das inter-relações entre gênero, nível de educação formal e nível de estruturação e renda do estabelecimento da família.

Há coincidência das respostas dos jovens entre o futuro desejado e o que é mais provável que ocorra dizem Abramoway et al. (2001) mostrando pragmatismo das respostas dos jovens com relação às possibilidades de realização dos seus projetos territoriais e profissionais. As moças das famílias mais pobres diferentemente acham que não terão escolha e, por isso, ficarão no campo.

Os rapazes julgam que os fatores que mais dificultam a profissão de agricultores são em ordem decrescente: a falta de capital para investimento; a falta de oportunidades de renda; a falta de terra. A segunda e a terceira condição têm a ver diretamente com as possibilidades territoriais oferecidas. Mesmo a questão de capital, indiretamente tem a ver com o território, já que muitas vezes o capital “aparece” através de arranjos locais, verticalizações com agroindústrias existentes, desenvolvimentos de mercados de produtores locais e outras iniciativas.

A pobreza afasta os rapazes do sonho de serem proprietários rurais e assim continuam a viver como agricultores. Os filhos dos agricultores pobres julgam difícil sua viabilização como agricultores: a dificuldade apontada por eles apresentou proporção duas vezes maior quando comparada às respostas dos jovens de propriedades familiares capitalizadas. Há consenso nas famílias descapitalizadas: a grande maioria dos pais julga que a terra disponível da propriedade é insuficiente, enquanto os filhos dizem que ela é de quantidade e/ou qualidade insuficiente, mostrando que a concentração fundiária é um dos mais importantes entraves para a reprodução da agricultura familiar, onde uma parte muito significativa é composta por minifúndios.

Os jovens também consideram que levando em conta seu baixo nível de instrução possuem melhores oportunidades profissionais no meio rural que no urbano, exemplificando o que Sen (2000 apud ABRAMOWAY 2001) chama de privação de capacidade.

Dos jovens que saíram da propriedade dos pais para a cidade, cerca de 2/3 tinham instrução acima da 4ª. série; os que ficaram no campo apresentavam a mesma proporção, só que com o nível de instrução mais baixo (até a 4ª. série). Para Abramoway parece haver uma

associação difícil de ser separada, entre vontade de ficar no campo com instrução escolar insuficiente para ter sucesso na cidade. Muitas vezes ficar no campo pode estar mais vinculado à falta de escolaridade suficiente. Em seu estudo entretanto, um dado importante observado foi que a escolaridade dos jovens é igual em qualquer dos estabelecimentos independente da sua capitalização, mostrando a universalização da educação na juventude rural. Outro dado relevante é que a quase totalidade dos que se mudaram para a cidade foi para trabalhar e não para estudar. Essa constatação se opõe ao argumento comum dos agentes governamentais do Programa da Reforma Agrária que atribuem o êxodo dos jovens rurais à inexistência de escolas no assentamento. As escolas são fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos, mas o acesso à escolarização pode ser resolvido pelo transporte escolar e pela nucleação das escolas.

Quanto à percepção da educação para o bom exercício de agricultor, os jovens têm uma opinião bastante diferente dos seus pais e avós: quase 75% acham que precisam ter o 1º ou o 2º grau completo; expressiva proporção dos filhos dos agricultores capitalizados acham necessário o nível médio de técnico agrícola.

O comportamento dos pais varia: metade sugere que pelo menos um filho continue na agricultura e 33% dizem que tentam não influenciar. Mas o estímulo a ficar no campo entre as famílias mais descapitalizadas é 40% menor, reconhecendo as dificuldades econômicas de sua subsistência..

Metade dos rapazes não aceita a idéia de sair do Oeste Catarinense, mostrando forte vínculo territorial e familiar. Essas proporções são muito superiores nos segmentos mais pobres, talvez por se sentirem mais seguros e/ou quererem ajudar os pais. As condições para a saída seriam crédito fundiário e de investimento e, melhores terras. Os jovens das propriedades capitalizadas têm um comportamento diferente, pois a maioria se dispõe a sair da região no caso das condições anteriores serem atendidas.

A pesquisa de Abramoway et al. (2001) mesmo que aplicada num contexto de agricultores familiares tradicionais numa região antiga de agricultores familiares (início do século XX), embora diferente da realidade de um assentamento recente, em região de fronteira agrícola de 'comodities' e pecuária tradicional, e com um público 'meio cidade e meio campo', contribui com algumas referências para nossas reflexões sobre os fatores que contribuem nas decisões dos projetos profissionais e de vida dos jovens rurais assentados que tem acesso à educação.

4.8.3.2 - Flávio Sacco dos Anjos

A pesquisa de Sacco do Anjos et al. (2006) foi realizada em quatro microrregiões gaúchas, escolhendo-se um município em cada uma delas: Pelotas, no extremo sul (município de Morro Redondo); Caxias do Sul na serra gaúcha (município de Veranópolis); Cerro Largo, na fronteira com a Argentina (município de Salvador das Missões) e Alto Uruguai, fronteira com Santa Catarina (município de Três Palmeiras).

Os dados mostraram que 48,3% dos entrevistados obtiveram suas terras através da herança, seguida da compra de terceiros (26,5%) e compra de parentes (14,3%). Nas zonas de colonização mais antiga, como na área de colonização italiana (Serra Gaúcha), predomina a herança em detrimento de outras formas de obtenção das terras.

Outro traço marcante no universo da agricultura familiar prende-se à questão do predomínio masculino na transferência do patrimônio fundiário. Raros são os casos em que encontramos mulheres herdeiras da propriedade familiar. Em apenas 10,2% dos casos a terra de que se utilizam resultou de um processo de herança pela via da esposa, ao passo que sobre o esposo tem-se uma proporção equivalente a 64,0%.

Perguntado aos pais se existiam perspectivas de que algum filho ou outro membro da família pudesse assumir o estabelecimento quando seus titulares se retirassem da atividade, 47,1% dos entrevistados responderam afirmativamente, ao passo que 34,0% indicaram a não existência de sucessores; 18,9% não responderam.

Os estabelecimentos pluriativos, reiteraram haver sucessores potenciais, num percentual correspondente a 54,4%; os estabelecimentos enquadrados como agrícolas exclusivos, 41,5% afirmaram a possibilidade de contar com herdeiros potenciais. Vista sob este ângulo a reprodução das explorações parece proporcionalmente mais indefinida entre as que são agrícolas exclusivas do que entre as pluriativas.

Os dados da pesquisa mostram que a renda agrícola média anual das explorações que têm perspectivas de contar com sucessores é de quase R\$ 16 mil, ao passo que onde isso não ocorre, o mesmo dado é de aproximadamente R\$ 9,5 mil, ou seja, quase 60% inferior. A renda total representa o somatório de todos os tipos de renda com que contam as explorações familiares, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. Nos estabelecimentos onde há perspectivas de encontrar sucessores na família a renda total supera em aproximadamente 46% aos que não contam com essa possibilidade.

Houve uma associação entre o otimismo com o futuro da agricultura e a sucessão nas propriedades. As famílias que no estudo têm uma renda agrícola consideravelmente mais alta, maior grau de tecnificação, maior integração aos mercados, bem como um capital de

exploração significativamente superior, corresponderam a quase 59% do total de estabelecimentos investigados. Foi constatada a existência de uma relação entre renda, otimismo da atividade agrícola e existência de sucessor.

Tudo indica que a queda das rendas agrícolas estimula a busca de fontes adicionais de ingresso econômico para assegurar o atendimento das necessidades familiares, sendo esta iniciativa favorecida nas regiões e localidades que apresentam uma economia mais diversificada e um mercado de trabalho que indistintamente ocupa a mão de obra residente no campo e na cidade, como é precisamente o caso de Veranópolis e de outros municípios da Serra Gaúcha.

O exercício da pluriatividade, ao que tudo indica, pode representar uma oportunidade não apenas para incrementar o nível de ingresso econômico familiar e diversificar as fontes de renda, mas para expandir o universo das relações sociais a que se acham submetidos os agricultores e seus familiares.

Não obstante a incorporação de tecnologias modernas e da profissionalização que incidiu sobre certos ramos produtivos, a agricultura segue sendo vista como atividade que não goza do reconhecimento esperado por parte da sociedade, a qual é invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados e com escasso nível de instrução e escolaridade.

Indagados sobre se desejam ou não que seus filhos sigam a profissão de agricultor, vemos que 58,8% responderam afirmativamente; 30,2% disseram que não e 10,2% não sabem ou não quiseram responder. Estes números coincidem com os 59% de imóveis de maior renda indicando relação entre prosperidade do negócio familiar e a estrutura de oportunidades existentes na localidade ou região em que a propriedade está inserida, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas.

Sacco do Anjos et al. (2006) buscaram avaliar as diferenças supostamente existentes entre as áreas de estudo. O caso de Morro Redondo exprime o quadro de uma ‘agricultura familiar eclipsada’, no qual há fortes indícios de uma crise de expectativas para uma proporção crescente de estabelecimentos em face da atual restrição de alternativas de ocupação e renda, dentro e fora da agricultura. Nesse município, nada menos que 37,1% dos entrevistados responderam que não gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor.

Resulta bastante emblemático o fato de que em Veranópolis, onde existe a maior proporção de explorações enquadradas como pluriativas (57,6%), tem-se a mais elevada

porcentagem de entrevistados que desejariam que os filhos fossem também agricultores, mostrando a importância da pluriatividade para o desenvolvimento rural.

A prosperidade econômica da região pode inclusive permitir que os excluídos da sucessão hereditária possam permanecer nas comunidades rurais, conciliando o controle de pequenos lotes de terra com o trabalho nas fábricas e em outros ramos de atividade. Mas mesmo nesses casos, em que a reprodução social dos indivíduos é fortemente estribada em atividades não-agrícolas, o estilo de vida idealizado não acarreta ruptura com a condição de colono sinaliza Sacco dos Anjos (2006).

A opção presente pela busca de novas fontes de ingresso econômico e de exercício profissional, ao que tudo indica, não pode ser tomada como determinante no desejo de que os filhos sigam ou não o ofício de agricultor. Assegurar uma renda adicional fora da propriedade pode servir, paradoxalmente, para obter os meios requeridos para realizar um investimento na propriedade e ampliar a capacidade produtiva da exploração, apontam Sacco dos Anjos et al. (2006).

Nesse contexto, a realidade demonstra que os problemas relacionados à sucessão na agricultura familiar não podem ser reduzidos única e exclusivamente à dinâmica da agricultura e dos processos a ela relacionados.

Sobre o tipo de educação necessária para os agricultores familiares a maior preferência recai - entre pluriativos (67,0%) e agrícolas exclusivas (61,5%) - por uma educação mista, que prepare os jovens para disputar empregos dentro e fora da agricultura, o que mostra a flexibilidade de oportunidades rurais e urbanas que os agricultores desejam para seus filhos.

O cruzamento de informações e o exame da realidade não identificaram diferenças substanciais entre sucessão em imóveis essencialmente agrícolas e os pluriativos. No extremo sul gaúcho, representado pelo município de Morro Redondo, é onde a sucessão familiar mostra-se indiscutivelmente mais ameaçada. O nível mais baixo das rendas (agrícolas e não-agrícolas) não é suficiente para explicar esse quadro mas, sem dúvida alguma, é parte da explicação. Aliado a isso se tem a questão da crise de perspectivas que muitas famílias manifestam diante da escassez de alternativas econômicas, dentro e fora da agricultura, e do escasso nível de capital social. Em Morro Redondo é onde temos a menor proporção (51,6%) de estabelecimentos cujos titulares gostariam que os filhos seguissem a profissão de agricultor, assim como o mais alto grau de insatisfação em relação à atividade agrícola (37,2%) entre os quatro estudos de caso.

Veranópolis, na Serra Gaúcha, evidencia uma situação diametralmente oposta em relação a maior parte destes aspectos. Não apenas o maior nível das rendas agrícolas responde

ao maior grau de otimismo das famílias rurais em relação ao futuro, mas, sobretudo, à possibilidade de que estas lancem mão de alternativas capazes de ampliar o nível de ingresso econômico, como é o caso das atividades não-agrícolas e de outras iniciativas voltadas à diversificação de rendas e de produtos. Nesta localidade gaúcha, onde a maior parte das explorações são pluriativas, é justamente onde encontramos a mais alta proporção (64,4%) de entrevistados que manifestaram o desejo de que os filhos sejam agricultores.

Em Veranópolis existe a possibilidade de que inclusive os excluídos da herança possam permanecer nas comunidades rurais na condição de colonos-operários junto às indústrias, principalmente as de calçados e metalúrgicas. Isso não acarreta, como pudemos comprovar, a perda de centralidade da agricultura e das raízes culturais, senão que pode inclusive servir para reafirmar a identidade camponesa.

4.8.3.3 - Maria José Carneiro

A pesquisadora aplicou 105 questionários e realizou 23 entrevistas com jovens entre 15 e 26 anos que estavam cursando entre a 8ª série do ensino fundamental e o 3º ano do nível médio, nos municípios de Nova Friburgo, região serrana do Estado do Rio de Janeiro e, no município de Nova Pádua, na região serrana de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O objeto do estudo foi conhecer as opções de projeto dos jovens diante das mudanças e crises do espaço (e mundo) rural, a partir das mudanças da agricultura (modernização no contexto da globalização) que levaram à crise da agricultura familiar; a um espaço rural mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola; a um mundo culturalmente globalizado que aliado a invisibilidade da juventude rural, prejudicou tanto sua identidade como também seu reconhecimento pela sociedade, como aponta Durston (1994 apud CARNEIRO, 1999).

O resultado é uma ambigüidade da nova identidade dos jovens rurais: a manutenção do compromisso com a família e o pertencimento e a sua cultura de origem, contraposto ao desejo de ascensão social individual, um valor produzido pela modernidade urbana. A ambigüidade está em querer ser igual e diferente ao mesmo tempo.

Em Nova Pádua, RS, até as décadas de 50 e 60, as proles numerosas levavam os rapazes a migrarem para o oeste catarinense para se tornarem agricultores familiares; mais tarde se dirigiram para Caxias onde seriam empregados ou abririam pequenas firmas vinculadas às indústrias nascentes da metalurgia, etc. Apenas um, geralmente o mais novo, ficava para ser o sucessor na propriedade. Hoje a regra do minorato não é mais uma regra

explícita para a sucessão familiar; ela será flexível em função dos projetos dos filhos, mas se mantêm o compromisso da existência de um sucessor, aponta Carneiro (1999).

Até o período 50 e 60 as atividades eram essencialmente agrícolas, as famílias tinham muitos filhos, a hierarquia familiar paterna coordenava a reprodução familiar: compras de terra para os filhos mais velhos na fronteira e o caçula na sucessão, para cuidar dos pais (minorato). As mulheres recebiam os dotes para casar, na cidade ou na roça, ou apoio para o estudo na cidade. Nas décadas de 60/70 a aproximação da cidade com o campo (nova divisão territorial do território) reduz o número de filhos, a família extensa é substituída pela nuclear, cada família mora em sua casa, e as noras já não se sujeitam às ordens das sogras, mesmo morando na mesma propriedade.

Em Nova Friburgo, RJ, as dificuldades de renda com a agricultura são muito maiores. As atividades agrícolas geram a brutal redução da renda, caracterizada por sua topografia montanhosa e a baixa produtividade do solo. Pais e principalmente filhos migram em busca de emprego, procurando através da pluriatividade complementar a renda familiar.

O desenvolvimento do turismo da região cria oferta de empregos e demandas de serviços complementares: construção, comércio, chacareiros, domésticas, jardineiros etc. Desenvolve-se a pluriatividade como meio de sustentar a renda familiar. A aproximação turista-agricultor por seu lado, cria novos valores e referências, principalmente para os jovens rurais que passam a ter aspirações de estilo de vida de classe média urbana, afirma a autora. A maior parte dos jovens trabalha na cidade: 86% dos rapazes e 58% das moças. Só 8% dos rapazes que estudam trabalham na agricultura.

O projeto profissional e de vida dos jovens é fazer faculdade, estudar na região ou próximo dela, se capitalizar fora do campo, para então voltar a zona rural ou ao município quando houver condições de desenvolvimento: trabalho e renda. A minoria pretende viver da agricultura, uma vez que a maioria prefere os trabalhos não-agrícolas.

Os jovens rurais declaram vontade de continuar na região de origem. Sua ambigüidade de projeto leva-os a sair para cursar faculdades em áreas tipicamente urbanas, para depois voltar. Mas a maioria não volta, porque a região não tem capacidade de absorção destes tipos de profissionais universitários.

No geral, os jovens das duas regiões pretendem permanecer nas suas regiões de origem, em atividades não-agrícolas, numa visão de modernidade que não é mais rural, mas também não é urbana, podendo-se falar, como sugere a pesquisadora, na emergência de uma cultura rurbana, um produto híbrido dos dois espaços.

4.9 - Reforma Agrária um projeto de reterritorialização da “produção camponesa”

O desenraizamento provocado pela ruptura das formas de associação entre a grande propriedade e a produção camponesa – moradores, agricultores extrativistas, colonos, parceiros, posseiros e agricultores de subsistência das fronteiras – mais do que a perda do vínculo do trabalho, resultou na perda da moradia camponesa e de seu estilo de vida, segundo Martins (2003). Foi a desterritorialização do lugar: território onde se estabelecia o cotidiano das relações da família e seus agregados na produção de subsistência e nas criações do terreiro, das relações de vizinhança, das redes de parentesco consangüíneo ou simbólico, do compadrio, das festas e da religiosidade do bairro, sob a ‘proteção’ do senhor, do coronel, do fazendeiro, ou que nome se desse ao ator hegemônico local que patrocinava estas relações sociais de produção e daí extraía a mais-valia na forma de renda da terra.

Nas redes de “parentesco simbólico, de lealdades comunais e de solidariedades antigas baseadas em deveres de reciprocidade e troca de favores...[a motivação não é a da dádiva, pois]...envolvem compensações e retribuições não econômicas [...] e até mesmo cobrança de tributos” (MARTINS, 2003 p.19), características comuns da sociedade tradicional, cuja sociabilidade é fundamentalmente familista e as relações de dominação são patriarcais.

O morar na roça é, portanto, muito diferente do habitar urbano, pois significa um modo de vida, onde se une o lugar de viver e trabalhar; onde as necessidades do cotidiano não são mediadas pelo dinheiro; onde mercado é uma instituição secundária; onde a convivência com o espaço e a natureza é singular; onde se reforçam a sacralidade da família e a mística da terra; todos valores e crenças fundantes das sociedades camponesa e tradicional afirma Martins (2003).

Nos estudos de caso apresentados por Martins (2003) a instituição da morada ou o ‘sistema de morada’ como chama Wanderley (2003) estão no centro das aspirações dos acampados e assentados, sendo parte de seu imaginário e da utopia do seu projeto territorial (projeto de morada). Na morada se encontram

... os mecanismos de reprodução e da sociabilidade familiar, que se renova a sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra [...] na luta pela terra e na valorização extra-econômica da terra como mediação da vida (MARTINS, p.21)

A luta pelo sistema de morada é valorizada pela experiência anterior de desenraizamentos e instabilidades da vida nas terras dos outros ou, como moradores dos

barracos das periferias das cidades, trabalhando sazonalmente como diaristas das fazendas e fazendo outros “biscates”. A busca da terra de trabalho e de morada pretende diminuir o risco contra o desenraizamento, que acomete há décadas esta população, que pelas suas características sociais e econômicas estão alijadas de outros tipos de oportunidades de inserção social com dignidade.

Trata-se de um projeto de reterritorialização, de tendência conservadora porque busca refundar as relações sociais das comunidades rurais familista da sociedade tradicional camponesa do passado, onde o sistema técnico que garantia sua reprodução (pelo papel subalterno da pequena propriedade junto ao latifúndio), praticamente inexistente na maior parte do território nacional.

A crise dos vínculos tradicionais de dominação pessoal dos grandes fazendeiros, a crise do regime de moradia e a expulsão da terra fizeram explodir o poder pessoal que cimentava os relacionamentos entre subalternos, e revelaram a mutilação da comunidade, a sua pobreza, como comunidade sem território, como comunidade em busca do território [...] lugar para completar ou recompor a comunidade das relações sociais reais, que sobreviveram na moradia de favor em terra alheia (MARTINS, 2003, p.31).

4.9.1 - Os Agentes do Estado e os Movimentos Sociais

Nosso objetivo aqui é contextualizar as relações do INCRA e dos movimentos sociais com os beneficiários da RA e analisar suas conseqüências na construção territorial dos assentamentos.

A reforma agrária é uma reivindicação histórica dos trabalhadores rurais. Ela é operada fundamentalmente através das mediações entre os agentes públicos e os das organizações e movimentos sociais do campo. Os agentes públicos com destaque especial para o INCRA, autarquia responsável pela execução do programa. Os movimentos sociais porque eles mobilizam os futuros assentados, fazem a intermediação deles com o Estado e, ainda influenciam no comportamento político e em decisões importantes da construção territorial dos assentamentos.

A política de reforma agrária executada pelo INCRA idealiza os sujeitos da RA numa regulamentação baseada em normas, regras e contratos que conflitam freqüentemente com a lógica ‘quase-camponesa’ dos assentados. O INCRA por meio de suas práticas administrativas e técnicas considera o cliente da RA como um ‘pequeno empresário’ que só precisa de oportunidades em alguns fatores escassos: acesso a terra, infra-estrutura (física e

social) e assistência técnica para se inserirem no mercado, gerando renda e garantindo qualidade de vida.

Uma ‘boa’ escolha da terra, uma ‘boa’ seleção de beneficiários, um ‘bom’ projeto de desenvolvimento do assentamento, a implantação de adequada infra-estrutura (estradas, eletricidade, rede de água, casa, demarcação dos lotes, escola), somada aos créditos para produção e investimento nos lotes e assistência técnica de qualidade constituem o receituário da proposta de sucesso. O pressuposto é que os assentados transformarão a fazenda improdutiva desapropriada em um conjunto de pequenas propriedades familiares produtivas que modernizarão o campo com a extinção do latifúndio e a produção de alimentos para a população das cidades. O assentado terá renda, pagará (a prazo) o lote que adquiriu do INCRA e receberá o título definitivo da terra, tornando-se um novo agricultor familiar. Não é isso o que acontece, em geral. Nem os assentados tem renda suficiente com a agricultura de subsistência, nem pagam os lotes e nem são titulados.

O INCRA assina um contrato individual com cada assentado, assumindo que executará todos aqueles serviços do receituário. O assentado se compromete a pagar por seu lote (em condições facilitadas e bastante parceladas), a explorá-lo de forma produtiva e respeitando a legislação ambiental e, o bom convívio social.

Fica claro que o projeto tecnicista-racional idealizado pelo INCRA prevê um tipo de construção territorial de agricultores familiares (assentamento) diferente da utopia do projeto territorial comunitário-familista dos próprios assentados. Os conflitos só não são maiores porque os contratos não são cumpridos: nem o INCRA cumpre integralmente o que está previsto, nem os assentados pagam (também não são cobrados pelo INCRA), e/ou cumprem as outras obrigações contratuais previstas (exemplos: venda de lotes, desmatamentos em áreas de reserva e de preservação permanente etc). No cotidiano das relações entre os dois atores os conflitos se dão essencialmente pela morosidade da execução do receituário padrão, pelas formas autoritárias do INCRA executar seus serviços sem consultar os assentados e pelos descumprimentos das normas contratuais pelos assentados.

A incompreensão da racionalidade ‘quase-camponesa’, clientela da reforma agrária, provoca alguns conflitos previsíveis decorrentes da idealização dos sujeitos da RA: na avaliação da terra a ser desapropriada a tendência dos técnicos é privilegiar propriedades que ofereçam melhores custos-benefícios, ignorando valores simbólicos que a área possa ter para os trabalhadores; a seleção dos beneficiários baseia-se na família nuclear, não respeitando a característica das famílias extensas, situação que se repetirá na organização espacial das famílias no PA; a racionalidade da aglomeração das casas em agrovilas pela otimização dos

custos em infra-estrutura conflita radicalmente com o modo de vida de habitação próxima a roça e a criação de animais domésticos, consideradas como as atividades do quintal.

Os movimentos sociais, principalmente o Movimento Sem Terra, MST, trabalham através de práticas sociais do cotidiano que estimulam a comunidade coletiva com “a criação de superestruturas ideológicas e políticas baseadas em valores comunitários e coletivos” para a superação do individualismo camponês opina, Martins (2003, p.25). Para este autor o comunitarismo existente no processo de ocupar e acampar são “valores residuais de uma história que está no fim e não no começo, o que resta para firmar um ‘eu’ com um mínimo de dignidade” diz Martins (2003, p.25).

Estas comunidades são fracas por não terem mais a autenticidade camponesa tradicional; nem a busca pela terra é suficiente e nem a condição de assentado consegue garantir a identidade camponesa.

Em sua pesquisa empírica Moraes (2003) constata que a memória do passado é fragmentária ou inexistente, que “o passado foi destruído [...] suas referências estruturais se perderam, são conscientemente recusadas, censuradas, proibidas à memória” (MARTINS, 2003, p.26). Para a autora não se trata, portanto de reconstruir uma identidade, mas construí-la contra o passado, contra as manipulações ideológicas e contra as tendências destrutivas do mercado.

Movimentos sociais como o MST “propõem como memória substitutiva, a memória dos excluídos, uma memória abstrata e sem substância, sem relações concretas, sem práticas que restituam ao trabalhador, de fato, sua autonomia”, observa Martins (2003, p.27). Por isso que no processo de construção territorial ressurge continuamente o projeto comunitário-familista: o “efetivo sujeito da RA...[que]...tem uma difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política sendo, sobretudo, familista e vicinal”, afirma Martins (2003, p.19).

Navarro (2002) ao analisar a história do MST comenta também os impasses do Movimento entre suas ações de luta pela terra, a democracia interna no MST e incapacidade de produzir sujeitos sociais com autonomia para gerir seus destinos

Sob os símbolos e ícones elaborados para efeitos externos, contudo, subjaz a silenciosa desconfiança de seus participantes subalternizados, o desconhecimento acerca dos objetivos do próprio Movimento, os impasses produtivos existentes em todos os assentamentos rurais, a feroz disputa política pela hegemonia na organização dos pobres do campo, o desprezo pelas práticas sociais democráticas e, surpreendentemente...a reiteração do controle social e das formas de mando usuais no meio rural brasileiro...exercidos pelos grandes proprietários de terras... (Navarro, 2002, p.228).

O assentamento é uma intervenção externa no curso de um processo social com características inclusivas. Parece que assim que é percebido pelos assentados, como uma oportunidade de retorno à sociedade de onde estavam marginalizados, reconstruindo sua história a partir da possibilidade de inclusão na sociedade de mercado (ou do patrimônio familiar individual) e da sua utopia de comunidade-familista.

A partir da constatação anterior é que Martins (2003) levanta a hipótese de aceitação pelos ‘quase-camponeses’ do programa de Crédito Fundiário (antigo Banco da Terra) e sua aceitação de pagar pela terra adquirida numa negociação de mercado. O programa foi apoiado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, por conta do reconhecimento de que este instrumento viabiliza a tradicional forma de reprodução da agricultura familiar, a compra de pequenas áreas para os filhos, em terras vizinhas, geralmente de outros agricultores familiares, evitando a minifundização nos territórios dos agricultores familiares.

O MST, contrariamente, denunciou o Programa ao Banco Mundial, seu financiador junto com o Governo Brasileiro, acusando-o de ser uma manobra neoliberal para ‘esvaziar’ a Reforma Agrária. Também não propôs condições que poderiam transformá-lo num instrumento agrário de interesse dos trabalhadores, como pretendeu fazer a CONTAG. As duas posições são resultados das diferentes visões ideológicas e projetos políticos das duas maiores organizações sociais na implementação da política de RA.

A política da reforma agrária ao basear sua regulação em pressupostos da realidade agrária da década de 50 do século passado (latifúndios improdutivos versus produtores familiares ativos e principais responsáveis pelo bastecimento alimentar) se comunica com a sociedade através da manipulação de significados que perderam (como regra) sentido no contexto atual. Esta manipulação política dos significados atende aos interesses variados dos diferentes atores que, direta ou indiretamente, vêm ganhos no processo: as organizações e movimentos sociais dos trabalhadores rurais se fortalecem politicamente com a bandeira da reforma agrária e tem acesso a recursos públicos para suas máquinas burocráticas; a burocracia corporativa dos governos federal e estaduais cujas instituições tem sua sobrevivência dependente da existência do programa; de alguns proprietários rurais e especuladores que vêm na reforma agrária oportunidades de negociação de terras; em algumas lideranças rurais tradicionais e antiquadas de proprietários rurais que procuram ocupar espaço político conservador “defendendo a propriedade ameaçada”. Participam ainda os políticos de direita e esquerda que “no conflito” ganham apoios eleitorais; como os diferentes segmentos sociais que compõe o Estado (políticos, setores sindicais empresariais e de trabalhadores) que

‘fingem apoiar e implementar a reforma agrária “prevista na Constituição” (portanto atendendo o ‘desejo da sociedade’), numa atitude ambígua que mistura cinismo, condescendência e populismo com a pobreza, além é claro, de uma certa dose de culpa das elites com as desigualdades sociais do país.

4.9.2 - Os diferentes projetos dos jovens assentados

A adesão à RA traz consigo ganhos e riscos. A força da marginalização e desterritorialização dos camponeses foi brutal. Eles transformaram-se nos órfãos da revolução verde que provocou a ruptura do sistema técnico baseado nas relações entre a grande propriedade e a produção camponesa durante os primeiros quatro séculos de Brasil. A modernização impediu que os agricultores familiares tivessem possibilidades de reinclusão social no novo mundo capitalista do risco, das relações sociais mediadas pelo dinheiro e não pela confiança, na necessidade do conhecimento formal e informal.

Os assentamentos da RA a partir da redemocratização do país passaram a ser quase que a única alternativa de alavancar novas oportunidades, alguma possibilidade de inclusão, para a população de origem rural (mesmo que remota). “O futuro era esse mesmo, não tinha outro. Era o modo de ampliar possibilidades da única alternativa com que se deparam, a única que a vida e o peso da inserção social subalterna lhes legou...” (MARTINS, 2003, p.34).

Os riscos estão nas diferentes formas de desterritorialização: pela perda do lote; por ter que pagá-lo um dia (conforme prevê o contrato); pela incapacidade de sobreviver na condição de agricultor familiar na sociedade de mercado; de ter que resistir à constante ameaça de venda ou arrendamento do lote, dada a incapacidade de gerar renda capaz de fazer frente à renda da terra na agricultura capitalista (concentração da terra pelos mecanismos de mercado).

Provavelmente a ameaça mais grave é a da diferenciação dos projetos territoriais entre as gerações, decorrentes das novas oportunidades que a RA proporciona aos jovens. Possibilidades principalmente de migração e de acesso à educação que permitem estabelecer novos objetivos de vida e estratégias de ascensão social. Suas necessidades são diferentes dos seus pais, que encontraram na RA a única possibilidade de inclusão social. As referências trazidas com a escolarização tendem ainda a posicionar os jovens de forma crítica a seus pais, pela negação do estilo de vida valorizado por seus pais como aponta Martins (2003).

O receio de não ter sucessores, além do próprio isolamento e solidão, ameaça toda a reprodução do projeto comunitário-familista dos assentados e, também dos agricultores familiares tradicionais, como vimos há pouco. Ao mesmo tempo os pais sentem necessidade

de lutar pelas oportunidades de educação dos filhos, pois têm consciência de sua importância no mundo moderno. Eles têm consciência, a partir da sua experiência pessoal da exclusão social provocada pela falta de escolarização. Esta é uma preocupação que inexistia no mundo camponês anterior, onde o importante era o filho ajudar na lavoura.

Este cenário de desencontros entre as gerações nos assentamentos provocam algumas dúvidas. Será possível implementar experiências e políticas para os jovens assentados a tempo de evitar a migração em massa pelo desinteresse que muitos dos jovens que estudam demonstram com relação a permanecer nos assentamentos? Não seria necessária uma política de transição das gerações nos assentamentos, que preparasse os rapazes e moças de hoje, para serem os futuros agricultores familiares profissionalizados, em atividades agrícolas e não-agrícolas, com renda e qualidade de vida?

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 - Periodização Histórico-Geográfica e padrões de Divisão territorial do trabalho

5.1.1 - Centro Oeste (Goiás)

A estrutura territorial do passado colonial de grande parte da região do Centro-Oeste persistiu até o início do século XX. Seu desenvolvimento se deu a partir de meados do século XVIII através da mineração de aluvião, de baixa produção, localização esparsa, baixos investimentos de capital. A exploração foi muito menos significativa que a mineração ocorrida em Minas Gerais atraindo menores contingentes de população, e de menor qualificação, responsável pela proliferação de núcleos populacionais, tendo como principal centro nucleador a cidade de Goiás, capital do Estado. A partir destes núcleos, (ou até de núcleos agrícolas), a pecuária extensiva (gado e muares) e a agricultura de subsistência se expandem em áreas contínuas, servindo de apoio às populações das minas e interligando as regiões. “...[a criação de gado foi]...um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país” (Simonsen, 1958 apud IPEA 2001 p.165).

Embora a atividade mineradora tenha perdido seu vigor já no final do século XVIII, mantendo a economia do Centro-Oeste incipiente até o início do XX, já se mostram no Estado de Goiás as diferenciações espaciais. A sede baseada em Goiás, na região central (centro-oeste), se limita às atividades de pecuária extensiva tradicional, permanecendo isolada das regiões Norte e Sul do país, o que prejudica seu potencial de acumulação e fragiliza a região; o norte do Estado articula-se fracamente com o Norte e Nordeste, chegando a se beneficiar do ciclo da borracha; o sudoeste se desenvolve como um prolongamento do Triângulo Mineiro. O sudeste, nucleado no entreposto do Meia Ponte (Pirinópolis) é a região mais dinâmica e ligação para o Nordeste, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, por onde se dão os fluxos de mercadorias mais importantes.

Pode-se falar então, que a territorialização no Centro-Oeste, e em Goiás nos séculos XVIII e XIX se deram a partir da apropriação dos recursos naturais destinados à acumulação hegemônica que se deram pela mineração exportadora de ouro da colônia para Portugal. A exportação de ouro e de açúcar pela região nordestina, resumia o papel do Brasil na divisão territorial (internacional) do trabalho. Secundariamente, a acumulação no Centro-Oeste

ocorreu pelas atividades voltadas ao mercado interno - pecuária extensiva e agricultura de subsistência - destinada às populações das minas e seus povoamentos. Com a decadência da mineração no século XIX, só a pecuária e a agricultura de subsistência persistem, caracterizando uma economia de baixos fluxos, e com fixos de infra-estrutura física e social característicos destas formações sócioespaciais: caminhos e trilhas de gado e tropas; pequenas povoações ligadas às paradas de gado; casas esparsas pelas fazendas ocupadas por vaqueiros e pequenos agricultores de subsistência; tempos econômicos lentos; trocas locais ou no máximo com regiões mais próximas; muito isolamento e auto-suficiência; relações sociais muito fechadas na família e nas pequenas comunidades.

Distante do Centro-Oeste, em meados do século XIX, iniciava a “formação do complexo cafeeiro paulista, como embrião de um mercado nacional, e a conseqüente subordinação das diversas particularidades regionais ao comando da cafeicultura paulista” (IPEA,2001, p.166). A acumulação da economia cafeeira paulista viria provocar uma nova divisão territorial do trabalho no Centro-Oeste, uma região que já tinha uma longa experiência de ocupação territorial – com sua economia pecuária extensiva e de agricultura de subsistência – com suas estruturas produtivas, políticas e sociais tradicionais, caracterizando uma rugosidade, uma organização sócioespacial com lógicas e práticas sociais resistentes às novas lógicas de uma sociedade mercantil, como a trazida pela cafeicultura. Embora o café mantivesse o país (agora independente de Portugal) como um exportador de commodities para os países europeus, no mercado interno o café demandaria nova divisão territorial do trabalho, criando novas formações sócioespaciais.

A expansão do café, uma cultura extensiva (naquela época) que precisava de terras para crescer, desenvolveu-se no sentido oeste no território paulista, implantou a ferrovia Mogiana para escoar os fluxos de mercadorias e produção, e chegou ao Triângulo Mineiro na última década do século XIX. Do processo de acumulação da cafeicultura, e da sua necessidades de novos fixos (infra-estrutura) para garantir a expansão dos fluxos de gente, mercadorias e produção, abria uma nova possibilidade de escoamento e ligação para partes do território do CO com o Sudeste e o litoral, mais especificamente a região sul de Goiás.

A integração do Triângulo Mineiro com o sul goiano se faz pela coordenação da primeira região: além do terminal ferroviário, o beneficiamento do arroz, os empréstimos para os agricultores goianos partiam sempre do Triângulo, deixando para os goianos a produção primária. A ligação da produção goiana com a economia paulista e fluminense era intermediada pelos comerciantes mineiros, que abocanhavam a maior parte deste processo de

acumulação, o que justificou a baixa retenção de renda e desenvolvimento dos núcleos de Goiás.

A região sul de Goiás se integra aos fluxos comerciais com o Sudeste, criando uma agricultura mais comercial, mercantilizando a terra, que passa a constituir um ativo cada vez mais valorizado pela elevação da sua renda. Já na região do centro-norte e centro-sudeste, da colonização antiga, a terra tem pouca expressão mercantil, a integração econômica é praticamente inexistente, a economia mantém suas atividades de pecuária e de agricultura de baixa intensidade. Posteriormente a ferrovia se estende à Anápolis e Goiânia ampliando a incorporação do território goiano à integração econômica com o Sudeste.

Os interesses da acumulação cafeeira mudavam de forma definitiva a integração e as formações sócioespaciais de Goiás através da ferrovia e das possibilidades de fluxos que ela oferecia. A integração da região centro-sudeste goiana com o Sudeste, na fase da mineração, marcado pelas estradas, caminhos e trilhas de terra que faziam o trajeto Vila Boa (Goiás Velho), Meia Ponte (Pirinópolis), Santa Luzia (Luziânia), Paracatu (MG), Sul de Minas e Rio de Janeiro, foram esquecidas.

O resultado da nova divisão territorial do trabalho foi o desenvolvimento econômico e populacional da região centro-sul goiana - primeiro Catalão, depois Anápolis: avanço das relações comerciais, avanço da agricultura comercial e pecuária mais tecnificada. Por outro lado, assiste-se ao enfraquecimento da acumulação comercial da região centro-sudeste de Goiás, que mantém seu padrão de desenvolvimento. A nova regionalização ganha mais força com a construção de Goiânia, a nova capital, entre 1930 e 1942.

No cenário nacional a Revolução de 1930 encerra o período da República Velha e a hegemonia da elite paulista do café, enfraquecida pela crise da superacumulação mundial que obriga a destruição de ativos (no Brasil as queimas dos estoques de café) e a uma recessão e desemprego mundiais sem precedentes, risco permanente e endógeno da economia capitalista, apontado por Harvey (2005). A crise abre espaço no Brasil para inauguração de um Estado nacionalista e autoritário que iria empreender um novo patamar de acumulação a partir da industrialização do país implantada pelo Estado. A industrialização, acompanhada da urbanização, intensifica suas relações com a agricultura produtora de alimentos, e fortalece a divisão territorial do trabalho a partir destes objetivos.

Goiás passa a se destacar no cenário agrícola, expandindo suas áreas de produção agrícola para a região conhecida como Mato Grosso de Goiás (mesorregião do centro goiano) beneficiada pela construção de estradas ao redor de Goiânia. No período de 1930-45 o governo federal desenvolve uma política de expansão das fronteiras nos Estados do Paraná,

Mato Grosso e Goiás, conhecida como “Marcha para o Oeste” incentivando a colonização e resultando em expressivos fluxos de migração. A diferença é que enquanto no Paraná a colonização era planejada, com migrantes capitalizados e utilizadores das modernas tecnologias da época, principalmente em Goiás “tratou-se de uma ocupação desordenada e predatória, realizada por um contingente de trabalhadores expulsos de seus locais de origem, desprovidos de recursos e munidos apenas de rudimentar tecnologia” (Estevam 1997 apud IPEA, 2001 p.167).

A experiência em Goiás é feita pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás, com núcleo em Ceres, que apesar de apresentar produções significativas de arroz, feijão e milho, não conseguiu transformar a região, beneficiando apenas a acumulação de Anápolis, entreposto comercial e financeiro próximo à colonização, não garantindo a expansão rumo ao norte do estado. Assim no período de 1930-50 Anápolis é o núcleo que mais se beneficia da acumulação do desenvolvimento, apoiado na Estrada de Ferro, na proximidade dos investimentos da colonização, tornando-se no centro do comércio atacadista, fato que passa a mudar quando em 1950 a estrada de ferro chega a Goiânia, a capital administrativa do Estado, excluindo as vantagens locais que tinha sobre a capital.

Goiânia passa na década de 50 a apresentar taxas de desenvolvimento superiores a de Anápolis, por uma associação de fatores: “a decadência da ferrovia e seu prolongamento até Goiânia; a desarticulação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás; a atração populacional promovida pelo Distrito Federal; e o deslocamento do eixo polarizador do Município de Goiás para Goiânia” (IPEA, 2001, p. 168).

Um novo surto de acumulação industrial mundial nas décadas de 1950-70, leva ao alargamento das fronteiras da industrialização, uma forma de evitar as crises da superacumulação apontadas por Harvey (2005). No Brasil o “Plano de Metas” do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) estabelece um novo padrão de acumulação a partir de: investimentos de infra-estruturas pelo Estado; apoio às indústrias de base para o capital nacional e o estrangeiro; interiorização da economia com a mudança da capital para Brasília. Nos períodos 1960-75, há grandes investimentos em infra-estruturas do país – estradas, telecomunicação, eletrificação etc- reforçando o papel da economia concentrada comandada por São Paulo, e o desenvolvimento de economias complementares e integradas à economia centralizadora.

As infra-estruturas, as políticas de incentivos e de investimentos, fazem parte de um novo padrão de acumulação baseada no binômio indústria automobilística e estradas de rodagem, com elevadas taxas de crescimento e integração do mercado nacional.

A implantação de Brasília cria um grande fluxo migracional que se estende pelos entornos goianos e mineiros, e justificando os pesados investimentos na região. A implantação da BR-153 ligou São José do Rio Preto à Goiânia, passando pelo sudeste goiano e por cidades regionais como Itumbiara, Morrinhos e Aparecida de Goiânia. A partir de Anápolis ela segue rumo ao norte, sendo conhecida como Belém - Brasília, passando por cidades regionais do norte goiano, como Uruaçu e Porangatu.

Outra estrada importante foi a BR-060 ligando Brasília a Goiânia e sudoeste goiano passando por cidades regionais como Rio Verde e Jataí, acessando a região que se constituiria no maior polo de grãos de Goiás. Essa rodovia se liga a BR-364, que penetra no sudeste do Mato Grosso até Cuiabá.

A BR-364 serviu para investimentos produtivos no seu eixo, mas o desenvolvimento regional não ocorreu, já que a maior parte dos fluxos de renda ficou para núcleos urbanos externos como Goiânia, Uberlândia, São José do Rio Preto e São Paulo. No lado mato grossense, Rondonópolis, Cáceres e Cuiabá se beneficiaram também, já que se encontravam mais distantes dos pólos anteriormente citados.

Os fluxos migratórios no Centro-Oeste acompanham a implantação de Brasília e dos eixos rodoviários. Na década de 50 a taxa de crescimento populacional foi de 5,3% ao ano; na de 60 foi de 5,6%, chegando a 14,3% ao ano em Brasília. Os migrantes desse período eram pobres, muitos originados de processos de expulsão da terra nas regiões de origem, onde se destacavam o Nordeste e Minas Gerais. Ajudaram a construir Brasília e a abrir as terras para a agricultura nas regiões atingidas pelas rodovias, ocupando as áreas geralmente de forma desordenada, e eventualmente em projetos de colonização.

A partir do final da década de 60 e na década seguinte o fluxo migratório diminuiu e se modificou. No período os migrantes são paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos que são capitalizados, dominam a tecnologia agrícola e vão implantar uma agricultura moderna, apoiada também nos avanços do desenvolvimento tecnológico proporcionados pela EMBRAPA, principalmente no manejo do cerrado. Amparados por vários programas públicos – créditos subsidiados, financiamento da comercialização, formação de pastagens tecnificadas e aquisição de gado melhorado, política de preços únicos para os combustíveis em todo o território nacional, Proálcool, política nacional de preços mínimos – os novos agricultores se voltarão para os cultivos comerciais de commodities, expulsando e/ou deslocando a população da agricultura familiar tradicional para regiões mais afastadas ou para as cidades. Essa nova forma de acumulação na agricultura é acompanhada pelo esvaziamento da população rural, provocado pelo modelo de modernização agrícola que passa a ser adotado.

Uma nova coalizão de classes articulada no projeto da ditadura militar, prioriza os maiores proprietários de terras como atores privilegiados da apropriação territorial do Centro-Oeste.

A diferenciação regional na implementação da agricultura comercial no Centro-Oeste será o fator de diferenciação das cidades e regiões. A integração maior ou menor na divisão territorial do trabalho será marcada inicialmente pela agricultura e pecuária intensiva, e posteriormente pela agroindustrialização da Região. A mesorregião do sul goiano concentra 90% da produção da soja; a mesorregião leste, envolvendo o Distrito Federal e as terras planas do leste goiano, é a segunda região em expressão.

As áreas de lavoura do Centro-Oeste passam de 4 milhões de ha em 1970, para 12,5 milhões de ha em 2000 (IPEA, 2001). No mesmo período, as pastagens plantadas que eram de 8,7 milhões de ha, passam a 56,9 milhões de ha. As taxas médias de crescimento da população de Goiás são de 4,4% ao ano no período de 1960-70; 2,7% no período 1970-80; 2,3% no período 1980-91; 2,4% entre 1991-96.

A migração da população rural do início da ocupação de Goiás para as cidades ou outras fronteiras agrícolas pode ser observada pelo grau de urbanização de Goiás e pela intensidade de sua variação, ocorrida principalmente entre as décadas de 70 e 80. O grau de urbanização no sul goiano era de 41,4% em 1970, passa a 63,5% em 1980 e chega a 80,9% em 1996. O leste goiano, muito influenciado pela atração migracional provocada no entorno de Brasília, tinha 24,3% da população morando nas cidades em 1970, passa a 53,3% em 1980, e 82,7% em 1996. O centro goiano, onde se desenvolveu uma intensa agricultura tradicional de produtos básicos (arroz, feijão e milho) para o mercado interno em 1940-60, tinha uma taxa de urbanização de 58,5% em 1970 e passa a 91,7% em 1996 (aqui há o efeito urbano da região metropolitana de Goiânia).

O Centro-Oeste a partir de sua agricultura comercial passa a se industrializar e diversificar suas atividades. Castro e Fonseca (1995 apud IPEA, 2001 p.173) propõe a seguinte periodização para o desenvolvimento da região:

- final dos anos 60 chegada dos pioneiros da soja na região, e início do beneficiamento dos grãos em Goiás;
- na primeira metade da década de 80 expansão e consolidação da soja e milho, dominada pelas tradings do mercado de commodities;
- a partir de 1985 deslocamento para o Centro-Oeste dos grandes conglomerados agroindustriais do centro-sul, acompanhados pelos investimentos e indústrias internacionais.

5.1.2 - Vão do Paranã

O Vão do Paranã é uma área rebaixada com relação a Serra Geral de Goiás ao leste, o Chapadão de Paracatu ao Sul e a Chapada dos Veadeiros a oeste, que acompanha o Rio Paranã, encontrado na região do nordeste goiano. É uma região rebaixada com relação aos seus confrontantes, apresentando clima e solos diferenciados do seu entorno.

O Vão do Paranã, parte do nordeste goiano, tem outras coincidências com o nordeste brasileiro além da localização cardinal: seu território é o mais pobre de Goiás, e sua população originou-se também dos nordestinos vindos da Bahia, Piauí e Maranhão; seu clima também é muito seco, lembrando a região nordestina brasileira: é considerado um sertão comenta Barreira (2002).

O Nordeste Goiano tem sua história ligada à região das Minas do Tocantins, delimitada pela parte a leste desse Rio, ao sul pelo atual Distrito Federal, ao norte pelos municípios atuais de Pindorama e Natividade no estado de Tocantins. Junto com a mineração se desenvolve a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência que dão suporte à população mineradora e seus núcleos.

A crise do complexo açucareiro no Nordeste brasileiro no século XVIII expulsa populações da região litorânea para o interior, fortalecendo a atividade pecuária que integra o Vão às outras regiões, com seus fluxos de gado voltados à Região das Minas de Tocantins com o oeste da Bahia e Pernambuco.

Os arraiais do Vão e do Nordeste Goiano se dispersam pelo território sendo produtos da própria dispersão da mineração de aluvião. Na primeira fase da mineração, de 1725 com a descoberta do ouro até 1751 surgem Flores (atual Flores de Goiás) em 1733, Couros (atual Formosa) que se transforma em centro de comercialização de carnes; São Domingos em 1735, Cavalcante em 1740 e Veadeiros (atual Alto Paraíso) em 1750. Na segunda fase, apogeu da mineração da região, 1751-1778, surge o arraial do Chapéu (atual Monte Alegre) em 1769.

Com a decadência da mineração no final do século XVIII a região se integra "...aos currais da Bahia fazendo com que durante o século XIX haja um avanço demográfico da zona rural do nordeste goiano..." (TIBALLI 1991 apud BARREIRA 2002, p.95). A região através da pecuária transforma-se na de maior importância econômica da Província de Goiás durante o século XIX e início do século XX segundo Barreira (2002).

A pecuária da época era muito extensiva, desenvolvida nos cerrados e campos em propriedades abertas e sem cercas, onde misturavam o gado dos fazendeiros que só se distinguiam pelas marcas. Essa exploração natural, quase extrativa, se combinava com os

barreiros, barrancos que eram lambidos pelo gado para fornecimento natural de sal, e os covaais, áreas úmidas das baixadas que ofereciam pastagens nas épocas secas.

A região permaneceu neste isolamento e com esta economia até a década de 1950, quando é implantada Brasília. Os imigrantes gaúchos da soja que chegaram na década de 80 à região dizem que o gado ainda era criado solto, ‘sem cercas’, na época que chegaram lá.

A região vai se integrando a Brasília. Primeiro pelo surto de migrantes do sul que vem abrir áreas de soja na mesorregião leste, incorporando áreas das chapadas do nordeste goiano neste processo, que continua ainda hoje, com os fluxos de agricultores oscilando pelos períodos de crise e bonança dos preços dos grãos. No final da década de 80 também se deslocam especificamente para o Vão do Paranã os gaúchos plantadores de arroz irrigado nas várzeas daquele rio, nos municípios de Flores e São João da Aliança. O objetivo desses arrozeiros é produzir para Brasília e região.

Necessitados de regularização das águas do Rio Paranã que abastecem as plantações de arroz estes produtores irão se articular com o Governo de Goiás para o desenvolvimento do Projeto de Irrigação de Flores de Goiás que se inicia nos primeiros anos de 90, e que ainda está sendo implantado, sem previsão para ser concluído.

Na Chapada os agricultores de grãos começam a diversificar sua produção e estão se mobilizando para trazer para a região a produção de ovos férteis para a produção de pintos para a avicultura do Distrito Federal e Entorno. Assim o município, vai deixando de ter unicamente redes ligadas as agroindústrias espalhadas por Goiás, Minas e São Paulo, passando cada vez mais a se integrar na divisão territorial do trabalho a partir do polo gerador de Brasília.

Essa nova acumulação é apropriada pelos agricultores e pecuaristas capitalizados, mas persistem na região muitos agricultores familiares, entre eles os assentados, que permanecem com suas atividades de subsistência, transformando-se em rugosidades ao atual padrão de acumulação, ao reproduzirem seus modos de produção e relações sociais, a partir das lógicas de um período passado, mas que se mistura e sobrevive no presente.

5.1 3 - A história do “Projeto de Assentamento Santa Maria”

O Sr. Amadeu, atual presidente da Associação do PA “Santa Maria” e outros assentados nos contaram a história do assentamento. Em 1996 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planaltina de Goiás mobilizou trabalhadores rurais do município para reivindicar a desapropriação da Fazenda “União”, uma propriedade com cerca de 3000 ha localizada no

Vão do Paranã do Município de São João da Aliança. O acampamento foi montado com 30 famílias na própria fazenda. O proprietário estava querendo vender a fazenda e estava interessado em ser desapropriado. O fazendeiro “chegou até a fazer churrasco para a gente, não teve conflito nenhum” comentou um assentado.

A questão do conflito social no processo de implementação da RA merece uma reflexão. Existe evidentemente um conflito essencialmente entre os proprietários que têm terra, e querem a manutenção deste status, e os sem terra, que também querem ter sua terra.

Os proprietários são quase sempre grandes proprietários, patrimonialmente pertencentes a elite econômica do país (o que não significa que sejam os brasileiros mais ricos), e os sem terra, trabalhadores e pobres. Se caracteriza aí um conflito de classes sociais, entre o capital e parte do exército industrial de reserva, que vê no acesso a terra uma oportunidade de inclusão social através do acesso à propriedade fundiária. A natureza do conflito se explicita na escala do território nacional e estadual, num discurso com identidade ideológica: presente na mídia, no Congresso, entre as entidades nacionais de classe dos dois lados, e suas redes pelo menos a nível dos Estados.

Na escala territorial do município e microrregião, os conflitos de classe também existem, mas são mediados pelas relações interpessoais e pelo comportamento mediador e ambíguo que geralmente a classe política local realiza. Os fazendeiros de início não gostam da chegada dos acampados e assentados, principalmente quando eles vêm de outras regiões, pois se sentem ameaçados por novas ocupações de propriedades, incitações políticas a seus empregados, receiam roubos, violência etc. Esse comportamento não é linear: alguns estimulam trabalhadores seus e ex-trabalhadores, a participarem dos acampamentos, muitas vezes interessado em ‘trocar este apoio’, como num acordo tácito, pela não indenização de direitos trabalhistas que mais cedo ou mais tarde aconteceriam. A classe política local também estimula seus eleitores a aproveitarem a oportunidade, e desta forma, acabam se comprometendo em defender o assentamento. Os prefeitos reclamam que terão sobrecarga no seu orçamento, mas rapidamente assimilam o potencial deste ‘novo eleitorado’. As formas como estas relações acabam ocorrendo – mais politizadas ou não - é que vão resultar na maior ou menor conflituosidade do processo do assentamento no espaço local.

A reação dos fazendeiros nem sempre é homogênea. Em muitos casos, o fazendeiro quer ser desapropriado porque o Incra as vezes pode ser o único comprador; ou porque há crises cíclicas na agricultura e/ou no mercado de terras., principalmente nas áreas desapropriadas que muitas vezes são economicamente marginais para a agricultura empresarial competitiva. Geralmente o fazendeiro que oferece sua propriedade para a RA é

estigmatizado pelos seus pares no município, ‘como um traidor’, por estar estimulando a implantação de assentamentos. Estas diferenças de comportamento muitas vezes ocorrem porque entre os grandes proprietários, principalmente pecuaristas, sempre há um percentual elevado de proprietários ausenteístas, que moram nas grandes cidades, e têm poucos compromissos e vínculos com o município e a região da propriedade.

Assim podemos dizer que sempre há conflitos na luta pela implantação de assentamentos da Reforma Agrária. No território local a conflituosidade dependerá da composição das diferentes forças sociais, dos atores e seus ‘arranjos políticos’ no processo de implementação do PA. De qualquer forma, o imaginário da população dos maiores centros urbanos é mais ideológico (independente de ser contra ou a favor), enquanto a nível local, a representação sobre os assentados pode variar desde “vagabundos que vieram das periferias das cidades” até seu reconhecimento como agricultores e trabalhadores rurais. Seja como for, o importante é que com a implantação do PA, sempre haverá um processo de reterritorialização no município, na medida em que os novos atores vão estabelecendo relações sociais com o resto da população, tendendo a serem absorvidos e aceitos como ‘moradores normais’. Voltaremos ao tema nas entrevistas com alguns atores municipais.

A partir da instalação do acampamento na Fazenda União” houve atração de pessoas pela ação do STR de Planaltina, pela rede de comunicação informal, e do próprio Incra, interessado em destinar lotes aos acampados de outras áreas. No final foram incorporados ao PA, trabalhadores rurais e não rurais, vindos de Planaltina de Goiás, excedentes da Fazenda “Virgilândia” (um PA em Formosa), Planaltina do Distrito Federal, Santo Antônio do Descoberto. O acampamento durou dois anos, 1997/1999, na margem do Ribeirão Extrema Assim no PA encontram-se pessoas que trabalhavam como pedreiros, mecânicos, motoristas, peões de fazenda, carvoeiros, domésticas etc.

Em 1999 o assentamento foi criado, foram selecionados 169 famílias, e realizado o parcelamento dos lotes de 5 ha da agrovila. Muitos queriam um lote rural único, mas esta posição foi derrotada na Assembléia dos assentados. Os lotes agrícolas, de 12 a 13 ha, ficaram em uso comum, até serem parcelados (só) em 2004. Posteriormente, houve entendimento dos assentados com o Incra para trocar a área da Reserva Legal, próxima ao Rio Paranã, “para a região dos lotes da parte seca junto ao pé da serra”, comentou um assentado. Atualmente alguns assentados estão abrindo estes lotes, derrubando matas e vendendo madeira, apesar da troca não ter sido regularizada junto aos órgãos ambientais e a Superintendência do Incra, conforme fomos informados pelos dirigentes da Associação do PA.

O crédito habitação saiu para cerca de 90% dos lotes e o crédito de investimento saiu para 85% dos lotes, no período em que os assentados só dispunham dos lotes da agrovila demarcados. Dos 169 assentados, permanecem cerca de 140 assentados (17% de evasão) e vários lotes nunca foram ocupados. Este índice pode ser considerado abaixo da média aritmética dos assentamentos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, que por pesquisa de Guanziroli et al. (2001), atingiram respectivamente 27,8%, 19,6% e 27,5%. O Incra esteve em meados do ano de 2006 levantando a situação da área para regularizar sua ocupação.

Na opinião de alguns assentados “todos querem receber os títulos definitivos. O valor que nós temos é de que o valor cobrado pelo INCRA será de 15 mil reais, como eles nos disseram”. O presidente do PA disse que “não acho que os que ficaram vão sair fácil, mesmo com a titulação e o projeto de irrigação implantado. Todos têm uma visão de que a região tem muito futuro e pretendem estabelecer aqui suas raízes. A maioria gosta de viver no PA. Mesmo os jovens rurais que estudaram vão ficar por aqui. Só os mais espertos, que já têm a malícia das cidades é que vão sair”. Os assentados na sua enorme maioria moram exclusivamente no PA, pois não possuem casa na cidade.

No assentamento há os que fazem roça todo ano, os que só mexem com gado e os que vivem de rendas externas (não plantam nada): assalariados de fazendas, barragem, carvoaria, aposentadoria, bolsa família. No cálculo de alguns assentados umas 50 famílias são agricultoras, plantam todo ano de 2 a 4 ha de arroz, feijão, milho e mandioca. Pagam máquina para preparar o solo (da prefeitura e de fazendeiros), plantam com matraca (plantadora manual), usam até metade do adubo recomendado, cerca de 150 kg por ha, e só 20% investiram em calcário. Toda a produção é destinada ao autoconsumo; “todos garantem a sua mesa, não está bom?”, fala o presidente da Associação com orgulho.

Segundo informações do agrônomo Vilmar Alves Reis da Agência Rural de SJA que dá assistência ao assentamento, umas 80 famílias tem gado, que aproveitam os pastos plantados pelo fazendeiro desapropriado (capins braquiária e andropógon) que se encontram no geral, bastante degradados. Geralmente os assentados criam galinhas, têm algumas árvores frutíferas no quintal, e as vezes, criam porcos. Cerca de 30 famílias não plantam e não criam gado. Na época das chuvas os assentados tiram um pouco de leite, cerca de 500 litros por dia; 10 fazem queijo.

Dos 130 assentados que ‘pegaram’ o Pronaf A, aproximadamente 40 estão adimplentes e 90 inadimplentes. Cerca de 30 assentados costumam utilizar o Pronaf de custeio do Grupo A/C e 20 utilizam o Pronaf dos grupos C e D.

5.2 - Pesquisa com os Jovens

5.2.1 - Amostra

Nosso objetivo na pesquisa é conhecer o projeto de vida e profissional dos jovens que estão concluindo o 2º grau. Para isto pesquisamos todos os jovens que freqüentam o 2º e 3º ano do nível médio da escola do PA “Santa Maria”. Foram excluídos de nossa amostra apenas os alunos casados; os que não pertencem ao assentamento, e os que não estiveram presentes no dia 30 de agosto de 2006 quando passamos o questionário. Assim nossa amostra ficou constituída por 18 jovens (11 moças e 7 rapazes), com idade entre 16 e 24 anos, pertencentes a 14 famílias (8,3 % das 169 famílias do assentamento). A pesquisa também levantou dados sobre todos os outros 48 filhos com 14 anos ou mais, residentes ou não no assentamento, pertencentes às mesmas 14 famílias. No trabalho adotamos como filhos jovens os com 14 anos ou mais e solteiros; os filhos casados foram considerados adultos.

Em nosso questionário com os estudantes obtivemos informações sobre os pais e todos os outros 48 irmãos em idade de trabalho (14 anos ou mais) daqueles jovens pesquisados (ver categorias no Quadro 5 na página 112).

Além do questionário, foram entrevistados 15 jovens da nossa amostra que estavam presentes no assentamento nos dias 14 e 15 de setembro. Entrevistamos ainda entre os dias 27 e 28 de setembro, 4 pais dos alunos pesquisados, que consideramos mais representativas dos diferentes projetos de vida definidos pelos filhos.

Posteriormente recolhemos depoimentos entre os diferentes atores do Município de São João da Aliança e alguns de Flores de Goiás, procurando entender a extensão e conexão das redes de relações sociais e fluxos de informação entre eles.

5.2.2 - Perfil das famílias

A partir dos questionários encontrados no Anexo A, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 1: Idade dos pais
(Grupos de Idade dos Pais)

	Quantidade	%
Inferior a 35 anos	0	0
36 a 45 anos	8	31
46 a 55 anos	12	46
56 anos ou mais	6	23
TOTAIS	26	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto/ 2006.

Observamos que 69% dos pais estão no ciclo de vida profissional avançado, com mais de 20 anos de trabalho; que 42% dos pais possuem 50 anos ou mais, isto é, cerca de 80% da vida profissional de um agricultor familiar (considerando-se que sua vida profissional mais freqüente vai dos 15 aos 65 anos de idade). Isto significa que a RA poderá estar contribuindo para o envelhecimento do campo, com conseqüências para a reprodução da agricultura familiar.

As famílias dos assentados pesquisados são grandes, conforme se observa na tabela 2.

Tabela 2: Número de membros por família
N ° Filhos (filhos / Parentes/agregados) por família (1)

Grupo	Número de famílias	%
Até 4 filhos	5	36
5 a 7 filhos	7	50
8 a 12 filhos	2	14
	14	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Nota: (1) Compreende todos os filhos/parentes/agregados mais de 0 a 38 anos, independente do local de residência, casados ou não.

Pela tabela 2 constatamos que as 14 famílias tem 78 filhos/parentes/agregados (no PA e cidade), com média de 5,6 jovens/família. Destas, 64% possuem 5 filhos ou mais (incluindo jovens parentes/agregados), número bem superior a média nacional que é de 2,2 filhos/família. As famílias são numerosas, tendo os jovens nascido tanto no meio rural como na periferia metropolitana de Brasília. Assim pode-se falar que o tamanho das famílias foi influenciado pela vida rural e urbana destas famílias.

Os 18 jovens pesquisados nasceram em pequenos municípios do interior ou na região de influência de Brasília: 10 (56%) nasceram em municípios rurais da BA, MG, CE, GO, PA e MA; 8 (44%) no DF, cidades do entorno e do Nordeste Goiano; o local de nascimento é geralmente resultado das diferenças no tempo de migração das famílias pesquisadas. O

nascimento e/ou crescimento dos jovens na região metropolitana de Brasília certamente provocam enraizamentos urbanos - valores e estilos de vida - nos jovens, diferentemente do processo de socialização dos pais, onde esse viés é menor. Esse fato tende a provocar uma ‘ruptura’ nas representações urbanas e rurais dos jovens, que certamente irão influir nos seus projetos de vida, principalmente quando comparadas às idealizações de seus pais para eles. Seus pais geralmente tem importantes passagens pelas cidades e tem ligações distantes com o campo: daí nossa opção de chamá-los de ‘quase-camponeses’.

Na tabela 3 estabelecemos classes de idade e/ou estado conjugal (os casados foram definidos neste trabalho, como sendo adultos) de todos os filhos das 14 famílias dos jovens da nossa amostra.

Tabela 3: Idade dos filhos (1)

Grupo	Número	%
Menos de 14 anos	12	15
14 a 17 anos	14	18
18 a 25 anos	31	40
26 anos ou mais	5	6
Filhos casados (adultos)	16	21
	78	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Nota: (1) Compreende todos os filhos/parentes/agregados, do mais moço ao mais velho (mais de 0 a 38 anos, respectivamente), independente do local de residência, casados ou não.

Os filhos/parentes/agregados podem ser divididos em: crianças e adolescentes (14 anos ou menos) que somam 12 filhos (15%) do total; jovens em idade de trabalho (solteiros com 14 anos ou mais) que somam 50 jovens (64%); filhos adultos (casados) que representam 16 pessoas (21%) do total. Por este perfil há uma tendência de se agravar o envelhecimento da população do assentamento, principalmente se os filhos forem saindo do PA, quando concluírem os estudos, podendo provocar problemas de falta de sucessores a médio prazo. Outra conseqüência de uma eventual evasão dos jovens rurais, é a provável indisposição dos assentados de maior idade às inovações e aos investimentos de longo prazo, comuns nas atividades rurais.

A presença de famílias extensas – onde se agregam parentes ou pessoas próximas no convívio familiar – é significativo, mas não se pode dizer que se constitui numa regra, como é apontado na literatura sobre o campesinato. Há 6 famílias extensas, cerca de 43% das famílias, mas na maioria com apenas 1 membro incorporado à ela. Os ‘agregados à família’ de maior freqüência foram: 3 (38%) compostos por sobrinhos/netos, e 3 (38%) compostos por

companheiros(as) dos filhos(as). Geralmente a situação é de ajuda na criação de sobrinho/neto, ou aceitação na residência da família (as vezes em outra casa no lote) do companheiro/companheira dos filhos. Três (21%) das famílias pesquisadas também possuem 4 filhos(as) parceleiros, mostrando certa tendência de ‘agregação familiar de vizinhança’ por parte das famílias assentadas, fato comum na reprodução camponesa.

A presença de sobrinhos/netos geralmente na fase da infância ou puberdade acaba-se constituindo num fator de rejuvenescimento no PA. A aceitação de companheiros(as) dos filhos em 21% das famílias, além de manter os filhos(as) no PA, pelo que observamos, contribui para que o ‘jovem casal’ desenvolva projetos futuros de vida mais identificados com o assentamento.

O adensamento familiar através de filhos parceleiros, além de fortalecer um hábito dos costumes de aglutinação da família ao redor dos pais (tanto dos camponeses como das famílias pobres urbanas), demonstra a importância que o acesso a terra pode ter para a permanência na terra dos jovens como assentados, contribuindo para a reprodução e a renovação dos assentados. Esse fato sugere uma reflexão sobre os critérios de seleção dos assentados da RA, onde a possibilidade de assentar filhos de assentados poderia se tornar um fator positivo a ser valorizado na construção territorial do assentamento.

A escolarização dos pais é muito baixa, como se observa no Quadro 4, podendo-se dizer que 46% dos assentados pesquisados são analfabetos funcionais (aqueles incapazes de entender o sentido de um texto), taxas muito superiores as médias nacionais e da Região Centro-Oeste.

Essa situação era previsível, tanto pela composição social do público da reforma agrária, cujo segmento social é pobre e encontra-se na base da pirâmide da distribuição de renda brasileira, como pela origem rural e das periferias urbanas dessas famílias.

Tabela 4: Escolaridade dos pais

Grupo	Número	%
Analfabeto	12	46
4ª a 6ª série	10	39
Fundamental completo	4	15
	26	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Os pais têm nível de escolarização muito baixo, poucos estudaram mais de 3 anos: 46% são analfabetos; 39% tem ensino fundamental incompleto e só 15% completaram o ensino fundamental. Trata-se de população que não teve acesso à educação na idade escolar, geralmente residentes nas zonas rurais do interior do país. As taxas são bem superiores às da média nacional de analfabetismo funcional que são de 26% no Brasil e 23,8% na região Centro-Oeste.

Esta situação poderia explicar um certo comportamento “conformista” dos assentados atuais como produtores de subsistência, que poderia ser justificado quando são lembradas as difíceis condições de sobrevivência recente dessas famílias na cidade. A justificativa verbalizada por mais de um assentado para o sacrifício diante das dificuldades de um assentamento teria sentido como um “esforço para deixar alguma coisa para os filhos”, num sentido muito mais patrimonial do que de modo de vida, diferentemente das tradições camponesas apontadas por Martins (2003). Neste sentido, crises de sucessão familiar dos assentados apresentam significado diferente quando comparadas às da agricultura familiar tradicional, porque elas têm um caráter muito mais patrimonial, do que cultural e social.

5.2.3 Escolarização dos jovens

A tabela a seguir mostra a distribuição e escolarização de todos os 66 filhos (com 14 anos ou mais) das famílias pesquisadas, vivendo ou não no assentamento.

Tabela 5: Distribuição e escolarização dos 66 filhos com 14 anos ou mais, residentes ou não no assentamento, solteiros e casados, das 14 famílias pesquisadas.

Classes de Idade	Residentes no PA (exclusive pesquisados)				Residentes no PA pesquisados (3)				Saíram do PA				Não vieram ao PA (jovens)				Não vieram ao PA (adultos/casados)			
	Rapaz		Moça		Rapaz		Moça		Rapaz		Moça		Rapaz		Moça		Rapaz		Moça	
	E (1)	N (2)	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N
14 a 17	4		7		1		2													
18 a 21	2	2	1e1P		3		9		1		1									
22 a 25		4	1P		3				1	2	2				1			1		
26 a 30		2e1P(4)							1						1		1	2	1	3
31 ou +	1	1P																2		1
Média(anos)	18,7	25,4	16,9	0	20,1	0	18,9	0	24,7	23,5	22,3	0	0	0	24	26	27	30,6	28	28,5
Tot.Jovens	7	10	10	0	7	0	11	0	3	2	3	0	0	0	1	1	1	5	1	4
(66)																				

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Nota:

(1) E = filhos que estão estudando ou que já concluíram o nível médio.

(2) N = filhos que não estão estudando e que não concluíram o nível médio (poderiam ser classificados como “pararam de estudar”).

(2) Filhos que estão freqüentando o 2º ou 3º ano do nível médio, considerados como “concluindo o Ensino Médio”. Constituem o fator de corte de nossa amostra, bem como da escolha das 14 famílias pesquisadas.

(4)P: parceiro ou parceira, casados (ou amasiados) e, portanto, considerados adultos conforme definição em nosso trabalho.

5.2.3.1 -Jovens residentes no PA

Todas as moças do PA estudam. Foram pesquisadas 11 moças, com idade média de 19 anos, pertencentes aos grupos etários 14 a 17, e 18 a 21 (possuem entre 16 e 21 anos), que estão concluindo ensino médio (NM). Outras 8 moças com idade média de 17 anos, pertencentes também aos grupos etários 14 a 17, e 18 a 21 (possuem entre 14 e 20 anos) estão estudando em anos e séries inferiores as do grupo anterior. As filhas parceleiras (casadas) também estudam. Nas famílias pesquisadas não existem moças solteiras com mais de 21 anos no PA, sugerindo forte tendência à evasão feminina após a conclusão do NM.

Dos 22 rapazes residentes no PA, 64% estudam e 36% não estudam. Dos que não estudam, 63% fizeram a 4ª série ou menos. Dois filhos parceleiros (casados), filhos das famílias pesquisadas, também não estudam. Os rapazes estudam menos que as moças, e seus indicadores educacionais em geral, são piores. Isto pode indicar que as moças estudam preparando-se para sair e trabalhar no mercado urbano, tendência salientada pela literatura.

Foram pesquisados 7 rapazes (32% deles), com idade média de 20 anos, pertencentes aos grupos etários 14 a 17, 18 a 21, e 22 a 25 (possuem entre 17 e 25 anos) que estão concluindo o ensino médio. Neste grupo, 3 (40%) dos rapazes estão no 3º ano do ensino médio, e possuem entre 22 e 25 anos, grupo etário superior ao das suas colegas moças que freqüentam o mesmo ano escolar. Isto significa que as moças possuem menor defasagem idade – ano letivo, um importante indicador de avaliação da educação, e que aqui repete a tendência verificada nacionalmente. Outros 7 rapazes (32%) residentes no PA, com idade média de 19 anos, pertencem aos grupos etários 14 a 17, 18 a 21, e 31 ou mais, (possuem entre 14 e 31 anos) estão estudando em anos e séries inferiores.

Outros 8 rapazes (36%), que pertencem aos grupos etários 18 a 21, 22 a 25, 26 a 30 (possuem entre 20 e 30 anos), não estudam. Destes, 7 (88%) rapazes têm fundamental incompleto (FI); apenas 1 ou 12% completaram o ensino fundamental (FC).

Felizmente, a situação de 7 rapazes ou 100% dos jovens rurais rapazes, que possuem 19 anos ou menos estão estudando, mostrando que os rapazes mais jovens têm um comportamento diferente dos seus irmãos mais velhos, que deixaram de estudar muito cedo. O fato dos rapazes mais jovens estarem estudando mais, pode significar um preparo para o mercado urbano, o que discutiremos adiante. A maior escolarização também é resultado da implantação da escola de NM há 3 anos no PA, que parece ter contribuído para elevar não só o padrão de escolarização destes jovens rurais, como também para prolongar a permanência dos jovens de ambos os sexos no PA.

Os filhos que não estudam geralmente são mais velhos, com média de 25 anos: dois são parceiros, e dois companheiros de filhas de assentados, com maior tendência de ficarem no PA. Esse fato sugere que “fica na roça quem não estuda”. Este fenômeno, apontado como natural pela literatura, dificulta a inovação e a própria viabilidade socioeconômica da agricultura familiar.

A escolarização dos jovens rurais residentes no PA, sugere tendência de masculinização e da manutenção da baixa escolarização dos jovens rurais assentados que deverão ficar no PA, reproduzindo em parte, a falta de instrução dos pais, e a continuidade de um ‘rural analfabeto ou de pouco estudo’ (4ª série ou menos), que reforça a representação da maioria da população brasileira que associa a população rural ao atraso e à ignorância.

5.2.3.2 - Saída dos jovens rurais do PA

As 14 famílias pesquisadas tiveram 8 jovens rurais ou 15% dos jovens rurais que moravam até há poucos anos no PA (53 jovens) que se mudaram para a cidade (1 se transformou em empregado rural). Os jovens que saíram possuíam, na maioria, idades entre 21 e 23 anos, que coincidem com as idades que costumam concluir o NM. São 5 rapazes - 3 estudam ou formaram no EM; 2 não estudam e têm FI (fizeram 7ª série). As 3 moças que foram para a cidade estudam ou fizeram NM.

Estes resultados confirmam outras pesquisas empíricas sobre a agricultura familiar, que indicam que saem do campo os jovens rurais que estudam. No nosso estudo, todos tinham pelo menos a 7ª série, e boa parte se formou no NM. Essa situação é ainda mais verdadeira para as moças, que tinham nível médio ou estavam concluindo o ensino básico, sugerindo um fato também indicado pela literatura: o estudo para as moças faz parte de uma estratégia de preparação para a saída do campo e para a vida na cidade, geralmente apoiada explicitamente pelos pais.

Alguns jovens relataram que o PA oferece uma oportunidade para se estudar (tranquilidade e casa dos pais, sem custos de transporte e moradia; disponibilidade de tempo etc), fortalecendo a idéia de que a escola tem sido um fator de prolongamento da permanência dos jovens no assentamento. Uma moça se mudou de Formosa para a parcela da irmã para cursar o NM na escola do assentamento.

5.2.3.3 - Não vieram ao PA

Nem todos os filhos das famílias pesquisadas vieram para o PA, pois permaneceram nas cidades, principalmente na região do DFE. São 6 homens e 5 mulheres casados com família constituída, e 2 moças. Não vieram porque estavam casados e estabelecidos e, no caso das moças solteiras, já tinham emprego na cidade de origem. Quase todos são mais velhos que os irmãos que foram para o PA: todos tem mais de 24 anos, e 45% tem 30 anos ou mais.

Pode-se supor que o PA não atraiu quem tinha vida mais estabelecida na cidade, indicando que a vinda para o assentamento selecionou os adultos e jovens com dificuldades de trabalho, além, é claro, da perspectiva do projeto patrimonial e do sentimento (representação) de inclusão social, decorrente da propriedade da terra.

Os filhos que ficaram na cidade não possuem grau de escolaridade diferenciado: só 1 ou 20% dos homens tinha fundamental completo; só 1 ou 25% das mulheres tinha fundamental completo, mas já tinham uma inserção no mercado de trabalho, como veremos adiante.

5.2.4 - Atividades Econômicas dos filhos

As atividades econômicas de todos os filhos das famílias pesquisadas encontram-se tabulados no Anexo B.

5.2.4.1 - Os filhos que estão no PA

Os 24 rapazes em idade de trabalho que residem no PA não conseguem praticamente trabalho remunerado, que se reduz a poucas diárias (até 5 diárias por mês) que geram renda mensal de até 100 reais. Do total dos rapazes, 42% deles fazem diárias, no PA ou em fazendas próximas; 38% só trabalham nas parcelas. Dois rapazes trabalham na área de serviços (bar e oficina) no próprio assentamento, além das parcelas, mas sua remuneração também é baixa, semelhante aos que trabalham como diaristas. Em 2 famílias constatamos que os pais é que são assalariados permanentes (empregados do Projeto de Irrigação e propriedade de arroz irrigado) enquanto os filhos trabalham na parcela.

As 21 moças residentes no PA trabalham nos serviços da casa e do quintal (62%) e, parcela menor (19%), trabalha na roça quando precisa. Elas tem menos oportunidades que os rapazes para trabalhos externos: apenas 3 (17%) trabalham em tempo parcial nos serviços

domésticos no PA (babá) ou fora, num restaurante nos fins de semana (turismo na represa do Rio Paranã). Elas têm remuneração mensal de aproximadamente 0,5 salário mínimo.

Os jovens de ambos sexos unanimemente reclamam que a região não oferece oportunidades de trabalho. Cabe aqui chamar atenção sobre o destaque dado por Graziano (1997 apud Mior 2005) sobre o trabalho não agrícola para a ocupação da agricultura familiar no Brasil mostrando que a partir dos anos 80 o crescimento do trabalho não agrícola (dados agregados do Brasil) foi muito maior que o agrícola. A partir dessa constatação o autor sugere que as políticas de desenvolvimento rural devem dar destaque a estes tipos de atividades. Carneiro (1999) e Sacco dos Anjos et al. (2006), por sua vez, mostram em diferentes estudos de caso, a diferenciação da importância do trabalho não agrícola em diferentes regiões. Atividades não agrícolas se destacam geralmente em regiões que apresentam maior diversificação de atividades e setor relevante de serviços. Esta condição é exatamente a que não ocorre no Vão do Paranã, que ainda tem na pecuária extensiva sua atividade predominante.

As atividades das famílias nas parcelas, na maioria das vezes, se limitam às atividades no lote da agrovila (5 hectares) com agricultura de subsistência e com pecuária extensiva (um pouco de leite no período chuvoso e, criação e venda de bezerros durante o ano). As atividades são poucas e a produtividade do trabalho é muito baixa. Nas épocas secas, metade do ano, as atividades se reduzem ao trabalho com o trato do gado, que é limitado porque poucos possuem (e a região também é muito seca) capineiras com gramíneas forrageiras ou cana-de-açúcar.

5.2.4.2 - Os filhos que saíram do assentamento

Dos 8 jovens, 5 rapazes e 3 moças, tanto os rapazes quanto as moças trabalham no Distrito Federal em serviços pouco qualificados – mesmo tendo 75% deles concluído o nível médio, como pode ser observado no anexo B. A maioria recebe ao redor de 1 salário mínimo, e poucos, 2 salários mínimos. Ter completado o nível médio no mercado de trabalho urbano atual é apenas uma exigência para seu acesso. A conjuntura do mercado de trabalho urbano parece ter grande influência na permanência ou migração dos jovens rurais, onde o custo-oportunidade do trabalho influi muito nas suas decisões de curto prazo, independente da idealização do seu projeto de vida, já que a condição de pobreza implica em decisões imediatas voltadas à sobrevivência.

As redes dos assentados são frágeis e difusas - seja pelo envolvimento estrutural e funcional dos atores coletivos e individuais como assinalam Kenis & Schneider (1989 apud

PAULILLO, 2005), seja pelas características dos membros da rede, como conhecimento/informação; legitimidade; habilidades para mudanças; reputação, características das conexões, como aponta Dowding (1995 apud PAULILLO, 2005). Embora seus recursos de poder sejam muito inferiores aos dos outros atores – pecuaristas, produtores de arroz, de soja, governo local – as redes dos assentados apresentam um poder real de intervenção na sociedade por sua expressão populacional, pelo peso político eleitoral, pela propriedade da terra, pela vinculação do PA às políticas (quase que exclusivamente federais), garantindo aos assentados certa autonomia coletiva diante dos demais atores do município.

Os jovens que se mudaram para a cidade tem sorte diferente. As redes dos assentados não atingem o Distrito Federal pois não há conexões entre a produção do assentamento com o Distrito Federal, e as relações se limitam aos conhecidos e familiares. Os filhos dos assentados que migram ficam restritos socialmente aos familiares e amigos. Quase sempre participam das redes difusas e pouco articuladas dos trabalhadores e do mercado informal de serviços, onde as oportunidades de ação coletiva, geralmente são restritas, principalmente àqueles que não experimentaram práticas sociais de cooperação como as da economia solidária, caso do PA “Santa Maria”. A ‘volta para a cidade’ destes jovens só não é igual a da migração dos seus pais pela maior identidade urbana e cultural desses jovens, pela sua identidade social como filhos de agricultores, além de sua educação formal mais qualificada.

5.2.4.3 - Os filhos que não vieram ao assentamento

Entre os 13 filhos que não vieram para o PA (2 rapazes e 11 casados), a maioria, cerca de 77%, também apresentam trabalhos não qualificados com remunerações entre 1 e 2 salários mínimos conforme pode ser observado no Anexo B. Três deles se diferenciam por possuírem empregos conseguidos através de processos seletivos, apresentando remunerações, entre 2,6 e 3,7 SM. Este grupo, ‘que não veio’, possui uma escolarização bem inferior a do grupo anterior: só 8% tem formação de nível médio, e só 23% concluíram o ensino fundamental.

A comparação deste grupo com o anterior, mostra que atualmente a formação de nível médio, como a dos jovens assentados, não associa diretamente maior escolarização com melhores empregos, como se poderia imaginar. Três explicações poderiam ser levantadas: o ensino médio por si só não é profissionalizante, não desenvolvendo habilidades específicas demandadas pelo mercado de trabalho; a conclusão do nível médio poderia significar acesso ao mercado de trabalho em processos seletivos - concursos públicos ou mesmo empregos no

comércio e serviços - mas a má formação escolar impede que os jovens rurais consigam ser selecionados; a conjuntura atual do mercado de trabalho na região de Brasília é mais desfavorável que há 10 anos atrás, quando seus irmãos mais velhos nele se inseriram.

5.2.5 - O Projeto dos Jovens

Os 18 jovens entrevistados são filhos ou parentes dos assentados do PA “Santa Maria”, que cursam o 2º ou 3º ano do nível médio da escola do PA, com idades entre 16 e 24 anos. Diferentemente de seus pais que em sua maioria não completaram o ensino fundamental, eles tiveram acesso à educação, e portanto, possuem maiores ambições profissionais e buscam oportunidades de profissionalização e ascensão social.

Foram formuladas 11 questões, abrangidas nas tabelas 3 a 13, encontradas no Anexo A, que pretenderam identificar a vontade de permanecer no PA; o futuro profissional: desejado e o mais provável de se realizar; oportunidades de trabalho e ocupação em SJA e nos municípios vizinhos; desejo e condições para ser agricultor; limitações produtivas do PA; cidades onde desejaria morar; padrões de remuneração desejada para decidir entre ficar no PA ou ir para a cidade.

Cada resposta foi classificada em tendência firme (mais intensa) ou provável (menos intensa) do projeto profissional que poderiam voltar-se à agricultura; às atividades rurais (atividades não agrícolas) ou ao trabalho em atividades urbanas. Classificamos algumas respostas como “não sabe” (NS) ou “não se aplica” (NA), conforme o contexto das outras respostas, o que não impediu uma aproximação de tipificação do projeto profissional de cada jovem entrevistado.

A partir do conjunto das respostas foi feito um processo classificatório da definição da opção de cada aluno. Os resultados detalhados das respostas e classificação de cada jovem encontram-se no Anexo C.

O resultado da somatória das respostas de cada jovem levaram a uma pontuação utilizada para classificar seu projeto numa das 6 categorias possíveis, conforme se segue:

(FA) – firmemente agricultor

(FR) – firmemente rural

(FC) – firmemente cidade

(PA) – provavelmente agricultor

(PR) – provavelmente rural

(PC) – provavelmente cidade

Os resultados consolidados encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 6: Projeto dos Jovens

	FA	PA	A%	FR	PR	R%	FC	PC	C%	TOTAIS
MOÇAS	0	0	0%	4	1	45%	5	1	55%	11(100%)
RAPAZES	1	2	43%	1	2	43%	1	0	14%	7(100%)
TOTAIS	1	2		5	3		6	1		18(100%)

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Notas: A%=perc. de jovens na agricultura; R%=perc. em ativ. não agrícolas; A%=perc. de jovens que pretendem ir para a cidade.

Dos 18 jovens, 11 (61%) deverão desenvolver atividades rurais (atividades agrícolas e não agrícolas), a maioria mantendo-se no próprio PA. Neste grupo estão 86% dos rapazes e 45% das moças pesquisadas. Duas moças que pertencem a este grupo confessaram a influência do companheiro na decisão de viverem no PA. A maior proporção dos rapazes mostra um projeto diferente entre os gêneros: a imensa maioria dos rapazes deverá ficar no meio rural, e a maioria das moças deverão migrar para a cidade, repetindo os resultados obtidos nos estudos de Abramoway et al. (2001), que apontam fortes tendências à masculinização nos assentamentos. Ainda comparando com os resultados de Abramoway et al. (2001), nossos resultados mostraram que os jovens assentados pretendem ficar no campo em proporções significativamente superiores aos dos filhos dos agricultores familiares.

Dos 8 jovens que pretendem ficar no campo para desenvolver atividades não agrícolas, 5 pretendem seguir carreiras profissionais definidas: professora (na escola do assentamento), veterinário, técnico agrícola e agrônomo; os outros 3 por falta de opções, desenvolverão atividades agrícolas e não-agrícolas.

As atividades serão predominantemente não-agrícolas (73%), voltados à área de serviços, contra 27% que deverão desenvolver atividades agrícolas, atividade desejada apenas por rapazes. Estes resultados se assemelham aos obtidos nos estudos empíricos de Carneiro (1999) onde os jovens rurais mostraram-se inclinados a ficar no campo, mas para desenvolver atividades não-agrícolas, mostrando consciência que as atividades rurais atualmente não são mais exclusivamente rurais.

Quando perguntados se querem continuar - no PA ou no campo - os jovens rurais apresentaram-se divididos e indecisos: só 45% foram taxativos na afirmação de que ficarão;

27% dizem que não ficarão, e 27% ainda não sabem. Este número é bem inferior aos dos projetos de vida e trabalho rural (61%), vistos há pouco.

A elevada percentagem dos que acham que vão acabar ficando no PA, bem como a insegurança sobre isto, poderia ser explicada pela ambigüidade desenvolvida entre filhos de agricultores familiares apontada por Carneiro (1999) e Bordieu (2000 apud MELLO, 2006). Os autores comentam que os jovens querem manter simultaneamente os valores tradicionais ligados as famílias rurais e, os valores urbanos ligados à “modernidade urbana”, com suas vantagens reais e sua representação fortemente estimulada pela mídia de massa. Certamente essa valorização do urbano foi muito desenvolvida pela vida anterior na cidade, e pela manutenção das relações sociais com parentes e amigos que lá deixaram. A consciência das dificuldades de emprego na região de Brasília por outro lado, parecem estar inibindo a vinda para a cidade.

Embora só 3 (27%) devam ser agricultores nas condições atuais, 4 (36%) indicaram que poderiam se tornar agricultores caso tivessem capital ou terra, e 3 (27%), caso a agricultura gerasse renda satisfatória.

Esses resultados mostram uma predisposição potencial maior dos jovens rurais para a atividade agrícola, se tivessem apoio e garantias, mostrando que os jovens não se sentem seguros em utilizar as atuais políticas agrárias e de crédito. Outro motivo é o desconhecimento de atividades agrícolas rentáveis, já que sua experiência agrícola, e a maioria das relações sociais, se limitam ao PA, onde a única atividade é a produção de subsistência. Entretanto, essa predisposição agrícola os diferencia do projeto agrícola de seus pais. Quando perguntados nas entrevistas pessoais, todos os 6 jovens responderam que não seriam agricultores para trabalhar como seus pais: com pouca renda e limitados à produção para autoconsumo.

A limitação das redes de poder dos assentados, com relações sociais quase que exclusivamente familiares, fazem com que seus recursos de conhecimento sejam muito escassos, tornando-os totalmente desinformados a respeito da agricultura familiar de hortifrutigranjeiros da região do Entorno, voltadas ao mercado de Brasília, que inclui este tipo de agricultores na classe média.

Essa predisposição agrícola é reforçada pela resposta de 45% dos jovens que aceitariam sair da região se tivessem acesso a terras melhores. Também deve-se destacar que nenhum destes jovens se mudariam da região para participar de um assentamento da reforma agrária, demonstrando uma posição crítica em relação a participar desta política.

Essa situação na verdade revela como o futuro se apresenta para estes jovens assentados - e em geral para os jovens das classes sociais mais pobres - muito mais “como situações e chances de oportunidades que possam aparecer” do que um projeto profissional direcionado por vocação e desejo.

A maioria dos jovens que pretendem ficar no campo, cerca de 45% acha que o maior problema do PA são as limitações de terra fértil e excesso ou falta de água. Em seguida vem 27% que acham que o problema maior está na falta de capital. Ninguém se referiu ao Projeto de Irrigação.

A maioria destes jovens, cerca de 55%, caso fossem para a cidade, prefeririam Brasília ou Goiânia, locais onde têm parentes e acham que encontram trabalho. Dois (18%) preferiram São João da Aliança por terem gostado do lugar e desejarem morar próximo aos pais.

Perguntados se a região – São João da Aliança e municípios vizinhos – oferece oportunidades para trabalhar e viver no campo, 45% disseram que sim, principalmente na área de serviços rurais, e 55% disseram que não.

Os 7 jovens –6 moças e 1 rapaz – que deverão ir para a cidade correspondem respectivamente a 39% dos jovens pesquisados, 55% das moças e 14% dos rapazes, mostrando novamente a tendência muito maior das moças migrarem para a cidade. Estes jovens mostraram interesse em trabalhar e morar na cidade, apontando a falta de trabalho como o motivo principal. Apenas uma destas moças apontou que gostaria de ser agricultora, mas não via viabilidade para isto; outra disse que pretende fazer Direito para ser juíza.

As respostas destes jovens rurais foram carregadas por comentários, como “não vê futuro na roça”; “aqui não tem opção de trabalho”; “volta se tiver emprego”; “vou morar na cidade para ter um emprego”.

As percepções dos jovens sobre seu futuro na região refletem a falta de informação e da fragilidade de suas redes de poder. O Município de São João da Aliança que teve destaque na divisão territorial do trabalho de Goiás como fornecedor de carne e couro no período da mineração e depois, como criatório e fornecedor de gado para o Nordeste durante o século XIX e início do XX e primeira metade do XIX, vem se transformando (talvez silenciosamente, mas radicalmente) muito recentemente. SJA passa a ter nova inserção na economia regional: de membro das cadeias de commodities (soja e pecuária) com articulação territorial difusa e fluxos coordenados por regiões distantes e diferenciadas, passa também a se integrar mais à economia regional do Distrito Federal. O projeto de arroz irrigado dos agricultores que se instalaram em Flores está calcado no mercado do DF; a produção de ovos férteis e pintos integrados pela Sadia do DF articulados em parceria com produtores de grãos

(também imigrantes do sul), serão destinados a produção de ovos e frangos do mercado do DFE; o projeto de fruticultura irrigada está projetado para atender ao mercado consumidor de Brasília; o turismo ecológico e de pesca esportiva se destina à população de Brasília. Estes projetos, que trarão consigo externalidades positivas e oportunidades de diversificação econômica, vem sendo apropriados por setores da elite econômica, principalmente os agricultores do sul que vieram para a região. Esses projetos não estão sendo apropriados como projeto de desenvolvimento coletivo para (e da) população do município - tanto pelo governo como pela sociedade local - e nem pelos próprios assentados e suas organizações, apesar do PA “Santa Maria” encontrar-se dentro do próprio perímetro do Projeto de Irrigação.

As redes de poder representadas pelas entidades e instituições ligadas aos assentados e a agricultura familiar: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, MST, Ongs, Agência Rural, Rede Municipal e Estadual de Ensino, classe política local e deputados eleitos pela região com apoio dos assentados, tem mostrado poucos recursos de poder: baixa capacidade organizacional, pequena articulação política; muito pouca informação e conhecimento. Veremos estes aspectos adiante, mostrando como os assentados do Vão do Paranã, onde existem 4 assentamentos que serão beneficiados diretamente pelo projeto de irrigação pública, envolvendo mais de 500 famílias, estão à margem das definições deste projeto que deverá mudar o perfil econômico do lugar em que vivem.

5.2.6 - A importância da Educação e da Informação

Os jovens rurais pesquisados se diferenciam por estarem concluindo o nível médio, situação que os diferencia da maior parte dos jovens rurais do país. Por esta condição, pesquisamos e apresentamos os resultados nas tabelas que se seguem:

Tabela 7: Motivação para o estudo
Por que você estuda (motivação)?

Profissão	Curso Universitário (metade Agronomia e Veterinária)
57%	29%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Os jovens pesquisados cursam o ensino médio porque entendem que esta é uma condição necessária à profissionalização, e de acesso ao mercado de trabalho. Estes jovens

sentem necessidade de trabalhar imediatamente após se formarem; seja para ajudar a família, ou porque mudando para a cidade precisarão se sustentar. A maioria, 57% acham que o ensino médio será a porta de entrada imediata para o mercado, não explicitando intenção de continuidade de formação profissional. Já 29% pretendem fazer faculdade: 3 agronomia ou veterinária e 1 direito.

Nas entrevistas os jovens em sua maioria mostraram-se cépticos sobre viabilizar seu acesso à universidade trabalhando para pagá-la e sustentar-se. Um deles chegou a dizer também que “diploma não resolve emprego” mostrando-se informado e, em contato com jovens universitários e suas dificuldades no mercado de trabalho. Este conhecimento mostra que mesmo morando no assentamento os jovens continuam a manter suas redes de relações sociais urbanas, baseadas em amigos da família e parentes, obtendo informações importantes do mercado de trabalho na cidade.

Tabela 8: Local de oportunidades considerando o grau de instrução (nível médio)
Com sua formação, onde você acha que tem as melhores oportunidades?

Cidade	Trabalho Parcial (cidade e campo),	Atividades agrícolas e não agrícolas	Não soube dizer
50%	28%	17%	5%.

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

A respeito do local que oferece melhores oportunidades os jovens se dividiram: 50% consideraram a cidade e 45% o campo (em atividades agrícolas e não-agrícolas) ou em atividades em tempo parcial (rural & cidade). Em 75% houve coincidência entre o projeto de futuro profissional (rural ou cidade) e o local escolhido como de maiores oportunidades de trabalho. O restante, 25%, em 3 dos 4 casos houve contraposição entre o projeto rural e a opinião de que há maiores oportunidades na cidade. A explicação deste fato provavelmente seria a falta de redes de conhecidos ou parentes que lhes dariam condições de acolhê-los na cidade grande até sua inclusão no mercado de trabalho. Em dois dos 3 casos onde foi notada esta “incoerência na opção”, os jovens opinaram que embora a cidade ofereça maiores oportunidades, deverão ficar no campo, sem explicitar seus motivos. Provavelmente eles se devem a falta de condições econômicas para morar na cidade.

Notamos que os jovens rurais que deverão ficar no campo, mesmo achando que a cidade oferece mais oportunidades, têm suas redes de relações sociais – determinadas pelos lugares onde passam férias – em cidades menores. As oportunidades da cidade para eles

estariam nas cidades metropolitanas de Brasília e Goiânia, onde o mercado de trabalho é mais dinâmico e diversificado. A falta de “um lugar para ficar” parece estar inviabilizando a ida destes jovens para a cidade. Tratar-se-ia de um caso típico de falta de oportunidades em função da inexistência de redes sociais de apoio, geralmente formadas por familiares e amigos próximos. Eles “não tem possibilidades de escolha” senão permanecer na agricultura configurando o que Sen (2000 apud Abramoway 2001) chama de privação de limitação às possibilidades de escolha, muito comuns aos jovens rurais.

Tabela 9: Oportunidades no assentamento

Que tipo de oportunidades (econômica: para ganhar dinheiro) você acha que poderia desenvolver no assentamento se tivesse condições?

Agronomia, veterinária, técnico agrícola	Artesanato	Comércio local	Professor e atuação na área saúde	Agricultura e pecuária	Restaurante /turismo/ produção artesanal de rapadura;	Outros (sem interesse, não sabe e não existe oportunidade)
18%	18%	14%	14%	10%	10%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Perguntados sobre as potencialidades de atividades econômicas no PA as respostas foram diferenciadas. O primeiro destaque é que só 10% afirmaram que há opções em atividades agrícolas, justamente em um assentamento rural cuja finalidade prevista pela RA é o desenvolvimento agrícola. Alguma coisa está errada. Por que os jovens rurais não desejariam ser agricultores? Vimos anteriormente que 72% dos jovens rurais haviam apontado que as maiores dificuldades de produção no assentamento eram a má qualidade dos recursos naturais (terra e água) e falta de capital. Em outra questão cerca de 45% afirmaram que sairiam da região caso tivessem possibilidade de acesso (e propriedade) a terras mais férteis. Isto estaria mostrando que a negação da opção agrícola para estes jovens rurais estaria muito vinculada a avaliação negativa dos jovens sobre as condições e limitações específicas do PA “Santa Maria”.

Como poderíamos entender e explicar a perspectiva agrícola “pessimista” destes jovens? As terras realmente são pouco férteis e o clima é muito seco no inverno, e no período das chuvas, a região que predominantemente é de baixadas, sofre inundações e tem problemas de drenagem (encharcamento do solo). Nestas condições, a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, que são praticados no assentamento, são extremamente limitadas, e seus

resultados, insatisfatórios, o que justificaria plenamente o pessimismo destes jovens. Veremos mais adiante que os jovens rurais de um PA na Chapada, na área de grãos também estão saindo do PA para a cidade também por falta de oportunidades de trabalho e renda.

Interessante destacar que nenhum jovem - houve apenas uma exceção – sequer fez referência ao Projeto de Irrigação de Flores de Goiás, cuja obra do canal já atravessa o PA (inclusive assentados são empregados da empreiteira e de uma fazenda de arroz irrigada pelo projeto). A exceção foi uma moça que trabalha num restaurante para turistas (pescadores do Rio Paranã) nos fins de semana: ela pretende montar um restaurante/pousada quando estiver formado o lago do Ribeirão Porteira, que deixará o lote de seu pai de frente para a água. Os jovens rurais sabem da obra, que está muito atrasada é verdade, mas não vêm no Projeto de Irrigação conseqüências práticas para suas vidas. Como poderíamos entender esta “aparente distorção”?

Em primeiro lugar temos uma defasagem de ordem prática: os tempos da urgência de trabalho e emprego e a morosidade da conclusão da obra. Os jovens estão se formando neste ano e no ano que vem, e a irrigação deverá chegar ao PA na melhor das hipóteses só a daqui a 2 anos, o que justificaria o desinteresse atual dos jovens. Mas no PA existem lagoas e o próprio Rio Paranã, que já permitiriam começar alguns projetos de irrigação, preparando os jovens assentados para a sua inserção no desenvolvimento do futuro próximo. Uma das limitações é determinada pelas orientações de assistência técnica do Escritório da Agência Rural, como veremos em outra oportunidade. Parece no entanto, que mais uma vez a explicação mais abrangente estaria na fragilidade das redes sociais e, principalmente nos seus recursos de informação e de articulação política, que acabam servindo de referência para os jovens. A começar pelo desconhecimento das ações do presidente da Associação que tem se dedicado a reivindicar no Ministério da Integração a agilização da obra, e a adição ao Projeto de Flores de um subprojeto que permita irrigar os lotes da agrovila do PA.

Notamos que há sérios problemas de comunicação interna entre as ações da direção da Associação e os assentados, que mais tarde iremos analisar. A natureza do problema estaria na falta de capital social, predominando os comportamentos de desconfiança e oportunismo (individualismo) e a disputa territorial interna materializada em diferentes subgrupos de interesse dos próprios assentados do PA. A Associação do PA possui histórias acumuladas de atitudes oportunistas destes grupelhos, carecendo a entidade de representatividade e reputação entre os próprios assentados, responsável por sua baixa capacidade de governança na administração da vontade coletiva do assentamento, como veremos em outros momentos do trabalho.

Interessante também observar como se dão as relações entre os assentados e sua Associação com os grupos hegemônicos que tem interesse direto no Projeto de Flores - os arrozeiros gaúchos, a empreiteira contratada e a Secretaria de Planejamento do Governo de Goiás que recebe os repasses de recursos do Governo Federal para implementar a obra. A Associação acaba sendo estimulada por aqueles atores a reivindicar o apressamento da obra junto ao Ministério da Integração, contribuindo para a criação de um ambiente de ‘demanda social’. É claro que os assentados ganharão com isto, pelo menos patrimonialmente, pois a implementação da agricultura irrigada e da fruticultura aumentará a renda da terra e, portanto, a valorização dos lotes dos assentados. Essa situação poderia estar criando oportunidades para uma articulação dos assentados que lhes garantisse uma articulação política explícita com os atores hegemônicos, inserindo-os também como sujeitos do projeto territorial do perímetro irrigado, influenciando nas negociações que determinam o rumo do projeto. Mais uma vez, a limitação dos recursos de poder das redes dos assentados, principalmente sua representatividade, reputação, articulação política e informação, permitem a manipulação dos assentados pelos atores hegemônicos, sem maiores ganhos para o assentamento. Os 4 PA que serão beneficiados pelo Projeto Flores, sequer possuem uma articulação comum para defender as reivindicações dos assentamentos!

O poder local, a Prefeitura de São João da Aliança, também não parece priorizar este projeto para o desenvolvimento da “região pobre” do município: não faz parte da agenda do Secretário Municipal da Agricultura sua participação nos grupos de pressão sobre as decisões orçamentárias da União; também não há articulação de um projeto de capacitação em irrigação que já deveria estar em andamento. As prioridades do poder local estão voltadas muito mais para o desenvolvimento da região da Chapada onde se estão os interesses dos agricultores capitalizados que vieram do sul do país. Um projeto do SEBRAE e com investimentos do Governo de Goiás no Município de Simolândia do Nordeste Goiano para estimular o desenvolvimento da ovinocaprinocultura, na região do assentamento, não fazem parte da agenda da Secretaria Municipal, nem da Agência Rural, embora seja frequentemente divulgado pelos jornais agropecuários e mídia do Estado de Goiás.

Os atores privados e o Governo Estadual que articulam hegemonicamente o Projeto de Flores não incluem os assentados em sua rede de poder e de pressão, direcionando os rumos do projeto de irrigação para a grande produção de arroz. Há indicações até que muitos destes atores esperam que as áreas dos assentados sejam futuramente ‘vendidas’ (tratar-se-ia de uma venda ilegal já que as parcelas não estão tituladas e, portanto, pertencem ao INCRA) ou arrendadas para eles.

As dificuldades comentadas induzem os jovens a se voltarem para atividades não agrícolas no assentamento: 18% artesanato e 14% professoras de ensino básico, opção das moças; 14% pequeno comércio local (no assentamento existe oficina, venda de gás, mercearia, bicicletaria, intermediário de queijo, igrejas); 18% pretende prestar serviços em profissões técnicas ligadas à agricultura, opção feita só pelos rapazes.

Tabela 10: Oportunidades profissionais/capacitação em São João da Aliança e municípios vizinhos.

Você se acha informado sobre as oportunidades profissionais e de capacitação em São João da Aliança e municípios vizinhos?

Não	Muito pouco
83%	11%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

A maioria dos jovens, 83%, não se acha informados das oportunidades de São João da Aliança e municípios vizinhos e o restante consideram-se mal informados. Uma jovem afirmou que SJA não oferecia “nada de curso de informática”: soubemos que na cidade a “Agência de Desenvolvimento Capetinga”, uma organização não governamental, trabalha com inclusão digital.

Os jovens acham que tanto a prefeitura, como a escola, deveriam “nos passar a informação”. Há evidentemente uma falha da escola. Porém mais uma vez a limitação das suas redes de poder dos assentados, com poucas relações sociais estão na explicação da situação. As relações dos jovens com a cidade e região próxima são muito limitadas: eles costumam no máximo ir uma vez por mês a SJA, quando a prefeitura manda um caminhão buscar os assentados para fazer as compras de mês: alguns jovens aproveitam a carona para passear na cidade.

Este isolamento também é de natureza econômica e logística, já que o percurso tem 30 km de estrada de chão, leva uma hora para atravessar uma serra sinuosa e subir quase 800 metros até atingir a Chapada. Alguns assentados possuem carros velhos, e cobram 10 reais por passageiro para levá-los à cidade, servindo como transporte alternativo, para situações excepcionais ou emergências de saúde.

A despolitização dos jovens acaba levando-os a responsabilizar exclusivamente os atores externos – principalmente escola e governo local, como vimos – tanto pela falta de informação que os alcança, bem como pelas precariedades gerais do assentamento.

Tabela 11: Fontes mais importantes para a escolha profissional

Quais têm sido as fontes mais importantes para a decisão de escolha profissional?

ÍNDICES	FONTES
100	PAIS
80	ESCOLA
69	AMIGOS
67	IRMÃOS
59	RELAÇÕES NA CIDADE
57	PESQUISAS
45	TELEVISÃO

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Notas: Os jovens atribuíram notas em função da importância da fonte de formação de opinião: 3 = muito importante; 2 = importante e 0 = sem importância. Cada jovem deveria dar notas a todos as 7 fontes de formação de opinião, resultando num somatório de pontos, que no máximo poderia chegar a 21 pontos por jovem. A pontuação de cada fonte foi o resultado da soma dos pontos obtidos entre os 18 jovens, atribuindo-se o índice 100 ao fator de maior pontuação.

Pedido para que ponderassem a importância das influências na formação da opinião dos jovens rurais sobre seus projetos profissionais e de vida, os jovens indicaram os pais como os principais orientadores, sendo apontados como ‘muito importantes’ para 13 jovens e como ‘importantes’ para 5 jovens, somando 49 pontos (de um máximo possível de 54 pontos), sendo atribuído a esse fator o índice 100. A educação é o segundo fator de influência, com 39 pontos, índice 80. O terceiro e quarto fatores, praticamente empatados, são os amigos e os irmãos, com índices de 69 e 67, respectivamente. Os jovens em sua esmagadora maioria, 91%, disseram que a maior parte dos seus amigos são do assentamento, mostrando a importância deste território para sua socialização e suas relações sociais. O quinto e sexto fatores também praticamente empatados foram relações da cidade (parentes e amigos) e pesquisas pessoais feitas pelos jovens, com índices de respectivamente, 59 e 57. O sétimo e último fator de influência foi a televisão com índice 45.

Destes resultados destacamos a importância das relações sociais familiares e de vizinhança, isto é, laços primários: pais, amigos e irmãos, que foram três dos 4 fatores indicados como os mais importantes. Este resultado se enquadra no padrão de socialização familista do camponês, como retrata Martins (2003). Esta valorização familiar é importante para se entender o comportamento coletivo dos assentados, muito individualista (portanto oportunista), já que seus laços de confiança e reciprocidade se dão muito mais nas relações da família expandida, nas relações de amizade (como o compadrio) e nas relações de vizinhança. Bansfield chamou estes laços de relações primárias de “familismo amoral”, ao explicar

porque no sul da Itália a cooperação e solidariedade se davam predominantemente no âmbito familiar constituindo um fator limitante ao desenvolvimento regional, por impedir o desenvolvimento de redes mais complexas de colaboração com outros atores.

A escola também teve um destaque especial, sendo considerado pelos jovens como o segundo fator de maior importância. Devemos destacar que os professores e alunos são do próprio PA, podendo-se por isto, considerar a escola como uma instituição que reproduz também as relações sociais de proximidade. Faz apenas três anos que o ensino médio foi implantado no PA. A escola básica completa é considerada como uma conquista dos assentados, sendo muito valorizada pelos jovens, o que se comprova pela assiduidade e frequência dos alunos. A escola foi viabilizada por um arranjo institucional, com a contratação provisória dos professores por parte da Prefeitura de SJA que paga seus salários, e os disponibiliza à Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, responsável pelo ensino médio. A escola do PA foi criada como uma extensão de uma escola estadual da cidade. O corpo docente da escola do PA é formado por quatro professores, que se transformaram em assentados. Os recursos disponíveis pela escola são limitados: não possuem internet, biblioteca, equipamentos audiovisuais. Alguns alunos acham que a escola poderia ser melhor, mas em sua grande maioria, reconhecem que sua existência é um motivo para permanecerem no PA.

Mesmo com essas características apontadas, a escola sempre traz novas informações e racionalidades, diferentes das familiares e dos círculos das relações pessoais, a partir da introdução dos seus conteúdos objetivos. Conforme observamos, a escola não está preparada para implementar assuntos específicos de interesses dos assentados, o que poderia ser feito através de temas transversais que pudessem discutir na biologia, ciência, matemática, assuntos mais aplicados à vida e realidade dos assentados. A própria coordenadora da escola - que fica na escola da cidade (a do PA é uma extensão sua) - confirmou, ao responder sobre a adequação da escola ao PA, que o objetivo traçado pelas diretrizes educacionais nacionais são a formação para a cidadania, subentendendo que isto justificaria a padronização das escolas. Abramoway (1999), Mello (2006) e Bordieu (2000 apud MELLO, 2006) têm apontado em suas pesquisas junto a agricultores familiares no sul do país e na França, que a escola tradicional, sem adaptação à sua realidade rural, acaba sendo um dos fatores geradores de conflitos entre a educação familiar e a formal, entre os estilos de vida rural e urbano, gerando conflitos de valores ao supervalorizar a vida urbana diante da rural, estimulando a migração para as cidades. Bordieu (2000 apud MELLO, 2006) refere-se ao papel da escola como canal de comunicação da ideologia e da reprodução das classes sociais hegemônicas mais

vinculadas aos interesses do desenvolvimento urbano, industrial e financeiro, chamando esta intervenção de violência simbólica. A perda da identidade camponesa pela racionalidade urbana da escola rural é apontada também por Sacco dos Anjos et al. (2006) e Mello (2006).

Assim, a escola ao desvalorizar os valores e saberes familiares e o espaço rural, considerando-os 'atrasados', se contrapõe ao *habitus* camponês noção desenvolvida por Bordieu (2000 apud MELLO, 2006) e que, em muitos casos, passa a ser a negação, por parte dos jovens, da valorização da identidade de agricultor, comenta Mello (2006).

As relações sociais na cidade (parentes e amigos) e, pesquisas feitas pelos próprios jovens com pessoas 'mais bem informadas' para ajudar a desenvolver seus projetos profissionais, foram apontados por 66% dos alunos e, praticamente empataram, com índices 59 e 57, respectivamente. A influência dos parentes e conhecidos da cidade é reflexo da manutenção de intensas relações dos assentados com a cidade, de onde veio a maior parte deles, situação diferente dos tradicionais bairros rurais camponeses que abrigava praticamente toda a vida social. O fato dos jovens procurarem suas próprias informações para escolher seu projeto profissional deve ser visto como um indicativo positivo de autonomia em relação ao futuro, diferentemente do que ocorre na agricultura familiar camponesa conforme relatam Abramoway (1999) e Bordieu (2000 apud MELLO, 2006).

A pouca influência da televisão na definição do projeto de vida dos jovens rurais deve ser vista com cautela. Em primeiro lugar porque cerca de 27% dos jovens pesquisados não possuem este aparelho. Nossa hipótese é que os jovens rurais não vêm a TV como fornecedora de informações racionais sobre o mundo do trabalho, o que poderia ser facilmente explicado porque eles infelizmente não assistem os programas e/ou canais educativos abertos (Futura, SESC, TV Escola, TVs educativas, TVs Senado e Câmara etc), embora tenham acesso a eles por suas antenas parabólicas.

A influência da TV parece se dar no campo dos valores e comportamentos através das ideologias da globalização e das mensagens oriundas das metrópoles hegemônicas que se fortalecem através dos programas transmitidos pela televisão. Os jovens disseram que assistem predominantemente novelas, noticiários, filmes e programas de auditório, o que contribui para a suposição anterior. O programa Globo Rural, que inclusive traz muitas informações de interesse da agricultura familiar e reportagens sobre assentamentos, é visto regularmente só por 13% dos jovens, enquanto 62% às vezes o assistem. Milton Santos (2004) chama atenção para a importância do mundo técnico-científico-informacional na globalização atual, da comunicação mundializada e em tempo real, dos meios de comunicação de massa para a produção da tecnosfera e da psicosfera adequadas aos interesses

hegemônicos. A televisão cumpriria o papel de mundializar estes fluxos de informação, mesmo em lugares distantes e de difícil acesso, como os assentamentos.

Para conhecer as relações sociais externas ao assentamento perguntamos aos jovens sobre o local em que passam as férias, obtendo-se a tabela a seguir.

Tabela 12: Local das férias.

Onde você costuma passar as férias, quando sai do assentamento? (T18 do Anexo A)

Brasília (Distrito Federal)	Nordeste Goiano	Goiânia	Interior de Minas Gerais	Altamira no Pará
22 fluxos (46%)	8 fluxos (36%)	2 fluxos (9%)	1 fluxo (4,5%)	1 fluxo (4,5%)

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Nota: 3 fluxos (14%) são para Projetos de Assentamento no Pará e DFE.

Todos costumam sair nas férias e ir para as casas de parentes e amigos próximos da família, o que certamente é muito influenciado por questões econômicas. Quase sempre há coincidência destes lugares com o lugar que as famílias moravam antes de virem para o PA. Os 18 jovens tem 22 fluxos ou destinos nas férias. O fluxo de deslocamento que teve maior concentração, 46% do total dos fluxos, foi Brasília, que na realidade deve ser entendido como todo o território do Distrito Federal.

Outros 36% dos fluxos das férias destinam-se ao Nordeste Goiano, mais especificamente aos municípios de Formosa, Planaltina de Goiás (conhecida também por Brasilinha) e São João da Aliança. Goiânia é o destino de 9% dos fluxos, e Altamira, no Pará e interior de Minas Gerais, são os últimos dois destinos das férias dos jovens rurais. Interessante notar que 14% dos fluxos destinam-se a casas de pais e avós residentes em assentamentos da RA, mostrando a existência das influências das gerações mais velhas na reprodução de assentados, mesmo que em regiões diferentes das que vivem as gerações mais velhas.

A maioria dos jovens, 55% do total, tem suas relações sociais externas ao PA nas cidades metropolitanas onde residem parentes e amigos da família, sendo influenciados pela grande cidade na definição de seus projetos de vida e profissionais. Considerando que muitas cidades do Nordeste Goiano constituem cidades dormitório e/ou portas de entrada para a migração ao DF, estando, portanto, muito integradas à divisão territorial do trabalho do DFE,

pode-se afirmar que os jovens têm principalmente na cidade de Brasília e cidades do DF suas referências de mercado de trabalho e de vida urbana.

A rede de relações sociais em que os jovens estão inseridos é limitada e gera percepções contraditórias. No assentamento seus pais tentam refundar o estilo de vida camponês, através da busca da terra de trabalho e de morada que lhes garanta a subsistência e o enraizamento perdido na passagem pelas periferias urbanas, provocadas pela expulsão do campo a partir da modernização agrícola, aponta Martins (2003). Para este autor a RA dá oportunidades que nenhuma outra política é capaz de oferecer a estas populações, que pelas suas características sociais e econômicas, estão alijadas de outras formas de inserção social com dignidade.

Para Martins (2003) os assentados têm no seu projeto de reterritorialização, uma tendência conservadora e utópica porque buscam refundar as relações sociais das comunidades rurais existentes no passado, que não existem mais na maior parte do território brasileiro. Os sistemas técnicos da produção de subsistência do assentamento se impõe como uma forma de resistência ao mundo que os excluiu, procurando revalorizar as relações sociais das antigas comunidades rurais, diferentes das predominantemente mercantis da sociedade capitalista. Essa capacidade de resistência às modificações das regulações de um lugar, foi chamada por Milton Santos (2004) de rugosidades, e fazem parte dos fixos (sociais e materiais) existentes nas formações sócioespaciais.

Os filhos dos assentados encontram e querem se inserir no mundo técnico-científico-informacional da atualidade do mundo global como definiu Santos (2004). Pretendem ter formação profissional, ascender social e economicamente, participar da sociedade de consumo. A vida pode até se desenvolver no meio rural desde que possibilite renda. Os recursos de poder disponíveis pelas redes dos assentados – falta de informação e relações sociais fechadas, tendem a impedir a realização dos projetos e estilos de vida desejados pelos jovens.

Nas suas redes de relações urbanas os jovens tem conhecimento das relações sociais do mercado, principalmente do mercado de trabalho; aprendem o jogo da competição, dos valores e estilos de vida urbanos, ditados pelas lógicas da economia global. Nelas o jovem encontra pontos de contato e identidade dos valores simbólicos universalizados pela globalização (e sua ideologia de consumo) expressos por Bordieu (2000 apud MELLO 2006). As duas perspectivas envolvem o jovem, que no anseio de querer se apropriar do que mais valoriza em cada uma delas, tende a apresentar comportamentos confusos e decisões contraditórias com relação a seu projeto de futuro.

Quanto a origem dos jovens, cerca de 9 destes jovens nasceram no Nordeste brasileiro e no interior de Minas Gerais. Boa parte nasceu em cidades satélites e do entorno, destinos tradicionais da migração de nordestinos rumo ao DFE. Pode-se afirmar com segurança, que mais da metade dos assentados do PA se originam do Nordeste Brasileiro ou tem pais nordestinos, sendo de certa forma ‘órfãos do insucesso’ da migração nordestina à capital do país.

Os jovens rurais que estão concluindo o ensino médio e portanto, se preparando para ingressar firmemente no mercado de trabalho, quando perguntados sobre qual o nível mínimo de educação necessária para ser agricultor se dividiram.

Tabela 13: Necessidade de profissionalização para ser agricultor familiar

Na sua opinião qual o nível mínimo de instrução para desempenhar bem a profissão de agricultor familiar?

	41% (7) acha que necessita profissionalização de técnico agrícola	47% (8) não vêem necessidade de profissionalização
Compartilham dessa opinião	45% das moças 29% dos rapazes	57% dos rapazes 36% das moças
Dos que devem ir para a cidade	71%	25%
Dos que devem ficar no campo.	29%	75%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Cerca de 41% (29% dos rapazes e 45% das moças) considerou necessária a profissionalização através da formação de técnico agrícola; e 47% (57% dos rapazes e 36% das moças) consideraram não ser necessária formação profissional, tendo opinado que seria necessário saber ler e escrever, ter feito a 4ª série ou ter motivação. Fica claro que as moças, como vimos mais aplicadas no estudo, são mais exigentes quanto à profissionalização. Como os homens são os únicos que pretendem ser agricultores, isto traz conseqüências negativas na formação dos futuros agricultores familiares.

Outro fato preocupante é que dos jovens que acham necessária a profissionalização do agricultor, 71% tem seu projeto voltado para a cidade e 29% para o rural. Por outro lado, dos

que opinaram não ser necessária a profissionalização, 75% tem como seus projetos permanecer no campo e 25% pretendem morar e trabalhar na cidade. Esse quadro reforça a tendência da manutenção de agricultores familiares pouco preparados para a modernização no campo e a inovação, necessárias para o desenvolvimento rural e a elevação da qualidade de vida no campo.

A idéia de que não há necessidade de estudar para quem pretende ser agricultor é apontada pela literatura como um comportamento do camponês tradicional. Parece que continua a ocorrer na reprodução dos agricultores familiares uma relação de causalidade: ficam no campo os que não conseguem se desenvolver nos estudos, como apontam Camarano e Abramovay (1997 apud SACCO DOS ANJOS et al).

Tabela 14: Motivos para saída dos irmãos do assentamento.

Por que seu irmão (ã) foi para a cidade?

Dos que informaram, saíram para trabalhar

100%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Interrogados dos motivos que levaram seus irmãos a saírem do assentamento 100% dos jovens rurais disseram que foi para trabalhar, buscar um emprego. Os que ficaram, como já vimos, trabalham na agricultura com os pais, vendem alguns dias de serviço braçal ou são parceiros. O argumento da evasão de jovens por busca de estudo, muito apontada pelos agentes da RA como um forte fator de evasão dos assentamentos não se verificou neste caso, até porque existe ensino de nível médio disponível no próprio assentamento.

Interessante como a visão da atividade agrícola se limita aos sistemas técnicos de subsistência vigentes no assentamento. Este sistema baseia-se essencialmente nos conhecimentos obtidos com a experiência pessoal e a transmissão deles pelos pais. A utilização de baixos investimentos e tecnologia, faz com que grande parte da energia despendida seja a da força humana. Na agricultura familiar camponesa esta situação era justificada pela ética do trabalho e a representação da ‘superioridade camponesa’ como aponta Bordieu (2000 apud MELLO, 2006). Fazia parte do Ethos camponês a determinação para o trabalho árduo e pouco produtivo do agricultor familiar, continua aquele autor. Este já não é mais o mundo dos assentados do PA “Santa Maria”, que no geral tiveram uma passagem expressiva pela vida na cidade. Com certeza, também não é o mundo da maioria dos jovens

rurais nascidos e/ou criados na cidade, e no assentamento, de forma diferente dos filhos dos camponeses tradicionais. A valorização do estudo e do tempo despendido, a vontade de ascensão social e acesso a sociedade de consumo são características muito diferentes do campesinato tradicional. A falta de informação das redes de poder dos assentados sobre alternativas de atividades rurais mais próximas dos seus projetos de vida tendem a estimular a saída dos jovens para a cidade.

Tabela 15: Interesse por curso profissionalizante

Você fez o curso de apicultura ministrado pelo SENAR?

Jovens que se interessaram (metade fez o curso)	Jovens que não se interessaram
57%	43%

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

A respeito de qualificação os jovens reclamaram da falta de oportunidades de fazer cursos de capacitação. Num curso de apicultura realizado dias antes de nossa pesquisa, constatamos que 57% dos nossos jovens rurais entrevistados se interessaram por ele (embora só metade tenham conseguido realizá-lo) e 43% não mostraram interesse, o que confirmaria o elevado interesse dos jovens rurais em participar de eventos de capacitação. Este grau de interesse é elevado se considerado a especificidade do curso oferecido.

Tabela 16: Curso agrotécnico

Você soube do curso agrotécnico em alternância oferecidos aos filhos dos assentados do Distrito Federal e Entorno, patrocinado pelo MDA, na Escola Agrotécnica de Unai?

Não souberam do curso agrotécnico do MDA em Unai	Souberam do curso
86% (6);	14% (1)

Fonte: Elaboração própria a partir de nossos levantamentos de campo em agosto de 2006.

Nota: o rapaz que soube do curso é filho do (ex)presidente da Associação do PA na época da seleção.

A fragilidade da informação em geral também ocorre nas redes de poder dos assentados: relações entre os assentados e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Aliança, e entre os próprios assentados. Perguntados porque nenhum jovem do PA “Santa

Maria” tinha participado do curso agrotécnico em alternância destinado aos filhos dos assentados do DFE (oferecido na Escola Agrotécnica de Unaí, promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA e o GT de Reforma Agrária da UnB), todos os jovens rurais disseram que não sabiam. Houve uma exceção, o filho do presidente da associação na época da seleção, que ‘soube’ e se inscreveu, mas ‘não teve retorno’ (provavelmente não foi classificado).

Por outro lado foram selecionados para o curso dois jovens do PA “Mingau” (possui cerca de 70 famílias, menos da metade do PA de nossa pesquisa), na região da Chapada do Município de SJA. No STR dois funcionários jovens e o próprio presidente atual, fazem parte do PA “Mingau”, mostrando assimetrias nos fluxos da informação das políticas públicas pelas redes de poder dos assentados. Um novo curso em técnico de meio ambiente foi oferecido nas mesmas condições, e os jovens rurais do PA “Santa Maria” também não foram informados, diferentemente dos jovens do PA “Mingau”.

Na ocasião de nossa pesquisa perguntamos em sala de aula se os jovens conheciam a experiência de ensino superior a distância no PA “São Vicente” no município vizinho de Flores de Goiás. Os jovens desconheciam, não tinham nem ouvido falar, que no PA “São Vicente”, no mesmo Rio Paranã, no município vizinho de Flores, existe uma faculdade de ensino à distância, com aula por televisão transmitida por satélite, demonstrando grande interesse em conhecer a experiência.

A desarticulação das redes de poder dos assentados, e a própria inexistência de representação dos jovens, por despolarização deles mesmos, faz com que eles não se mobilizem e/ou pressionem suas organizações para que tenham ações voltadas aos seus interesses específicos. A falta de politização dos assentados em geral parece ser um dos recursos de poder mais escassos e que mais influenciam na fragilização das suas redes de poder.

Um outro fato da fragilidade da rede de poder que envolve os assentados e o STR de SJA pode ser visto na aplicação do programa de crédito fundiário que no município está sendo articulado pelo STR. Soubemos no STR que eles estavam analisando a aquisição de uma propriedade no Vão do Paranã, próximo ao PA “Santa Maria”, mas estavam com dificuldades de formar um grupo de trabalhadores interessados na área. Por outro lado, uma área próxima do PA “Mingau” na Chapada, já estaria em fase adiantada de negociação. Quando informamos o Presidente da Associação do Pa “Santa Maria” sobre a disponibilidade da área, ele falou-nos que desconhecia a negociação, mas que procuraria o STR, pois muitos jovens do seu PA e parentes poderiam ter interesse. Ele, e outros assentados que

entrevistamos, não tinham nenhum conhecimento sobre as ações do crédito fundiário no município.

As duas informações anteriores – seleção de jovens rurais para o curso agrotécnico, do meio ambiente e a seleção de área para o crédito fundiário – mostram como o fluxo das informações são muitas vezes apropriadas por ‘grupos fechados’ de trabalhadores organizados - tanto nas entidades sindicais como na própria associação do PA – servindo estas entidades como posição privilegiada nas redes de poder para distribuição das informações e apropriação pessoal dos benefícios das políticas públicas, que deveriam ser universalizadas. Os fatos descritos mostram como as redes das relações são sempre redes de poder: elas tem por finalidade incluir e excluir atores do campo de operações e dos fluxos de informação, como aponta Rafestin (1993). Isto ocorreria, em parte, pela falta de relações de confiança e reciprocidade (entre esses atores descritos), elementos do capital social. Essas práticas sociais, como veremos em outra parte do trabalho, geram baixa representatividade (legitimidade) e baixa reputação entre os próprios assentados, fazendo com que estes recursos de poder se constituam em fatores de fragilização destas redes.

5.2.7 - A vida no assentamento

Os jovens gostam de morar no assentamento (28%), ou gostariam, se o PA tivesse melhores condições (72%). A condição essencial para melhorar a vida no PA seria sanar a falta de trabalho, apontada por 55% das opiniões. O restante das 45% das opiniões se distribuiu de maneira uniforme entre condições para produção; para diversão; mais movimento e oportunidades de cursos e melhoria da escola. Percebe-se que boas partes destas demandas fazem parte do processo de desenvolvimento em curso num assentamento, dependendo tanto do aporte de investimentos públicos como da própria capacidade de empreender e se organizar dos assentados.

Essencialmente eles gostam do estilo de vida que levam, das relações de proximidade e da vida em família, tanto assim, que a maioria dos projetos profissionais dos jovens rurais, como vimos, estão ligados ao PA. Outros que pretendem sair para a cidade dizem que “quando houver emprego eu volto”.

Perguntados porque vivem no assentamento, 61% responderam porque era o lugar de sua família; 22% porque não tinham condição de morar na cidade e 17% porque gostam do PA. Há aqui uma identidade territorial de lugar, o lugar de se viver em família, o lugar onde a família tem a propriedade como identidade e inclusão social.

A insatisfação com a vida que os jovens rurais levam pode ser vista nas respostas da melhoria ou não das condições de vida atual, com relação a que levavam antes de serem assentados. Metade considerou que há vantagens e desvantagens (vimos há pouco os tipos de demanda) que interpretamos como um certo equilíbrio entre vantagens e desvantagens. Outros, 39% dos jovens rurais, afirmaram que a vida deles havia melhorado, contra 11% que opinaram que sua vida estava pior. As desvantagens apontadas em se viver no PA repetem o problema da ocupação: trabalho e renda, capacitação e divertimento. As vantagens se relacionam, em boa parte, ao estilo de vida: escola própria no assentamento, tranquilidade, boas amizades, distância da marginalidade e inexistência de roubo. Estas comparações são feitas basicamente pensando nas cidades satélites de Brasília, e mostram que os jovens rurais continuam a manter relações sociais nestas cidades.

Aparentemente os jovens rurais não se acham discriminados pelos habitantes do Município. A maioria, 71% se apresenta como filho de assentado e 12% como filho de agricultor. Houve identificações pontuais de assentado, proprietário de chácara, nome ou apelido. Apenas um jovem rural apontou no questionário a existência de discriminação.

Nas entrevistas muitos disseram que de início a população da cidade “olhava desconfiada, mas que hoje está bem melhor...”. Esta pergunta procurou identificar a percepção espontânea dos jovens rurais, mas dada a complexidade do tema, ela traz dificuldades de interpretação. Há uma certa intimidação em se reconhecer discriminado, pois isto pode soar como um complexo de inferioridade que o jovens rurais podem não querer demonstrar.

Poderíamos falar em discriminação das políticas públicas que chegam mal no Vão do Paranã e no PA. A discriminação também aparece na forma de preconceitos pessoais de classe ou de proprietários rurais que se sentem ameaçados por eventuais ocupações e desapropriações. Um empresário expressou-se assim:

Os assentados são um bando de vagabundos que não querem trabalhar. Quando receberam o PRONAF compraram com o dinheiro um monte de carros velhos, tranqueiras, que viviam quebrando aqui na estrada. Eles viviam me pedindo para guardar no pátio do meu estabelecimento comercial, mas eu não deixava....

Um médio agricultor que planta soja assim nos respondeu sobre nossa indagação da possibilidade dos fazendeiros fazerem parcerias com assentados na coleta e venda de frutos do cerrado. “Não dá certo não. Os fazendeiros dão a mão e eles vão querer o braço. Os fazendeiros querem distância dos assentados porque vêem neles uma ameaça de desapropriação, e até de roubo de gado, adubo etc”.

Por outro lado há opiniões diferentes, em outros segmentos da população. Um mecânico, proprietário de uma pequena oficina disse que

Eu me dou bem com os assentados. Eles são meus clientes, trazem sempre os carrinhos deles para fazer um remendo, já que são pobres. Mas eles pagam direitinho e para mim eles tem crédito. Lógico que tem alguns, como em todo lugar, que são 'nó cegos'... A cidade precisa de gente para desenvolver; acho que os assentados ajudam...

Outro comerciante de um pequeno supermercado foi de opinião parecida:

Nossa cidade vive de um comércio de consumo de necessidades bem básicas. Alguma coisa mais especializada e o sujeito precisa correr para Formosa ou até Brasília. Os assentados precisam de tudo que é básico, muitas vezes até de alimentos porque as vezes eles não produzem o suficiente....

O que mais desagrada no trabalho dos jovens rurais na parcela junto a seus pais é que ele não gera renda para eles, apontam 44% das opiniões; em seguida, na opinião de 36% está a queixa na monotonia do trabalho e na falta de novidades. Trabalho solitário, sujo e pesado foram motivos de posicionamentos de respectivamente 23%, 20% e 14% das respostas restantes. Nas entrevistas muitos jovens rurais consideraram que a monotonia da rotina do trabalho rural poderia ser contornada com o trabalho comunitário ou em cooperativa. Um rapaz chegou até a colocar casos onde o trabalho precisa ser feito desta forma: “No arroz irrigado, uma das vocações daqui, o trabalho precisa ser no coletivo”.

A objetividade com que explicitam as deficiências do seu mundo de trabalho nos leva a indagar porque estes jovens não tomam iniciativas para alterar esta situação. É porque pretendem se mudar para a cidade? É porque acham que não terão recursos e apoio para as iniciativas deles? Ou porque não conhecem as políticas de apoio aos jovens rurais? De qualquer forma, a falta de discussão entre eles e de iniciativas de organização diante a tantas necessidades, mostra uma incapacidade política de organização, característica das redes de poder dos assentados, onde atuam principalmente seus pais. A falta de capital social no PA (veremos depoimentos neste sentido mais adiante) parece inibir iniciativas coletivas dos jovens.

A questão da falta de qualidade no trabalho volta a sobressair nas insatisfações dos jovens, como questão concreta e objetiva, variam conforme os estudos relatados. Mello (2006) e Carneiro (1999) e Bordieu (2000 apud MELLO, 2006) destacam a insatisfação dos jovens pela sua negação da identidade camponesa, pois identificam na agricultura um sinal de ‘atraso e de desvalorização social’.

Através do Quadro 27 do Anexo A, pedimos aos jovens que dessem nota (3 = ‘muito importante’; 2 = ‘importância média’ e 0 = ‘não é uma vantagem do assentamento’) a alguns fatores que apresentamos para comparar as vantagens da vida no assentamento sobre a vida na cidade, e os transformamos em índices para facilidade de comparação. As respostas de ‘vida mais unida da família’ e ‘amigos de verdade’ atingiram o índice 100 de pontuação, seguidos de ‘mesmo no PA se pode ir a cidade’, com índice 95, e ‘nos assentamentos as pessoas se respeitam mais’, com índice 83. Trabalho e moradia no mesmo lugar, diversão, distância da marginalidade e ausência de roubo, foram os que tiveram menor pontuação. O resultado mostrou que 3 dos 4 fatores mais apontados estão no estilo de vida, diferentemente da valorização da propriedade como local onde “a gente mora e tem trabalho” pouco apontada, (seguida também pela má avaliação das alternativas de diversão). Para Martins (2003), morar e trabalhar na propriedade constituía um dos principais valores da autonomia da vida camponesa tradicional. É preciso chamar atenção para o motivo da baixa importância dada a este item. Os jovens entrevistados querem ter renda própria o que não acontece com a agricultura de subsistência, daí a inexistência de moradia e trabalho na concepção deles.

Numa entrevista com uma família de assentados, com presença dos pais e de duas filhas, questionamos porque os jovens rurais não desenvolviam atividades de lazer e de convívio social, como festas e bailes, que poderiam ser realizadas nas próprias casas dos assentados, já que a falta de lazer foi apontada como um problema. Todos foram unânimes em falar nos resultados desastrosos de alguns destes eventos no PA, com brigas, bebedeiras e até ameaças de morte. No ano de 2006 houveram 3 homicídios entre assentados, quase sempre ligados a bebedeiras e brigas por motivo fútil, semelhantes ao que ocorre freqüentemente nas periferias das grandes cidades. Iremos voltar a essa questão quando discutirmos a governança do assentamento mais adiante. Os pais afirmaram que

existe uma pequena minoria de jovens, muitas vezes parentes e amigos de assentados em passagem pelo PA, que são ingovernáveis, violentos e ‘entram de penetra’ em qualquer festa que se dê, para fazer arruaça. Só a existência de policiamento poderia melhorar a situação...

Invertemos a pergunta anterior, para saber quais as vantagens da cidade sobre o assentamento (pergunta 28 do Anexo A). As respostas foram coerentes com a pergunta anterior: desta vez as vantagens apontadas para a cidade foram oportunidades de trabalho e profissão, com índice 100, seguidas de opções de diversão e facilidades de melhorar a capacitação e realizar cursos, com os índices respectivos de 86 e 84. Representações como “as

peças da cidade são mais valorizadas que as do campo” e “na cidade se fazem melhores amigos” obtiveram sofríveis índices de 45 e 35, respectivamente.

Esses resultados diferem da abordagem de Bordieu (2000 apud MELLO, 2006), que aponta a influência da universalização dos valores simbólicos - onde sobressai a superioridade da vida urbana - como estímulo à migração dos jovens rurais para a cidade. Nossa hipótese para explicar o fato deve estar na noção de camponês desenvolvida por Martins (2003). Foi nessa perspectiva, como levantamos em nossa discussão teórica, que diferenciamos o público da RA como de “quase camponeses”, pois lutam muito mais com a sobrevivência do dia a dia não valorizando a reprodução dos valores e representações dos camponeses tradicionais. Tanto por não terem estes valores, ou porque eles estão muito mais no plano do imaginário perdido no tempo, do que nas práticas sociais vividas por nossos assentados, como discute Martins (2003).

5.2.8 - Participação nas decisões da propriedade e geração de renda

Na opinião dos jovens rurais eles acham que o ambiente de discussão na família é muito aberto: 56% afirmaram que os pais discutem em família suas idéias e aceitam algumas propostas; 33% disseram que seus pais sempre aceitam suas sugestões e 11% falaram que não costumam fazer propostas novas.

Das propostas e sugestões, 75% referiam-se a trabalho e produção e 25% a emprego e estudo. Interessante notar a incorporação por parte dos jovens deste último grupo como sendo sugestões ‘para a propriedade’, como estava formulado na pergunta. Na agricultura familiar há uma unidade entre propriedade, família e trabalho, estabelecida por meio das mesmas relações pessoais dadas pelo pertencimento à família. Nestas relações há ora processos educativos, ora decisões hierarquizadas, ora afeto, ora conflito, independente das esferas em que as pessoas estejam interagindo. A produção familiar depende muito da qualidade das relações interpessoais entre os membros da família.

Perguntados sobre a concordância sobre os últimos investimentos feitos na propriedade 29% falaram que não houve investimentos; 29% concordam em parte; 18% concordam; 12% não participam das decisões e 12% não se interessa por agricultura. Através das entrevistas observamos que o entendimento de investimento foi diferenciado. Os que falaram que não houve investimento recente referiam-se as aplicações do PRONAF A, que o INCRA disponibiliza no início do assentamento, para investimentos na parcela. A maioria dos

assentados já utilizou estes recursos há cerca de 4 anos atrás. Os jovens rurais mostraram-se a par dos itens financiados naquela ocasião.

O grupo que concordou parcialmente com os investimentos considerou as compras pontuais de bezerro, cavalo, ferramentas, até plantios. A ‘concordância parcial’ geralmente decorria da diferença de opinião sobre a ordem das prioridades estabelecidas pelos pais para os investimentos.

Interessante notar alguma discrepância destas respostas com a anterior (participação nas decisões da propriedade), levando a um possível questionamento sobre a horizontalidade das relações familiares. Duas moças disseram que não participam das decisões, e duas que não se interessam pela agricultura. Aqui percebemos claramente uma diferenciação na participação da moça na propriedade, também apontada nos trabalhos de Abramovay (2001), de Carneiro (1999), Mello (2006), Bordieu (2000 apud Mello, 2006) e Sacco dos Anjos (2006). Esta diferença de gênero ocorre já na divisão do trabalho no seio da família.

Anteriormente vimos que a maioria das moças tem suas atividades restritas aos cuidados da casa e do quintal. Quando perguntados especificamente aos jovens rurais (rapazes e moças) sobre as atribuições das moças, 50% falaram ‘só trabalho em casa’; 22% ‘casa e apoio eventual na roça’ e 28% ‘ajudam na casa e na roça’. Este papel subalterno das moças na economia familiar, poderia explicar seu desinteresse nas decisões e atividades produtivas da propriedade. Fica implícito nestas relações, que a mulher se quiser uma vida diferente terá que estudar e ir para a cidade para trabalhar e constituir família. As que ficarem serão provavelmente as futuras esposas dos agricultores, como suas mães. Ocorre que as moças não aceitam mais o papel subalterno de suas mães. Abramoway (2001) e Bordieu (2000 apud Mello, 2006) argumentam que as relações de gênero do passado, onde a mulher cumpria o papel da procriação e da casa, não são mais aceitos pelas jovens rurais, que para terem seu próprio projeto de vida abandonam o campo, gerando um desequilíbrio demográfico entre os sexos, a masculinização do campo. Os dados mostraram que nas famílias pesquisadas não existem moças solteiras com mais de 21 anos no PA, podendo significar exatamente este processo de masculinização no campo.

O nível de participação dos jovens rurais na propriedade continua relativamente estável no tempo: 61% consideram que a participação continua igual; 17% não participam; 11% estão aumentando; 5,5% estão diminuindo e 5,5% já é o responsável pela propriedade (os pais são empregados em fazenda vizinha).

Os jovens rurais desenvolvem poucas atividades para ganhar seu próprio dinheiro por falta de oportunidades de emprego, como já vimos anteriormente. Perguntamos porque não

procuravam desenvolver algum tipo de ‘pequeno negócio’. Duas moças falaram que tentaram. “Eu vendia salgadinhos que eu fazia, na escola, mas não deu certo, vendia pouco, e não conseguia receber...”. Outra tentou um comércio local de produtos básicos, mas não teve sucesso: “o consumo era baixo e receber era difícil”.

Provocados porque não utilizavam o Pronaf Jovem para desenvolver algum projeto a maioria deles falou que não conhecia o programa; um disse que ‘falaram’ que a família precisava estar adimplente com o Pronaf; outro falou que a burocracia era grande; e outro que não via projeto viável para desenvolver. Mais uma vez vemos como a fragilidade das redes de poder, que resultam em isolamento e falta de mais relações sociais, compromete até o fluxo de informações sobre políticas públicas de interesse direto dos jovens.

Embora o INCRA tenha contratado o escritório da Agência Rural para dar assistência técnica aos assentados, seus técnicos nos informaram que não estão desenvolvendo nenhum trabalho com os jovens rurais no sentido de desenvolverem algum empreendedorismo social. Na escola do PA também não há nenhuma atividades de estímulo ao empreendedorismo social. As reclamações dos jovens rurais de que no PA não há emprego, mostram a falta de informação e discussão sobre alternativas de trabalho e ocupação em áreas rurais, que podem ser creditadas em grande parte à despolitização dos assentados.

Perguntados sobre ‘qual o principal motivo para buscarem seu próprio dinheiro’ 39% dos jovens rurais disseram que não desenvolvem atividade individual; 22% para comprar bens pessoais; 22% para ajudar renda da família; e 17% para lazer. Um dado importante a ser observado é que dos que tem atividades próprias, 64% usam o que ganham para si e 36% para ajudar a família. Embora não tenhamos associado as respostas ao nível de renda familiar, é provável que a explicação para as diferenças nestas estratégias de economia familiar estejam no nível de necessidade econômica da própria família. Ao perguntarmos na pesquisa quem não tinha televisão constatamos que 27% dos jovens não possuíam este eletrodoméstico. Essa percentagem é próxima a dos que disseram que o que ganham vai para a família (22% dos jovens), contribuindo para a explicação da destinação dos ganhos dos jovens em trabalhos fora da agricultura.

No PA, segundo diretores da Associação, se estima que 60% das famílias tenham renda mensal ao redor de 120 reais; 30% das famílias teriam renda de cerca de 250 reais mensais e 10% das famílias teriam renda próxima a 400 reais por mês. Para estes diretores, ninguém passa fome, porque sempre tem arroz, feijão, frango, porco, ovo, mandioca, leite. Mas os assentados vivem com muito pouco dinheiro no bolso, que vem da venda de trabalho,

programas sociais e de transferência de renda (principalmente aposentadorias e bolsa família), e eventualmente, alguma venda de bezerro ou leite.

Indagados sobre que investimento os jovens fariam se tivessem recursos, 48% mostraram vontade de investir no rural: 30% no lote do PA; 12% em terra e 6% em atividade não agrícola no PA. Outros 36% direcionariam este investimentos para atividades na cidade: 12% poupança; 12% bens urbanos e 12% em negócio urbano. O restante dos 18% dos jovens rurais aplicaria em estudo ou não saberia o que fazer. Estes resultados mantêm certa coerência e proporção com os prováveis projetos rurais (61%) e urbanos (39%) dos jovens rurais apontados anteriormente na tabulação dos seus projetos profissionais (considerando-se que os que falaram em estudar pretendem cursar faculdade ou curso técnico, voltados às profissões rurais).

Os jovens rurais quando perguntados de como poderiam se viabilizar na agricultura se dividiram: a maioria, 50% deles, falaram no desenvolvimento de atividades que agreguem maior valor; 28% mudando de atividades e/ou melhor gestão e tecnologia; 11% falaram em atividades não agrícolas; 11% falaram em trabalhar na parcela do pai num projeto próprio.

Nas entrevistas indagamos a alguns jovens de como eles agregariam valor, e eles disseram não saber. Um falou em plantar soja, milho e criar gado, e outro em aumentar a área de plantio, duas lógicas bem tradicionais que se aplicam as atividades tradicionais das commodities das propriedades empresariais. Chama atenção para o fato de que 78% consideram que é preciso mudar de atividade, nível de gestão e tecnológico e agregando maior valor à produção, mostrando mais uma vez a descrença dos jovens rurais com a agricultura de subsistência como atividade que atende seus projetos e profissionais e de vida.

Nas entrevistas perguntamos a alguns jovens rurais se conheciam algum agricultor familiar bem sucedido. Perguntamos ainda se eles conheciam o mercado de produtos agrícolas de Brasília. Todos disseram que não. Os jovens rurais que tem relações com outros agricultores limitam-se aos parentes de outros assentamentos onde também não há agricultores mais intensivos. Eles também não conhecem assentados em SJA que vendem verduras na feira da cidade e assentados de Flores de Goiás que fazem a mesma coisa naquele município. Nunca fizeram visitas ou excursões a produtores da região.

As suas redes sociais dos assentados se limitam aos parentes na cidade, e seu referencial agrícola e produtivo se reduz ao PA. Sua agricultura de subsistência não estabelece novas redes sociais, a não ser com fazendeiros vizinhos onde vendem trabalho e algum bezerro; junto aos carvoeiros onde recebem por produção; junto aos intermediários do extrativismo, como os da colheita da fava, do baru e do pequi, que aparecem por lá nas épocas

destas colheitas. Afastado dos mercados, e portanto, da divisão social do trabalho, o sistema técnico da subsistência é praticamente fechado: quase não há compra de insumos e menos ainda vendas de produtos. Ele é auto-suficiente, não estabelece nem fluxos de informação externos ao lugar, nem movimenta mercadorias, estabelece poucas relações sociais e de trocas; ele é praticamente “isolado”.

Perguntamos aos jovens rurais como eles acham que poderiam arrumar terra para se tornarem agricultores. O grupo maior, com 33% dos jovens rurais, falou na possibilidade de acampamento e da RA; 22% disseram não saber como; 17% disseram não querer ser agricultores; 11% falaram no crédito fundiário; 11% em trabalhar no lote do pai; e 6% em comprar lote no assentamento.

O primeiro fato que chama atenção é porque um número tão baixo de jovens rurais apontou a RA como meio de acesso a terra, mecanismo que levou a família deles a ter um lote rural. Indagados na entrevista, muitos disseram que “o acampamento é muito sofrido, e os benefícios do INCRA ou não chegam, ou demoram muito”. Perguntamos a eles porque não seria possível utilizar as terras do pai para desenvolver um projeto próprio, e eles responderam que “a terra é muito seca e fraca”. Mais uma vez eles não se referiram as perspectivas do Projeto de Irrigação ou a outras alternativas, como a criação de animais silvestres, produtos do cerrado etc mostrando falta de informação e conhecimento da região e do mercado de Brasília.

5.3 - Entrevistas com os Pais

Para conhecer o ponto de vista dos pais sobre os projetos de vida para seus filhos, entrevistamos 4 ou 29% das famílias dos alunos pesquisados. Nestas famílias encontram-se 8 ou 44% dos jovens rurais pesquisados, envolvendo diferentes projetos: 2 firmemente cidade; 2 provavelmente agricultor; 1 firmemente agricultor; e 3 provável rural, abrangendo 4 rapazes e 4 moças. O roteiro da entrevista encontra-se no Anexo D.

As 4 famílias têm histórias parecidas: vieram do interior da Bahia e Minas Gerais onde trabalhavam na agricultura como empregados, com os pais ou como meeiros. Três famílias migraram para a região de Brasília entre 10 e 15 anos, e uma veio para a construção da cidade, no final da década de 50. Uma família se empregou como assalariado rural permanente em Formosa; nas outras, os homens trabalharam na construção civil enquanto as mulheres foram domésticas. Assim, a passagem pela cidade grande é relativamente curta para três famílias, tanto que os jovens rurais pesquisados nasceram na região de origem; já para a

família que migrou para a construção de Brasília, a experiência urbana foi preponderante. Pode-se dizer então, que pelo menos 3 das 4 famílias tinham suas raízes rurais bastante preservadas quando vieram para o PA.

A renda das famílias é formada pela soma de diversas origens: salários, aposentadoria, autoconsumo da produção da parcela, bolsa família, dias de trabalho vendidos a parceleiros e fazendeiros.

A partir das observações fizemos a seguinte classificação da renda mensal familiar: rendas baixas, correspondendo a famílias que têm rendas de todos os seus membros somados, de até o equivalente (estimado o autoconsumo pelo valor equivalente que seria gasto para a família adquirir aqueles alimentos) a 1 salário mínimo; rendas médias, na faixa entre 1 a 2 salários mínimos; e rendas altas, àquelas superiores a 2 salários mínimos. Na opinião de vários assentados as rendas equivalentes da produção consumida no lote (para aqueles que efetivamente produzem), varia de meio a até um salário mínimo por mês. Fica claro, diante do exposto, que o determinante essencial das rendas monetárias familiares são as rendas externas ao lote (não provenientes da agricultura), notadamente salários e aposentadorias.

Nas quatro famílias entrevistadas, uma poderia ser classificada como de renda familiar muito alta, com cerca de 6 salários mínimos, porque o pai e a mãe trabalham para um fazendeiro de arroz e recebem juntos 5 salários, além de ajuda de um outro filho, também assalariado rural, que trabalha numa fazenda de pecuária, e que contribui com a família. Os filhos trabalham no lote que é explorado intensivamente, segundo opinião de diretores da Associação.

Duas outras famílias possuem rendas médias, entre 1,5 e 2 salários mínimos por mês, alavancadas por pai que tem emprego na empreiteira que está construindo a barragem e, um outro aposentado como pedreiro. A quarta família possui renda baixa vivendo exclusivamente da renda da terra, mais o que recebe do Programa Bolsa Família. Estas 4 famílias exploram intensivamente seus lotes, na opinião dos diretores da Associação. Mesmo com grande variação nas rendas familiares, segundo o presidente da Associação, Sr Amadeu, “ninguém no assentamento passa fome”, fala com orgulho, demonstrando sua valorização para a agricultura de subsistência, praticada no assentamento.

Perguntados sobre o projeto dos filhos, todos os pais falaram que gostariam que eles ficassem no PA. Dois opinaram que não sabiam das escolhas dos filhos, que a decisão caberia a eles. Outro, falou que a filha provavelmente ficaria (na pesquisa ela se mostrou decidida a ir para a cidade). O último, falou que sua cunhada iria para a cidade, um filho sairia para fazer faculdade e outro ficaria, coincidindo com as respostas dos seus filhos e cunhada, na pesquisa.

O que se pode concluir destes resultados é que os pais, com exceção do último comentado, desconhecem e conversam pouco com os filhos a respeito de seus projetos de vida.

Os pais responderam que em SJA e municípios vizinhos há pouco ou nenhuma oportunidade de trabalho. Na opinião de um deles “quem fica tem que trabalhar na roça”. Outros dois gostariam que sua filha venha a ter emprego nas indústrias, que no futuro devem se instalar no lugar, enquanto, o outro, acha que sua filha pode arrumar emprego na prefeitura. O último pai fala que agora o SENAR está oferecendo cursos (apicultura, artesanato etc) o que vai trazer novas oportunidades para os jovens rurais. A maioria dos pais sonham com emprego para o filho.

Interessante destacar que ninguém associou o potencial de trabalho que a região poderá vir a ter com a instalação do Projeto de Irrigação no PA, ou com a possibilidade dos filhos desenvolverem atividades empreendedoras em geral (agrícolas e não-agrícolas). Já um dos pais destacou a necessidade de uma escola agrotécnica para os filhos poderem trabalhar ‘na técnica’, valorizando a necessidade formação profissional do agricultor. Estas visões dos pais demonstram uma tendência de pensarem como trabalhadores assalariados, herdada provavelmente de suas passagens pela cidade, e a falta de informações sobre o potencial de mudança da região pela implantação do Projeto de Irrigação.

Os pais disseram que estimulam os filhos e filhas a ficarem no assentamento, pois acham que a cidade está muito perigosa, e emprego por lá não está fácil; mesmo assim, um deles reconheceu que na cidade há mais facilidade para continuar estudando e, portanto, de definir uma profissão. De qualquer forma, estes pais acham que os filhos precisam estar preparados para enfrentar o mundo do trabalho: no campo, como na cidade, já que eles poderão escolher qualquer uma destas opções.

Os pais acham que os filhos que permanecerem no assentamento, continuarão fazendo de tudo, mas um deles fala da necessidade de continuar estudando para conhecer mais a agricultura. Outros dois esperam que os filhos fiquem no PA, desenvolvendo atividades não-agrícolas, e que ficarão porque gostam do assentamento. Um deles disse até que sua filha “já se inscreveu para um curso de artesanato”, demonstrando intenção de profissionalização e vontade de permanecer no PA. Dois pais disseram que os filhos podem ficar na parcela até casar, depois precisam buscar sua alternativa. Um outro, pensa diferente, e disse que já ofereceu a chácara para eles fazerem suas casas quando casarem. A discordância de que filhos casados morem no lote diferencia o tradicional comportamento do camponês da família estendida, aquela que incorpora ‘familiares indiretos’ sob o mesmo teto.

Sobre as barreiras para os filhos serem agricultores, todos pais apontaram ser a terra a primeira dificuldade; um deles falou que os filhos, por enquanto, não queriam terra. Um deles falou que além da terra, os dois problemas são a falta de capital e de água na região.

A escolha do sucessor dos pais no lote do PA ainda é incipiente. Os pais e filhos de uma família já discutiram, e dois filhos mostraram interesse. Para um pai a conversa ainda não foi feita, mas um filho já estaria preparado para assumir o lote como agricultor, já que as filhas não teriam condição de assumir este papel. Sua esposa porém discordou, dizendo que “se a mulher for decidida pode tocar chácara sim”, que no PA têm 3 mulheres que dirigem as chácaras da família. Outra família não discutiu a sucessão, e não pensou na importância do assunto. O quarto pai não se preocupa quem dirigirá o lote porque acha que todos querem ficar no PA. Um pai disse que aceitaria que uma filha fosse sucessora, outro não.

A resistência, principalmente masculina dos pais em aceitar as filhas como herdeiras, repete a tendência observada pelos estudos de Abramovay (2003), Sacco (2006), Bordieu (2000 apud MELLO, 2006).

Os pais acham, unanimemente, que o que mais falta no PA para os jovens é emprego. Apontam também carência de esporte, lazer, cursos, escola melhor, água para a casa e irrigação (aqui uma citação indireta ao Projeto de Irrigação), posto de saúde e polícia. Três acham que há mais oportunidades no campo para o filho estudado do que na cidade. Um deles falou que os jovens rurais são muito discriminados na hora de arrumar trabalho na cidade. Outro acha que é na cidade que há mais oportunidades, caso esta seja a opção de vida dos filhos.

Na divisão do trabalho na família os pais disseram que todo mundo faz tudo, na casa e na roça, mas destacou que as moças ficam mais na casa. Combinam em família, e distribuem o trabalho do dia ou da semana. Uma das moças desta família, uma cunhada, disse que trabalhava só na casa. Interessante lembrar que 50% das moças entrevistadas disseram que só trabalham em casa, ajudando a mãe, e outras 22% só trabalham na roça eventualmente. Parece que a igualdade de papéis entre rapazes e moças, não é bem a prática mais frequente no PA, embora nas respostas sobre relações horizontais e discriminação por gênero, o discurso - tanto dos pais, como dos filhos - se manifesta sempre pelo lado ‘politicamente correto’ (participativo e da igualdade de gênero).

Quanto a aceitação de sugestões dos filhos na condução da propriedade todos pais falaram que reúnem a família e discutem, indicando um ambiente bastante aberto às discussões. Esta posição é confirmada pela opinião dos jovens rurais na pesquisa (com a

ressalva já apontada das 4 moças que responderam que não participam ou não se interessam por agricultura).

Os pais dizem ainda, que não venderiam sua parcela sem discutir com os filhos antes. Eles falaram, principalmente duas mães, que têm dito aos filhos que a propriedade é deles, porque todos nela trabalham. Embora este possa ser o discurso dominante, os jovens, na pesquisa, disseram que se identificam para terceiros como filhos de assentado, e não como assentados, mostrando um sentimento diferente do proposto pelos pais.

Quando perguntados se estimulam seus filhos desenvolverem atividades individuais, três pais disseram que sim: apoiam que prestem serviço fora como diarista, mas que o dinheiro vem para a família. No caso de não estar precisando, a diária fica para o filho. O quarto pai falou que nunca havia proposto aos filhos que desenvolvam atividade própria; mas que os filhos também nunca propuseram, afirmou. Disse que estaria aberto a discutir com eles em caso de interesse (a filha falou sobre um projeto de restaurante para o futuro). Interessante destacar praticamente que os pais só pensaram em venda de trabalho e não em negócio próprio do filho. Outro fato que chamou atenção é que os ganhos do trabalho externo sempre vêm para a família, diferentemente do afirmado pela maioria dos jovens, mostrando um misto de centralismo e de necessidade econômica, que os jovens procuraram ocultar.

Perguntados como investiriam se “tivessem recursos disponíveis” todos pais falaram que aplicariam na chácara. Dois falaram em gado; um em terra para o filho; outro em mais terra para a família; outro em quitar a dívida, e depois aplicar num comércio local e comprar terra. Interessante que na mesma pergunta, os filhos limitaram suas aplicações na propriedade a apenas 60% (atividades agrícolas e não-agrícolas). Aqui é bem possível que os pais tenham se sentido constrangidos a mostrar ao pesquisador interesses econômicos externos à parcela do assentamento, como é exigido pela regulamentação do INCRA.

Perguntados sobre como imaginam que estará o PA daqui há 10 anos, os pais tiveram consenso de que a vinda da água (Projeto da Irrigação) poderá mudar o quadro: dois acham que só melhora, outro, que resolve: “Tendo água é tudo, aqui vai ser evoluído”, e sua esposa falou que “Se tiver água é tudo diferente...”. Um pai acha que mesmo assim, do jeito que as coisas estão, o PA não deve mudar muito, e que a escola já foi uma melhora importante. Outro, espera que o governo se interesse ajudando a criar indústria e estrutura de capacitação; outro tem medo é que o Projeto de Irrigação não seja implantado. Olhando para o futuro é que os pais parecem dar conta da importância do Projeto de Irrigação.

Os pais insistem que a maior necessidade para os jovens rurais é trabalho e renda própria. Complementam as necessidades com escola melhor, capacitação e lazer. Quando perguntamos por que os jovens não organizam bailes e encontros, uma mãe respondeu:

Lazer, como festa é difícil. Tem problemas de segurança, já saiu até morte. Tem jovens rurais que mesmo não convidados, bebem e aparecem para fazer arruaça. É difícil impedi-los, precisaria policiamento. Só duas vezes nós conseguimos policiamento para as festas no assentamento.

Quando perguntamos se a valorização da terra pela implantação da irrigação e a titulação definitiva das terras não iria provocar uma corrida de vendas de lotes, as opiniões foram diferentes. Dois acham que não, porque a maioria sabe que o futuro está lá no PA; um acha que poucos saem, não mais que 20%. Outro é mais céptico, acha que 50% vendem os lotes. As diferenças de avaliação refletem como os próprios assentados avaliam de forma diferente o interesse real de alguns de ‘seus companheiros’ em se fixar definitivamente no PA ou de manterem um interesse exclusivamente patrimonial.

A diferenciação das opiniões a respeito do que ‘seus companheiros’ de assentamento realmente planejam com relação ao futuro deles, ficar ou deixar o PA, mostra a desconfiança sobre os projetos pessoais de cada um. Essa desconfiança deve ter se iniciado no processo de mobilização para o acampamento, já que os assentados têm origens e formações diferentes, formando grupelhos conforme a identidades de seus componentes. As práticas de ação coletiva, que exemplificaremos mais adiante, mostrarão como a falta de confiança e reciprocidade são indicadores do baixo capital social existente, e prejudicam a governança no PA.

Todos os pais afirmaram, quando perguntados sobre avaliação do Pronaf A, que ele foi muito importante para eles: tudo o que eles têm gado, carroça, ferramentas, cisterna, ovelhas veio com aquele crédito. No caso das ovelhas, investimento que foi estimulado pelos técnicos que fizeram os projetos de crédito, a maioria perdeu os animais porque faltou assistência técnica, e os assentados não tinham experiência nesta criação. Um destacou que o recurso foi insuficiente, pois queria comprar um micro-trator, mas o dinheiro não deu. Outro reclamou que o Pronaf A foi distribuído em etapas aos assentados, e que isto inviabilizou a organização de um consórcio de utilização de um trator para uso comum, porque o dinheiro não esteve disponível simultaneamente para que os 10 assentados do grupo adquirissem a máquina.

Os pais entrevistados também mostraram as dificuldades de união e organização dos assentados, através dos seus depoimentos, geralmente muito críticos. O primeiro pai, apesar de crítico, acha que a união no PA está melhorando

O sucesso do PA depende da união para buscar os meios. A união no PA é ruim. A maioria das experiências coletivas foram ruins: o trator com dinheiro do fomento foi mal comprado, houve desvio de dinheiro, tinha muita briga nas reuniões, o tratorista não atendia... A experiência dos empréstimos dos grupos de crédito A/C e CONAB, exigindo grupos com aval cruzado, prejudicou muitos, que ficaram inadimplentes como eu, porque uns não pagaram.

O pessoal é muito individualista. Com a troca dos lotes do fundo [junto a serra] por lotes na área deixada para reserva, vários parceiros demarcaram seus lotes (na corda) e cercaram suas áreas. Mas tem área (50% ou mais) que tem potencial para arroz. As cercas inviabilizam o manejo da água no arroz. Outros fizeram derrubadas para roça e madeira como se a permuta já estivesse sacramentada. Depois de consolidar um uso e ocupação, fica difícil reverter a ocupação. O arroz é uma cultura que só dá para fazer de forma associativa em áreas grandes.

A experiência mais recente é a da apicultura, os cursos estão fortalecendo a união. As experiências das diretorias da Associação foram ruins, inclusive com suspeita de desvio de dinheiro. Parece que a diretoria atual está melhor.

Um outro pai fez críticas semelhantes a anterior, e concorda que parece que o grupo do mel vai indo bem

Eu trabalho no individual. A experiência do trator [comprado com o recurso do fomento] foi positiva mas não atendeu todos. Dava problemas na ordem e fila dos serviços, e dificuldades na administração. Acho que no PA tem uns que se entendem e podem formar grupo. Está sendo organizado um grupo do mel.

No começo eu e um grupo de 10 tentamos comprar um trator em grupo, mas o PRONAF A não saiu junto, e daí não deu certo.

Fizemos a roça comunitária: eu participei da primeira e vou participar de novo agora. Na primeira roça deu problema na distribuição da produção, porque tem gente que se inscreve e não trabalha. Tivemos uma experiência ruim também com a roça do fomento que ia ser coletiva, mas puseram gado lá, e tive que pagar sozinho porque só eu plantei.

Um outro reforça as críticas sobre o individualismo e destaca as dificuldades de governança sobre as decisões coletivas

Falta união, muito individualismo. Primeiro foi a divisão dos lotes: muitos não queriam agrovila, mas cederam à pressão dos outros. Hoje está todo mundo arrependido. Tentamos comprar trator e adubo em grupo mas não conseguimos. Os créditos dos Grupos A/C tiveram problemas com o cano de alguns pegando todos [inadimplência].

Não tenho opinião sobre o problema atual que está acontecendo na Reserva: não escolhi lote lá, porque fui sorteado em cima [junto a serra] e não quis trocar.

Na discussão da Reserva Legal a Assembléia aprovou não mexer nela, mas alguns poucos não respeitam. Um ex-presidente 'autorizou' a entrada nos futuros lotes a serem trocados.

Na Associação, a dona Elza foi a melhor presidente: saiu Pronaf, casa. Geralmente tem disputa nas eleições para a Associação. Muitas vezes o presidente defende uma

coisa boa, todos aprovam na Assembléia, mas alguns não cumprem. A maioria discorda, mas não se impõe.

O último fala em desunião e mostra um entendimento diferente sobre a roça comunitária e é o único dos entrevistados a não participar da roça comunitária que estava sendo organizada no período em que estávamos na área

Não tem união. Na área da barragem (a ser inundada) deu briga porque o pessoal da Igreja (o presidente da associação está neste grupo) fechou a área com cadeado, só para eles. Na reunião pedimos para usar a área e eles não deixaram. Tem uns ciganos que puseram gado lá e o Amadeus [presidente da Associação] quer tirar. Vai dar morte... Nós aqui não temos problemas com os vizinhos [São comuns brigas por galinhas e porcos soltos que estragam as hortas, sujaram o quintal alheio etc].

Não peguei recursos no crédito do Grupo A/C porque eu acho que a produção não paga o adubo, a terra é fraca.

Não entrei nem vou participar dessa roça comunitária que estão organizando: só sai confusão; na primeira roça deu problema porque quem não estava na hora não colheu.

No caso da área da Reserva um ex-presidente da associação estimulou que entrassem e cortassem o lote na corda. Eu quase troquei o lote em cima por um no Paraná... para mim os lotes do pé da serra são iguais aos da agrovila”.

Perguntados sobre o que poderia ser feito para melhorar a renda no PA, um pai falou da instalação do poço artesiano que o Incra prometeu, e outro falou na criação de suínos. Interessante notar como os agricultores mostraram certa dificuldade de priorizar demandas, e de fazer projetos e prospeções de longo prazo, o que poderia ser explicado, em parte, pelo envolvimento e necessidade da luta diária pela sobrevivência.

Indagados sobre sindicalização foi constatado que metade dos entrevistados são sindicalizados no STR de SJA, e metade não, sugerindo despolitização e baixo capital social que resultam em redes de poder frágeis já que seus recursos de poder – principalmente legitimidade e reputação – são escassos. Cumpre lembrar que foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Planaltina de Goiás) que liderou a organização do atual grupo de assentados na reivindicação pela desapropriação da Fazenda União, atual PA “Santa Maria”.

5.4 - Depoimentos com atores do Município e Região

5.4.1 - Empresário de São João da Aliança

“Sou analfabeto e passei dos cinqüenta. Eu vendi 7 ha no Rio Grande do Sul e comprei 1500 ha de cerrado no Município de Água Fria em 1980. Quando eu cheguei aqui as fazendas não eram cercadas e o gado era criado solto, controlado só na marca, grandes e pequenos fazendeiros, tudo misturado. Anos depois, apareceram uns militares dizendo que eram os donos da terra, o cara que vendeu para mim, também vendeu para eles. Quando o juiz me chamou para discutir, vi que ele estava vendido para eles. Desisti porque vi que não ia levar a lugar nenhum. Aqui os cartórios fazem documento de qualquer jeito, tanto em São João como em Formosa; agora que o Governo de Goiás está regularizando as terras.

Ainda tenho terra, plantei soja durante muitos anos, mas depois troquei pela minha atividade comercial. Cheguei a trocar tiro com um vagabundo que arrendou minha terra de um vigarista que dizia que era dono. Hoje as coisas estão mais calmas, mas eu continuo com processos de terra na Justiça.

As terras lá embaixo [refere-se ao Vão do Paranã, onde está o PA “Santa Maria”] são muito ruins...você viu, né? As terras mais para cima [Município de Flores] são melhores, tem terra de mata.

O que movimenta mais a economia é a agricultura e pecuária aqui em cima na Chapada. Tem mais de 90 pivôs de irrigação. Os gaúchos continuam vindo para cá plantar soja; agora pararam um pouco por causa da crise dos grãos.

O pessoal falava que aqui em SJA o turismo tinha futuro. O turismo acabou com os governos do FHC e do Lula, os salários dos funcionários públicos caíram muito. Os turistas que vem por aqui querem gastar 5 reais por dia. Quem investiu em hotelaria para turista não tem margem.

Acho que a RA está gastando um mundo de dinheiro para sustentar vagabundo; é como este programa da bolsa família, ninguém mais trabalha...

Os assentados são uns vagabundos, pegaram o dinheiro do Pronaf e compraram carros velhos em vez de comprar vaca e semente para a produção. Os carros quebravam aqui na estrada e eles vinham pedir para deixar os carros no meu pátio. Não deixava porque senão aqui ia virar um ferro velho. Muitos já venderam os lotes e foram embora: no PA Mingau de 79 assentados sobraram 9... . Depois de receber o crédito eles ‘vendiam’ [na verdade passavam o ponto, já que os lotes continuam em nome do INCRA] o lote por 2 mil reais, e voltava para a região de Brasília de onde veio a maioria. Lá embaixo quando os assentados acabarem com a madeira vão todos embora. Aquele projeto de irrigação é uma mentira, um monte de políticos desviaram dinheiro desde 80 e ele nunca fica pronto.

Os políticos daqui também não prestam. Eles só pensam no voto, e não na cidade. Teve mais de um vereador que transferiu o título de cerca de 180 calungas [quilombolas da região da Chapada] e se elegeu. Nós [ele e outros empresários] apoiamos um prefeito passado e ele só roubou, são todos iguais”.

Este depoimento chama a atenção para as mudanças muito recentes na apropriação e ocupação das terras em SJA. O sistema técnico da pecuária extensiva mudou com a vinda da soja (e seu novo sistema técnico) resultando numa nova inserção de SJA na Divisão territorial do trabalho a partir da década de 80, como nova fronteira de expansão da soja no Estado de Goiás. As propriedades passam a ser cercadas e de uso individual; os novos fazendeiros pressionam o Estado para a regularização das terras e de sua documentação de propriedade.

A região continua a atrair gaúchos, pois ainda há muito cerrado em pé e áreas de pecuária que podem ser reconvertidas para o plantio de soja e grãos. O processo de regularização das terras que está sendo executado pelo Governo de Goiás, deverá resolver o problema da falta de titulação definitiva, que aumenta o risco da propriedade, e que é considerado como um dos principais limitantes para atração de investidores rurais e agroindustriais.

Um outro aspecto interessante é o preconceito do depoente com os assentados. Não que não sejam verdadeiras boa parte das informações que deu; mas certamente nem todos assentados (ou qualquer outro segmento social) são iguais, e mereçam um julgamento único, como o dele. Interessante que o depoente, atualmente um empresário bem sucedido, na origem foi agricultor familiar tradicional do sul do país; nem por isto mostrou nenhuma simpatia ou identidade para com os assentados (há que se considerar também a tradicional rejeição das populações nordestinas e pobres por parte da população das regiões mais ricas do país). Esse comportamento limita a construção de comunidades políticas territoriais que precisam um ambiente favorável de cooperação e ação coletiva voltada ao desenvolvimento local, no entender de Paulillo (2000).

5.4.2 - Dono de uma pequena oficina mecânica

“Sou mineiro, de Carmo de Minas, e estou por aqui desde 1985. Acho os assentamentos importantes porque o município é vazio, precisa de gente. Acho bom trazer gente dos entornos das grandes cidades para desenvolver a região. Eu sei que tem proprietários, muitos gaúchos que falam que os assentados não prestam, que desviam dinheiro. Tenho uma chácara e sei como é difícil produzir em área pequena e com pouco

dinheiro. Os gaúchos cansaram de desviar dinheiro do crédito rural para comprar camioneta em vez de por calcário na terra. Depois pediam Proagro [seguro rural], compravam o fiscal... Têm assentados trabalhadores sim. Eles vem vender verduras aqui na cidade. Eles são clientes meus, trazem seus carros velhos para a gente dar uma remendada. Pagam direito e eles têm crédito comigo, e no comércio daqui. O povo da cidade gosta deles”.

Diferente do comerciante gaúcho cujo comércio independe dos assentados, o pequeno comerciante que presta serviços aos assentados, acha que a região se beneficia com eles, com o povoamento do município. Este depoente, um pequeno empresário e produtor rural, se mostrou muito mais aberto (também é parte interessada) em incluir os assentados num projeto de coalizão de interesses, que poderia contribuir para a formação de uma comunidade política territorial.

5.4.3 - Prefeito de São João da Aliança, Sr. Mário

“Sou nativo de São João que é minha terra e tenho muito apreço pelo nosso município. Nós tentamos ajudar os assentamentos com saúde e educação. Temos agentes de saúde nos assentamentos, dois no Pa “Santa Maria” e dois no Distrito do Forte, também lá no Paranã. A partir de 31 de dezembro os agentes passam a ser escolhidos por concurso (hoje são comissionados). Estamos implantando uma ficha tipo SUCAM nas portas da casa, para documentar a presença dos agentes e facilitar o monitoramento nosso e dos beneficiários.

Na educação ninguém fez mais no município. Arrumei a escola do PA “Santa Maria” – troquei janelas para melhorar ventilação, arrumei os dois sanitários, reboquei todo o prédio, contratei os professores e instalamos o nível médio. Pus uma perua para recolher os alunos. Ninguém ficou sem escola como no governo passado.

Pedi 7 orelhões para a Telebrasil destinados ao Vão do Paranã: saiu um para o PA “Santa Maria” e outro para o Forte.

Ajudamos um pouco os assentados com duas patrulhas mecânicas com implementos para preparo do solo. Agora nas chuvas, vamos colaborar na roça comunitária. Também disponibilizei um caminhão que traz os assentados para fazer a compra de mês na cidade e os leva de volta com os mantimentos. Nós temos muita dificuldade para prestar serviços à comunidade. Meu ICMS que se origina basicamente da agricultura, caiu de 103 milhões para 79 mil neste mês, mas não posso reclamar: Alto Paraíso [Município vizinho com pouca agricultura comercial] só arrecada 40 mil...

Vejo o futuro de SJA, como região próxima a Brasília, com vocação para a industrialização, pela necessária descentralização do DF, como ocorreu com São Paulo e outros centros. A irrigação será a grande solução no Vão do Paranã: fruticultura e arroz. São João se desenvolveu muito nos últimos 20 anos, com a agricultura, temos mais de 100 pivôs de irrigação, produzimos soja, milho e feijão o ano todo”.

Observamos que o prefeito atende os assentados de forma regular no seu gabinete, e que acompanha os assentados em suas reivindicações à Superintendência do INCRA em Brasília. Presenciamos a presença de assentados na sala de espera do Prefeito para audiências com ele. A assistência dada pela Prefeitura é importante e necessária, mas é tradicional e assistencialista. A Prefeitura não tem projetos de desenvolvimento, nem instâncias institucionais que mobilizem a sociedade local, situação comum nos pequenos municípios.

A visão de futuro do Prefeito é pertinente ao movimento dos empresários, que estão investindo em atividades integradas ao mercado do DF, integrando SJA a divisão territorial do trabalho do DFE, noção utilizada por Harvey (2004) e Santos (2001).

5.4.4 - Sr. Eurípedes, técnico do CONTRADEF (Assistência Técnica aos assentamentos do MST)

“Sou técnico agrícola e estou há 1,5 anos aqui na região, onde somos contratados pelo INCRA para dar assistência técnica. Em SJA dou assistência ao PA “Mingau” aqui na Chapada. Nossa brigada [como o MST chama os escritórios regionais de assistência técnica] trabalha com assentamentos aqui, em Água Fria e Padre Bernardo. Nosso lema do movimento é ‘primeiro encher o paiol de alimentos para depois vender’. A garantia do sustento [subsistência] é um lucro, porque evita gastar com o comércio. Nossa filosofia é que o assentado não precisa trabalhar fora.

Nosso trabalho atual é fazer os PDR, Planos de Recuperação dos Assentamentos [nomenclatura utilizada pelo INCRA]; já fizemos no PA “Mingau”. Lá eles têm o sustento garantido: arroz, feijão, milho, porco, galinha e farinha. Mas tem uns assentados que ‘são vagabundos’, não plantam e procuram trabalho fora. Muitos assentados têm casa na cidade, mas moram no PA.

Ainda não trabalhamos um projeto com os jovens. Muitos deles reclamam que os pais não dão espaço para eles; muitos jovens saíram do assentamento estimulados pelos pais, para estudar. Nós estamos querendo criar uma escola de 2º grau no PA “Mingau” para que os jovens

fiquem lá, não indo para as cidades, correndo o risco de ‘serem adotados’ por traficantes. Vamos estimular o Pronaf Jovem”.

Chama a atenção, a motivação ideológica do projeto da agricultura de subsistência. Ela trabalha a idéia da autonomia da vida camponesa, e o isolamento das comunidades camponesas tradicionais, traços destacados por Martins (2003). O trabalho fora da parcela é julgado como condenável, porque é entendido exclusivamente como uma negação da identidade camponesa, e não como uma atividade não agrícola que pode ser inclusiva e ajudar na qualidade de vida dos assentados. Ocorre que os assentados não são mais ‘camponeses puros’ - daí nossa idéia de chamá-los de ‘quase-camponeses’- já que as condições tradicionais de reprodução mudaram nos novos contextos histórico-geográficos do desenvolvimento capitalista no campo, como destacam Martins (2003) e Harvey (2005).

A concepção ideológica de camponês expressa pelo técnico entrevistado é a da resistência camponesa ao capitalismo pela produção não mercantil e a valorização do seu estilo de vida tradicional. Isto os colocaria no campo das forças sociais dos excluídos, base para uma agenda política anti-globalização e anti-capitalista, como assinala Martins (2003).

É verdade que muitos assentados, como já relatamos, consideram-se satisfeitos com a garantia da subsistência. Ocorre que os filhos que estão estudando (e esta é uma tendência geral) desejam uma vida profissional mais articulada ao conhecimento, querem ter renda, ascensão social e participar da sociedade de consumo, condições que a agricultura de subsistência não tem condições de oferecer.

5.4.5 - Dois jovens do PA “Mingau”, funcionários do STR de São João

“A maioria dos jovens rurais que fizeram o 2º grau saíram para Brasília ou até para SJA onde trabalham para fazendeiros, que é o que existe. Não temos contatos com os jovens dos outros 6 assentamentos do Município, que estão na maioria lá no Vão do Paranã. Foi tentado criar um grupo de mulheres no nosso PA, mas não vingou. Nós nunca pensamos em criar um grupo de jovens rurais lá no assentamento.

Se os jovens rurais teriam interesses em fazer cursos voltados à agricultura? Acho que sim, não sei. Houve seleção para o Curso Técnico em Meio Ambiente, por alternância, lá na Agrotécnica de Unai. Só um se candidatou [foi selecionado] de uns 15 que tinham o 2º NM completo, condição exigida para fazer o curso”.

O primeiro destaque é para o isolamento dos jovens rurais (e dos assentados em geral): os jovens rurais dos assentamentos não se relacionam, e nem conhecem os jovens rurais dos

outros PA. Assim seu círculo de relações fica limitado as experiências no território de seu assentamento.

Outro fato, aparentemente estranho, é o desinteresse dos jovens em freqüentar o Curso Técnico de Meio Ambiente em Unaí. Só uma pesquisa poderia esclarecê-lo.

5.4.6 - Um diretor do STR de Flores de Goiás, um assentado do município e um técnico agrícola (jovens rurais)

Este encontro ocorreu em nossa visita ao STR de Flores onde participaram: um assentado que é diretor do STR, que trataremos como DR; um assentado (AS) e um filho de assentado que fez o Curso Agrotécnico em Unaí destinados aos jovens rurais dos assentamentos, que trataremos por ‘Jovens rurais T’. As falas são respostas às perguntas do pesquisador, que não aparecem no texto, justificando como as falas de repente mudam de assunto.

O Município de Flores é vizinho de SJA, fica no Vão do Paranã, e os assentados são mais da metade da população de 13 mil habitantes do Município. Ficamos sabendo que no município existe uma rádio comunitária dirigida por um assentado, com o sugestivo nome de “Justiça”.

DR: “Os assentamentos daqui foram feitos na negociação, sem conflito e invasão. Nós acampamos mas a terra era negociada. Hoje nós estamos formando 3 novos assentamentos. O INCRA não quer mais que acampe, e nós só vamos entrar quando tiver alguma estrutura, para não parecer que estamos acampados na área, parecendo uma favela rural.

Estamos também trabalhando com o antigo Banco da Terra que não deu certo (atualmente Programa de Crédito Fundiário). Hoje o grupo precisa estar consciente que tem 40 mil reais para a terra e infra-estrutura. Mas hoje o STR participa, a Agência Rural avalia a terra, impedindo que terra que valia 10 mil por alqueire fosse superfaturada por 20 mil, como aconteceu.

É duro organizar assentados em cooperativas e associações. Tem gente de todo lugar que vem para cá: interior da Bahia, de Brasília.... Cada um vem com uma experiência e uma idéia diferente. O assentado da Bahia fala; ‘Por que vou por adubo na mandioca, se nunca fiz isto na Bahia?’ Só que aqui se não adubar não dá mandioca...”

Jovens rurais T: “É muito difícil trabalhar a técnica com os assentados, porque eles acham que já sabem tudo, e cada um quer fazer do seu jeito. Eu peguei o Pronaf Jovem, 6 mil reais para plantar 0,5 ha de maracujá. Só que concluí que os 6000 kg que iria colher, não pagavam o frete, era inviável. Quando fiz o projeto estava acertado que ia ter um grupo de produtores, uma associação.”

DR: “A gente pretendia formar o grupo, muitos falavam que iam plantar, mas na hora, desistiram”

Jovens rurais T: “Peguei o dinheiro e comprei bezerros. Quando vender vou lucrar uns 1500 reais... O que aproveitei do curso? Hoje eu dou aula de matemática e informática na escola de NM do nosso assentamento, o PA “São Vicente”, onde moro com meus pais. No Pa temos 3 turmas fazendo faculdade à distância com aulas televisionadas em tempo real por satélite. É dado por uma faculdade do Paraná, que cobra 160 reais por mês”.

AS: “Acho que a assistência técnica está muito fraca. As ‘empresas do governo’[leia-se Agência Rural] quando fizeram os projetos para o Pronaf A recomendavam as atividades dos fazendeiros: gado de corte. A Agência Rural continua repetindo a receita. Com 30 ha a gente tem 30 cabeças, e de tempo em tempo vende um bezerro de 150 reais. Não dá.... Acho que a formação dos técnicos no curso em alternância em Unai foi fraco. Os Jovens rurais T [um rapaz e uma moça no caso comentado] não trouxeram conhecimento prático e novidade. Os jovens rurais também deviam desenvolver um projeto nos lotes dos pais, com o recurso do Pronaf.

Jovens rurais T: “Acho que o aluno é que faz a diferença. No caso da outra Jovem rural T ela não mostrou interesse, faltava muito...”

AS: “Uma das coisas que não podemos perder é a capacidade de sonhar. Muita gente perde, se acomoda. Quem não sonha passa a ser um perigo para a sociedade, passa a pensar em fazer besteira...[contravenção].

A desistência aqui nos assentamentos é de 50% a 60%. Muitos se endividaram e ‘venderam’ as benfeitorias para outros que entraram no lote. “Não tiveram persistência e vontade de enfrentar o trabalho”.

DR: Quando saiu o Pronaf A foi uma correria para o consumo. A pessoa estava acostumada a receber 300 reais por mês e de repente recebia 12 mil reais! Acho que é um erro do Incra fazer o crédito assim... .Ele gasta de saída 30% para o consumo. Passa um tempo ele gasta mais 30%. Quando vai ver sobrou muito pouco para investir no lote.

Os que ‘vendem’ o lote não se saem bem, porque ficam com o nome dependurado no SERASA para o resto da vida... [o empréstimo de 12 mil é bem superior aos valores de “venda” de 2 a 3 mil reais...].

AS: “Os assentados em Flores são mais da metade da população do município. Poderíamos eleger vários vereadores e até o prefeito. Mas não temos união e articulação para isto. Um dos projetos que estamos trabalhando é o plantio de mamona para fornecer para a Granol de Anápolis. Estamos pretendendo plantar 250 ha agora com as chuvas de novembro. Arrumamos recurso no MDA para alugar máquinas dos fazendeiros. Muitos estão colaborando; tem um vizinho do PA que é diplomata em Brasília que está abrindo portas para nós lá na capital...

Acho que nós precisamos desenvolver novos projetos. Acredito na fruticultura, piscicultura e até floricultura. Estamos perto de Brasília que tem a maior renda per capita do país.

Nós nos damos bem com os fazendeiros. Muitos estão até colaborando, alugando máquinas etc. O povo da cidade é que tem mais preconceitos dos assentados, mas está melhorando. A Prefeita – é do PL com um vice do PT, que apoiamos – é que não nos ajuda, porque somos de esquerda. Ela brigou com o vice e agora com a gente, ela não gosta da gente. A prefeitura não tem nem Secretaria da Agricultura.

Acho que a diversidade da origem dos assentados não deve ser considerado um problema como o DR colocou, quando sugere que o INCRA deveria fazer uma seleção procurando grupos homogêneos. Acho que as ações é que deveriam ter orientação para a aproximação dos diferentes grupos e suas realidades”.

5.4.7 - Técnicos da Agência Rural que dão assistência ao PA “Santa Maria”

Nesse depoimento participaram um engenheiro agrônomo, uma zootecnista e dois técnicos agrícolas do escritório de SJA da Agência Rural, contratados pelo INCRA para assistir o PA pesquisado.

“Nós trabalhamos com o PA há pouco mais de um ano. Pelos nossos levantamentos existem 50 famílias que plantam regularmente, 20 que plantam eventualmente, 80 que criam gado e 30 que não plantam nada. Cerca de 10 lotes têm donos externos, e às vezes lá mora um empregado. O INCRA está regularizando a situação. Praticamente todos têm a subsistência garantida: arroz, feijão, mandioca, galinha, leite....

O PA tem limitações de solo, onde predominam solos rasos, do tipo latossolo vermelho amarelo, com baixa infiltração e muita pedra.

Nossa orientação é estimular a pecuária, leite e bezerros, dadas as limitações de solo e clima (seco e baixa drenagem nas chuvas), além da subsistência. Não temos nenhum trabalho específico com os jovens ainda.

Estamos desenvolvendo o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento, na nomenclatura do INCRA) que deverá estar pronto até dezembro. Pretendemos fazer também o projeto de irrigação da agrovila. No PA já saiu o Pronaf A para quase todos assentados: 40 estão adimplentes e 90 inadimplentes, o que impossibilita a tomada de novos créditos”.

Chama atenção dos projetos trabalhados serem tradicionais, de subsistência, enquanto não há projetos pensando no futuro da irrigação e da diversificação. Como no outro caso da assistência técnica relatada, não se pensa em atividades não agrícolas, as mais demandadas pelos jovens conforme os resultados de nossa pesquisa.

5.4.8 - Secretário Municipal da Agricultura de SJA

“São João da Aliança tem muito poucas oportunidades profissionais para os jovens que concluem o NM”. Há umas poucas vagas no comércio, e o resto é na agricultura: colheita de feijão como diarista; assalariados nas plantações de soja e fazendas de pecuária, funcionários de agropecuárias. Por este motivo os jovens que se formam – rurais ou urbanos - geralmente vão para Brasília.

Nós na Secretaria não desenvolvemos nenhum trabalho específico com os jovens rurais. Apoiamos os PA com patrulhas mecânicas e ajudamos na mecanização nas roças comunitárias.

São João também não tem nenhuma estrutura específica de capacitação. O que temos feito é oferecer através do Sindicato Rural (O Secretário é o 1º Vice-Presidente) cursos do SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, como o de artesanato, apicultura, olericultura, doma, pecuária de leite, inseminação, operador de colhedeira etc. Na região dispomos faculdades particulares em Formosa como a Camburi, IESGO e, pública, a UEG

(Unidade da Universidade Estadual de Goiás), que oferecem cursos de licenciatura, sistemas de informação etc. Temos ainda os Colégios Técnicos Agrícolas (nível médio) em Formosa e Planaltina de Brasília, com cursos de agropecuária, veterinária e turismo rural

As demandas profissionais em SJA são por agrônomos e veterinários para trabalharem na área de venda de insumos e assistência, no setor de insumos das multinacionais. Hoje estes profissionais vêm todos de Formosa ou Brasília.

Nossa atuação em colegiados é variada. Sou vice-presidente do Sindicato Rural (patronal). Sou presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola que criamos em 2005 e estamos legalizando. Neste Conselho os assentados terão assento, e as reuniões serão trimestrais.

Sou o representante da Prefeitura no Conselho da Área de Proteção Ambiental do “Pouso Alto”, que envolve as áreas do entorno do Parque Nacional da “Chapada dos Veadeiros”; do Conselho Municipal de Meio Ambiente e, do Conselho Municipal de Segurança Pública. Também estou participando da formação do Território do Nordeste Goiano que abrangerá 9 municípios, e que faz parte das políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA.

Aqui em SJA temos o Sindicato Rural que é muito articulado e representativo. Existe também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que ainda está se fortalecendo.

As inovações recentes mais importantes em SJA foram o plantio direto da soja em mais de 98% da área; e a cooperativa de pequenos produtores que está sendo organizada no Distrito da “Pedra de Amolar” próximo a região do PA “Mingau”. Lá eles vão construir um frigorífico para o Projeto de Galinha Caipira, e vão prestar serviços de abate de ovinos e caprinos. Já conseguiram recursos do MDA para as obras.

Tenho poucas relações profissionais com Brasília, a Superintendência do INCRA é onde mais vou. Em Goiânia mantenho contato com o SEBRAE; a Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG; a Agrodefesa da Secretaria Estadual da Agricultura; a Agência Rural em função do Projeto de Georeferenciamento e Regularização Fundiária aqui de SJA, e o SENAR.

Qual o futuro de São João? Não sou muito otimista com o desenvolvimento de SJA e região. A APA do “Pouso Alto” possui 82 mil ha aqui no município, onde tínhamos 6 mil ha disponíveis para abertura de áreas para a soja e outros 6 mil ha para formação de pastagens, que ficarão congeladas. Tínhamos como objetivo do município ter 20 mil ha de soja e/ou grãos, agora ficou difícil. Esta APA foi empurrada goela abaixo pelo Governo do Estado, que aproveitou nossas terras não regularizadas para não precisar indenizar estas propriedades.

Estamos trazendo a SADIA para cá onde instalaremos 4 núcleos de produção de ovos férteis para reprodução de pintos de um dia para o DFE. Deverão ser investidos ao redor de 4 milhões de reais envolvendo 40 empresários, a maior parte produtores de soja. Também há sinalizações de interessados em implantar usinas de açúcar e álcool. A pecuária também está integrando cada vez mais suas atividades com as plantações de grãos a nível de propriedade. Assim há uma tendência de diversificação das atividades do município.

Não vejo o turismo como uma atividade econômica potencial, porque falta público para alavancar a atividade.

A olericultura já foi mais importante, hoje ela se reduziu. Os custos do frete e a restrição fiscal do DF tornam quase impraticável o abastecimento lá no CEASA. O carvão vegetal há 3 anos deixou de existir, tanto por restrições ambientais (não concessão de licenças), como pelo problema da regularização fundiária. Lá no Vão do Paranã ainda são freqüentes as coletas de fava, baru, palmeira para vassoura: saem carretas carregadas.

Na região não temos nomes próprios nos representando no Congresso Nacional até porque somos uma região pouco populosa. Os deputados federais mais presentes na região são o Deputado Pedro Chaves e o deputado Jovair Arantes. Os deputados estaduais são o Ernesto Roller e o Isso Moreira”.

O Secretário é um pequeno produtor de grãos com interesses na produção comercial. Suas redes de relações estão vinculadas às entidades setoriais do setor agrícola das commodities. Sua rede institucional de relações está ligada mais fortemente a Goiânia onde tem relações nas diferentes áreas setoriais ou com interfaces com a agricultura. Não tem iniciativas de caráter regional, nem projetos para a região do Vão do Paranã. Embora egresso da agricultura familiar do Sul, de onde migrou, é céptico ao desenvolvimento dos assentamentos, embora dê apoio as suas demandas, como cursos e roças comunitárias, sendo reconhecido por isto pela Associação dos assentados.

5.4.9 - Produtor de Soja

“Eu vim do Paraná em 1980. Com o dinheiro da venda de pouca terra lá, comprei uma área de 250 ha. Desde aquela época tem vindo direto produtores de soja do Sul para cá, porque aqui ainda tem áreas para abertura de propriedades, é uma fronteira. A fluxo só não é maior porque sempre há crises de preços nas commodities e daí a coisa para um pouco. Outro problema muito sério é a falta de titulação definitiva que afugenta o investimento e atrapalha, de certa forma a obtenção de créditos de investimento e custeio. Hoje a agricultura aqui já é

muito dinâmica na área de grãos, soja, feijão e milho, onde já temos quase 100 pivôs, e plantamos feijão e milho o ano inteiro. Nossa produtividade vem melhorando sempre, com o plantio direto, e mais recentemente, com o plantio de soja transgênica que já representa cerca de 80% da área plantada.

O apoio da assistência técnica é garantida pelas grandes empresas multinacionais de insumos, Bungue, BASF, Monsanto etc, que possuem representantes que cobrem as áreas de soja daqui e de Água Fria e um pouco de Alto Paraíso, que são as regiões produtoras de soja aqui no Nordeste Goiano. A mesma coisa acontece com tratores, colhedeiças, equipamentos de irrigação e sementes. Somos também produtores informais de semente de soja para o Mato Grosso, porque nosso clima ajuda nos problemas sanitários e somos ainda uma área bem isolada.

Para a venda da soja também não temos problemas porque temos aqui em SJA e em Água Fria a Cooperativa e os silos dos compradores particulares como os da Granol e outros. Há também corretores em Formosa e Brasília para comprar nossa soja. As empresas compradoras também financiam a produção com o compromisso de venda, e as de insumo, a base da troca com o grão. No caso do milho vendemos direto para granjeiros do Nordeste que já são nossos clientes. Os caminhões carregam direto da colhedeira e vão para lá.

A pecuária também é atendida pelas empresas de insumos e máquinas. Na região há frigoríficos em Formosa e Sobradinho, mas sai boi para vários lugares de Goiás e até São Paulo. A região do Vão do Paranã fornece bezerros para a Chapada criar e engordar, mas é preciso trazer mais bezerros de fora para a recria e engorda.

Nós produtores de grãos somos um setor que se relaciona no dia a dia quase que exclusivamente com a iniciativa privada. Do governo nós dependemos mais das políticas econômicas: câmbio, taxa de juros, regulamentações de exportação, impostos e poder aquisitivo da população. A única atividade específica de governo na agricultura que nos afeta é o controle sanitário, como o da ferrugem asiática”.

O produtor tem uma inserção de relações ligadas a suas entidades de classe e aos nexos da cadeia de grãos, principalmente da soja. Acompanha o mercado de grãos mundial, estando conectado com o que ocorre no mundo, já que este grão é totalmente dependente das lógicas competitivas do mercado global, estando aí localizados seus campo de interesses.

5.4.10 - Secretária Municipal da Educação

“A perspectiva profissional dos jovens graduados no NM em São João é frustrante, porque não temos emprego, nem programas de emprego. Os fluxos vão para Brasília e Formosa, tanto para trabalhar como para estudar.

A Prefeitura disponibiliza um ônibus que leva 32 jovens que vão fazer faculdade em Formosa. A demanda seria muito maior mas não temos capacidade de atendê-la. Há 6 anos existe este serviço. Além destes jovens há mais 21 que freqüentam as faculdades daquela cidade: Licenciatura na UEG; Camburi (Turismo e Administração de Empresas); IESGO (Hotelaria, Enfermagem, Administração, Serviços Executivos).

Nossa Secretaria tem uma atuação grande nas escolas rurais. Temos 14 escolas rurais e em 5 adotamos a pedagogia do Programa “Escola Ativa” do MEC. Elas são voltadas ao período da 1ª à 4ª séries, tendo toda uma orientação pedagógica participativa e construtivista, onde o professor tem um papel de mediador. A melhor escola ativa nossa é do PA “Palmital”; a do PA “Santa Maria” é média. Hoje podemos dizer que não há diferença na qualidade do ensino na cidade e na zona rural.

Na cidade a Secretaria financia uma turma de pedagogia aos professores do quadro, através de um convênio com a Faculdade ULBRA, que fornece o curso através de transmissões de televisão por satélite. Há mais uma outra turma de alunos particulares fazendo faculdade por satélite aqui em SJA. Infelizmente (pelas dificuldades materiais dos pequenos municípios) os alunos preferem se deslocar e assistir aulas tradicionais.

Nós temos várias dificuldades na escola do PA “Santa Maria”. Fizemos concurso para professores, mas não conseguimos preencher 3 vagas. Poucos se dispõem a morar lá, e é impraticável a ida e vinda para a cidade, porque a estrada de serra é ruim e o custo alto. A comunidade do PA também é pouco participativa e nossos professores muitas vezes têm dificuldades para receber apoios dos pais, que não assumem o papel da comunidade na escola. Na escola do Distrito da “Pedra de Amolar”, por exemplo, existem concursos e feiras culturais, esportivas etc. No PA “Santa Maria” ainda há muitos problemas de violência (existem alunos violentos explícitos) com os professores [em um dos dias que estivemos lá um professor estava sendo ameaçado de morte por um irmão de aluno por motivo fútil...]. Há muito histórico prisional nas relações familiares dos assentados [já comentamos 3 homicídios ocorridos no PA em 2006].

As oportunidades de trabalho no município estão no ecoturismo, empregos na Prefeitura e agricultura, principalmente plantio e colheita.

Não temos estruturas de ensino profissionalizante aqui. Tivemos um curso de guias turísticos dado pela organização não-governamental, Bioma do Cerrado, mas só formou uma

turma. Temos cursos oferecidos pelo SEBRAE: relações públicas, culinária, atendimento ao público, que são muito demandados. A ONG Capetinga também oferece cursos de inclusão digital financiados pela Fundação do Banco do Brasil.

Participo nos conselhos tradicionais ligados à educação: Conselho do FUNDEF; Conselho da Merenda Escolar; Conselho do Transporte Escolar. Estamos reformulando o Conselho Municipal de Educação. Os assentados participam, e suas principais reivindicações são espaço físico e carreira para os professores rurais.

Nosso foco tem sido a melhoria do material pedagógico, ampliação dos equipamentos de vídeo/televisão e laboratório de informática. Nossas escolas não têm nenhuma atuação na orientação profissional. As escolas estaduais estão começando a fazer testes vocacionais. Não trabalhamos a questão das vocações regionais, que são mais abordadas na Escola Ativa.

Quanto à associação da educação profissional junto a formação de NM e do Programa de Educação de Jovens e Adultos, ela não chegou à região, ainda não saiu do discurso. Temos reuniões regionais regulares de Secretários Municipais de Educação em Formosa, e nada foi ventilado neste sentido”.

A secretária embora tenha uma atuação setorial, mostrou sensibilidade social com as dificuldades dos jovens assentados. Mostrou também bastante articulação com agentes das redes de educação estadual e federal, e conhecimento das propostas e políticas de educação profissional. A regularidade de encontros regionais dos secretários municipais, reforçam a idéia da existência de capital social nas redes de educação do país.

5.4.11 - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Aliança e Técnico formado em Unai

“Vim de Jandáia do Sul, norte do Paraná, onde era arrendatário de café e algodão, e cheguei aqui há 20 anos. Acho que o futuro dos jovens rurais dependerá de oportunidades de renda ligadas ao uso de tecnologia. Aqui falta assistência técnica. A experiência do Pronaf A foi ruim: técnicos impuseram a pecuária em pasto nativo. Vendedores empurraram gado ruim, e depois os açougueiros compraram barato o gado magro que estava morrendo de fome. Os assentados ficaram inadimplentes.

Pretende organizar grupos de jovens e de mulheres nos assentamentos. Quanto às reivindicações dos jovens vamos reuni-los e ouvi-los, para desenvolver os projetos que desejarem.

Hoje os jovens rurais formados poderiam trabalhar na assistência técnica nos assentamentos; como diarista na agricultura; trabalho no comércio; ou desenvolver projeto na parcela do pai.

Não temos estrutura específica de capacitação, mas temos tido várias oportunidades: o curso de guias e a formação da AGEMA, associação de guias em ecoturismo de SJA; o SEBRAE/GO deu um curso sobre como formar uma associação; tivemos o Curso Agrotécnico em alternância para filhos de assentados em Unai, e agora estamos tendo lá o de técnico em meio ambiente; o SENAR tem disponibilizado cursos em função da demanda dos assentados; o SEBRAE dá cursos para trabalhar no comércio; a Agência de Desenvolvimento Capetinga dá cursos de informática.

Eu participo do Conselho de Desenvolvimento Agrícola, que até agora só teve duas reuniões, e do Conselho Municipal de Educação.

Aqui em SJA não tem havido muitas inovações. Acho que as principais são as Associações de bairro do Jatobá e da Vereda que estão organizando os agricultores, criaram horta comunitária e uma pequena indústria de produtos do cerrado.

Não tenho muitos contatos em Brasília, eles se limitam praticamente as reuniões da FETRADEFE, Federação dos Trabalhadores do Distrito Federal e Entorno, filiada a CONTAG.

As vocações do município são o cooperativismo, pecuária de corte e leite, pequenos animais e turismo rural e ecológico.

Em termos gerais os assentados são vistos com preconceito, como pobres, mas nas relações diárias não têm problema. Os impactos dos assentamentos são relativos: eles não afetaram muito a produção, e tiveram mais impacto no aumento da oferta de trabalho no campo. As relações com a cidade têm melhorado, inclusive com o Sindicato Patronal, onde está havendo mais cooperação.

Estamos trabalhando agora com o Programa de Crédito Fundiário do MDA, e estamos fazendo um projeto numa área vizinha do PA “Mingau” para 59 famílias. Estamos em conversações com uma área no Vão do Paranã, mas está difícil de arregimentar trabalhadores para aquela região. Um jovem formado em Unai está tomando crédito do Pronaf Jovem, para criar suínos.

Vemos neste depoimento que o STR não tem muita articulação nos diferentes segmentos da sociedade no município. As ações do STR também estão muito mais voltadas a região da Chapada que o Vão do Paranã. As redes de articulação do presidente parecem se restringir as suas organizações de classe, no município, e sua entidade sindical em Brasília.

5.4.12 - Produtor de Arroz

“Os gaúchos chegaram ao início da década de 80 para plantar arroz nas baixadas junto ao Rio Paranã. Em 1984 fundaram a Cooperflores com 18 agricultores. A região tem potencial limitado, os solos são muito pobres, com pH entre 3,5 e 4, classificados como latossolos. Numa camada de 1,5 metro é comum a presença de uma camada de pedra, que provoca problemas de drenagem. Na região chove 1000 mm por ano, e os veranicos são freqüentes, o que provoca riscos até para as culturas tradicionais de verão [milho, feijão, arroz de sequeiro, soja].

A idéia sempre foi produzir arroz para o mercado de Brasília e região. O arroz produzido é a agulhinha, mas é de 2ª, não se comparando ao arroz do Sul. Ele é embalado e distribuído na região.

O maior problema da produção era a irregularidade e baixa vazão do Rio Paranã, já que fazemos 2 ou mais plantios por ano. A idéia inicial dos produtores era represar o Paranã para irrigar por gravidade aproximadamente 6000 ha de arrozeiras que existiam na época. Uma firma do Rio de Janeiro, a Engesolo, fez um estudo e disse que o projeto como estava era inviável. Propôs uma barragem no lugar atual onde foi iniciado o projeto atual. A vazão atual se regularizou e aumentou em quase 5 vezes a que existia.

A maior vocação da região é o arroz, e os gaúchos têm tradição no manejo das arrozeiras. São produções de escala, e que atraem a migração dos produtores porque a terra é mais barata, e a região é bem localizada. Boa parte dos assentamentos junto ao Rio Paranã praticamente só prestam para a produção de arroz. Nas secas pode-se plantar alguma cultura de ciclo curto, como hortaliças ou frutas como melancia. Mas os assentados são descapitalizados, não tem tecnologia, plantam apenas para comer [subsistência], e também têm dificuldades para fazer projetos grandes. Essas áreas deles, chegando a água, vão acabar sendo arrendadas para nós plantarmos arroz, não vejo alternativa; é lógico que nós temos interesse nisso. Nós temos uma boa relação com os assentados, têm alguns que até trabalham nas plantações.

Alguns assentamentos em Flores nasceram de áreas de produção de arroz, onde os gaúchos quebraram, não conseguiam pagar as dívidas acumuladas com o Banco do Brasil. Os próprios produtores ofereceram as áreas para a RA, com apoio dos credores. Na época toda a irrigação era a base de óleo diesel, e o custo de produção acabou ficando inviável. Hoje todo o bombeamento é tocado à eletricidade, com subsídios para os produtores”.

O depoimento mostra como os arroteiros gaúchos interferiram, e interferem na região através de seu projeto territorial setorial, de duas maneiras. A primeira, a partir da migração para a região, ao substituir, parte da área que era ocupada por pecuária extremamente extensiva e de baixa renda, por uma agricultura moderna, de giro econômico rápido, já que plantam 2,5 safras de arroz por o ano. Suas redes de relações entretanto são externas às pequenas cidades, se conectando mais aos atacadistas de Brasília e região, aos fornecedores de insumos e apoio que vem dos centros maiores, onde estão os coordenadores da cadeia produtiva.

Num segundo momento mobilizam o Governo de Goiás, para a implantação de um projeto de regularização do Rio Paranã. Este projeto se desenvolve lentamente, em função das dificuldades orçamentárias.

Num momento de crise, nos anos de 1995 a 1997, alguns produtores se articulam e oferecem suas áreas para a RA, transformando a região do Vão do Paranã nos municípios de Flores de Goiás e São João da Aliança, numa das maiores concentrações de assentamentos do Estado de Goiás. Só no município de Flores, metade da população passou a ser de assentados! Atualmente novos produtores de arroz substituíram os desbravadores, mas a ocupação territorial volta a se expandir, agora já com anexação da área beneficiada pelo início do Projeto de Irrigação. A articulação continua para que o projeto tenha seqüência. No projeto de expansão do território já cogitam de usar as áreas de assentamento, reterritorializando-se nelas, já que alguns PA foram implantados em ‘propriedades desapropriadas’ que produziam arroz. Seu projeto territorial deverá mudar a paisagem, com o risco de tanto as áreas de assentamento como de pecuária, serem substituídas por grandes plantações de arroz, pouca gente, muitas máquinas, silos e aviões de pulverização, novas estradas e redes de energia elétrica constituindo-se nos novos fixos deste novo sistema técnico, dominado por novos atores, os grandes plantadores de arroz.

5.4.13 - Engenheiro da Empreiteira

“O Projeto de Irrigação Flores de Goiás” não é um projeto de irrigação mas de distribuição de água. Ele terá um canal de 109 km, que vai da atual barragem no Paranã até o Ribeirão dos Macacos, deixando uma área irrigável por gravidade de 27.500 ha, entre o canal

e o Rio Paranã. Nesta área encontram-se os PA de “Santa Maria”, “São Vicente” e “Bonsucesso”. No percurso do canal deverão ser feitas 8 barragens em diferentes córregos que descem da serra, perenizando-os, e garantindo o fornecimento e manejo da água necessária para manter a vazão do canal.

Embora o projeto estivesse previsto para 3 anos, a obra está bastante atrasada. Tivemos um problema de erosão no logradouro da barragem no Paranã que deverá consumir cerca de 30 milhões de reais. Numa perspectiva otimista, conseguiremos fechar a barragem do Córrego da Porteira, em março de 2008. Esta próxima etapa atende o PA “Santa Maria”. Com a barragem do Rio Paranã mudamos a vazão do rio de 4 para 20 metros cúbicos por segundo. O projeto vai disponibilizar água no canal que deverá então ser conduzida para as lavouras através de investimentos dos agricultores.

Pelos levantamentos feitos na área a ser irrigada, na fase da elaboração do projeto, a maior parte da área se prestará para o arroz inundado, principalmente nos locais dos plintossolos, solos do tipo hidromórficos que deixarão de estar permanentemente inundados. Nestas áreas, no período seco será possível plantios como melancia, melão ou hortaliças. Nas áreas mais altas, geralmente latossolos, será possível o desenvolvimento de fruticultura irrigada.

Estamos estudando a possibilidade de desenvolver uma distribuição de água para os lotes de agrovila do PA “Santa Maria” onde os produtores poderiam desenvolver uma agricultura mais intensiva”.

Neste relato vemos claramente como o objetivo do projeto está voltado aos grandes produtores de arroz, bem como estes atores estão articulados numa rede de poder que pressiona o Governo . Diferentemente dos projetos públicos de irrigação destinados aos agricultores familiares, onde o sistema irrigação também faz parte do projeto, neste caso, caberá ao agricultor, fazê-lo. Isto se constituirá num problema para os assentados, na maioria inadimplentes e descapitalizados. A iniciativa de toda articulação para o investimento público partiu dos empresários rurais, e seus frutos a eles se destinam; os assentados “pegam uma carona” que poderá ser bem aproveitada, desde que fortaleçam suas redes de poder participando nas definições do atual projeto territorial.

5.4.14 - Ex-Presidente da Câmara dos Vereadores

“O PA “Santa Maria” sempre tem candidatos a vereador, geralmente 3, já que eles são articulados pelos candidatos a prefeito. Assim os assentados se dividem, e não conseguem eleger um representante próprio para defender seus interesses”

Neste breve diálogo vemos como os assentados se comportam politicamente no processo eleitoral; por não terem unidade num projeto de desenvolvimento territorial coletivo, se dividem, numa relação oportunística de clientelismo eleitoral (ganham geralmente para isto), que reproduz o que ocorre no município. Esta é uma situação que parece prevalecer na maior parte dos assentamentos, principalmente quando não há grandes lideranças, ou engajamentos mais politizados, desde o movimento pela organização dos acampamentos. Mesmo em Flores, onde a organização sindical se mostrou muito mais engajada nos assentamentos, o mesmo fenômeno se repete.

Temos notícia da existência de vários assentados eleitos vereadores, e as vezes até prefeitos, espalhados pelo país.

5.4.15 - Pequenos episódios pré-eleitorais

Estávamos aguardando na sala de espera do Prefeito de SJA, com quem falaríamos, quando chega o presidente da Associação do PA “Santa Maria” que também iria conversar com o prefeito. Estávamos conversando, enquanto aguardávamos, quando sai da sala do prefeito um senhor que se dirige ao representante dos assentados: “Bom dia presidente! Olha estava mesmo precisando conversar com você. Olha, arrumei com uns amigos lá de Brasília, 120 mil litros de óleo diesel para usar em máquinas para atender as associações de agricultores... Você vai estar no assentamento esta semana? Passo por lá para combinarmos”. Posteriormente soube que se tratava de um ex-prefeito da cidade. Encontrei-o novamente na casa de um assentado, onde levou “santinhos” do seu candidato a deputado. Também tivemos informação que no PA havia um grupo de assentados “trabalhando” como cabos eleitorais para um deputado federal.

Estes rápidos episódios mostram uma das formas de integração – e do estabelecimentos de relações pessoais - dos assentados com o município: através do voto e das campanhas eleitorais. A maior parte dos assentados transferiu seus títulos eleitorais, e alguns, acabam se envolvendo no jogo eleitoral, estabelecendo redes de contato local. Como o PA “Santa Maria” tem uma concentração razoável de eleitores (cerca de 400), lá foi instalada uma seção eleitoral. Isto permite aos políticos, de certa forma, monitorar sua votação local. O Secretário da Agricultura foi taxativo: “lá eles votaram contra a gente, mas agora nos damos bem”.

5.4.16 - Especulando parcerias empresariais: movelaria

O objetivo de estabelecer contatos com empreendedores da movelaria de Brasília e Goiânia foi aferir a reação que eles teriam em estabelecer parcerias com o PA “Santa Maria” no Nordeste Goiano. Na feira de móveis do centro comercial Gilberto Salomão, em Brasília, conversamos com Tunico Lages um designer (é economista e foi operador de bolsa de valores) que procura na movelaria resgatar suas origens culturais, com as madeiras brasileiras disponíveis. Tunico trabalha com madeiras alternativas abundantes recomendadas pelo IBAMA, madeiras mortas do cerrado, madeiras de replantio e madeiras de demolição.

Perguntamos a Tunico Lages se ele se interessaria em criar uma linha de móveis com a grife comércio justo do Paranã (imaginando que isto traria aos assentados certa governança sobre a propriedade da marca), desenvolvendo uma oficina no PA. Tunico achou interessante e toparia discutir a idéia, observando que uma linha com este apelo facilitaria a exportação de móveis, principalmente para a Europa. Disse que poderia treinar os jovens na sua oficina em Valparaíso, Goiás. A formação dos jovens já é uma prática que adota, já que todos da sua equipe foram formados por ele. Perguntei se a movelaria não limitaria a ocupação aos jovens que não mostrassem habilidades especiais para a atividade. Ele disse que não, porque há uma grande divisão do trabalho: fase de processamento bruto da madeira, processamentos preliminares, corte das peças, lixa e polimento etc, que ocupariam trabalhos manuais sem qualificações especiais, o que permite uma ocupação de obra bastante significativa numa oficina de movelaria.

A Segunda entrevista foi com Roberto Magno, um engenheiro agrônomo que é proprietário da Embambu, em Goiânia. Roberto trabalha com objetos e móveis de bambu há vários anos tendo feito viagens de estudo na Índia e China, e participado de congressos no mundo todo. Também tem trabalhos acadêmicos sobre a planta. Propusemos ao Roberto o mesmo que apresentamos a Tunico Lages. Roberto reagiu favoravelmente a idéia. Disse que inclusive pertence a uma organização não governamental que faz trabalhos sociais. Achou interessante um trabalho no assentamento que começaria com o próprio plantio de bambu já que, diferentemente que do que as pessoas imaginam, as espécies utilizadas na movelaria são diferentes das nossas espécies nativas brasileiras.

Roberto disse que o trabalho com bambu permite linhas de montagem e redes de fornecedores como ocorre com a indústria automobilística. Na China a prática é muito comum: se formam redes onde um fabrica o pé da mesa, outro monta o tampo, outro faz a montagem etc. A bambuzeria (atividades com bambu) permite também incorporar ao trabalho

pessoas com diferentes níveis de habilidade. Atualmente , deu um exemplo, “há uma enorme demanda por espetinhos de bambu para churrasco, que continua descoberta...”.

Moraes Neto - ASN

5.4.17 - O Arranjo Produtivo Local de Leite em São Luis

Abaixo transcrevemos uma reportagem, no sentido de exemplificar as articulações de diferentes atores institucionais e privados num território goiano.



Agroindústria

08/02/2007

APL do leite de São Luís já mostra resultados

O objetivo do APL é o desenvolvimento sustentável, através do aumento da qualidade, da produtividade e da competitividade dos produtores de leite de 17 municípios da região

O APL reúne cinco mil produtores de leite, especialmente de micro e pequenas propriedades

Moraes Neto - ASN

Dilma Tavares - Brasília

Pelo menos um parente de cada um dos 37 integrantes da Associação de Produtores de Leite de São Luís de Montes Belos e Região (AproLeite), em Goiás, participam de cursos de formação universitária nas áreas de Agronegócios e Tecnologia em Laticínio ou de um curso técnico em bovinicultura de leite.

A avaliação é do presidente da associação, Jesus Camargo da Silva, que garante: os cursos já são resultado de gestões do Arranjo Produtivo Local (APL) de Lácteos da microrregião de São Luís de Montes Belos e representam o caminho para resolver um dos principais problemas dos produtores – a falta de técnicos especializados para profissionalizar a produção local.



"Nós ainda produzimos leite da forma que aprendemos com nossos pais, que aprenderam com nossos avós. Mas para crescer precisamos de técnicos especializados ajudando a profissionalizar a produção", diz Camargo. Para ele, os cursos já são um dos melhores resultados já produzidos pelo APL.

Esse APL foi estruturado há cerca de dois anos e meio, a partir de articulações do governo estadual e envolvimento de outros órgãos e instituições públicas, iniciativa privada e entidades de apoio, como o Sebrae. O objetivo é o desenvolvimento sustentável daquela região, especialmente a partir do aumento da qualidade, da produtividade e da competitividade das atividades agroindustriais leiteiras, que são uma das maiores potencialidades locais.

Hoje o APL reúne cinco mil produtores de leite, especialmente de micro e pequenas propriedades de dezoito municípios, incluindo São Luís de Montes Belos e os outros 17 da região. A mão-de-obra ocupada estimada é de mais de 12 mil pessoas. A produção diária atual é de 424 mil litros de leite. A meta é o incremento de 30% na produtividade leiteira nos períodos de entressafra em 2007 e mais 30% em 2008, inclusive para atender a demanda da indústria de laticínio local que processa, diariamente, 715 mil litros de leite, parte trazida de outras microrregiões. Outra meta é, até dezembro de 2008, um crescimento de 16% na receita bruta das indústrias do setor.

Para isso já foram desenvolvidas várias ações, incluindo a área de assistência técnica, uma vez que a ineficiência técnica do produtor foi um dos principais problemas registrados.

Esse trabalho envolve desde a recomposição, ampliação e capacitação do quadro técnico para atendimento aos produtores até cursos profissionalizantes, como o de 'Técnico em Bovinicultura de Leite' oferecido pela Secretaria de Educação do Estado para pessoas que atuam diretamente na área. Segundo Jesus Camargo, os cursos de Agronegócios e Tecnologia em Laticínio são oferecidos pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Recursos federais

Outra luta é a busca de recursos para colocar em prática as ações definidas pelos integrantes do APL para o seu desenvolvimento. Parte desse trabalho foi facilitada em dezembro passado, quando o APL teve seu Plano de Desenvolvimento aprovado pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, que funciona no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Isso significa que está entre os Arranjos que têm prioridade na obtenção de recursos do governo federal.

Segundo o gerente de Desenvolvimento do Oeste Goiano (da Secretaria de Desenvolvimento de Goiás), Benedito Cardoso Laureano, já estão definidas pelo menos três ações para as quais o APL buscará recursos junto ao governo federal.

Uma delas é a implantação de uma assistência técnica e gerencial especialmente desenhada para a atividade leiteira, uma inovação que aproveita a metodologia do Educampo, projeto do Sebrae que oferece capacitação tecnológica e gerencial para grupos de produtores rurais, e a experiência das empresas públicas como a Emater, para melhorar a eficiência e a competitividade dos empreendimentos.

As outras duas ações são a implantação de um Centro Tecnológico de Leite (CTL) na Fazenda-Escola da UEG, em São Luís, e a estruturação das instalações dessa fazenda-escola. Segundo Benedito, o CTL foi projetado e implementado pela Embrapa Gado de Leite e já conta, em sua estrutura, com um laticínio-escola que deve ser inaugurado em junho. O objetivo, agora, é conseguir recursos junto ao governo federal para a implantação de laboratórios de análises de leite e de produtos derivados.

Geor

Desde novembro de 2006, o projeto está sob a metodologia da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (Geor), desenvolvida pelo Sebrae para elaboração e gestão de projetos e que busca alcançar resultados práticos das ações definidas pelos integrantes do Arranjo, incluindo o monitoramento dessas iniciativas.

"Inicialmente estamos promovendo o aprendizado do grupo no sentido de trabalhar com a metodologia", conta o gestor do Projeto de Desenvolvimento Local do Sebrae em Goiás, Luiz Átila Montelo. "Essa metodologia nos permite ter uma visão do conjunto das ações a serem desenvolvidas em todo o APL, dando transparência às ações de cada parceiro e otimizando nosso esforço", assegura Benedito Cardoso. "O Sebrae é um grande parceiro, porque tem técnicos especializados para nos orientar", completa o produtor Jesus Camargo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretendeu contribuir para o entendimento dos processos de construção dos projetos territoriais dos jovens rurais a partir das possibilidades que eles passam a ter (ou não) caso atuem como protagonistas efetivos no programa de reforma agrária, num território com especificidades histórico-geográficas. Estarão esses jovens rurais, integrados ao projeto territorial do assentamento, ou tenderão migrar para outras regiões, principalmente Brasília e Goiânia? Em que proporções? Como estão se dando às relações entre os projetos dos pais e dos filhos e filhas? Que tipos de relações os jovens e os assentados têm com a região?

Estas respostas são importantes para prognosticar o futuro dos assentamentos, e da sua reprodução (que chamamos no trabalho de quase-camponesa), que com certeza terá que se adaptar as novas divisões territoriais do trabalho, mais intensivas e dinâmicas, que parecem ocorrer Vão do Paranã. De qualquer forma, os jovens rurais demandam oportunidades de ocupação e renda incapazes de serem atendidas pelos sistemas técnicos da produção exclusivamente de subsistência praticadas pelos seus pais.

Por outro lado, o processo de reterritorialização que se iniciou com a implantação do Projeto de Irrigação de Flores de Goiás deverá elevar a renda e, por conseqüência, o preço da terra, tendendo a “expulsar” os agricultores tradicionais pelos mecanismos de mercado, como quase sempre ocorreu na história agrária brasileira. Este parece ser um dilema dos assentados no futuro próximo: ou se modernizarem ou então envelhecerem sem deixar sucessores, vender seus lotes e voltarem para a cidade....

(1) No estudo de campo concluímos que a maioria dos jovens entrevistados (61%) que estão estudando no nível médio pretende desenvolver seus projetos profissionais e de vida, no campo, hipótese de nosso trabalho.

(2) Todos os jovens que apresentaram predisposição a desenvolver atividades agrícolas responderam que não o fariam para manter as atividades agrícolas de subsistência e falta de renda de seus pais.

(3) A pesquisa de campo também mostrou diferenças notáveis entre gênero: os projetos dos rapazes são muito mais rurais (86%) do que o das moças, que são majoritariamente urbanos (55%), tendência apontada pelos filhos dos agricultores familiares pesquisados no sudoeste catarinense e em algumas regiões da França. A tendência a masculinização no PA parece ser uma realidade, a exemplo do que já vem ocorrendo na agricultura familiar em geral. Essa situação pode estar ocorrendo também na maior parte dos assentamentos da reforma agrária (também não foram observadas na amostra pesquisada, moças solteiras com 21 anos, ou mais, morando no assentamento).

O trabalho de campo apontou que a migração maior das moças deveu-se a dois fatores principais: falta de emprego e o papel subalterno reservado a elas nas atividades do campo. A maioria das moças (55%) argumentou que pretendem ir para cidade em busca de trabalho, que não existe no PA. O trabalho subalterno também parece ter tido sua influência: a maioria (74%) só trabalha nos serviços da casa e do quintal; parte expressiva (36%) não participa ou não têm interesse pela agricultura, mostrando que as relações intrafamiliares ainda mantêm hierarquização, colocando as mulheres num segundo plano.

A pesquisa mostrou que os pais gostariam que seus filhos permanecessem no PA (mesmo reconhecendo dificuldades de trabalho e renda). Mostraram também desconhecer o projeto profissional dos filhos (75% dos pais). A maioria deles (75%) também nunca discutiu o problema da sucessão com os filhos.

O levantamento mostrou uma visão pouco empreendedora e protagonista entre os assentados do PA. Nenhuma família entrevistada estimulou os filhos a desenvolver alguma atividade (econômica) própria no lote. Normalmente os pais estimulam que os filhos prestem serviço fora (mesmo havendo pouca demanda local), para ajudar na renda familiar, na época que não há serviço no lote. A visão urbana do emprego e do assalariamento prevaleceu francamente nas respostas. Por outro lado, nosso levantamento de campo mostrou que esta situação é diferente entre os jovens assentados de Flores de Goiás, e mesmo entre jovens do PA “Mingau” em SJA, que estavam recorrendo ao PRONAF Jovem para desenvolver empreendimentos próprios.

(4) O estudo observou que a maioria dos jovens que pretendem viver no meio rural, desejam desenvolver atividades não agrícolas (64%); a maioria (71% deles) em carreiras das ciências agrárias e nas redes de ensino básico público. Outros 27% dos jovens deverão ficar no campo (com atividades agrícolas e não-agrícolas) por falta de condições econômicas para se mudarem para a cidade. Esses resultados da

pesquisa de campo expressaram o sentido ampliado que os jovens rurais de hoje dão ao espaço rural, que não é mais exclusivamente agrícola.

O desinteresse da maioria (73%) dos filhos dos assentados pela agricultura deve ser visto com cautela. Os levantamentos de campo mostraram que isto pode estar ocorrendo por falta de oportunidades. A maioria (63%) dos jovens falou que teriam interesse em desenvolver atividades agrícolas caso tivessem oportunidades de acesso à propriedade da terra e capital, ou caso a atividade gerasse renda satisfatória. Isto mostra que as motivações patrimoniais e de renda estão muito presentes entre os jovens. Parte significativa dos jovens (45%) disse ainda nas entrevistas, que iriam para outras áreas agrícolas se tivessem acesso a terras melhores. Nenhum jovem se mudaria para outra região se fosse para morar em assentamentos da RA, mostrando restrições às formas de execução desta política.

Esses resultados das entrevistas de campo indicaram que o comportamento dos filhos dos assentados acompanhou o dos jovens pobres em geral: procuram oportunidades e, tendem a ir atrás delas onde estiverem. O valor dado aos bens patrimoniais e renda estariam associados às aspirações de ascensão social e de acesso aos bens da sociedade de consumo. A resistência de desenvolver seus projetos de vida em novos assentamentos foi verbalizada por alguns jovens cuja percepção é o desinteresse e a lentidão do governo com a reforma agrária, e pela falta de apoio oficial que sentem faltar no assentamento em que vivem. Certamente que a falta de produtividade do trabalho no assentamento não gerando renda monetária é um dos fatores mais importantes para a opção dos jovens para se mudarem para a cidade.

O trabalho de campo mostrou que a maioria dos jovens (67%) tem ‘decisões firmes’ quanto a seus projetos profissionais e de vida; só um terço não o definiram com firmeza pela metodologia adotada no trabalho (projetos ‘firmes’ ou ‘prováveis’). Os projetos urbanos foram mais firmes (86% contra 55% de projetos rurais firmes). As moças também tiveram mais decisões firmes em seus projetos (81% contra 43% de projetos firmes dos rapazes). Esses dados mostraram maior certeza nos projetos voltados a cidade, e nas decisões das moças, que pareceram mais compromissadas com uma carreira profissional, e sua independência econômica.

(5) e (6) Os dados de campo apuraram, a partir das movimentações das diferentes redes de poder dos atores locais e não locais, que o PA e o Município de SJA possuem perspectivas reais de se inserirem na dinâmica da divisão territorial do trabalho na região do Distrito Federal, e portanto, de oferecerem oportunidades de trabalho e renda aos assentados. Esse resultado se contrapõe às percepções dos jovens assentados e de seus pais, que não vislumbram atualmente oportunidades de trabalho na região do assentamento, nem

oportunidades concretas para o futuro, a não ser esperanças genéricas de que a região se desenvolva.

Esse resultado pareceu-nos interessante e intrigante: se os assentados e seus filhos não vêem perspectivas no presente (realmente não há muitas oportunidades de emprego) e, também no futuro, a migração passa fazer parte de um comportamento natural e objetivo. A explicação para as divergências sobre as perspectivas da região estaria na fragilidade das redes de poder dos assentados, principalmente nos seus recursos de conhecimento/informação e da desarticulação política dos assentados e de suas organizações, que estariam impedindo que eles se inserissem nos projetos planejados ou em andamento na região.

Atores, locais ou não, estão desenvolvendo projetos em diferentes atividades com impactos na região, pouco conhecidos dos assentados: ovos férteis e produção de pintos de um dia com integração pela SADIA; fábricas de processamento de Biodiesel interessadas na compra de matérias primas produzidas pelos assentados (há uma exigência legal de compra de 10% da produção familiar); usinas de açúcar e/ou álcool que estudam se instalar em SJA; produção hortifrúctícola e piscicultura no Projeto de Irrigação; ampliação da área de arroz irrigado, a partir do Projeto de Irrigação de Flores; turismos ecológicos, rurais, de esportes aquáticos e de pesca esportiva, a partir do Projeto de Irrigação de Flores; produtos do cerrado para doces, sorvetes, produtos de beleza e farmacêutica; movelaria de grife integrada aos assentamentos e voltadas ao comércio justo. Pela impossibilidade de tempo não realizamos pesquisas no setor mineral e de turismo existentes no município, onde certamente existem outras alternativas.

Mais uma vez é interessante fazer comparações com as realidades próximas. Os assentados em Flores de Goiás, que como já dissemos têm suas redes de poder mais desenvolvidas e articuladas, estão estabelecendo parcerias de fornecimento de produção com fábricas de Biodiesel e com fábricas de sucos (maracujá); já tiveram também experiências de produção coletiva de arroz irrigado. Alguns jovens no PA “Mingau” desenvolvem projetos para acessar créditos do Pronaf Jovem, e assentados produzem e vendem verduras em SJA.

A implementação dos novos projetos de desenvolvimento deverá oferecer novas oportunidades de trabalho na região: emprego e possibilidades para empreendedorismo social (cooperativas e associações etc) nas áreas de produção e serviços. Eles poderão trazer condições para a pluriatividade e valorização da economia de escopo, com especialidades que tendem a associar o turismo ecológico e rural à produção artesanal e orgânica, demandada por parte da população de Brasília que procura alternativas de vida mais natural e saudável.

(7) O contexto atual oferecerá novas oportunidades para os assentados, que podem ser entendidas pela pesquisa histórico-geográfico da região. O Vão do Paranã no século XIX e início do XX foi uma das regiões mais dinâmicas do Estado de Goiás como fornecedor de gado para as criações e o abastecimento do Nordeste brasileiro. As condições naturais – presença simultânea de áreas secas e áreas úmidas - favoreceram uma pecuária extensiva “exportadora” e uma agricultura de subsistência para sua população. A região manteve suas paisagens e tradições através do seu isolamento geográfico até a construção de Brasília. A infra-estrutura desenvolvida pelo DF permitiu, a partir da década de 80, que a região fosse incorporada nas áreas de fronteira das plantações de grãos, atraindo agricultores do sul: no Vão voltados ao plantio de arroz irrigado, e na Chapada, ao plantio de soja.

O crescimento demográfico acelerado de Brasília provocou duas novas demandas: empregos e atividades econômicas para os migrantes vindos, em sua maioria, dos pequenos municípios rurais do Nordeste, Minas e Goiás e que precisaram do trabalho que não encontraram na capital; produtos e serviços destinados a uma capital distante das principais regiões produtoras (parte destas demandas será atendida pelos assentamentos, pelo Município de SJA e região, que se voltam às demandas de consumo e necessidades de Brasília).

O resultado da presença dos assentados e os tradicionais pecuaristas extensivos, de um lado, e dos agricultores que vieram do sul, de outro, explicam a configuração dos fixos existentes na região (costumes, valores e infra-estruturas físicas e sociais). A agricultura tradicional de subsistência (incluindo assentados) e a pecuária extensiva, com suas rugosidades (resistências) à modernização agrícola: seus tempos lentos de produção; a intensidade do trabalho limitado às necessidades do consumo da família ou ao tamanho do mercado local de gado; a autonomia das relações sociais e econômicas, que dificultam o entendimento e a aceitação das regulações da agricultura comercial e das atividades de mercado (além da falta, é claro, das deficiências em outros recursos de poder, principalmente econômicos e de informação).

O estilo de vida camponesa resiste às relações de mercado mais amplas, já que as necessidades e exigências dos outros atores, conflitam com as lógicas dos sistemas produtivos de subsistência ou extensivos. Integrações comerciais de quaisquer tipos repetem aquelas dificuldades: as regulações e as instituições dos dois mundos são diferentes. Enquanto isso, a agricultura comercial é integrada e acompanha às racionalidades e regulações da economia capitalista, e cada vez mais, das exigências da economia globalizada.

Os diferentes fixos desenvolvidos no processo histórico-geográfico do Município de SJA, que disputaram (e ainda disputam) a apropriação das terras e hegemonia política da

região, passam a viabilizar um novo papel no desenvolvimento de SJA, multiplicando as atividades demandadas pelas mudanças na atual divisão territorial do trabalho na região do DFE. Misturam-se possibilidades: atividades de commodities voltadas as demandas do DF; atividades de commodities voltadas a cadeias e redes territoriais de escalas maiores e difusas; atividades de valorização da paisagem local, da vida rural tradicional e do turismo; produção de alimentos hortifrutícolas para Brasília. A região poderá misturar funções de produção de commodities com especialidades da economia de escopo e de origem: turismo e produtos naturais, deixando de ser apenas uma produtora de gado, soja e outros grãos, sem agregação de valor às commodities.

Os resultados de campo mostraram que atualmente os assentados têm participação muito mais importante como rede de ações e demandas sociais e políticas, tendo pequena expressão na divisão territorial do trabalho (econômica) no Vão do Paranã e no Município de São João da Aliança. Suas redes sociais e políticas participam : (1) das redes políticas partidárias, principalmente nos períodos das eleições ; (2) da rede de pressão pela implantação do Projeto de Irrigação; (3) das redes de demandas sociais (educação, saúde, segurança e transporte) da população do Vão do Paranã junto ao poder local; (4) da rede da entidade dos trabalhadores rurais (STR de SJA); (5) das redes das políticas públicas redistributivas (Bolsa Família e previdência rural) operadas pelos três níveis de governo; (6) das redes dos assentados, com suas entidades de representação, reivindicando ações da RA junto ao INCRA; (7) das redes dos consumidores dos produtos de primeira necessidade no comércio local de SJA. Participam também das redes do mercado trabalho rural não qualificado: diaristas rurais, carvoarias, coleta extrativista, empreiteira do projeto de irrigação, fazendas de arroz e fazendas de pecuária; e de forma menos expressiva, das redes de comercialização de gado através da venda de bezerros, para recria e engorda, aos pecuaristas da região.

A abrangência da inclusão ou exclusão dos assentados nas novas oportunidades oferecidas pelas mudanças do papel de SJA na divisão territorial do trabalho da região do DF parece depender, em grande parte, da existência e/ou desenvolvimento de uma comunidade política territorial, que crie uma agenda de desenvolvimento e articule uma coalizão suficiente para garantir a coordenação, governança e redução dos custos de transação, viabilizando a competitividade deste projeto de desenvolvimento territorial do Município e da região. Atualmente, podemos dizer que as práticas sociais dos diferentes atores (inclusive o poder municipal local) não apresentam características – formais e informais – de uma comunidade política territorial. A implantação, só agora, do Conselho de Desenvolvimento Rural mostrou

ser um exemplo disso. Os projetos de desenvolvimento previstos estão sendo mobilizados quase que exclusivamente pelos grupos de interesse, setoriais ou corporativos.

Os levantamentos mostraram que os produtores de grãos articulam, com apoio da Secretaria Municipal da Agricultura, a implementação das integrações com a SADIA, e tentam influir na regulamentação da APA do “Pouso Alto” para que possam continuar plantando e expandindo novas áreas de produção nesta área de preservação.

A rede dos plantadores de arroz, observamos nas entrevistas, faz articulações políticas (o Deputado Federal goiano, Sandro Mabel, que teve comitê eleitoral na cidade nas últimas eleições, aprovou uma emenda pessoal no Orçamento de 2007, destinando 30 milhões para o projeto) e pressionam para que o Projeto de Irrigação de Flores seja realizado, possibilitando novas áreas de plantio irrigado, e garantindo a manutenção da vazão do Rio Paranã.

Alguns empresários da cidade que apoiaram na última eleição o atual prefeito, nos disseram nas entrevistas estarem arrependidos; disseram que o Prefeito não está cumprindo com os compromissos de campanha, preocupando-se mais em ‘fazer média’ com os assentados do que investir em infra-estrutura e estimular a vinda de novas empresas.

O governo local pareceu ter boas intenções pelas entrevistas, mas faz uma gestão política tradicional: procura agradar aos diferentes setores e segmentos da sociedade, distribuindo seus representantes pelas secretarias afins, mantendo a prática política do atendimento clientelista. Na agricultura, um produtor de soja; no meio ambiente e turismo um defensor do movimento ambiental local; na educação uma técnica que consiga atender as demandas sociais da educação etc. O prefeito atende as demandas pessoais, sendo comum, por exemplo, ir ao INCRA em Brasília, acompanhando assentados e procurando interceder por eles. O governo local não mobiliza a sociedade em fóruns mais amplos, nem possui um projeto mais articulado de desenvolvimento (o clientelismo é a prática mais freqüente na maioria das pequenas prefeituras municipais).

A inclusão ou a exclusão dos assentados nas novas oportunidades oferecidas pelas mudanças do papel de SJA na divisão territorial do trabalho da região do DF também parece depender, em grande parte, da capacidade, dos assentados e seus aliados, se inserirem como atores protagonistas por meio de suas redes de poder nos processos de disputa e cooperação necessários para a coordenação e governança do projeto territorial de desenvolvimento. Os maiores desafios das redes dos assentados pareceram estar na capacidade de fortalecer alguns recursos de poder que parecem ser ainda muito incipientes: legitimidade e reputação junto aos próprios assentados e a sociedade em geral; informação / conhecimento; articulação política.

A Associação do PA nascida como uma imposição do INCRA para representar os interesses e fazer interlocução dos assentados com o Instituto mostrou suas limitações de representação. Como instituição foi muito criticada pelos assentados nas entrevistas de campo, baseadas em experiências anteriores consideradas como mal sucedidas: o trator comunitário; a preservação da Reserva Legal; a Roça Comunitária; acusações de desvios de recursos; acusações de beneficiamento pessoal de diretores da Associação. A Associação vem se esforçando em algumas reivindicações, mas parece ter sérias dificuldades de comunicação com os assentados. A limitação dos recursos, da legitimidade e da reputação da Associação fizeram com que algumas decisões das Assembléias não tivessem sido cumpridas por parte dos assentados: incapacidade de governança da entidade e da maioria dos assentados. Comportamentos violentos, anti-sociais, derrubadas de madeira da reserva legal / área de preservação permanente são exemplos da baixa governança da Associação do PA.

Em nosso levantamento de campo a Associação do PA mostrou dificuldades de articulação política. Não existe nenhuma organização coletiva capaz de representar os assentados do Vão do Paranã como atores coletivos, apesar da região possuir demandas comuns e específicas entre seus assentamentos. Existem pelo menos mais cinco assentamentos próximos, nos municípios de SJA e Flores, que deveriam estar articulados para fortalecer as redes de poder destes assentados, em função do Projeto de Irrigação que afetará a todos.

A Associação do PA também não tem participação na direção do STR de SJA, apurou a pesquisa, diferentemente dos assentados de Flores, que tem atuação destacada em seu sindicato. A falta desse entrosamento resultou na desinformação e não participação dos jovens do PA no curso Agrotécnico de Unaí e do acesso ao programa de crédito fundiário disponível no município. Os assentados e sua Associação também não participam de nenhum conselho municipal, diferentemente do PA do “Mingau”.

O PA “Santa Maria” considerou que a criação do curso de nível médio no PA foi uma de suas grandes conquistas. Entretanto, a falta de participação comunitária na escola foi reclamada por seus professores e pela Secretária Municipal da Educação. Os pais pareceram influir muito pouco e não se interessaram pela discussão de aproximar a Escola dos interesses da agricultura familiar. Parece que a Associação também teve pouca preocupação em viabilizar novos cursos e oportunidades profissionalizantes para seus jovens: os cursos realizados foram iniciativa do SENAR local, ligado ao Sindicato Rural (patronal). Grande parte destes problemas deve ser creditada a falta de alguns recursos de poder, como conhecimento / informação, baixa politização e falta de lideranças mais expressivas entre os

próprios assentados. A crítica deve também ser estendida aos agentes públicos dos três níveis de governo, por não suprirem através das políticas públicas as deficiências e necessidades de formação dos assentados.

A deficiência na articulação política se mostrou presente em mais dois casos observados pelo levantamento de campo. A Associação foi “convidada” a participar do grupo de pressão pela implantação do Projeto de Irrigação de Flores, que é fundamental para os assentados do PA. Parece entretanto, que ela foi mais cooptada a dar ‘uma aparência de demanda social’ e facilitar o atendimento por recursos orçamentários, do que para discutir os interesses dos assentados no Projeto. Essa oportunidade de influir no Projeto pareceu não ter sido entendida e aproveitada pelos próprios assentados e suas lideranças. A incapacidade das famílias que não se uniram em torno de candidaturas próprias para a Câmara dos Vereadores (que poderiam eleger dois candidatos) também pareceu ser outro sinal das dificuldades de articulações políticas dos assentados. Como poder se conquista, parece que as limitações dos recursos políticos disponíveis só serão superados se os assentados se transformarem em atores efetivos e protagonistas para ganharem espaço político nas definições do desenvolvimento territorial da região.

Dificuldades e limitações

O fato de uma maioria expressiva de projetos dos filhos dos assentados ter demonstrado vontade de permanecer no PA com atividades rurais, requer entretanto cautela com as previsões de permanência dos jovens no campo. Perguntamos a uma jovem que provavelmente irá para a cidade (PC), o que faria se tivesse uma atividade que lhe remunerasse a base de um salário mínimo mensal: respondeu rapidamente que “ficaria no PA!”. Apesar de ser um exemplo aleatório, as oportunidades e as circunstâncias parecem que terão enorme influência no comportamento e trajetória de cada jovem (mantidas as condições atuais do desenvolvimento do PA), levando a mudanças nas decisões com relação aos resultados do levantamento de campo.

Nosso trabalho apresentou dificuldades e limitações; torna-se necessário explicitá-los. A primeira referiu-se às limitação de recursos de tempo e financeiros para os levantamentos de campo. A complexidade e abrangência do referencial teórico-metodológico, interrelacionando as perspectivas do desenvolvimento às noções e teorias da evolução histórico-geográfica; às dinâmicas dos processos da divisão territorial do trabalho; à organização da sociedade em comunidade política territorial, ou então, à sociedade de

interesses difusos; às redes e recursos de poder, exigem diversos levantamentos, que não puderam ser realizados em maior profundidade, devendo-se portanto, considerar os resultados do trabalho como pertencendo a uma primeira aproximação.

Uma segunda limitação deveu-se às relações entre o pesquisador, os assentados e os filhos de assentados: as respostas muitas vezes pareceram oferecer alguma ameaça ao entrevistado, já que ‘seu vazamento’ poderia gerar denúncias sobre o não cumprimento normativo exigido pelo INCRA; o mesmo se deu com relação à legislação ambiental e os órgãos ambientais. Em alguns momentos o pesquisador notou receio e suspeição por parte dos entrevistados diante das perguntas. Outras vezes os assentados pareceram assumir postura defensiva, supervalorizando o discurso ‘politicamente correto’.

Dificuldades de linguagem, comunicação e formulações das perguntas do questionário apresentaram também alguns problemas. A coincidência entre a aplicação do pré-teste e o período de férias escolares, que ocorreram na Escola do PA em agosto passado, limitou o número de alunos disponíveis, prejudicando o programado. Isto foi resolvido em parte pela realização de entrevistas individuais para tirar dúvidas eventuais, e complementar os questionários com outras questões.

Finalmente o problema final constitui-se no tamanho da amostra. O número de alunos cursando o 2º e 3º ano do ensino médio é relativamente pequeno, e apresentou uma concentração maior de moças que de rapazes. As limitações de tempo impediram que trabalhássemos com os alunos do 1º ano, o que poderia ter melhorado a representatividade da amostra. De qualquer modo, consideramos que dado o caráter qualitativo do estudo de caso, esta situação não invalida o trabalho. Portanto, nunca é demais alertar: os resultados obtidos não devem ser generalizados de forma aleatória.

O pesquisador utilizou um instrumental analítico que procurou levantar informações (1) das tendências de acumulação e a inserção da divisão territorial do trabalho da região estudada; (2) de como o processo histórico-geográfico e suas lógicas desenvolveram os fixos existentes na sociedade local; (3) sobre as formas das relações políticas que se desenvolvem entre os diferentes atores do município de SJA e, o quanto elas se aproximam da constituição de uma comunidade política territorial; (4) sobre as fragilidades das redes de poder dos assentados, principalmente nos recursos de poder da informação/conhecimento e politização.

O pesquisador, em que pese às restrições e dificuldades apontadas há pouco, considerou o referencial teórico-metodológico promissor, com grande potencial analítico dos processos de desenvolvimento territorial, dando-se destaque à organização política da sociedade e as redes de poder do público alvo estudado, considerando ao mesmo tempo, as

oportunidades reais que o território apresenta para desenvolver-se. A maior dificuldade parece ser, como já comentamos, a necessidade de levantamento de uma série elevada de informações para a pesquisa. Muitas delas são de caráter qualitativo, o que de certa forma facilita o trabalho.

Recomendações

Diante do que expusemos, apresentamos como primeira recomendação a sugestão de realização de novos estudos utilizando a metodologia aplicada, produzindo uma massa de estudos suficientes para avaliá-la de forma mais consistente, bem como desenvolver novos instrumentos de pesquisa e tipologias sobre os diferentes perfis de desenvolvimento territorial que possam ‘explicar’ o ambiente em que se dão as trajetórias familiares e individuais . Estudos comparados de experiências de sucesso em desenvolvimento local, e/ou em arranjos produtivos identificados, talvez pudessem constituir boas oportunidades que podem facilitar os objetivos propostos para essas pesquisas.

Outra recomendação seria aprofundar as reflexões – no campo teórico e empírico - entre comunidades políticas territoriais & redes de poder & capital social, procurando identificar sobreposições, antagonismos, complementaridades entre estas noções e teorias, e suas implicações no sistema analítico proposto.

No campo de estudos sobre o desenvolvimento dos assentamentos rurais recomendaríamos:

- realizar estudos sobre a sucessão familiar nos assentamentos da RA, pensando na sua utilização como indicador de sustentabilidade (continuidade ou não) da reprodução social dos assentados. Estes estudos também permitiriam sistematizar conhecimentos que dêem suporte à uma política de transição de médio/longo prazo, que contribua para que as novas gerações de assentados possam ter um papel diferenciado e proativo no desenvolvimento territorial de suas regiões.
- realizar avaliações de experiências de sucesso dos assentamentos, sob a perspectiva do desenvolvimento territorial a partir da coalizão das redes de poder.

- incrementar na política da reforma agrária instrumentos que valorizem processos de desenvolvimento territorial: novos atores e novas parcerias; novos arranjos institucionais, com maior valorização dos agentes públicos e privados locais; valorização do empreendedorismo social etc.
- desenvolver levantamentos sobre boas experiências e refletir sobre as perspectivas de atuação das escolas públicas na formação protagonista e empreendedora dos jovens rurais dos assentamentos e da agricultura familiar.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. (coord.). **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001.

BARREIRA, C.C.M.A., **Vão do Paranã, A Estrutura de Uma Região** (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 8). Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Goiás, 2002.

BAUMAN, Z., **Globalização, as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CARNEIRO, M. J., O Ideal Urbano: Campo e Cidade no Imaginário de Jovens Rurais. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C., R. SANTOS, L.F.C. Costa (orgs). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. São Paulo: Ed. Campus/Pronex (1999). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurban21.html>. Acesso em: 21 de set. 2006.

ELIAS, D., **Globalização e Agricultura**. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GUANZIROLI, C.E., E CARDIN, S.E. de C.S., **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil Redescoberto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

GUANZIROLI, C.E. (coord), **Percentuais e Causas de Evasão nos Assentamentos Rurais**. Brasília: INCRA/MDA: 2001.

HARVEY, D., **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, v.4, 2001.

MARTINS, J. de S. (coord.). **Travessias, a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MELLO, M. A., **Transformações Sociais Recentes no Espaço Rural do Oeste de Santa Catarina: Migração, Sucessão e Celibato**, trabalho apresentado no XLIV CONGRESSO da SOBER, Fortaleza, 2006. 1 CD-ROM.

MIOR, L.C., **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos editora universitária: 2005.

MMA/SRH, **Projeto Executivo de Engenharia – Projeto de Irrigação de Flores de Goiás** (Elaboração Geoserv, Serviço de Geotecnia e Construção Ltda.). Convênio no. 020/97, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás e Ministério da Integração Nacional. Goiânia, 2001.

MORAES, M.A.S. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. de S. (coord.). **Travessias, a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

NAVARRO, Z., “Mobilização sem Emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir Para Viver, os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PAULILLO, L.F., **Redes de Poder & Territórios Produtivos**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.

RAFFESTIN, C., **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SACCO DOS ANJOS, F., **Pluriatividade e Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. XLIV CONGRESSO da SOBER. Fortaleza, 2006. 1 CD-ROM.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, M., **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec: 1986, 3ª edição.

_____ **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

VEIGA, J.E., **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê (Aurores Associados), 2005.

_____ **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPI-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, M. de N.B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso do Nordeste). In: MARTINS, J. de S. (coord.). **Travessias, a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY,R., O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 83 – 100.

_____ Conselhos além dos limites. In: **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 57 – 81.

BENKO,G, Globalização e Organização Econômica do Território. In: **Economia Espaço e Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002, p.67 - 86.

BERGAMASCO, S.M.P.P., FERRANTE, V.L.S.B., No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, B.V., MARINHO, D.N.C., ROSA, S.L.C., **Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 171 – 204.

CASTRO, S.D., **Mapeamento das Aglomerações Produtivas Especializadas de Goiás - Identificação e caracterização de APLs potenciais do Estado**. Goiânia: SEBRAE-GO, 2004.

ESTEVAM, L.A., Agricultura Tradicional em Goiás. In: PEREIRA. A.A.(org.), **Agricultura de Goiás, Análise & Dinâmica**. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p.25 – 48.

GRAZIANO NETO, F., A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, B.V., MARINHO, D.N.C., ROSA, S.L.C., **Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 153 – 169.

_____ **Qual Reforma Agrária?**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

LAMARCHE, H., As Lógicas Produtivas. In: Lamarche, H. (coord.), **A Agricultura Familiar, Vol. II, Do mito à realidade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 61 – 85.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO,R., **Impactos dos Assentamentos, um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PALACIN,L., GARCIA, L.F., AMADO,J., **História de Goiás em Documentos I. colônia**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PALACIOS,G., Condições e estruturas originárias da agricultura camponesa no Nordeste oriental do Brasil. In: Palacios, G., **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral do Pernambuco (1770 – 1817)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, p.35 – 85.

REZENDE, G.C., Ocupação Agrícola, Estrutura Agrária e Mercado de Trabalho Rural no Cerrado: O Papel do Preço da Terra, dos Recursos Naturais e das Políticas Públicas. In: HELFAND S.M., REZENDE, G.C. (orgs.), *Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003, p. 173 – 212.

RIEDL, M., NAVARRO, Z.S., Reforma Agrária na Região Sul. In: SCHMIDT, B.V., MARINHO, D.N.C., ROSA, S.L.C., **Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 221 - 236.

SHEJTMAN, A., BERDEGUÉ, J.A., **Dessarrollo Territorial Rural**. XLI CONGRESSO da SOBER. Juiz de Fora, 2003. Disponível em: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>. Acesso em: 20 de ag. 2006.

SOJA, E.W., Espacializações: A Geografia Marxista e a Teoria Social Crítica. In: **Geografias Pós-modernas, a reafirmação do Espaço na teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p.57-95.

SPAROVEK, G., **a qualidade da reforma agrária brasileira**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003.

8 ANEXOS

Anexo A – Localização do Assentamento “Santa Maria”

Mapa de Santa Maria

Mapa de Santa Maria

Mapa de Santa Maria

Anexo B – Questionário passado aos jovens do “PA Santa Maria” que cursam o 2º e 3º ano do nível médio, na escola do assentamento.

1. Dados do Entrevistado e Família

Nome: _____ apelido: _____

Idade: _____ sexo: _____ grau de escolaridade (série): _____

Local de nascimento: _____

Nome do Assentamento: _____

Local de residência: _____

Tabela 1: Moradores da parcela

NOME	PARENTESCO	IDADE	SEXO	GR. INSTRUÇÃO
Membros da família fora da parcela:				

2. Atividades econômicas dos filhos

Tabela 2: O trabalho dos filhos na Divisão de Trabalho na família

Parentesco	Atividades na Parcela	Atividades Fora da parcela	Ativ. Membros fora da parcela

3. O projeto dos Jovens

3.1 O projeto para o futuro

Tabela 3: Você quer continuar no assentamento e/ou no campo?

Respostas	X
Sim	
Não	
Ainda não sabe	
Outras (escrever)	

Tabela 4: Em sua opinião, você acha que a região (SJA e municípios vizinhos) oferece oportunidades para você trabalhar e viver no campo? Em que atividades?

Respostas	X
Sim	
Não	
Não sabe	
Não quer morar no campo	
Outras (escrever)	
Atividades possíveis:	

Tabela 5: Que futuro profissional deseja para você?

Respostas	X
Permanecer na agricultura como proprietário	
Permanecer na agricultura em tempo parcial	
Trabalhar e morar na cidade	
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	
Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	
Outras respostas	

Tabela 6: Em sua opinião, qual é o seu provável futuro profissional?

Respostas	X
Permanecer na agricultura como proprietário(a)	
Permanecer na agricultura em tempo parcial	
Trabalhar e morar na cidade	
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	
Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	
Outras respostas	

Tabela 7: Em sua opinião, qual é o seu futuro como agricultor(a)?

Respostas	X
Gostaria de ser agricultor (a) e é certo que serei agricultor (a)	
Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor (a) por falta de condições.	
Desejaria ser agricultor (a), mas vê dificuldades de viabilização	
Não sabe se será agricultor (a) porque ainda não pensou nisso	
Não deseja ser agricultor (a)	
Outras respostas	

Tabela 8: Em sua opinião, qual a principal barreira para você ser agricultor (a)?

Respostas	X
Falta de capital	
Falta de terra	
Falta de novas oportunidades de renda	
Não deseja ser agricultor(a)	
Falta de preparo e conhecimento para ser agricultor(a)	
Outras respostas	

Tabela 9. Você aceitaria ser agricultor fora da sua região (DFE)?

Respostas	X
Somente com crédito fundiário e de instalação	
Somente através da reforma agrária	
Somente em terras de melhor qualidade	
Pelo menos com a ocorrência de uma das condições anteriores	
Somente com as três condições ocorrendo simultaneamente	
Não aceitaria sair da região	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 10: Caso você mude para a cidade onde você escolheria ir?

Respostas	X
Brasília e cidades satélites	
Goiânia	
Formosa	

São João da Aliança ou cidades de municípios vizinhos	
São Paulo	
Não pretende se mudar para a cidade	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 11: Em sua opinião, qual a principal limitação para produzir no seu assentamento?

Respostas	X
Falta de recursos	
Falta de assistência técnica	
Terra ruim	
Falta de água e/ou excesso e alagamento na época das chuvas	
Falta de novas alternativas para melhorar a renda	
Não tem condições de opinar	
Não se interessa por agricultura	
Não acredita que a agricultura familiar possa dar renda	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 12: Em sua opinião, qual o mínimo de renda mensal para a agricultura ser atrativa (compensatória) para você?

Respostas	X
Renda próxima a 350,00 reais	
Renda próxima a 700 reais	
Renda próxima a 1000,00 reais	
Renda próxima a 1350 reais	
Não tem interesse em trabalhar na agricultura	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 13: Em sua opinião, a partir de que renda mensal a cidade seria atrativa (compensatória) para você?

Respostas	X
Renda próxima a 350,00 reais	
Renda próxima a 700 reais	
Renda próxima a 1000,00 reais	
Renda próxima a 1350 reais	
Não tem interesse em trabalhar na cidade	
Outras respostas (escrever)	

3.2 Importância da Educação

Tabela 14: Considerando o seu grau de instrução onde você acha que tem as melhores oportunidades?

Respostas	X
Nomeio rural e na agricultura	
No meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas	
Na cidade, em atividades da cidade	
No meio rural com atividades em tempo parcial no campo e na cidade	
Outras respostas	

P 15: Que tipo de oportunidades e atividades você acha que poderia desenvolver no assentamento se tivesse condições?(comente)

P 16:Na sua opinião você acha que a educação e as informações que você teve acesso em SJA permite a você, como jovem da zona rural, conhecer as vocações da região e as oportunidades que ela oferece, possibilitando você fazer escolhas de atividades profissionais para ficar no assentamento?(comente)

Tabela 17: Quais têm sido as fontes de informação mais importantes para sua decisão de escolha profissional? (colocar nota: 3 = Muito importante; 2 = importante; 0 = não é importante)

Respostas	X
Pais	
Irmãos	
Escola	
Amigos	
Conhecidos, parentes e amigos da cidade	
Pesquisas que você fez a jornais, revistas e profissionais que você pediu opinião	
Programas de televisão	
Outras respostas	

Tabela 18: Onde você costuma passar as férias, quando sai do assentamento?

Respostas	X
Em Brasília ou cidades satélites em casa de parentes ou amigos da família	
Em Goiânia ou cidades do seu entorno em casa de parentes ou amigos da família	
Em Formosa em casa de parentes ou amigos da família	
Em São João da Aliança ou cidades vizinhas em casa de parentes ou amigos da família	
Em outras pequenas cidades de Goiás	
Não costuma sair do assentamento nas férias	
Costuma ir para outras áreas rurais	
Outras respostas	

Tabela 19: Qual o nível de escolaridade dos seus irmãos que deixaram o assentamento?

Número de irmãos:

Grau de Instrução	Urbano	Rural	Estudam?	Série
1ª a 4ª série do primeiro grau				
5ª a 8ª série do primeiro grau				
1ª a 3ª série do segundo grau				
Curso superior incompleto				
Curso superior completo				

Tabela 20: Por que seu irmão(ã) foi para a cidade?

Número de irmãos/irmãs:

Respostas	X
Estudar	
Trabalhar	
Outras respostas	

Tabela 21: Em sua opinião, qual o nível mínimo de instrução para desempenhar bem a profissão de agricultor familiar?

Respostas	X
Saber ler e escrever	
Primário completo (4ª série)	
Ginásio Completo (8ª série)	
Segundo Grau	
Curso Técnico Agrícola (2º Grau)	
Faculdade	
Não sabe	
Outros	

3.3 Sua vida no assentamento

Tabela 22: Como você se identifica quando é apresentado (a) a uma pessoa?

Respostas	X
Assentado(a)	
Filho (a) de assentado(a)	
Agricultor(a)	
Filho(a) de agricultor(a)	
Trabalhador(a) rural	
Filho(a) de trabalhador(a) rural	
Outras identidades (escrever)	

TAB 23 Sua vida depois de que você veio para o assentamento é...

Respostas	X
Melhor do que onde você morava	
Pior do que onde você morava	

Indiferente porque você se adapta a qualquer lugar	
Tem vantagens e desvantagens	
Outras (escrever)	

Tabela 24: Você gosta de morar no assentamento?

Respostas	X
Gosto	
Não gosto	
Gostaria se tivesse melhores condições	
Outras (escrever)	

Tabela 25: Você mora no assentamento porque...

Respostas	X
Gosta daqui	
É o lugar da sua família	
Não tem condições de ir para a cidade	
Outras(escrever)	

Tabela 26: Em sua opinião, o que te desagrada no seu trabalho como filho (a) no seu lote do assentamento? (colocar nota: 3 = te desagrada muito; 2 = te desagrada; 0 = não te incomoda)

Respostas	X
Trabalho pesado	
Trabalho sujo (poeira, barro, esterco etc)	
Não gera renda para você	
É monótono e sem novidades	
É um trabalho isolado e solitário, sem envolvimento com mais pessoas	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 27: Comparando a vida no assentamento com a cidade, você acha que o assentamento leva vantagem porque... (colocar nota: 3 = muito importante, 2 = média importância e 0 = não é uma qualidade do assentamento)

Respostas	Nota
No assentamento as pessoas se respeitam mais	
No assentamento a família vive mais unida	
No assentamento se fazem amigos de verdade	
No assentamento a gente mora e tem trabalho	
No assentamento sempre dá para inventar o que fazer para se divertir	
Mesmo no assentamento a gente pode ir à cidade quando quer	
Outras qualidades (dê nota)	

TAB 28 Comparando a vida na cidade com a do assentamento você acha que a cidade leva vantagem porque... (colocar nota: 3 = muito importante, 2 = média importância e 0 = não é uma qualidade da cidade)

Respostas	Nota
Na cidade há mais oportunidades de trabalho e profissão	

Na cidade tem mais diversão	
Na cidade se fazem melhores amigos	
As pessoas da cidade são mais valorizadas que as do campo	
Na cidade sempre dá para fazer um curso e melhorar a qualificação	
Outras	

3.4 Participação na gestão (decisão) da propriedade

Tabela 29: Diante de uma nova idéia que você dê para a propriedade qual a reação dos seus pais?

Respostas	X
Não aceitam nem discutir	
Rejeitam quase sempre	
Aceitam quase sempre	
Não costuma fazer propostas novas	
Discutem em família e aceitam algumas propostas	
Outras	

Tabela 30: Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade?

Respostas	X
Não houve investimentos	
Está de acordo com eles	
Concorda em parte	
Não concorda	
Não participa das decisões	
Não se interessa pela agricultura	
Outras	

Tabela 31: Em sua opinião qual o nível de sua participação nas decisões da propriedade?

Respostas	X
Está diminuindo	
Continua igual	
Está aumentando	
É responsável pela propriedade	
Não participa das decisões	
Outras	

Tabela 32. Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro?

Respostas	X
Faz plantio ou criação na propriedade	
Produtor agrícola fora da propriedade	
Trabalho não-agrícola fora da propriedade	
Trabalho não-agrícola na da propriedade	
Não desenvolve atividade individual	
Outras	

Tabela 33: Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro?

Respostas	X
Para ajudar na renda da família	
Para seu lazer	
Para comprar bens de uso pessoal	
Para estudar	
Não desenvolve atividade individual	
Outras	

Tabela 34: Quais as atribuições das moças na propriedade?

Respostas	X
Só atividades domésticas	
Domésticas e esporadicamente na lavoura/criações	
Doméstica e lavoura/criações	
Outras	

Tabela 35: Se você tivesse recursos disponíveis onde você aplicaria primeiro?

Respostas	X
Desenvolver atividade agrícola no lote do assentamento	
Bens urbanos	
Comprar terra	
Poupança	
Uso pessoal	
Estudo	
Atividade não agrícola na propriedade	
Outra atividade fora da agricultura	
Não saberia dizer	
Outras	

Tabela 36: Como você acha que dá para se viabilizar na agricultura?

Respostas	X
Não há condições para se viabilizar na agricultura	
Através de mudança nas atividades (comparadas às desenvolvidas no seu lote)	

Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia (comparadas às desenvolvidas no seu lote)	
Mudando as atividades com melhor gerenciamento/tecnologia (comparadas as desenvolvidas no seu lote)	
Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor	
Desenvolvendo outras atividades não-agrícolas	
Trabalhando na propriedade do pai numa atividade sua	
Arrumando um crédito fundiário para comprar terra	
Outras	

Tabela 37: Como você acha que poderia arrumar terra para ser agricultor(a)?

Respostas	X
Não há condições para se viabilizar na agricultura	
Comprando uma parcela do assentamento	
Participar de um novo acampamento para começar novo projeto de assentamento	
Tomando crédito fundiário para financiar terra no mercado	
Tendo atividade sua no lote do seu pai	
Arrendando terra de terceiros	
Não saberia como	
Não quer trabalhar na agricultura	
Outras	

Anexo C: Tabulação das atividades e rendas dos filhos (14 anos ou mais) das 14 famílias da amostra

Quadro 1 Atividades e rendas dos 45 jovens (1) e adultos - filhos/parentes/agregados, jovens e casados residentes no assentamento

Residência	Residentes no Projeto de Assentamento			
	Rapaz		Moça	
ATIVIDADES	9 (38%) parcela	NS	13 (62%) casa	0
	6 (25%) parcela e diarista	maioria 5 d/m	4 (19%) casa e roça	NS
	4 (17%) diarista	3 a 5 d/m	1 (5%) casa, roça e restaurante	0,25 SM
	2 (8%) só estudam	0	3 (14%) casa e babá	Até 0,5 SM
	1 (4%) parcela e mecânico	0,15 SM		
	1 (4%) parcela e bar	0,30 SM		
	1 (4%) empregado rural	1,29 SM		
TOTAIS	24 (100%)		21 (100%)	

Nota: (1) Jovens rurais (jovens rurais) definidos como aqueles com 14 anos ou mais, solteiros, ou companheiros morando com os pais (dependentes) no PA.

parcela = trabalho na roça e com a lida do gado; **diarista** = trabalho nas parcelas ou para fazendeiros, variando de 15 a 20 reais/dia; **d/m** = média de diárias por mês; **casa** = ajuda a mãe nos trabalhos domésticos e trato das galinhas; casa e roça = além da casa, ajuda na roça nas épocas de pico (principalmente no plantio e na colheita); **casa e babá** = geralmente meio período para babá de parente/ou família amiga.

Quadro 2: Atividades e rendas dos 8 jovens (1) e adultos - filhos/parentes/agregados, jovens e casados que trabalham no Distrito Federal deixaram o assentamento

Residência	Saíram do Projeto de Assentamento	
	Rapaz	Moça

ATIVIDADES	1 empregado rural	1,14 SM 2 SM	1 mascate de roupas	0,5 SM
	1 almoxarife	1 SM	1 babá	1 SM
	1 lava jato	1,5 SM	1 serviço de limpeza	1 SM
	1 comércio	1,5 SM		
	1 pedreiro			
TOTAIS	5		3	

Nota: **parcela** = trabalho na roça e com a lida do gado; **diarista** = trabalho nas parcelas ou para fazendeiros, variando de 15 a 20 reais/dia; **d/m** = média de diárias por mês; **casa** = ajuda a mãe nos trabalhos domésticos e trato das galinhas; casa e roça = além da casa, ajuda na roça nas épocas de pico (principalmente no plantio e na colheita); **casa e babá** = geralmente meio período para babá de parente ou família chegada.

Quadro 3: Atividades e rendas dos 13 filhos jovens e adultos (solteiros e casados) que não vieram ao assentamento

Situação	Não vieram ao PA			
	Rapaz		Moça	
ATIVIDADES	1 frentista	1 SM	1 mascate de roupas	0,5 SM
	1 pintor	2 SM	1 manicure	1 SM
	1 servente	1 SM	1 trabalha em hospital	2 SM
	1 consertos.de Ar Condicionado	1,15 SM	1 NS	NS
	1 cabo do Exército	2,6 SM	1 Prof. Ensino Fundamental	2,9 SM
	1 eletricista (UnB)	3,7 SM	1 diarista	2 SM
			1 pensionista	1SM
TOTAIS	6		7	

Nota: **parcela** = trabalho na roça e com a lida do gado; **diarista** = trabalho nas parcelas ou para fazendeiros, variando de 15 a 20 reais/dia; **d/m** = média de diárias por mês; **casa** = ajuda a mãe nos trabalhos domésticos e trato das galinhas; casa e roça = além da casa, ajuda na roça nas épocas de pico (principalmente no plantio e na colheita); **casa e babá** = geralmente meio período para babá de parente ou família chegada.

Anexo D – Tabulação do Projeto Vida (futuro) dos Jovens pesquisados

As perguntas realizadas foram:

Tabela 3: Você quer continuar no assentamento e/ou no campo?

Tabela 4: Em sua opinião, você acha que a região (SJA e municípios vizinhos) oferece oportunidades para você trabalhar e viver no campo? Em que atividades?

Tabela 5: Que futuro profissional deseja para você?

Tabela 6: Em sua opinião, qual é o seu provável futuro profissional?

Tabela 7: Em sua opinião, qual é o seu futuro como agricultor (a)?

Tabela 8: Em sua opinião, qual a principal barreira para você ser agricultor (a)?

Tabela 9: Você aceitaria ser agricultor fora da sua região (DFE)?

-

Tabela 10: Caso você mude para a cidade onde você escolheria ir?

-

Tabela 11: Em sua opinião, qual a principal limitação para produzir no seu assentamento?

-

Tabela 12. Em sua opinião, qual o mínimo de renda mensal para a agricultura ser atrativa (compensatória) para você?. (Na ocasião da pesquisa um salário mínimo correspondia a R\$350,00 reais).

Tabela 13. Em sua opinião, a partir de que renda mensal a cidade seria atrativa (compensatória) para você?

Futuro Profissional jovem 1 (moça – Família 1)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não, pretende ir para a cidade estudar e trabalhar	FC
4	Não sabe	NS
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Não sabe se será agricultora porque ainda não pensou nisso	NS
8	Não deseja ser agricultora	FC
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Formosa	NA
11	Falta de água e/ou excesso e alagamento na época das chuvas	NA
12	Renda próxima a 1350 reais	NA
13	Renda próxima a 700 reais	PC
RESULTADO	FIRMEMENTE CIDADE (FC)	

Futuro Profissional jovem 2 (rapaz – Família 1)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não	FC
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	NA
7	Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor por falta de condições	PA
8	Falta de capital	PA
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Formosa	NA
11	Falta de Assistência Técnica	PA
12	Renda próxima a 700 reais	PA
13	Renda próxima a 1000 reais	NA
RESULTADO	PROVAVEL AGRICULTOR (PA)	

Futuro Profissional jovem 3 (rapaz – Família 1)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Ainda não sabe, pretende se formar antes	NS
4	Não	NA
5	Permanecer na agricultura como proprietário, pretende comprar uma chácara fora do assentamento	FA
6	Permanecer na agricultura como proprietário	FA
7	Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor por falta de condições	PA
8	Falta de novas oportunidades de renda. Desconhece sobre as oportunidades que Brasília oferece como mercado para produtos dos agricultores familiares.	PR
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Formosa, apesar de ser possibilidade remota.	FA
11	Terra ruim	PA
12	Renda próxima a 1000 reais	NA
13	Renda próxima a 350 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE AGRICULTOR (FA)	

Futuro Profissional jovem 4 (rapaz – Família 2)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Ainda não sabe, mas tem dúvida se estuda agronomia ou uma profissão urbana	NS
4	Não, mas acha que dá para criação de gado, turismo e arroz irrigado no coletivo	PA
5	Trabalhar e morar na cidade, sonharia em ser músico	FC
6	Permanecer na agricultura em tempo parcial, pois as condições de estudar e trabalhar na cidade são difíceis	PA
7	Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor por falta de condições	PA
8	Falta de capital, o Pronaf é insuficiente	PA
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Goiânia, pois lá seria bom para estudar música e tem muitos amigos	PC
11	Falta de recursos	PA
12	Renda próxima a 1000 reais	NA
13	Renda próxima a 1350 reais, embora seus irmãos ganhem 2 a 3 salários mínimos	NA
RESULTADO	PROVAVEL AGRICULTOR (PA)	

Futuro Profissional jovem 5 (moça – Família 2)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Ainda não sabe	NS
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade, terminar os estudos e ajudar os pais	PC
6	Ficar no meio rural trabalhando em atividades não agrícolas	FR
7	Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor por falta de condições	PA
8	Falta de oportunidades de renda	PR
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Minas Gerais	NA
11	Não se interessa por agricultura	FR
12	Renda próxima a 1350 reais	NA
13	Renda próxima a 1000 reais	NA
RESULTADO	PROVAVEL RURAL (PR)	

Futuro Profissional jovem 6 (rapaz – Família 3)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não, cidade tem mais oportunidade de trabalho	FC
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade, não gosta e não vê futuro na roça	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Não deseja ser agricultor	FC
8	Não deseja ser agricultor	FC
9	Não pretendo ser agricultor	FC
10	Brasília, tem mais empregos e tem mais amigos	FC
11	Falta de recursos, o Pronaf não resolve, é difícil de pagar	NA
12	Renda próxima a 1350 reais	NA
13	Renda próxima a 1350 reais, acha possível porque pretende fazer faculdade	FC
RESULTADO	FIRMEMENTE CIDADE (FC)	

Futuro Profissional jovem 7 (moça – Família 4)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não, porque aqui não tem opção de trabalho	FC
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Desejaria ser agricultora, mas vê dificuldades de viabilização	PA
8	Falta de capital	PA
9	Não aceitaria trabalhar como agricultora fora da região	PA
10	Goiânia	NA
11	Falta de novas alternativas para melhorar a renda	NA
12	Não respondeu	NS
13	Renda próxima a 700 reais	PC
RESULTADO	PROVAVEL CIDADE (PC)	

Futuro Profissional jovem 8 (moça – Família 5)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não, vai sair mais volta se tiver emprego	PC
4	Sim	NA
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Não deseja ser agricultora	FC
8	Não deseja ser agricultora	FC
9	Não aceitaria ser agricultora fora da região	PA
10	Brasília	FC
11	Falta de recursos	NA
12	Não tem interesse em trabalhar na agricultura	FC
13	Renda próxima a 700 reais	PC
RESULTADO	FIRMEMENTE CIDADE (FC)	

Futuro Profissional jovem 9 (moça – Família 6)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não, porque não tem oportunidades de emprego	PC
4	Não quer morar no campo	FC
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade, pretende estudar Direito para ser juíza	FC
7	Não sabe se será agricultora, ainda não pensou nisso	NS
8	Falta de capital	PA
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Brasília	NA
11	Falta de recursos	NA
12	Com renda próxima a 350 reais, ficaria no campo	PR
13	Renda próxima a 350 reais	FC
RESULTADO	FIRMEMENTE CIDADE (FC)	

Futuro Profissional jovem 10 (moça – Família 7)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Sim, gosta daqui	FR
4	Sim, professor e técnico agrícola	FR
5	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas, sendo professora do assentamento	FR
6	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	FR
7	Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultora por falta de condições, mas deseja também ser professora	FR
8	Falta de terra para ser proprietária, com meu marido	PA
9	Somente com crédito fundiário e de instalação, mas precisaria também de qualificação	PA
10	São João da Aliança, porque eu e meu marido gostamos muito desse lugar	NA
11	Falta de água e/ou excesso e alagamento na época das chuvas. Na seca precisa irrigar	PA
12	Renda próxima a 500 reais já seria atrativa	PR
13	Renda próxima a 700 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE RURAL (FR)	

Futuro Profissional jovem 11 (moça – Família 8)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Sim	FR
4	Não	NA
5	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas, como professora no assentamento	FR
6	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	FR
7	Não sabe se será agricultora, porque ainda não pensou nisso. Tentará ser professora, senão der outra profissão ou até mesmo agricultora	PR
8	Falta de preparo e conhecimento para ser agricultora	PR
9	Se tivesse um bom emprego sim	NA
10	São João da Aliança, para ficar próximo aos pais	NA
11	Falta de água e/ou excesso e alagamento na época das chuvas	NA
12	Renda próxima a 1350 reais	NA
13	Renda próxima a 1350 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE RURAL (FR)	

Futuro Profissional jovem 12 (moça – Família 9)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não	FC
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Não deseja ser agricultora	FC
8	Falta de preparo e conhecimento para ser agricultora	PA
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Brasília	FC
11	Terra ruim	NA
12	Renda próxima a 1000 reais	NA
13	Renda próxima a 1350 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE CIDADE (FC)	

Futuro Profissional jovem 13 (moça – Família 10)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Ainda não sabe, se fica no assentamento ou vai para Goiânia	NS
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade, para ter um emprego	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Não deseja ser agricultora	FC
8	Não deseja ser agricultora	FC
9	Não pretende ser agricultora	FC
10	Goiânia, já tem uma irmão lá	NA
11	Não se interessa por agricultura	FC
12	Renda próxima a 1350 reais	NA
13	Renda próxima a 1000 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE CIDADE (FC)	

Futuro Profissional jovem 14 (rapaz – Família 11)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não, porque pretende fazer curso na cidade	NA
4	Não	NA
5	Trabalhar e morar na cidade	FC
6	Trabalhar e morar na cidade	FC
7	Pretende ser veterinário, ser produtor e prestar serviços rurais	FR
8	Falta de oportunidade de renda. Acha que a dificuldade de comercializar com Brasília é a dificuldade de transporte e as terras ruins	PA
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Brasília, para estudar	PR
11	Terra ruim	PA
12	Renda próxima a 1000 reais	NA
13	Renda próxima a 350 reais	NA
RESULTADO	PROVÁVEL RURAL (PR)	

Futuro Profissional jovem 15 (rapaz – Família 12)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não como agricultor	PR
4	Sim, técnico agrícola ou outras que desenvolvam a região	PR
5	Ir para cidade formar em algo que ajude a região	PR
6	Dependerá das oportunidades que surgirem	PR
7	Não deseja ser agricultor	PR
8	Não pretende ser agricultor	PR
9	Não pretende ser agricultor	PR
10	Brasília ou Goiânia	NA
11	Acesso a recursos e projetos viáveis	NA
12	Não tem interesse em trabalhar na agricultura	PR
13	Não tem idéia fixa porque no início sempre se começa com pouco	NA
RESULTADO	PROVÁVEL RURAL (PR)	

Futuro Profissional jovem 16 (moça – Família 13)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Quer tentar trabalhar e viver no campo	FR
4	As vezes oferece oportunidades, mas é difícil	PR
5	Permanecer na agricultura em tempo parcial	FR
6	Permanecer na agricultura em tempo parcial	FR
7	Desejaria ser agricultor mas vê dificuldades na viabilização	PA
8	Falta de capital	PA
9	Gostaria de experimentar para ver novas oportunidades	PA
10	Não sabe	NA
11	Falta de recursos	PA
12	Renda próxima a 700 reais	PR
13	Renda próxima a 700 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE RURAL (FR)	

Futuro Profissional jovem 17 (rapaz – Família 13)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Não pois quer trabalhar como agrônomo ou veterinário	FR
4	Algumas, como veterinário	PR
5	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas, como agrônomo ou veterinário	FR
6	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	FR
7	Não deseja ser agricultor	FR
8	Não deseja ser agricultor	FR
9	Somente em terras de melhor qualidade	PA
10	Irá apenas para estudar	NA
11	Falta de assistência técnica	PR
12	Renda próxima a 700 reais	PR
13	Não tem interesse de ir para a cidade	FR
RESULTADO	FIRMEMENTE RURAL (FR)	

Futuro Profissional jovem 18 (moça – Família 14)

	RESPOSTAS	CLASSIFICAÇÃO
3	Sim	FR
4	Não	NA
5	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	FR
6	Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	FR
7	Não sabe se será agricultora porque ainda não pensou nisso	PA
8	Falta de oportunidade de renda	FR
9	Só se fosse em terra própria	PA
10	Goiânia	NA
11	Falta de água e/ou excesso e alagamento na época das chuvas	PA
12	Renda próxima a 1350 reais	NA
13	Renda próxima a 1350 reais	NA
RESULTADO	FIRMEMENTE RURAL (FR)	

Anexo E: Roteiro das Entrevistas com os Pais.**1. Dados do Entrevistado e Família**

Nome: _____ apelido: _____

Idade: _____ sexo: _____ grau de escolaridade (série): _____

Nome do Assentamento: _____

Local de residência: _____

Tabela 1: Moradores da parcela (confirmação dos dados dos jovens)

NOME	PARENTESCO	IDADE	SEXO	GR. INSTRUÇÃO	Está estudando?
Membros da família fora da parcela:					

2. A vida antes do Assentamento**2.1 Locais de Residência dos Pais****Tabela 2: Pai**

Local de Nascimento	Município: Estado:	
Última Experiência de Produtor Rural	Meeiro: Arrendatário: Proprietário: Terra da família: Outros (escrever): Nenhuma experiência:	Ano de início/término: Ano de início/término: Ano de início/término: Ano de início/término: Local(is):
Data da vinda à Brasília ou Entorno do Distrito Federal (1)	Ano:	Município/Cidade DF: Cidade: Zona Rural: É de Brasília/Entorno:
Data de entrada no assentamento	Mês: Ano:	Quem te informou? Parente amigo.....outros....
Locais dos últimos 5 anos antes do assentamento	Município: Município: Município: Município: Município:	Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos:

(1) Municípios de: Planaltina, Cabeceiras etc

Tabela 3: Mãe

Local de Nascimento	Município: Estado:	
Última Experiência de Produtora Rural	Meeira: Arrendatária: Proprietária: Terra da família:	Ano de início/término: Ano de início/término: Ano de início/término:

	Outros (escrever): Nenhuma experiência:	Ano de início/término: Local(is):
Data da vinda à Brasília ou Entorno do Distrito Federal (1)	Ano:	Município: Cidade: Zona Rural: É de Brasília/Entorno:
Data de entrada no assentamento	Mês: Ano:	Quem te informou? Parente amigo.....outros....
Locais dos últimos 5anos antes do assentamento	Município: Município: Município: Município: Município:	Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos: Cidade: Zona Rural: Anos:

(1) Municípios de: ver listagem da tabela anterior.

2.2 Trabalho dos Pais

Tabela 4: Pai

Trabalho de produtor rural dos últimos 5 anos antes do assentamento	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:

	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
Trabalho não agrícola ou de trabalhador rural nos últimos 5 anos antes do assentamento	Atividade:	Ano de início: Ano de término:
	Atividade:	Ano de início: Ano de término:
	Atividade:	Ano de início: Ano de término:
	Atividade:	Ano de início: Ano de término:
	Atividade:	Ano de início: Ano de término:

Tabela 5: Mãe

Trabalho de produtora rural dos últimos 5 anos antes do assentamento	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
	Município:	Cidade: Zona Rural: Anos:
Trabalho não agrícola ou de	Atividade:	Ano de início: Ano de término:

trabalhador rural nos últimos 5 anos antes do assentamento	Atividade:	Ano de início:	Ano de término:
	Atividade:	Ano de início:	Ano de término:
	Atividade:	Ano de início:	Ano de término:
	Atividade:	Ano de início:	Ano de término:

3. A Economia Familiar e os Sistemas Técnicos

Tabela 6: A Divisão de Trabalho na família

Nome (todos no PA ou não)	Parentesco	Atividades na Parcela	Atividades Fora da parcela	Contribuição na Renda Familiar

(1) outros trabalhos ou rendas e trab. membros da família fora do lote desde que

ca da família.

Tabela 8. Produção e Renda da Parcela

Usa crédito:..... Qual?.....Inadimplente?...

Produtos	Produções ou área ou cabeças	Valor Unitário	Renda Bruta	Fator RL/RB	Renda Líquida

OV 9. Infra-estrutura e bens da casa (Mais ou menos capitalizados)

Padrão da casa (descrever):

Distribuição das pessoas nos cômodos (descrever):

Luz: água encanada: esgoto: lixo:

Eletrodomésticos, idade e estado:

Automóvel e outros veículos de transporte, idade e estado:

OV 10. Infraestrutura de Produção (Sistema Técnico)

Máquinas e Equipamentos

Trator:

Arados:

Pulverizadores:

Ferramentas:

Animais de lida:

Outros:

Benfeitorias Não- Reprodutivas

Construções de apoio:

Cercas:

Poços

Barragens:

Curvas de nível:

Estradas:

Outras

Tabela 13: Sua vida depois de que você veio para o assentamento é...

Respostas	X
Melhor do que onde você morava	
Pior do que onde você morava	
Indiferente porque você se adapta a qualquer lugar	
Tem vantagens e desvantagens	
Outras (escrever)	

4. Projetos para os filho(a)

4.1 O projeto profissional

Tabela 14: Em sua opinião, seu filho(a) quer continuar no assentamento e/ou no campo?

Respostas	X
Sim	
Não	
Ainda não sabe	
Outras (escrever)	

Tabela 15: Em sua opinião, você acha que a região (SJA e municípios vizinhos) oferece oportunidades para seu filho (a) trabalhar e viver no campo? Em que atividades?

Respostas	X
Sim	
Não	
Não sabe	
Outras (escrever)	
Atividades possíveis:	

P 18: Em sua opinião, você acha que a educação e as informações que seu filho(a) teve em SJA permite a ele(a), como jovem da zona rural, conhecer as vocações da região e as oportunidades que SJA oferece, possibilitando ele(a) fazer escolhas de atividades profissionais para ficar no assentamento?

Tabela 19: Você estimula seus (suas) filhos(as) a serem agricultores(as)?

Respostas	X
Estimula todos os filhos a serem agricultores	
Estimula só um filho a ser agricultor	
Desestimula seus filhos a serem agricultores	
Não influencia nem a favor e nem contra	
Outras respostas	

Tabela 20: Que futuro profissional deseja para seu(s) filho (a)s?

Respostas	X
Permaneçam me ajudando no meu lote	
Permaneçam na agricultura e também trabalhando para os outros	
Que arrumem emprego na cidade	
Que trabalhem na cidade e morem na propriedade	
Fiquem no meio rural, trabalhando em atividades não agrícolas	
Outras respostas	

Tabela 21: Em sua opinião qual é o futuro provável do seu filho(a) (que está cursando o nível médio) -como agricultor(a)?

Respostas	X
Gostaria que fosse agricultor(a) e é certo que será agricultor(a)	
Gostaria que conseguisse outra profissão, mas provavelmente será agricultor(a) por falta de condições	
Desejaria que fosse agricultor(a), mas vê dificuldades de viabilização	
Quero que não seja agricultor(a)	
Outras respostas	

Tabela 22: Em sua opinião, qual a principal barreira para seu filho poder ser agricultor (a)?

Respostas	X
Falta de capital	
Falta de terra	
Falta de oportunidades de ter renda	
Ele não deseja ser agricultor(a)	
Falta de preparo e conhecimento para ser agricultor(a)	
Outras respostas	

Tabela 23: Em sua opinião como deverá ser escolhido o seu sucessor na propriedade?

Respostas	X
O mais velho	
O mais novo	
O mais estudado	
O que gosta mais de agricultura	
Ainda não pensou no assunto	
O que tem maior afinidade com os pais	
Mais de um sucessor	
Outras respostas	

Tabela 24: Em sua opinião quem deverá participar da escolha do sucessor?

Respostas	X
A escolha será feita pelos pais	
Só os homens participarão da escolha	
Toda a família participará da escolha	
Outras respostas	

Tabela 25: Em que momento deverá ser feita a transferência do controle da propriedade?

Respostas	X
Quando os pais tiverem uma renda garantida	
Quando o sucessor estiver preparado	
Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir a propriedade	
Não pensaram ainda	
Outras respostas	

Tabela 26: Em sua opinião, o que desagrada ao seu filho(a) no trabalho aqui no seu lote do assentamento? (colocar nota: 3 = desagrada muito; 2 = desagrada; 0 = não é incômodo)

Respostas	X
Trabalho pesado	
Trabalho sujo (poeira, barro, esterco etc)	
Não gera renda para ele(a)	
É monótono e sem novidades	
É um trabalho isolado e solitário, sem envolvimento com mais pessoas	
Não é sua vocação	
Outras respostas (escrever)	

4.2 A Importância da Educação

Tabela 27: Considerando o grau de instrução do seu filho onde voce acha que ele tem as melhores oportunidades?

Respostas	X
Nomeio rural e na agricultura	
No meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas	
Na cidade, em atividades da cidade	
No meio rural com atividades em tempo parcial, no campo e na cidade	
Outras respostas	

**Tabela 28: Por que seu filho(a) foi para a cidade?
Número de filho(a)s:**

Respostas	X
Estudar	
Trabalhar	
Outras respostas	

Tabela 29: Em sua opinião, qual o nível mínimo de instrução para desempenhar bem a profissão de agricultor(a)?

Respostas	X
Saber ler e escrever	
Primário completo (4ª série)	
Ginásio Completo (8ª série)	
Segundo Grau	
Curso Técnico Agrícola (2º Grau)	
Faculdade	
Não sabe	
Outros	

4.3 Participação na gestão da propriedade

Tabela 30: Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho no lote?

Respostas	X
O pai controla e todos trabalham em todas as atividades	
Todos participam do gerenciamento e do trabalho	
O pai controla todas as atividades e o trabalho é dividido	
Cada filho gerencia uma atividade e trabalha em todas	
Cada filho gerencia e trabalha em uma atividade	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 31: Diante de uma nova idéia que seu filho(a) dê para a atividade do lote, qual é a sua reação?

Respostas	X
Não aceita nem discutir	
Rejeita quase sempre	
Aceita quase sempre	
Ele(a) não costuma fazer propostas novas	
Discutem em família e aceita algumas propostas	
Outras	

Tabela 32: Você estimula que seu filho(a) desenvolva atividades individuais para obter o próprio dinheiro dele(a)?

Respostas	X
Faz plantio ou criação na propriedade	
Não estimulo porque ele(a) precisa trabalhar junto comigo	
Trabalha em atividade não-agrícola fora da propriedade	
Trabalha em atividade não-agrícola na propriedade	
Não quer desenvolver atividade individual	
Outras	

P 33: Disposição da propriedade (“Quem é dono?”)**Pais**

Quem decide uma eventual venda da parcela? Já teve alguma situação próxima, como foi discutido?

Quem decide uma eventual compra de parcela? Já teve alguma situação próxima, como foi discutido?

Quem decide um eventual arrendamento da parcela ou parte? Já teve alguma situação próxima, como foi discutido?

Quem decide um eventual arrendamento para aumentar produção? Já teve alguma situação próxima, como foi discutido?

Tabela 34: Quais as atribuições das moças na propriedade?

Respostas	X
Só atividades domésticas	
Domésticas e esporadicamente na lavoura/criações	
Doméstica e lavoura/criações	
Ajuda em tudo conforme suas capacidades	
Outras	

Tabela 35: Em sua opinião qual é a possibilidade das filhas serem sucessoras?

Respostas	X
Quando existe terra para todos os filhos	
Tem as mesmas chances que os homens	
Nenhuma filha será sucessora	
Depende do relacionamento do genro com o sogro e a sogra	
Prefere as filhas	
Prefere os filhos	
Outras respostas (escrever)	

Tabela 36: Se você tivesse recursos disponíveis onde você aplicaria primeiro?

Respostas	X
Desenvolver atividade agrícola no lote do assentamento	
Bens urbanos	
Comprar terra	
Poupança	
Uso pessoal	
Estudo dos filhos	
Atividade não agrícola na propriedade	
Outra atividade fora da agricultura	
Não saberia dizer	
Outras	

Tabela 37: Como você acha que poderia arrumar terra para seu filho(a) ser agricultor(a)?

Respostas	X
Ele (a) poderia desenvolver sua atividade no meu lote	
Comprando uma parcela do assentamento	
Estimulando que participar de um novo acampamento para começar novo projeto de assentamento	
Tomando crédito fundiário para financiar terra no mercado	
Arrendando terra de terceiros	
Não saberia como	
Ele(a) não quer trabalhar na agricultura	
Outras	

Anexo F: Roteiro para entrevistas com lideranças e atores ligados aos assentamentos e desenvolvimento dos Municípios de São João da Aliança, Flores de Goiás e Formosa, Nordeste Goiano.

1 Futuro profissional dos jovens em São João da Aliança:

1.1 Qual o futuro dos jovens – urbanos e rurais – que concluem o ensino médio (jEM) em SJA?

1.2. O que sua organização oferece para incluir estes jovens no mundo do trabalho?

1.3 Que oportunidades de trabalho SJA oferece a estes jovens?

1.4 Que ações – públicas e privadas – são desenvolvidas em SJA para profissionalizar e/ou criar oportunidades de trabalho para estes jovens?

2 Educação, Capacitação e Profissionalização dos jovens:

2.1 Quais as atividades profissionalizantes para jEM existentes em SJA e Região?

2.2 Quais as demandas profissionais para jEM em SJA e região?

2.3 Que infra-estruturas profissionalizantes existem em SJA e Região?

2.4 Que propostas (eleitorais) os políticos da região fizeram recentemente?

3 Articulações Interinstitucionais e Inovação:

3.1 Que colegiados/conselhos existem em SJA e Região? Em quais participa? Quais tem sido suas ações?

3.2 Quais são as inovações existentes em SJA nos últimos 10 anos?

3.3 Quais são os motivos de suas idas a Brasília? Com que frequência?

3.4 Relações existentes com as seguintes instituições:

- MAPA; MDA/Incrá-Bsb e SR-28; MC&T; Min. Desenvolvimento; Min. da Integração; Embrapa Cerrados; Embrapa Hortaliças; Embrapa Arroz e Feijão; SENAR; SENAI; SENAC; SEPLAN/GO; AGDR/GO; Sebrae/DF e GO; Agência Rural/GO; Universidade de Brasília; Escola Técnica de Formosa; Escola Técnica de Planaltina; Agrotécnica de Unaí/MG; Conselho Entidades Municipalistas; empresas; outras entidades e instituições.

4 Futuro do Nordeste Goiano (NE/GO) e/ou Vão do Paranã:

4.1 Quais as vocações e tendências socioeconômicas do NE/GO?

4.2 Quais as articulações e ações empresariais no NE/GO?

4.3 Quais as articulações e ações governamentais no NE/GO?

4.4 Quem são os representantes políticos do NE/GO?

5.Cadeias e Fluxos:

5.1 Produtos e serviços: apoio tecnológico; compra de insumos; mercados de venda; posição local na cadeia e rede.

5.2 Informação e comunicação: veículos; instituições; infra-estruturas.